**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA**

**A SEMÂNTICA DE MICHEL BRÉAL:
RECONTEXTUALIZAÇÃO, FORTUNA CRÍTICA E
APLICAÇÃO**

Márcia Sipavicius Seide

**São Paulo
2006**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
PORTUGUESA**

**A SEMÂNTICA DE MICHEL BRÉAL:
RECONTEXTUALIZAÇÃO, FORTUNA CRÍTICA E APLICAÇÃO ***

Márcia Sipavicius Seide

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Profa. Dra. Guiomar Fanganiello Calçada

**São Paulo
2006**

* Dada a necessidade de apresentar a tese em um único arquivo em PDF, a numeração das páginas começa da folha de rosto e não daquela que inicia a parte textual. Nota da autora.

A Kestutis Sipavicius, *in memoriam*

RESUMO

A Semântica de Michel Bréal: recontextualização, fortuna crítica e aplicação

Esta tese, organizada em três partes, objetiva recuperar o **Ensaio de Semântica** de Michel Bréal evidenciando a importância de suas idéias para a Lingüística Moderna, para a Semântica e para a Pragmática, e a aplicabilidade da sua teoria na descrição da Língua Portuguesa, em sua modalidade escrita. Na primeira parte deste trabalho, apresenta-se o teor do ensaio, conforme a terceira edição publicada em 1904. Para tanto, parte-se de uma interpretação que relaciona as propostas brealinas àquelas elaboradas pelas disciplinas lingüísticas mais vulgarizadas no Brasil, de modo a comprovar a atualidade e a importância das propostas do **ES**. Em seguida, a reflexão volta-se para as questões do significado, a fim de demonstrar como semanticistas e pragmatistas têm entendido e interpretado as propostas do fundador da semântica. Esta análise, apresentada na segunda parte da tese, evidencia, de um lado, a importância de suas idéias para os estudos da significação e, de outro, a ausência de trabalhos nos quais haja aplicação prática de seus postulados. Ilustrando como suas propostas podem contribuir para a descrição de determinados fenômenos semânticos da Língua Portuguesa, na terceira parte da tese, sua teoria é empregada na análise de dois textos jornalísticos: um escrito em português brasileiro e outro em português europeu.

PALAVRAS-CHAVE: lexicologia, semântica, pragmática, Michel Bréal, descrição da língua portuguesa.

ABSTRACT

Michel Bréal's Semantics: recontextualization, historical review and application

This thesis tries to revive Michel Bréal's **Essay of Semantics** supporting the importance of its ideas for Modern Linguistics in general, and, specially, for Semantics and Pragmatics and the applicability of Bréal's postulates to language description. Due to that, contributions for semantics sciences and its applicability for written Portuguese language description are shown. The thesis is organized in three parts. In the first, the content of the third edition of the essay (1904) is connected to best known branches of Modern Linguistics in Brazil, connections that serves as evidence for the importance of Bréal's ideas. In the second part – which deals specifically whit semantic's issues - there is a critical view of semantician's and pragmatician's reviews of the essay. This part reveals the relevance of Breal's postulates for Semantics (Pragmatics included), but, on the other hand, points out that his ideias have hardly been applied. In the last part, as evidence that to apply his theories is not only possible but desirable, they are used in the analysis of two journalistic papers: one in Brazilian Portuguese and other in European Portuguese.

Keywords: Lexicology, Semantics, Pragmatics, Michel Breal, Portuguese Language description.

LISTA DOS QUADROS SINÓPTICOS

PRIMEIRA PARTE DO ES: PONTOS DE CONVERGÊNCIA.....	58
PRIMEIRA PARTE DO ES: PONTOS DIVERGENTES E POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES.....	59
SEMÂNTICA LEXICALISTA, SOCIOLINGÜÍSTICA E LINGÜÍSTICA HISTÓRICA.....	105
SEMÂNTICA LEXICALISTA E SEMÂNTICA COGNITIVA	105
SEMÂNTICA LEXICALISTA, SEMÂNTICA LEXICAL E ESTRUTURALISMO.....	106
SEMÂNTICA LEXICALISTA E SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO.....	106
SEMÂNTICA LEXICALISTA E SEMÂNTICA FORMAL	106
SEMÂNTICA LEXICALISTA E PRAGMÁTICA.....	107
TERCEIRA PARTE DO ES: CONVERGÊNCIAS COM CONCEITOS MODERNOS.....	131
TERCEIRA PARTE DO ES: CONCEITOS BREALINOS QUE APRESENTAM CONTRIBUIÇÃO PARA A LINGÜÍSTICA MODERNA.....	132

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DOS QUADROS SINÓPTICOS

Introdução.....	11
PRIMEIRA PARTE: O ENSAIO DE SEMÂNTICA (ES).....	20
CAPÍTULO 1 A PRIMEIRA PARTE DO ES.....	22
1.1 A lei de especialidade.....	25
1.1.1 A lei de especialidade e a gramaticalização (viés funcionalista)	26
1.2 A lei de repartição.....	27
1.2.1 Motivações para a aplicação da lei de repartição: interface com a Sociolinguística Variacionista e a Linguística Histórica	30
1.2.2 Lei de repartição e organização mental do léxico	31
1.2.3 Lei de repartição e aquisição da linguagem	32
1.2.4 Considerações finais sobre a lei de repartição.....	33
1.3 A lei de irradiação	33
1.3.1 A lei de irradiação e o critério gerativista de produtividade	35
1.4 A lei da sobrevivência das flexões	36
1.4.1 A lei da sobrevivência das flexões e a sintaxe Gerativa.....	38
1.4.2 A lei da sobrevivência das flexões e a Morfologia Estruturalista	41
1.4.3 A lei da sobrevivência das flexões e os registros de fala.....	44
1.5 As falsas percepções.....	44
1.5.1 A questão da mudança linguística para Bréal e para a Linguística Histórica.....	46
1.6 A analogia.....	47
1.6.1 A universalidade da analogia e o ponto de vista sociolingüístico.....	50
1.6.2 A Analogia para Bréal e para a Linguística Histórica.....	51
1.7 Aquisições novas.....	54
1.7.1 Bréal e o combate ao preconceito linguístico: uma leitura sociolingüística	55
1.8 A extinção das formas inúteis.....	55
1.9 Sinopse da primeira parte do ensaio.....	57

CAPÍTULO 2 A SEGUNDA PARTE DO ES.....	60
2.1 Como os nomes são dados às coisas.....	61
2.2 As supostas tendências das palavras.....	71
2.3 A restrição de sentido.....	74
2.4 A extensão de sentido.....	81
2.5 A metáfora.....	84
2.6 O espessamento de sentido e as palavras abstratas.....	87
2.7 A polissemia.....	89
2.8 Uma causa particular de polissemia.....	94
2.9 Os nomes compostos.....	96
2.10 O estudo dos grupos articulados.....	99
2.11 Sinopse da segunda parte do ensaio.....	102
 CAPÍTULO 3 A TERCEIRA PARTE DO ES.....	 108
3.1 As categorias gramaticais.....	108
3.2 A força transitiva.....	113
3.3 O contágio.....	114
3.4 Sobre alguns instrumentos gramaticais.....	116
3.5 A ordem das palavras.....	116
3.6. A lógica da linguagem.....	120
3.7 O elemento subjetivo.....	121
3.8 A linguagem educadora do gênero humano.....	127
3.9 Sinopse da terceira parte do ensaio.....	128

CAPÍTULO 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ENSAIO DE SEMÂNTICA.....	133
4.1 Lingüística Histórica.....	145
4.2 Outras disciplinas voltadas ao estudo da mudança lingüística.....	147
4.3 Teorias sobre a Aquisição da Linguagem.....	149
4.4 Gerativismo.....	151
4.5 Estruturalismo	153
4.6 As ciências do significado	153
SEGUNDA PARTE: FORTUNA CRÍTICA DO ES NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS DO SIGNIFICADO.....	156
CAPÍTULO 5 O ES SEGUNDO CARNOY.....	157
5.1 A falta de rigor atribuída ao ES.....	158
5.2 A defesa do caráter consciente da mudança lingüística.....	159
5.3 A pretendida ausência de fundamentação teórica no ES.....	160
5.4 A imperfeição terminológica atribuída ao ES.....	161
5.5 A lei de especialidade e a catasemia.....	162
5.6 A lei de repartição e a antissemia.....	165
5.7 A irradiação.....	168
5.8 O espessamento de sentido e a anfisemia.....	169
5.9 Síntese.....	170
CAPÍTULO 6 REFERÊNCIAS A BRÉAL EM ULLMANN.....	172
6.1 Contextualização e caracterização de Bréal segundo Ullmann.....	172
6.2 Demais referências ao ES.....	180
6.3 Síntese.....	189

6.4 Ulmann e Carnoy.....	191
CAPÍTULO 7 O ES DE ACORDO COM FERNADO BELO	193
CAPÍTULO 8 O POSICIONAMENTO DE GEERAERTS: BRÉAL E A SEMÂNTICA COGNITIVA.....	203
CAPÍTULO 9 BRÉAL SEGUNDO NERLICH E CLARKE: UMA INTERPRETAÇÃO PRAGMÁTICA.....	208
9.1 Publicações anteriores ao ES.....	209
9.2 Apresentação e análise do ES.....	222
CAPÍTULO 10 MICHEL BRÉAL SEGUNDO GUIMARÃES: UMA LEITURA ENUNCIATIVA.....	236
III - TERCEIRA PARTE: BREVE ENSAIO DE APLICAÇÃO	250
CAPÍTULO 11 APLICAÇÃO DE ALGUNS POSTULADOS BREALINOS À LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA.....	250
CONCLUSÃO.....	263
Referências Bibliográficas.....	269
ANEXO A “O Brasil entre dois mundos”	275
ANEXO B “Pesada herança”	278

INTRODUÇÃO

“Cada disciplina pretende primeiro fazer reconhecer a sua soberania territorial e, desse modo, confirmar as fronteiras em vez de desmoroná-las, mesmo que algumas trocas incipientes se efetivem. É necessário ir mais longe (...)”

Edgar Morin

Conforme evidencia Morin, a descrição do modo tradicional de se fazer ciência, predominante até fins do século passado, não é mais válida, pois, devido à complexidade das questões com que as ciências têm se defrontado, elas vêm se tornando cada vez mais transdisciplinares. Acreditamos que a opinião de Morin sobre as ciências em geral também se aplica aos estudos lingüísticos e às suas disciplinas, como se pode verificar, por exemplo, pela avaliação crítica do histórico das idéias estruturalistas no Brasil.

Lembramos que Saussure foi considerado “o pai da Lingüística” por conferir autonomia à disciplina, separando-a da Psicologia, da História e da Filosofia. De fato, a criação dessas fronteiras foi fundamental para que se garantisse cientificidade aos estudos lingüísticos. A interpretação dos postulados estruturalistas no Brasil, pelo menos até a década de setenta do século passado, polarizou as dicotomias saussurianas, reduzindo-as em sua amplitude. A versão estruturalista radical, daí advinda, tem sido combatida por lingüistas voltados à Sociolingüística, aos Estudos da Enunciação e à Análise do Discurso.

Perante esse estado de coisas, observamos dois posicionamentos distintos: de um lado, os que insistem na importância dos estudos saussurianos e reconhecem a amplitude de suas propostas; de outro, os que se dedicam a mostrar que muitas inovações na área ou superam ou são independentes de seus postulados, por eles serem vistos como ultrapassados.

Esse último posicionamento foi detectado no prefácio do livro **Introdução à Lingüística: domínios de fronteiras, vol.1**, publicado em 2001. Nesse prefácio, Sírio Possenti afirma que há um certo atraso no conhecimento daqueles que já ouviram falar da ciência que estuda as línguas e a linguagem: o de apenas terem tido contato superficial com o estruturalismo saussuriano, e esclarece que uma das funções do livro é superar tal “atraso”:

Outra observação sobre um certo atraso, outra justificativa para a publicação deste livro: quem já ouviu falar de Lingüística (isso se vê na imprensa e às vezes em departamentos avançados) supõe que ela se resume à arbitrariedade do signo, às relações paradigmáticas e sintagmáticas (quando a coisa é sofisticada, menciona-se outra dupla saussuriana, sincronia e diacronia). Frequentemente, as introduções à Lingüística - disciplina obrigatória nos cursos de Letras - não ultrapassam essa leitura mais ou menos festiva de Saussure, feita em algum manual, ou em apostila, que ninguém é de ferro. Assim, este livro se justifica plenamente, e por uma só razão, [...]: sua capacidade de produzir uma certa ruptura.” (POSSENTI, 2001, p.12.).

Em 2002, um ano após a **Introdução à Lingüística: domínios de fronteiras, vol.1**, vem à lume o livro de divulgação científica, **Introdução à Lingüística I, objetos teóricos**. Nessa obra, Fiorin parece dialogar com Possenti quando faz uma alusão velada ao Estruturalismo saussuriano ao afirmar que: “ (...) Muitas vezes deixam-se de lado as críticas feitas, ao longo da história da Lingüística, a determinadas concepções, pois o curso de Introdução quer, antes de mais nada, que o aluno adquira uma visão de conjunto dos modos como a ciência da linguagem trata o fenômeno lingüístico.” (FIORIN, 2002, p.8). No segundo tomo dessa mesma obra, publicado em 2003, Fiorin é mais explícito em seu posicionamento :

Não se adere ao discurso científico pela fé, mas pelo conhecimento. Como a ciência não chega à verdade, progride sempre, é sempre mutável. Ao afirmar que muitas vezes se tem uma concepção religiosa de ciência, estamos dizendo que há frequentemente uma mitificação, que não deixa de ser uma mistificação, de certas teorias, levando a crer que elas são a verdade, enquanto outras são o erro, e, por isso, merecem ser anatimizadas. Criticam-se teorias por elas não explicarem o que não pretendem explicar. Ora, batemo-nos fortemente contra isso, é preciso que o aluno saiba que a contradição é inerente ao fazer científico. (FIORIN, 2003, p.8).

Ao que tudo indica, Fiorin pertence ao primeiro grupo - que reconhece a importância de Saussure - e Possenti, para quem os postulados saussurianos estão totalmente ultrapassados, ao segundo. Enquanto os integrantes do primeiro grupo erguem muralhas separando o lingüista genebrino de seus contemporâneos e de seus antecessores, os do segundo não cogitam a existência de pontos em comum, construindo a muralha um pouco mais à frente, separando Saussure de seus sucessores. Tanto num caso como no outro ocorrem grandes perdas.

Tal qual as demais ciências, a Lingüística caracterizou-se por levantar fronteiras, pois houve uma especialização extrema, na medida em que cada disciplina, corrente ou abordagem se fecha em si mesma.

Diante dessa situação, concordamos com Morin (2001) quando questiona a super

especialização das ciências e das disciplinas que as constituem, por fragmentarem o conhecimento e, muitas vezes, descontextualizarem o conhecimento já produzido. Ainda, no que se refere à super especialização, esse estudioso alerta para o fato de a fragmentação tanto quanto a descontextualização impedirem uma ciência de investigar seu objeto de estudo em sua complexidade imanente e constitutiva.

Um exemplo de como a fragmentação pode levar a uma visão reducionista da Lingüística e limitar a visão dos próprios lingüistas pode ser encontrado nas divergências quanto à avaliação do trabalho de Melo. Este estudioso, considerado por Coseriu como lingüista, é tido como filólogo por seus contemporâneos, devido a uma época em que se criou, no Brasil, uma dicotomia entre a Lingüística e a Filologia.

Diante da avaliação de Coseriu, é de se estranhar que os contemporâneos de Melo o descrevessem como sendo um filólogo. A este respeito, Altman afirma que isto se explicaria pela maneira como a Lingüística era entendida: era lingüista quem fosse estruturalista. O fato de seus colegas não o virem como tal pode indicar qual era concepção que se tinha sobre o que era ser estruturalista:

A separação entre os dois programas de investigação começava aos poucos a se fazer mais clara para a comunidade acadêmica da época: de um lado, colocavam-se, sob a designação de Filologia, os trabalhos de edição crítica de textos literários e os de dialetologia; de outro, sob a designação de Lingüística, os trabalhos de descrição sincrônica de outras modalidades de língua que não a literária. (ALTMAN, 1998, p. 122).

Percebe-se, nesse trecho, que a dicotomia sincronia - diacronia não era vista como sendo constituída por termos complementares, mas sim como termos opostos: a sincronia era reduto da Lingüística e a diacronia da Filologia, logo, quem se dedicasse à diacronia não era estruturalista, portanto, não era lingüista. Quanto à dialetologia, que se preocupava com os fatores de mutabilidade do signo, era considerada uma parte de Filologia.

Infer-se dessa afirmação que cabia à Lingüística tratar da imutabilidade do signo. Percebe-se, também, que a questão da mutabilidade e da imutabilidade do signo foi igualmente polarizada, isto é, a dicotomia complementar tornou-se uma dicotomia antagônica. Nota-se, ainda, que outra dicotomia polar fora criada entre literário e não literário, cabendo o último à Lingüística e o primeiro à Filologia. Utilizando o mesmo raciocínio para as demais dicotomias saussurianas, entende-se que, para ser considerado um estruturalista, o pesquisador deveria dedicar-se à língua e não à fala, à mutabilidade

do signo e não a sua imutabilidade, à sincronia e não à diacronia. De acordo com esse ponto de vista, para ser considerado estruturalista, o estudioso deveria considerar a língua como sendo algo isolado da fala, abstrair de suas análises os fenômenos social e historicamente determinados, negar-se a admitir a variabilidade lingüística, desconsiderar a existência de relações entre língua e sociedade e limitar-se ao estudo sincrônico da língua. Se não preenchesse a totalidade destes requisitos, o estudioso não seria considerado um estruturalista, portanto, não seria classificado como um lingüista, mas sim como um filólogo.

A maneira pela qual os contemporâneos de Melo o classificaram, como filólogo e não como lingüista, só pode ser entendida se o estruturalismo for concebido de maneira radical. De fato, se estruturalista é aquele que desconsidera as dicotomias saussurianas em sua totalidade, atendo-se exclusivamente à língua, à imutabilidade do signo e à sincronia não há como afirmar ser Melo um estruturalista, o que, para os termos da época, equivalia a negar que fosse ele um lingüista. Segundo um ponto de vista mais equilibrado e imparcial, o Estruturalismo é uma corrente que adota as dicotomias saussurianas em sua totalidade. De acordo com esta definição de estruturalismo, é legítimo afirmar que Melo também era um lingüista, ainda que seus contemporâneos não o vissem assim em decorrência das fronteiras então erguidas.

Até hoje, parte considerável dos lingüistas associa ao Estruturalismo a versão radical divulgada pelos contemporâneos de Melo, indicando que o reducionismo apontado por Morin para as ciências em geral tem prejudicado os estudos lingüísticos no Brasil. Algumas considerações tecidas na coletânea prefaciada por Possenti demonstram a atualidade dessa versão radical do estruturalismo. No trecho a seguir, Camacho explica que certa interpretação da dicotomia língua-fala teve, por consequência, a exclusão dos fatores de mutabilidade do signo como objeto da Lingüística:

O desenvolvimento na teoria lingüística de um sentimento de aversão ao caos, à variação, cuja consequência foi gerar uma concepção monolítica de linguagem, baseia-se na suposição metodológica de que a estrutura lingüística é necessariamente homogênea. Esse postulado, que emergiu originalmente do recorte metodológico sobre o fenômeno lingüístico que Saussure (1916-1977) criou ao cunhar a famosa dicotomia língua-fala, radica no fato de que a língua, o sistema gramatical, é extraída da turbulência vertiginosa em que emerge a fala com os usos sociais da linguagem. (CAMACHO, 2001, p. 62).

Depreende-se da leitura desse trecho que o modo como a dicotomia foi entendida

criou uma oposição entre a Sociolinguística e o Estruturalismo, oposição que ignora o fato de o estudo da mutabilidade do signo ter sido parte dos postulados saussurianos. Camacho informa, ainda, que os paradigmas da linguística, até meados do século XX, estavam orientados “para a criação de um objeto de estudo estável e uniforme, desligado da realidade social”, orientação que refletiria uma concepção de língua como “isolada, fechada e monológica, desvinculada de seu contexto linguístico real” (CAMACHO, 2001, p.65).

Tanto na época de Melo quanto nos dias de hoje, a fragmentação da Linguística em muitas disciplinas e “a briga territorial”, existente em muitas delas, impedem o diálogo interdisciplinar e a capacidade de síntese, ambos imprescindíveis à evolução de qualquer ciência, conforme comentara Morin ao se referir às investigações científicas. Como é óbvio, se excluem dessa caracterização geral as correntes linguísticas que são, por definição, interdisciplinares, como é o caso da Sociolinguística, da Lexicologia e da Terminologia.

Para fazer frente à fragmentação e à “banalização” (entendida como simplificação indevida, como incapacidade de conceber os objetos de estudos em sua complexidade constitutiva), Morin propõe a re-ligação dos saberes como único meio de as ciências responderem ao desafio da crescente complexidade de seu objeto de estudo, que não pode ser apreendido senão em sua totalidade e não mais por meio do isolamento de suas partes.

Lembramos que as disciplinas da linguística que mais sofrem com a multiplicidade de abordagens incomunicáveis entre si são aquelas voltadas ao significado. Já no começo da década de 70 do século passado, Mounin denunciava a fragilidade da semântica frente a disciplinas mais formais como a fonologia, a morfologia e a sintaxe:

a situação da semântica não é de todo a mesma do que nas partes formais da língua: fonologia, morfologia ou sintaxe, com efeito, é impossível actualmente expor nessa matéria senão hipóteses contraditórias e fragmentos de teses contestadas. (MOUNIN, G., 1972 apud BELO, 1991, p.4)¹.

Mais recentemente, Ilari e Geraldi, em obra introdutória à disciplina, caracterizam a semântica de modo semelhante:

¹ MOUNIN, Georges. **La Semantique**. Seghers.1975 [1972].

A palavra ciência evoca domínios de investigação claramente definidos, a respeito dos quais os cientistas aperfeiçoaram métodos de análise unanimemente aceitos e elaboraram conhecimentos coerentemente articulados e fiéis aos fatos. Ao contrário disso, a semântica é um domínio de investigação de limites movediços; semanticistas de diferentes escolas utilizam conceitos e jargões sem medida comum, explorando em suas análises fenômenos cujas relações não são sempre claras: em oposição à imagem integrada que a palavra ciência evoca, a semântica aparece, em suma, não como um corpo de doutrina, mas como o terreno em que se debatem problemas cujas conexões não são sempre óbvias. (ILARI; GERALDI, 1995, p.6).

Uma vez que as disciplinas voltadas ao estudo do significado caracterizam-se pela hiperespecialização e incomunicabilidade das teorias, decidimos colocar em prática a proposta de Morin no estudo das teorias semânticas, com inclusão das pragmáticas. Com esse objetivo em mente, iniciamos nossa pesquisa estudando Michel Bréal, em virtude de ele ser considerado por muitos o fundador da Semântica². Procedemos inicialmente nossa investigação pela a leitura da única obra disponível desse autor, **O Ensaio de Semântica**³ (doravante **ES**). Esse procedimento era apenas um ponto de partida para nossa pesquisa. Entretanto, a análise dos postulados brealinos instigou-nos a verificar a possibilidade de suas propostas permitirem a re-ligação das disciplinas voltadas ao significado, integrando os estudos semânticos às demais áreas da Lingüística. Motivados por esse novo propósito, buscamos resgatar integralmente as idéias de Bréal e evidenciar-lhes a importância.

Uma simples leitura do prefácio ao **ES**, permitiu-nos perceber três pontos que consideramos de interesse para o nosso propósito: o posicionamento inovador de Bréal perante seus contemporâneos, a antecipação de importantes noções que seriam utilizadas ao longo da obra, tais como sua concepção de lingüística, e a apresentação do principal objetivo do ensaio: explicitar o papel da vontade humana no desenvolvimento da linguagem.

A leitura do prefácio do **ES** colocou-nos em contato com as características fundamentais das propostas de Bréal e motivou-nos a estudar seu ensaio de modo aprofundado. A partir dessa leitura inicial, levantamos a hipótese de que suas idéias poderiam re-ligar as disciplinas voltadas para o estudo do significado, integrando-as às demais disciplinas da lingüística. Tal hipótese foi sendo reforçada pela análise dos

² Nerlich e Clarke fornecem uma breve biografia de Bréal – alemão de pais judeus franceses – que foi professor de Meillet e Saussure. (Cf. p.200 deste trabalho)

³ BRÉAL, Michel. **Essay de Sémantique. Science de significations**. Paris: Hachette, 1924 [1904].

_____. GUIMARÃES et alii (trads). **Ensaio de Semântica. Ciência das Significações**. São Paulo: Educ/Pontes, 1992 [1904].

diferentes aspectos de suas propostas numa leitura integral da obra.

A percepção dessa possibilidade de re-ligação das ciências dos significados concorreu para que determinássemos os objetivos de nossa pesquisa: resgatar integralmente o ensaio e evidenciar a possibilidade de as idéias de Bréal funcionarem como um denominador comum para as ciências dos significados, propiciando a integração das diversas disciplinas da lingüística.

Outro aspecto da obra de Bréal que nos chamou a atenção foi o fato de seu autor, apesar de pertencer à fase pré-estruturalista, não apresentar muitas das características dessa fase, avaliadas como negativas por boa parte dos estudiosos da área. Isto é perceptível em algumas considerações por meio das quais Bréal dialoga com seus contemporâneos. Nessas colocações observam-se críticas aos livros de gramática comparada, à concepção de lingüística como ciência abstrata, ao uso de metáforas de cunho biológico na descrição lingüística e à idéia, comum à época, de que uma língua apresenta momentos de perfeição e de decadência.

Em seu **ES** não há adoção de um ponto de vista estritamente diacrônico nem um estudo atomístico das palavras. Suas propostas tampouco apresentam as características do enfoque estruturalista radical, que tem sido alvo de crítica desde meados do século passado (a saber o estudo da língua em detrimento da fala e a abstração do sujeito da linguagem.) Faz parte dos postulados brealinos considerar o processamento cognitivo da linguagem, a intenção do falante e a interação que ela possibilita.

Essas peculiaridades da abordagem adotada por Bréal levaram-nos a orientar nossa pesquisa no sentido de procurar estabelecer um denominador comum entre os postulados do autor e as diversas teorias semânticas, ultrapassando suas respectivas fronteiras, conforme sugere Morin. Assim determinados, iniciamos nosso trabalho de análise contrastiva cujo percurso consta deste trabalho.

As análises a serem apresentadas visam responder às seguintes indagações decorrentes da leitura do **ES**: as propostas presentes no ensaio interessam à lingüística, em geral, e às ciências do significado, em particular, nos dias de hoje ? Que leituras foram feitas da obra de Bréal a partir de sua publicação e que aspectos dela chamaram a atenção de seus leitores? As propostas teóricas do lingüista são aplicáveis à Língua Portuguesa?

Para responder à primeira questão, procuramos re-interpretar as idéias de Bréal com base nas vertentes científicas dominantes que constam de coletâneas destinadas aos

estudantes de Letras. Para tanto, partimos do princípio de que seu **ES** só seria julgado relevante pela comunidade científica se, de alguma forma, suas idéias pudessem ser relacionadas às questões que hoje preocupam os lingüistas. Por esse motivo, aproximaremos os postulados brealinos dos fundamentos de disciplinas lingüísticas descritas na obra **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. (2001 a e 2001 b), organizada por Mussalin e Bentes e prefaciada por Possenti e na obra **Introdução à Lingüística** (2002 e 2003), organizada e prefaciada por Fiorin. Esclarecemos que a escolha dessas obras se justifica pelo fato de não nos preocuparmos com todas as práticas científicas adotadas em nosso país, mas sim com aquelas hoje vistas como consensuais. Advertimos também, que essa análise contrastiva, a ser apresentada na primeira parte deste trabalho, seguirá linearmente o ensaio de Bréal de modo a facilitar a apresentação de suas propostas que são complexas e abrangentes.

Dando continuidade a nosso estudo, buscamos responder à segunda questão. Na impossibilidade de apresentar um estudo exaustivo de todos aqueles que fizeram citações diretas ou indiretas a Bréal, investigamos a existência de obras em que as referências feitas ao semanticista fossem representativas do momento imediatamente posterior à publicação de seu **ES**, ou seja, o da fase de consolidação da lingüística estruturalista além de obras representativas do estado atual dos estudos lingüísticos. Avaliaremos criticamente as interpretações e informações fornecidas por Carnoy (1927), Ullmann, (1962), Belo (1991), Geeraertz (1998), Nerlich (1992) , Nerlich e Clarke (1996) e Eduardo Guimarães (1992, 1995, 2002 e 2004), conteúdo que constituirá a segunda parte da tese.

Tendo em vista a inexistência de tentativas de aplicação da teoria de Bréal, a título de exemplificação de sua aplicabilidade, constará, da terceira parte da tese, uma análise semântica de dois textos jornalísticos de opinião — *O Brasil entre dois mundos*, escrito pelo brasileiro Gaudêncio Torquato e *Pesada Herança*, escrito pelo português Nunes Rogeiro — a fim de verificar em que medida as propostas de Bréal contribuem para a compreensão de fenômenos semânticos relacionados ao uso da linguagem. Para tanto, procederemos a uma abordagem transdisciplinar das propostas de Bréal, procurando seguir o postulado de re-ligação dos saberes defendido por Morin. Assim, responderemos à terceira questão proposta, completando nosso trabalho direcionado à re-ligação das disciplinas voltadas ao significado e à integração dos estudos semânticos às demais áreas da Lingüística.

Com base nas características de cada uma das partes do **ES**, por motivo de clareza da exposição, optamos por usar, no decorrer do trabalho, o termo Semântica Geral, para fazer referências às questões relativas à primeira parte do ensaio; o termo Semântica Lexicalista, para referências ao conteúdo de sua segunda parte e o termo Semântica Sintática, para referências relativas à sua terceira parte. Assim posicionados, passaremos à primeira parte de nossa tese.

PRIMEIRA PARTE: O ENSAIO DE SEMÂNTICA

Nesta parte da tese, explicitaremos o teor da Semântica tal qual proposta no **ES**. Concomitantemente, no decorrer dessa exposição, estabeleceremos comparações entre a disciplina idealizada por Bréal e as da Lingüística Moderna. Por meio dessa análise contrastiva, investigaremos se o ensaio apresenta pontos de interesse para lingüística atual, que justifiquem a importância de se retomar seus postulados na íntegra.

Lembramos que a primeira publicação da obra data de 1897. Pouco depois dessa publicação, lançou-se sua segunda edição, que não apresenta mudanças significativas com relação à primeira.. Anos mais tarde, em 1904, veio à lume uma terceira edição, ampliada pela inclusão de anexos. Quanto à sua organização, o **ES** se divide em três partes, precedidas por um prefácio. A primeira parte da obra parece já ter sido publicada em forma de artigo em 1883. Uma vez que esse artigo não pôde ser consultado, não nos é possível afirmar se essa parte do ensaio é realmente idêntica ao artigo anteriormente publicado. Os anexos acrescentados ao **ES**, a partir de sua terceira. edição consistem em quatro ensaios pontuais: “O que se chama pureza da língua?”; “A história das palavras”, “É a lingüística uma ciência natural?” e “As origens do verbo”.

Sem almejar fazer um estudo aprofundado de todas as áreas da Lingüística moderna, mas com o intuito de situar as propostas encontradas no **ES**, considerando-se o estado atual dos estudos lingüísticos mais divulgados entre nós, serão apresentados, a seguir, os fundamentos da semântica de Bréal e como eles podem ser relacionados com estudos lingüísticos atuais. Esta investigação foi feita com base em duas obras de divulgação científica recentemente publicadas no Brasil e dirigidas a graduandos do curso de Letras: **Introdução à Lingüística 1 - Domínios e fronteiras** e **Introdução à Lingüística 2: domínios e fronteiras**, organizadas por Mussalin e Bentes no ano de 2001 e **Introdução à Lingüística I: objetos teóricos** e **Introdução à Lingüística II: princípios de análise** -, organizadas por Fiorin em 2002 e 2003, respectivamente.

A escolha dessas obras, entretanto, não significa que elas forneçam um quadro completo da Lingüística. Outro fator a ponderar é o de não haver uma homogeneidade qualitativa e quantitativa no que se refere às disciplinas contempladas. Apesar dessas limitações, as coletâneas escolhidas indicam o que é hoje consensual para a maior parte

daqueles que têm uma formação geral em Letras, refletindo, assim, as ideologias dominantes. Nesse sentido, as disciplinas citadas nas coletâneas são aquelas consideradas fundamentais. As melhores descritas são as mais estudadas, provavelmente por despertarem maior interesse acadêmico. Em decorrência disso, usar as citadas obras como parâmetro, possibilita-nos especular como os postulados propostos no **ES** teriam sido entendidos e recebidos pela maioria dos que se formaram recentemente no curso de Letras, seja como bacharéis ou como licenciados. Sempre que julgarmos pertinente, adicionaremos, em notas de rodapé, informações e/ou comentários complementares provenientes de outras fontes.

Através da análise comparativa ora apresentada evidenciaremos aspectos do **ES** que possam interessar à lingüística moderna. Considerando que a lingüística atual apresenta-se bastante multifacetada - o que se reflete nas coletâneas que fazem menção a várias disciplinas da lingüística- e que a proposta de Bréal, sendo complexa, abrange vários campos da lingüística, para facilitar a apresentação dos dados, decidimos seguir a ordem linear do ensaio analisando, um a um, os capítulos do **ES**. Ao final da exposição de cada parte do **ES**, adicionaremos quadros sinópticos em que se sistematizam e se podem visualizar os resultados alcançados.

Cumpre-nos advertir, ainda, que, ao longo do ensaio, Bréal utiliza exemplos oriundos do sânscrito, do grego, do latim, do alemão, do inglês e do francês. Caso se partisse do pressuposto de que é necessário conhecer, sincronica e diacronicamente todas essas línguas para compreender os postulados brealinos, muito provavelmente, nem em um intervalo de dez anos, ter-nos-ia sido possível avaliar sua obra. Por esse motivo, de maneira geral, os exemplos fornecidos por Bréal não foram avaliados. Partindo-se da premissa de que estão corretos e de acordo com as características lingüísticas de cada idioma, limitamos nossos comentários a alguns dos exemplos dados nos idiomas por nós conhecidos.

CAPÍTULO 1 - A PRIMEIRA PARTE DO ENSAIO

Na primeira parte do ensaio de Bréal, descrevem-se as leis que regem a vontade humana. Essa descrição caracteriza o que designaremos por Semântica Geral. Apresentam-se, nela, as leis intelectuais da linguagem conforme formuladas pelo autor, após ter ele realizado constantes observações empíricas, advindas de uma série de fenômenos e da descoberta da existência de uma certa relação entre eles. Essa relação é expressa na forma de uma lei com limites de aplicação. Colocando a questão para os dias de hoje, entendemos que essas leis não são normas imperiosas, como é o caso das leis morais e jurídicas, nem normas prescritivas, como as da Gramática Tradicional, nem leis técnicas pelas quais se obtém o fabrico de algum produto. As leis intelectuais são, tão somente, o resultado de uma abstração daquilo que se mostrou regular nos fenômenos observados, sendo, por isso, leis de natureza empírica cuja função é mais explicativa que descritiva.

Contemplam-se, aqui, as três leis intelectuais da linguagem propostas por Bréal, quais sejam: a de Especialidade, a de Repartição e a de Irradiação. Segue-se-lhes a aplicação dessas mesmas leis a determinados fenômenos e o estudo de outras causas de mudança semântica: a sobrevivência das flexões, a falsa percepção, a analogia, as aquisições novas e a extinção de formas inúteis.

1.1 A lei de especialidade

A lei de especialidade diz respeito à substituição de expositores (*exposants*) motivada pela necessidade de clareza, tendo sido muito atuante na gênese das línguas românicas, a partir do latim, no momento em que expositores invariáveis independentes foram sendo, paulatinamente, substituídos por expositores variáveis e dependentes.

Quanto à noção de expositor, Bréal não a define em momento algum, todavia, os exemplos fornecidos permitem conceituá-lo como parte de uma palavra ou uma palavra inteira sentida como indicadora de dada noção gramatical. Conforme observamos, o determinante para a noção de expositor é sua capacidade de ser uma forma portadora de informação gramatical, pouco importando se o expositor é uma palavra ou apenas uma

parte dela. A desinência latina *-ior* e o advérbio francês *plus* são considerados expositores equivalentes e o ponto de interrogação, que não chega a ser uma palavra, também é visto como um expositor. Para a aplicação dessa lei, portanto, a palavra, enquanto unidade lingüística, não é relevante, não se podendo dizer o mesmo da análise morfológica e sintática, requisito fundamental para que se proponham equivalências semânticas entre unidades díspares.

A mudança, cuja causa está na Lei de Especialidade, ocorre gradualmente e tem início quando, para o usuário do idioma, o expositor deixa de expor claramente a noção gramatical de que era portador. As transformações que levaram à criação das línguas românticas, explica Bréal, têm por base a aplicação da Lei de Especialidade que resultou na transformação de estruturas analíticas para estruturas sintéticas. Salientamos que, na passagem de estruturas sintéticas para analíticas, expositores invariáveis foram substituídos por expositores variáveis e que, no caso da passagem inversa, ocorreu o contrário, isto é, expositores variáveis deram lugar a expositores invariáveis.

Para ilustrar a aplicação dessa lei, são apresentados vários exemplos, a saber: da língua latina, a redução dos expositores latinos comparativos e superlativos; da língua inglesa, os pretéritos fortes, o “s” genitivo e o verbo *to do*; das línguas românicas, a substituição das antigas declinações pelas preposições e a criação do ponto de interrogação.

Para cada aplicação da Lei de Especialidade, há uma explicação pormenorizada em que são apontadas as fases intermediárias do processo de especificação. A substituição das antigas declinações pelas preposições, por exemplo, foi o resultado de um processo longo marcado pelas seguintes etapas:

- a) Certos advérbios começaram a ser utilizados para exprimir relações que os casos não podiam expressar.
- b) Determinados advérbios passaram a ser colocados com determinados casos.
- c) O advérbio passou a ser visto como causa do caso, isto é, criou-se uma nova associação.
- d) O advérbio adquiriu o estatuto de preposição.
- e) O significado das desinências de caso foi ficando incerto, resultando na confusão de umas com as outras, o que revela que as associações antigas, paulatinamente, deixaram de ser feitas.
- f) As preposições começaram a ser usadas com mais frequência.

g) As preposições substituíram as declinações.

O processo de especificação, esclarece o autor, é demorado por depender de associações diversas que, repetidas ao longo do tempo, modificam as associações feitas anteriormente. A demora na mudança de associações, por sua vez, deve-se ao fato de as palavras serem, em si mesmas, tão significativas que não se prestam facilmente a um papel auxiliar. Tal dificuldade provoca uma acumulação de ambas as associações (a nova e a antiga) que convivem por um longo período. Mudadas as associações, muda-se o estatuto gramatical da palavra porque, aponta Bréal (1992 [1904], p.15), em matéria de linguagem, o que o povo acredita sentir, passa ao estado de realidade.

Notamos que, nesse exemplo, as mudanças tiveram como ponto de partida a maneira como as palavras eram combinadas para formar frases, sendo, portanto, fundamental, seu comportamento sintático.

Entre os exemplos referentes a línguas modernas, citamos o caso da transformação do verbo inglês *to do* em verbo auxiliar:

A conjugação germânica, com suas regras complicadas, que trazem uma grande dificuldade para o estrangeiro, não deixa de ser também muito difícil para os nativos. Jacob Grimm computa para o alemão até doze classes de conjugação, das quais os modelos mais ou menos conservados se acham igualmente no inglês. Quero falar dos verbos como I give; I gave; I bind, I bound; I dig, I dug; I hold, I held, etc. Sabe-se como o inglês moderno resolve essa dificuldade: em substituição a esses presentes, a esses pretéritos de formações múltiplas, ele emprega, ou ao menos é livre para empregar, o presente *I do*, o pretérito *I did*, fazendo o verbo uma palavra invariável. A mudança começou pelas construções interrogativas e negativas.[...] Supomos que, por um novo avanço se impõe necessariamente às frases afirmativas, tornando-se de um emprego constante e obrigatório, e o inglês terá substituído todos os outros verbos por seu verbo auxiliar [...] Mas a universalidade do emprego tem sua contrapartida. Quando *do* acompanha um outro verbo, não passa de um instrumento gramatical. (BRÉAL, 1992, [1904], p.29).

A explicação fornecida por Bréal interessou-nos por mostrar o esvaziamento semântico necessário para a formação de um verbo auxiliar, por propor fases para a mudança e uma causa para tal mudança e também por realçar a dificuldade do falante em dominar muitas irregularidades verbais. Cumpre advertir, contudo, que as afirmações de Bréal sobre o uso do verbo *to do* dão a impressão de que o usuário do idioma tem a opção de, ao invés de conjugar um verbo irregular no passado, manter o infinitivo antepondo-lhe *did* o que não está de acordo com as características da língua inglesa. Na verdade, a possibilidade de se conjugar o verbo *to do* deixando-se o verbo

principal no infinitivo existe apenas para formar frases negativas, interrogativas e afirmativas enfáticas, não sendo, de modo algum, uma questão de escolha do falante.

De acordo com Bréal, a língua inglesa pôde “especializar-se” mais prontamente em virtude de as classes aristocráticas, por um longo tempo, terem usado o francês, deixando sua língua materna evoluir livremente. Segundo o lingüista, a liberdade dada ao idioma anglo-saxão impediu que sua evolução fosse retardada por excesso de zelo dos falantes cultos do idioma:

Entre as línguas modernas, a mais analítica, é sem dúvida, o inglês. Muitas vezes se disse que esse caráter analítico era devido à mistura da gramática anglo-saxônica e da gramática francesa: explicação que, enunciada desse modo, é inexata. A verdade é que as classes superiores da sociedade, servindo-se do francês durante vários séculos, tinham deixado o uso do inglês para as classes populares. Ora [...] é a parte mais culta da nação que retarda a evolução da língua. Quando os aristocratas se desinteressam pela língua nacional, essa evolução se acelera. (BRÉAL, 1992, [1904], p.29).

Chamou-nos a atenção, Bréal defender que a mudança ocorrida com o verbo inglês *to do* foi decorrente de o usuário do idioma ter alterado as associações a respeito do significado de uma palavra, pois isso indica que, para ele, o desenvolvimento da Sintaxe e da Morfologia de uma língua é determinado pelo fator semântico.

1.1.1 A lei de especialidade e a gramaticalização (viés funcionalista)

Chagas, lingüista brasileiro que estuda a mudança lingüística sob um viés funcionalista, define a gramaticalização como sendo “o processo pelo qual elementos lingüísticos podem passar por uma gradação em que temos palavras independentes em um extremo e morfemas flexionais em outro”. (CHAGAS, 2002, p.158-159). Comparamos este conceito com as análises propostas sob o escopo da Lei de Especialidade.⁴

Considerando a unidade lingüística referida por Chagas pelo termo “elementos lingüísticos” como equivalente ao conceito de expositor, podemos afirmar que a

⁴ A definição fornecida por Martelotta também evidencia a semelhança entre os fenômenos: “O termo gramaticalização [...] é tomado em dois sentidos relacionados: a gramaticalização *stricto sensu* ocupa-se da mudança que atinge as formas que migram do léxico para a gramática; a gramaticalização *lato sensu* busca explicar as mudanças que se dão no interior da própria gramática, compreendendo aí os processos [...] de fixação de ordem vocabular. MARTELOTTA, Mário Eduardo. “A mudança lingüística”. In **Lingüística funcional: teoria e prática**. CUNHA, M. A. F. et alii (orgs.). Rio de Janeiro: FAPERJ/DP&A, 2003, p.51.

gramaticalização e a Lei de Especialidade tratam do mesmo fenômeno: a mudança de estruturas analíticas para sintéticas e vice-versa a qual decorre de modificações do valor semântico-gramatical associado aos expositores. Essa hipótese é confirmada pelo fato de ambos os autores usarem como exemplo a mudança de verbo principal para verbo auxiliar: Bréal analisa o caso do verbo *to do* e Chagas o do verbo *ter*.

Ao analisar a transformação do verbo *to do* em verbo auxiliar, Bréal notara o esvaziamento semântico desse verbo, quando em função auxiliar, e descrevera as fases pelas quais houve a mudança, vista como o resultado final de um demorado processo em que houve perda de uma associação e criação de uma nova associação. Chagas, por sua vez, ao analisar a evolução do verbo *ter* em português também o faz por etapas, explicitando as mudanças associativas ocorridas, inclusive a de esvaziamento semântico:

O verbo latino *teneo* significava originariamente “segurar”. Esse significado se conservou até os nossos dias no francês, em que *il tient son livre* significa originalmente “segurar”. Uma primeira etapa no processo de gramaticalização é representada pela perda desse significado concreto e a aquisição de um significado quase puramente relacional, o de “ter”, normalmente caracterizado de forma bastante imprecisa como exprimindo uma relação de posse. O espanhol passou por essa segunda etapa da gramaticalização e se deteve nela. Temos, então, *él tiene dos hermanos*, [...]. O significado de “segurar” ficou perdido, mas ele ainda é um verbo que pode constituir um predicado sem que haja outro verbo. Em português, por sua vez, o verbo *ter* passou por uma terceira etapa [...], podendo ser usado também como verbo auxiliar na formação dos tempos perfeitos, contendo aí então apenas uma noção aspectual. É o que temos em exemplos como *tem chovido* ou *eu já tinha saído*. (CHAGAS, 2002, p.159).

Aproximando-se a análise da evolução do verbo *ter* elaborada por Chagas com a do verbo *to do* e os princípios da lei proposta por Bréal, é impossível não perceber as semelhanças: em ambos, o processo é lento e gradual e tem por resultado a substituição de expositores variáveis por expositores invariáveis⁵.

⁵ Outra pesquisa equiparável é a citada por Martelotta: “Como exemplo de gramaticalização *stricto sensu*, podemos citar a pesquisa de Maria Aparecida da Silva (2000) sobre a trajetória de mudança de *ir*, que acumula as funções de verbo pleno e auxiliar conforme signifique deslocamento espacial ou deslocamento temporal (...)” MARTELOTA, Mário Eduardo. “A mudança lingüística”. In **Lingüística funcional: teoria e prática**. CUNHA, M.A. F. et alii (orgs.). Rio de Janeiro: FAPERJ/DP&A, 2003, p.51.

1.2 A lei de repartição

Enquanto a lei de especialidade se refere a noções gramaticais, a lei de repartição diz respeito ao conteúdo lexical das palavras. Esta lei é responsável pelo processo através do qual palavras, que originalmente deveriam expressar uma mesma idéia, adquirem sentidos diferentes que, com o passar do tempo, ensejam novos significados.

Por organizar as palavras conhecidas pelo falante por séries sinonímicas, a Lei de repartição tem um papel importante na organização da memória lexical e é responsável pela organização da linguagem:

Sabemos pouca coisa sobre a criação da linguagem, mas o espírito de repartição é, na criação, o verdadeiro organizador ou demiurgo. A repartição foi esta segunda criação esta *melior Natura* de que fala Ovídio, descrevendo as épocas sucessivas do mundo. (BRÉAL 1992, [1904], p.38).

A aplicação da Lei de repartição, adverte Bréal, está limitada por dois fatores: a existência de palavras a serem diferenciadas e a condição de essa diferenciação ser objeto de interesse do usuário do idioma.

1.2.1 Motivações para a aplicação da lei da repartição: interface com a Sociolinguística Variacionista e a Linguística Histórica

Para explicar como atua a lei de repartição, Bréal faz considerações psicológicas, históricas, sociais e linguísticas, que são dignas de nota. Muitas vezes, a aplicação da Lei de repartição leva à diferenciação de sinônimos que é explicada, em princípio, por uma motivação psicológica, qual seja: o fato de o povo não acreditar haver dois termos absolutamente idênticos. Esta crença elimina a possibilidade de haver sinônimos por muito tempo. A descrença na existência de sinônimos, explica o autor, está baseada na percepção popular segundo a qual “a linguagem é feita para servir à troca de idéias, à expressão dos sentimentos, à discussão dos interesses” (BRÉAL, 1992 [1904], p. 33)⁶.

⁶ Em **Modelos sociolinguísticos**, Labov faz menção à crença descrita por Bréal e fornece dados empíricos que a comprovam: “Los hablantes no aceptan fácilmente el hecho de que dos expresiones signifiquen de hecho <<lo mismo>> y existe una fuerte tendencia a atribuirles significados diferentes. Cuando el término neoyorquino *cruller* [...] es reemplazado por el término estándar *doughnut*, el término *cruller* queda asignado a diversas formas de pasteles. De forma semejante, el término local *pot cheese* [...] quedaba sustituido por *cottage chese* y reservado para denominar una variedad más seca. [...]”. LABOV, William. **Modelos sociolinguísticos**. HERRERA, José Miguel Marinas (trad.), Madrid: Ed. Cátedra, 1983 (1983, p. 315).

A vulgarização de distinções elaboradas por “mentes privilegiadas” é outra explicação fornecida por Bréal para o fenômeno. Este processo de vulgarização é de natureza social e tem início quando certos indivíduos diferenciam coisas semelhantes. Assim que estas diferenciações se tornam conhecidas, elas passam a ser feitas por todos, originando a diferenciação de sinônimos.⁷

De ordem histórico-social é a terceira explicação postulada. Bréal explica que o contato entre línguas ou dialetos motiva seus usuários a fazerem um trabalho de classificação por meio do qual uma expressão é vista como sendo sinônima de outra. Em seguida, o *status* dessas línguas ou desses dialetos concorre para que se atribua maior ou menor prestígio aos respectivos termos de cada língua ou dialeto em contato. Esta diferença de prestígio pode originar, posteriormente, uma distinção entre os termos outrora aproximados. Esse tipo de fenômeno, conclui o autor, permite ver o quanto “a questão lingüística é no fundo uma questão social ou nacional.”. (1992, [1904], p.34).

Para ilustrar como se dá a diferenciação de sinônimos causada pela influência de um idioma ou dialeto alienígena, Bréal cita vários exemplos, entre eles, um da língua francesa e outro da língua inglesa, reproduzidos a seguir.

Quanto aos dados a respeito da língua francesa, Bréal informa que eles foram extraídos de uma obra de J. Gilliéron na qual o autor - cujos estudos ajudaram a fundar as bases da chamada Geografia Lingüística - descreve as mudanças ocorridas após a língua francesa ter “invadido” um patoá da Suíça. De Gilliéron, Bréal cita o exemplo da palavra *pailé*. Originalmente, essa palavra designava “o quarto”. Depois, a palavra *chambre* alcançou a cidade, tornado-se sinônimo de *pailé*. Após certo tempo, *pailé* passou a significar “galletas”, “o sótão” que pode servir de quarto, e, depois, “um casebre.”

Na língua inglesa, afirma Bréal, com base em informações fornecidas por um abade chamado Rousselot, algo semelhante ocorreu com a palavra *courtills*. Primeiro designava “jardins”, depois que a palavra *jardin* entrou na língua, a antiga designação perdeu prestígio e foi adquirindo uma nuance de desdém.

⁷ De modo semelhante, Labov também postula a hipótese de vulgarização quando explica o seguinte mecanismo de mudança fonética. Primeiro, as mudanças fonéticas têm origem num subgrupo restrito da comunidade lingüística e a nova forma é uma variável lingüística indefinida; depois a mudança torna-se geral dentro do subgrupo valendo como marca de pertença ao grupo restrito, numa fase posterior, os valores do subgrupo original são adotados por outros grupos da comunidade fazendo com que a mudança fonética torne-se marca de pertença ao grupo mais amplo (idem, p.229 –230).

De acordo com Bréal, essas mudanças ocorreram não porque as palavras fossem naturalmente diferenciadas pelas coisas que designam, mas sim porque houve uma comparação entre os objetos designados quando cada um dos termos era utilizado. Dessa comparação resultou a incorporação da palavra nova e o seu ajuste às já conhecidas.

Após propor que o contato entre línguas ou dialetos promove uma reclassificação por meio da Lei de repartição, Bréal concluíra que muitas questões lingüísticas são de natureza social ou nacional, posicionando-se a favor das causas sociais para entendimento de fenômenos lingüísticos.

Para nós, o posicionamento de Bréal e a explicação social para a atuação da Lei de repartição evidenciam a afinidade entre seus postulados e os da Sociolingüística, disciplina cujo objetivo é “(...) <<demonstrar a co-variação sistemática das variações lingüística e social. Ou seja, relacionar as variações lingüísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta mesma sociedade>> (...)” (BRIGHT apud ALKMIM, 2000 a, p.28)⁸.

Verificamos também algumas semelhanças entre a análise brealina e a que costuma ser feita no âmbito da Lingüística Histórica, haja vista que as considerações histórico-sociais feitas por Bréal são equiparáveis ao conceito de influência de adstrato utilizado pela Lingüística Histórica e pelos estudos lingüísticos voltados à mudança lingüística. Esse ponto em comum entre a Semântica de Bréal e a citada disciplina é evidenciado na seguinte explicação sobre estratos lingüísticos:

A imagem que normalmente se faz em lingüística histórica para descrever esse tipo de interação entre línguas é a de camadas lingüísticas (ou estratos). Pensando em duas línguas A e B que convivem durante certo tempo, são utilizados alguns termos para nos referirmos à relação entre essas línguas. [...] duas línguas que são faladas em regiões vizinhas. Nesse caso, se a língua B tem alguma influência sobre a língua A, dizemos que B é adstrato de A. (CHAGAS, 2002, p.154).

Chagas também cita a influência do normando na língua inglesa. Para nós, o exemplo fornecido pelo lingüista brasileiro faz referência àquilo que Bréal caracterizara como fenômeno decorrente da aplicação da Lei de repartição, motivada pela influência de uma língua em outra:

⁸ BRIGHT, W. As dimensões da sociolingüística. In: Fonseca, MS. ; neves, M. F. (orgs) **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

O elemento mais facilmente afetado pelo contato com uma língua estrangeira é o léxico, como podemos ver atualmente pelo grande número de palavras de origem inglesa que tem entrado no português. O francês teve o mesmo tipo de influência sobre o português e muitas outras línguas, inclusive sobre o próprio inglês, principalmente até a metade do século XX. A influência do francês sobre o inglês teve como marco importante o ano de 1066, quando a Grã-Bretanha foi invadida pelos normandos, que implantaram o francês da época como língua da corte, fazendo com que o inglês da época fosse socialmente menos prestigiado. (CHAGAS, 2002, p.154).

1.2.2. Lei de repartição e organização mental do léxico

A Lei de repartição, complementa Bréal, também pode resultar numa triagem de palavras que acaba separando noções vistas indistintamente. O autor dá vários exemplos dessa triagem, um deles é o do adjetivo *sensible*, que provém do substantivo *sentiment*. Esse substantivo, esclarece, designava tanto "a ação de perceber pelos sentidos" quanto "a ação de pensar". É esta não distinção inicial que explica porque, em francês, o adjetivo se refere a "um estado de alma" enquanto, em inglês, ele é sinônimo de "inteligente", "razoável".

Uma distinção de noções pode, inclusive, resultar numa oposição entre elas, o que costuma ocorrer com palavras formalmente semelhantes. Um provérbio documentado por Varrão ilustra essa possibilidade: *Religentem esse oportet, religiosum nefas*. Esse provérbio, explica-nos Bréal, tem o sentido de a religião (*religentem*) ser uma coisa boa, mas não a superstição (*religiosum*).

A julgar pela explicação e pelos exemplos dados, concluímos que a diferenciação entre sinônimos pode dar-se de duas maneiras: ou duas palavras não relacionadas são pareadas e, a seguir, são diferenciadas resultando em sinônimos, ou uma noção complexa, antes expressa por uma designação apenas, é desmembrada originando duas designações.

A lei de repartição, entretanto, não é entendida apenas como processo de diferenciação de sinônimos, mas também como maneira pela qual as palavras são ordenadas na mente. De acordo com Bréal, o trabalho feito pelos recolhedores de sinônimos é realizado, a toda hora, pelos falantes de um idioma. Em ambos os casos, o autor argumenta que o estudo da etimologia é ineficaz para explicar as diferenciações entre sinônimos quando essas são regulamentadas pelo uso e não pela origem :

Nada no fundo é mais natural nem necessário que a repartição, pois nossa inteligência recolhe as palavras de diferentes épocas, diferentes meios, e ela

não ficará livre da mais absoluta confusão se não colocar aí uma certa ordem. O que fazem sabiamente os recolhedores de sinônimo, nós o fazemos a toda hora: quando se examinam os termos que o uso distingue ou subordina, constata-se que a etimologia raramente justifica as diferenças que aí encontramos. (BRÉAL, 1992, [1904], p.37-38).

Para o lingüista, o processo de repartição produz, na mente do falante, um dicionário de sinônimos que só é utilizado em casos de necessidade, quando a palavra de que se precisa não surge espontaneamente. Nesse caso, o dicionário é ativado e envia sinônimos sucessivamente até que se encontre o termo desejado.

1.2.3 Lei de repartição e aquisição da linguagem

Além de estar relacionada à memória lexical, a Lei da Repartição também é associada à aprendizagem de língua materna. Bréal defende que a Lei de repartição auxilia o aprendizado da criança da seguinte maneira: na fase dos primeiros balbucios, a criança usa, de modo indiferenciado, qualquer sílaba para se referir a qualquer um dos objetos que a rodeia; na fase seguinte, ocorrem várias repartições por meio das quais a criança começa a discriminar os objetos e a criar uma relação unívoca entre as sílabas e os objetos. Com isso, passa a haver uma correspondência entre o som e os objetos: a cada sílaba corresponde um objeto definido. Na fase adulta, séries sinonímicas estão formadas na mente do falante. Quando há aprendizagem de uma palavra nova, ela é inserida entre as já conhecidas. Tal inserção, por sua vez, provoca descolamentos e recuos nas palavras. Tais ajustes demonstram que, em matéria de linguagem, o significado é o grande regulador da memória (BRÉAL, 1924, p. 28).

Nota-se que, segundo Bréal, primeiro há uso indiferenciado de uma unidade lingüística e depois, via repartição, a distinção que garante a associação exata entre os sons e o objeto por eles designado. Comparemos sua hipótese com as descritas por Scarpa em seu relato de pesquisas sobre os estágios de desenvolvimento que permeiam a aquisição da linguagem:

[...] O possível sufixo -eu, na fala de uma criança, por volta de 1;7 a 1;8 [um ano e sete meses a um ano e oito meses] “sendeu” correspondente ao adulto “acendeu”, não indica passado, nem pessoa. Pode denotar: (i) anunciar aos presentes que *acabou* de acender ou apagar a luz ou tocar a campainha de um telefone de brinquedo ou que está *prestes a* realizar uma dessas ações: portanto, neste caso, denota tanto uma ação completada quanto a intenção de realizar uma ação; (ii) pedir ao adulto que faça uma dessas ações; (iii) nomear o feixe de luz que entra pela janela. O que esse exemplo mostra é que não se

pode considerar a desinência -eu como um morfema de tempo e pessoa. Mostra também que o que acontece com o significado nesta fase de aquisição é um fenômeno que na literatura é chamado de *superextensão ou supergeneralização*, segundo o qual a faixa semântica de uma palavra é alargada a limites muito mais amplos que na linguagem do adulto. [...] Dá-se, então, um processo chamado de recontextualização, isto é, a extensão do item em questão para outras interações dialógicas, com a recorrência ou a associação a outros discursos. Em muitos casos, não há clara evidência, no começo, de segmentação ou análise gramatical propriamente dita. A análise (ou reanálise) se dá num estágio posterior, com a reorganização do sistema da criança, dentro de outros diálogos. (grifos da autora) (SCARPA, 2000, p.227).

As fases posteriores aos estágios de “superextensão ou supergeneralização” pareceram-nos equiparáveis ao estágio no qual a atuação da lei de repartição promove a discriminação do significado da palavra.

De acordo com Scarpa, num primeiro momento, a criança utiliza o sufixo –eu sem ter consciência de que ele expressa uma desinência verbal de tempo e de pessoa. Nessa fase, a palavra em que há o sufixo é utilizada em várias situações. A supergeneralização de seu significado possibilita o seu uso para expressar várias idéias. Essa fase de uso indiscriminado é superada quando a criança recontextualiza a palavra e descobre seu significado, observando o seu sentido em várias interações dialógicas. Feita a recontextualização, a criança reorganiza o sistema. Uma vez que a recontextualização e a re-análise têm por resultado o uso discriminado de verbos terminados em –eu, esses processos são comparáveis à atuação da lei de repartição: tanto num caso quanto no outro a comparação leva a criança a classificar e a reorganizar os dados capacitando-a a discriminar o significado das palavras tal qual um adulto o faz.

1.2.4 Considerações finais sobre a lei de repartição

Em se tratando da atuação da lei de repartição, enfatizamos que ela relaciona entre si a aquisição de língua materna, a aprendizagem de novos itens lexicais na fase adulta, a variação e a mudança lingüística. Se a proposta brealina de haver um mesmo processo subjacente a esses fenômenos fosse seguida, haveria mais integração entre a Sociolingüística e as Teorias de Aquisição de Língua Materna cujo escopo, em decorrência das propostas brealinas, não se limitaria ao período crítico para a aprendizagem. Um estudo de aquisição de língua materna que abrangesse as demais

fases da vida do falante poderia fornecer subsídios à Sociolinguística que, por sua vez, poderia levantar hipóteses a serem verificadas pelos estudiosos da aquisição de língua materna.

1.3. A lei de irradiação

A irradiação é uma lei que promove mudanças no significado atribuído aos morfemas de uma palavra: o que fazia parte do “elemento material” do item lexical passa a ser considerado parte do constituinte do “elemento formal” desse mesmo item. Se ao elemento material da palavra corresponde o seu significado lexical e ao elemento formal, seu significado gramatical, concluímos que a Lei de Irradiação tem por efeito a criação de morfemas gramaticais.

Explica Bréal que, quando o significado do elemento material se irradia ao elemento formal, surge um morfema (um afixo ou uma desinência flexional) que é utilizado na formação de novas palavras. Entre os numerosos exemplos fornecidos para evidenciar como ocorre a irradiação, em latim, em grego, em francês e em alemão, dois serão apresentados e comentados a seguir.

Adolesco, *floresco* e *senesco* são verbos que passam a idéia de “uma ação lenta e gradual”. Assim que essa idéia foi percebida como inerente à parte final destes verbos, formou-se uma desinência *-sco* portadora da marca de incoatividade. A partir de então, verbos incoativos foram criados com essa desinência. Este é o caso de verbos como *maturesco* e *marcesco*.

Inicialmente, participios latinos terminados em *-dus*, *-da*, *-dum* e seus gerúndios correspondentes expressavam a idéia de ação, tanto na voz passiva, quanto na voz ativa. Isso é perceptível em antigas fórmulas oficiais como *Scribendo adfuerunt*: “assistiram à redação do ato” (tradução da pesquisadora). Posteriormente, ao que indicam as gramáticas latinas, esse tipo de participio passou a expressar obrigação, como nas frases *dandum est operam* e *danda opera est*, “deve se prestar atenção” ou “atenção deve ser prestada”, e *nunc est bibendum*, “agora é para beber” ou “é para (alguma bebida) ser bebida” (tradução da pesquisadora).

Notamos que, no primeiro exemplo, o fenômeno é explicado paradigmaticamente, via comparação vertical de itens lexicais; enquanto que, no

segundo, essa explicação se baseia no eixo sintagmático, segundo o sentido adquirido por um item lexical quando de sua atualização em frases.

O fato de a irradiação também poder funcionar no eixo sintagmático, chama-nos a atenção por relevar sua importância para a compreensão do sentido textual das palavras, o que é reconhecido por Bréal, quando adverte que a irradiação pode levar o lingüista ao erro de atribuir como significado de uma palavra o sentido de um enunciado: “A irradiação, pode, para o lingüista, vir a ser uma causa de erro, se ele se obstina a querer encontrar na palavra o enunciado textual do que diz ao espírito.” (BRÉAL, 1992 [1904], p. 44).

Outro aspecto importante da Lei de Irradiação é o fato de ela indicar que, na Semântica de Bréal, o estudo do significado dos morfemas faz parte da Semântica. Conforme será explicitado no capítulo seguinte, essa visão ampla da disciplina é criticada por Carnoy, que propõe uma definição mais restrita de Semântica e atribui à Lexicologia o estudo do significado das partes que formam uma palavra.

Como ilustração de análise semântica dos morfemas, baseada na atuação da lei de irradiação, pode-se citar o estudo do sufixo francês *-âtre* equivalente ao sufixo português - *astra*. Segundo Bréal, o étimo desse morfema é o sufixo grego *-áster* por ele comparado ao sufixo grego *-azo* (no ES, as citações na língua grega são grafadas no alfabeto grego, por comodidade, eles foram transliterados para o alfabeto latino).

Para entender o valor primeiro do sufixo *-áster*, foi-nos necessário compreender as analogias propostas pelo lingüista. Partindo da premissa de que o morfema *-azo* equivale ao morfema latino *-izo* formador da palavra *patrizo* - que significa "aquele que procede como pai" (TORRINHA, 1945, p. 611) - entendemos que o morfema grego é responsável pela flexão do verbo na primeira pessoa do singular do tempo presente. De modo análogo, o sufixo *-áster* forma substantivos que significam “aquele que faz” a ação descrita no radical: *fanyázo* (eu admiro); *spoudázo* (eu me dedico) , etc; *dipaster* (aquele que julga, juiz), *ergaster* (aquele que opera, operário).

Segundo os exemplos e a explicação fornecida por Bréal, em princípio, o sufixo *-áster* não apresentava qualquer conotação negativa. A interpretação segundo a qual esse sufixo é portador de um significado pejorativo decorre de as palavras gregas que terminavam em *-áster* serem pejorativas e terem sido incorporadas ao léxico da língua latina. A criação do termo *Fulviaster* - “aquele que imita Fúlvio” - por Cícero evidencia a mudança ocorrida.

De acordo com Bréal, para os gregos, palavras como *patrastér* (padrasto) apresentavam uma conotação global negativa; entre os latinos, essa conotação foi sentida como causada pelo uso do sufixo, sendo que, nas línguas românicas em geral e na língua francesa, em especial, o sufixo forma palavras depreciativas:

Do latim, a formação em *aster* passa às línguas derivadas, em que teve um total sucesso. Todas as línguas romanas se servem dela. O francês apropriou-se dessa formação e fez dela um uso mais livre que o grego e o latim. Dizemos *roussâtre* (ruivo, arruivado), *verdâtre* (esverdeado), *saumâtre* (salgado), *opinâtre* (renitente), *medicâtre* (charlatão). O sentido pejorativo, que existia apenas em grego, que se mostra já em latim, entrou então decididamente no sufixo .” (BRÉAL, 1992 [1904], p.43).

1.3.1 A lei de irradiação e o critério gerativista de produtividade

Chama-nos a atenção o fato de a Lei de Irradiação ter sua aplicação comprovada com dados que atestam o uso de determinado morfema para criar novas palavras: a criação por Cícero de uma palavra latina pejorativa com o sufixo grego *e*, depois, a criação de palavras pejorativas com esse mesmo sufixo nas línguas românicas. Este modo de funcionamento da Lei de Irradiação indica-nos que o critério utilizado por Bréal consiste em verificar se o morfema em questão é utilizado na formação de novas palavras. Trata-se do mesmo critério utilizado pela Morfologia Gerativa: o da produtividade do morfema.⁹

Não nos foi difícil perceber que tanto Bréal quanto os gerativistas, que se dedicam à morfologia, fundamentam seus estudos na capacidade que um determinado morfema apresenta de formar novas palavras cujo sentido é previsível pelo falante nativo do idioma. Apesar de partirem da mesma premissa, os pontos de vista adotados pelos gerativistas e por Bréal não nos parecem ser equivalentes. O postulado brealino

⁹ O conceito de produtividade utilizado no gerativismo é assim definido por Carlota: “Mas o que é **produtividade**, afinal? Em termos muito simples, é a formação de palavras novas por determinada regra, que é chamada *Regra de Formação de Palavras* (ou RFP). Por isso dissemos anteriormente que a morfologia lida com palavras *potenciais*: para dar conta de regras produtivas. É muito provável que se forme um novo nome derivado de verbo por meio do sufixo *-ção* (ao contrário de *-ância* ou de *-ança*). Uma RFP para formações em *-ção* poderia ser representada como em (6.1): (6.1) [X]v → [[X]v - ção] n. A regra em (6.1) nos diz que se pode formar um nome em *-ção* a partir de um verbo. O verbo tomado como base para a nova palavra é representado pela variável X, que indica podermos ter qualquer membro dessa classe como base [...] regras produtivas apresentam coerência semântica, isto é, o falante tem de poder prever qual será o significado da nova formação, caso contrário, não lançará mão dessa RFP.” (grifos da autora). ROSA, Maria Carlota. **Introdução à Morfologia**. São Paulo: Contexto, 2000, p.89.

da lei de irradiação tem por base uma concepção de linguagem dinâmica segundo a qual não bastaria listar as RFP's (regras de formação de palavras) para justificar a formação de novas palavras de um idioma, num determinado momento de sua história, uma vez que o que mais lhe interessa é descobrir o que causa a formação de uma regra produtiva de formação de palavras.¹⁰

1.4. A lei da sobrevivência das flexões

No capítulo que descreve a lei da sobrevivência das flexões, Bréal fornece evidências de que, nas línguas românicas, há casos em que o valor semântico (que hoje chamaríamos de gramatical) das flexões latinas continua presente em certas construções, apesar de não haver mais nenhuma marca formal. À primeira vista, esse capítulo pareceria de pouco interesse por tratar de um aspecto restrito da evolução histórica dessas línguas. Entretanto, quando consideramos que esta lei está baseada na sobrevivência do semântico frente ao formal, fenômeno explicado por meio da tradição, entendida como hábito lingüístico, percebemos sua importância.

O processo que resulta na sobrevivência das flexões, explica Bréal, consiste na promoção de comparações entre construções análogas àquela em que a palavra que perdeu a flexão era utilizada. Essas comparações garantem a sobrevivência das noções que as flexões indicavam. O lugar que a palavra que perdeu flexões ocupa na frase também funciona como lembrete, pois a ordem, por si só, funciona como índice das noções antes expressadas pelas flexões.

¹⁰ Não se está afirmando que a Linguística Gerativista não se ocupe com a mudança lingüística diacrônica. Segundo Mary A. Kato, há estudos gerativistas cujo objetivo é precisamente aproximar aquisição de linguagem e mudança lingüística (segundo a Teoria Variacionista de Labov) da teoria gerativa: “[...]David Lightfoot, o primeiro autor a mostrar interdependência entre uma teoria da mudança e uma teoria da aquisição da linguagem.[...]É graças a essa interação com especialistas experientes que começamos a poder direcionar nossa resposta para a terceira questão de Taralo (1990): Por que escavar?” [...] O gerativista [...]procura saber que parâmetro deve ter tido seu valor alterado de tal forma que essa alteração justifique todas as mudanças superficiais ocorridas. Mas o motivo mais ambicioso da empreitada gerativista é procurar associar mudança e aquisição, idéia defendida por Lightfoot desde 1979. Na versão de Clark e Roberts (1992), o *input* é passível de ser associado a diferentes gramáticas. Não são pressões externas que levam a criança a selecionar uma ou outra, mas um mecanismo avaliativo interno de adequação (*fitness metric*). Através das mudanças lingüísticas que ocorrem efetivamente, pode-se obter informações cruciais sobre os fatores em que a criança se baseia para selecionar a gramática. Nessa visão, a lingüística histórica passa ser um meio para se entender aquisição.” KATO, Mary Aizawa. “Apresentação. <<Como, o que e por que escavar>>?”.In **Português brasileiro. Uma viagem diacrônica**. 2.ed. ROBERTS; KATO (orgs.).Campinas: Ed. da Unicamp, 1996, p.19. Ressaltamos que o estudo gerativista da mudança lingüística diacrônica pode e deve ser feito no componente morfológico da linguagem.

Após a definição da lei, há um elenco de exemplos, extraídos do francês, cuja análise esclarece em que consiste e como funciona a lei proposta. Um dos primeiros exemplos fornecidos é o da seguinte frase, cuja construção, segundo Bréal, não está de acordo com as regras sintáticas da língua francesa: “(...) ‘*Vouz savez que je vous ai toujours respecté et porte une vive affection*’ (...)” (BRÉAL, 1992 [1904], p.47). Nessa frase, o pronome oblíquo átono *vous* exerce duas funções concomitantes, razão pela qual a oração mal está mal construída: *vous* não pode ser, ao mesmo tempo, complemento direto do verbo *repecter* e complemento indireto de *porter*.

Parece-nos que esse exemplo foi citado para evidenciar que, se na língua francesa uma forma pronominal *vous* pode exercer ora a função dativa, ora a função acusativa, esse pronome apresenta dois valores semânticos, duas flexões invisíveis, as quais, percebidas pelo ouvinte, garantem a interpretação correta do pronome de acordo com a frase em que é utilizado.

Outro exemplo mostra que, quando o pronome oblíquo exerce uma mesma função na frase, é necessário repeti-lo caso seja usado como complemento de mais um verbo. É o que se observa em: “(...) ‘*Je te remercie et te serre la main*’ (...)” (BRÉAL, 1992 [1904], p.48). Nessa frase, ambos os pronomes exercem a função de complemento indireto. A necessidade de repetir o pronome é vista por Bréal (p.47) como um índice de que o falante compreende que o pronome deve estar na função dativa. Outros exemplos de conservação da noção dativa dos pronomes encontram-se nas frases “(...) ‘*Accorde-moi ta protection; donne-toi du repos, ne nous faisons pas d’illusions* (...)’”, etc.

Mais uma prova de que, na língua francesa, houve sobrevivência semântica de flexões formalmente perdidas é a possibilidade de se construir frases como “ (...) ‘*La nouvelle s’étant répandue, des attroupements se formèrent*’ (...)” (p.47) Nessa frase, afirma Bréal, há a utilização do ablativo absoluto latino.

Para entendermos o que é o ablativo absoluto latino, consultamos uma gramática latina que explica que ele é utilizado na língua latina para formar oração subordinada de participio: em *Partibus factis, verba fecit leo* - "Feitas as partes, o leão tomou a palavra." ou "Tendo feito as partes, o leão tomou a palavra." - o verbo no participio e o sujeito são declinados no ablativo. (CART et alii, 1986, p.145). Uma vez que na língua francesa (e também na portuguesa e na castelhana) as marcas de ablativo não mais existem, mas a construção permanece intacta, entendemos que o valor desse caso latino

permanece presente no espírito do falante, estando aí a sobrevivência da flexão postulada por Bréal.

Esclarece o semanticista que, enquanto houver a lembrança do valor semântico da flexão na mente do falante, a flexão sobrevive. A partir do momento em que não há mais nenhum resquício da flexão, ela é abandonada. Para ilustrar como isto ocorre, o lingüista analisa dois grupos de nomes próprios: de um lado, *l'Hotel-Dieu, le parvis Notre-Dame e les quatre fils Aymon*; de outro, *la place Maubert e le quai Henri IV*.

No primeiro grupo, a noção de genitivo presente nos nomes permanece, de modo que, ao ouvir “Hotel - Deus”, o ouvinte entende tratar-se de “um hotel pertencente a Deus”; o mesmo ocorre com os demais exemplos: *o ádrio Notre-Dame* significa “o ádrio que pertence à Igreja Notre-Dame e *os quatro filhos Aymon* que quer dizer “os quatros filhos de Aymon”. No segundo grupo, ao contrário do que ocorre no primeiro exemplo, a noção de genitivo não existe mais: *A praça Maubert* não é a praça de Maubert, mas sim o próprio nome do lugar, o mesmo ocorrendo com *O cais Henri IV*.

Apresentados os exemplos há, ao final do capítulo, duas limitações para a aplicação da Lei de Sobrevivência. Se uma flexão é muito pouco freqüente porque as palavras que as contém também o são, as construções nas quais essas palavras aparecem tornam-se obscuras e o povo, por precaução, as abandona ou transforma, posto que não mais as compreende. Esse abandono ou transformação impede a permanência de qualquer resquício semântico da flexão extinta. Outro fator que limita a aplicação da lei surge quando a sobrevivência das flexões se mantém apenas na língua literária, tendo desaparecido da língua do povo. Como exemplo deste último caso, Bréal menciona a inversão na ordem dos termos no francês literário, resquício da estrutura sintática latina que permitia maior liberdade na ordenação dos termos numa frase.

1.4.1 A lei da sobrevivência das flexões e a Sintaxe Gerativa

Cabe-nos ressaltar a coincidência entre a proposta da permanência do semântico frente ao formal presente na lei da sobrevivência das flexões e o conceito de “termo pro” criado pela Sintaxe Gerativa. Berlinck, Augusto e Scher, ao tratarem da possibilidade de o português brasileiro formar frases com “sujeito referencial nulo” (sujeito oculto na terminologia da sintaxe tradicional) e frase “com sujeito nulo

expletivo” (frases sem sujeito por se tratar de verbo impessoal), explicitam o conceito de sujeito nulo da seguinte maneira:

Os chamados sujeitos nulos são analisados, na teoria gerativa, como entidades cognitivas que, embora foneticamente não manifestadas, ocupam uma posição estrutural na sentença sendo pro o termo técnico usado para designar tais elementos. (BERLINCK, AUGUSTO E SCHER, 2000, p.225).

Em virtude de “termo pro” ser o termo que apresenta função sintática a despeito de não haver qualquer marca formal que indique sua presença na frase, concluímos que sua postulação pressupõe a existência de um valor semântico-gramatical não expresso formalmente¹¹, pressuposto adotado por Bréal quando propõe a lei de sobrevivência das flexões.

Outro tópico que nos parece ser de interesse para a teoria gerativa diz respeito ao primeiro limite à aplicação da lei: se a flexão era pouco freqüente antes de sua desapareição, os usuários sentem dificuldade para entender a construção sintática na qual ela ocorria e acabam por abandoná-la por completo o que impede que a flexão sobreviva.

A julgar pela definição desse limite, para uma flexão sobreviver semanticamente, é preciso que o usuário acione um mecanismo interpretativo capaz de preencher semanticamente a informação gramatical anteriormente expressa por morfemas.

Se, do ponto de vista gerativo, é necessário haver, na gramática interiorizada, um dispositivo que indique que, em determinada construção, há um “termo pro”, podemos concluir que a reflexão sobre o primeiro limite à lei de sobrevivência pode ser associada à influência do que hoje se denomina conhecimento lingüístico interiorizado, tópico revelador da relação entre cognição e lingüística.

Ao tratar do segundo limite da aplicação, Bréal comenta que um tipo sutil de arcaísmo na linguagem literária ocorre quando o escritor “apela a meios gramaticais que não existem mais na consciência popular” (BRÉAL, 1992 [1904], p.49). Do nosso ponto de vista, esta referência ao arcaísmo sintático também remete à questão do

¹¹ Raposo define o termo pro como um elemento pronominal vazio, sem realização fonética mas que, por possuir matriz gramatical, apresenta propriedades como gênero, pessoa e caso; mais adiante, o gerativista evidencia a existência de argumentos expressos por termo pro (i.e. que apresentam a função de complemento verbal) RAPOSO, Eduardo Paiva. **Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem**. Lisboa: Caminho, 1992. (Caminho colecção universitária, série Lingüística) p.328, 332 e segs.

conhecimento lingüístico interiorizado, i.e., à gramática interiorizada postulada pelo gerativismo.

Ainda examinando a Lei de sobrevivência sob o viés gerativo, cabe-nos salientar a importância da questão sintática da ordem dos termos na frase. Para Bréal, a posição da palavra que perdeu flexão na frase é um lembrete que aciona o mecanismo interpretativo que garante a sobrevivência semântica da flexão. Para nós, este raciocínio é compatível com as pesquisas gerativas que têm sido feitas com base no “Modelo de Princípios e Parâmetros, assim descrito por Berlinck, Augusto e Scher:

O Modelo de Princípios e Parâmetros, um outro momento do percurso da teoria chomskyana (Chomsky, 1981), concebe as línguas humanas como sistemas constituídos por princípios universais - invariantes que toda e qualquer língua apresentará - e parâmetros de variação, responsáveis por especificar propriedades variáveis de línguas particulares. (BERLINK, AUGUSTO e SCHER, 2000, p.214).

De acordo com a perspectiva gerativa, há dois parâmetros universais de ordem dos termos de uma frase: V2 - domínio da ordem X VS e não V2 - tendência à ordem SVO. A mudança na ordem dos termos é diferentemente percebida pelos falantes: em línguas V2 há a percepção de “inversão germânica”, em línguas não V2, a de “inversão românica”. (BERLINK, AUGUSTO e SCHER, 2000, p.221 e 222). Segundo dados fornecidos pelas autoras, há evidência de que, enquanto no português europeu, a ordem dos constituintes é de língua V2, no português brasileiro atual, a ordem corresponde a uma língua não-V2.

Torres Moraes, informam as autoras, constatou que, a partir do século XVIII, teve início uma fase de transição: enquanto as ordens VSO e OVS começaram a ser usadas com menos frequência, a ordem SVX passou a ser a mais freqüente. Para os gerativistas, a mudança constatada na ordem dos termos frasais foi decorrente de certos falantes, no momento de aquisição da linguagem, terem interpretado a ordem V2 como uma inversão da ordem não-V2, não mais percebendo a ordem não - V2 como inversão da ordem V2:

As gerações mais novas, expostas a um alto índice de dados com a ordem sujeito-verbo, podem ter atribuído uma diferente análise para essas construções. [...]. Segundo a autora (Torres Moraes, 1993:287): “na reanálise, as declarativas SVX poderiam estar sendo analisadas sem movimento do V para uma posição mais alta”. Uma vez que o verbo não sobe mais até o SC, a

ordenação VS - a inversão do tipo germânico - não pode mais ser licenciada da mesma forma. (BERLINK, AUGUSTO e SCHER, p.224).

Percebe-se que a proposta gerativista de colocar a interpretação lingüística do falante como propulsora da mudança vai ao encontro da concepção brealina, segundo a qual qualquer mudança tem origem na maneira pela qual o usuário interpreta o idioma que fala. Devido a essa convergência, acreditamos que a Lei de Sobrevivência das Flexões pode enriquecer a aplicação diacrônica do “Modelo Princípios e Parâmetros”.

De acordo com Bréal, uma flexão só desaparece totalmente após sua carga semântica ser totalmente esquecida. Transpondo este raciocínio para o caso em questão, podemos afirmar que, no período arcaico, ainda havia a lembrança das flexões latinas o que possibilitava a ordem V2, cuja interpretação não trazia qualquer dificuldade aos falantes. À medida que o valor semântico foi ficando obscuro, a lei foi deixando de ser aplicada e, com ela, a interpretação segundo a qual, na ordem SVO, havia uma inversão germânica. Cessada a aplicação da lei, a ordem V2 passou a trazer dificuldade interpretativa aos usuários do idioma que passaram a preferir a ordem não-V2, por vontade, isto é, para se assegurarem de que estavam sendo compreendidos.

Observa-se que a explicação ora apresentada é coerente com o *corpus* utilizado para a análise do português arcaico. Como é sabido, naquela época, a linguagem escrita inspirava-se nos modelos latinos, circunstância que deve ter favorecido a lembrança da sintaxe latina ocasionando a sobrevivência semântica das suas flexões.

1.4.2. A lei da sobrevivência das flexões e a Morfologia Estruturalista

Apesar de os exemplos fornecidos para mostrar o funcionamento da lei da sobrevivência das Flexões serem constituídos por frases e estarem, portanto, no nível frasal de análise, verificamos que a análise das palavras em morfemas - objeto de estudo da Morfologia - também pode ser enriquecida pela aplicação da Lei de Sobrevivência das Flexões.

Para nós, o fenômeno semântico descrito na Lei da Sobrevivência das Flexões pode ser relacionado ao conceito de morfema zero assim postulado por Petter:

Segundo Gelason (1961: 80), pode-se dizer que há morfema zero somente quando não houver nenhum morfe evidente para o morfema, isto é, quando a ausência de uma expressão numa unidade léxica se opõe à presença de

morfema em outra, como se depreende da comparação das formas verbais (Kehdi, 1993: 23): *Falávamos / Falava*.[...] Segundo Kehdi (1993:25), pode-se afirmar também que os alomorfes de plural em português: /-s, -es,-is/, incluem um alomorfe zero, presente, por exemplo, em *pires* cujo número só é recuperável pelo contexto. (PETTER, 2003, p.68).

Conforme a definição fornecida, o morfema zero sinaliza uma ausência formal que se reveste de significado, sendo que sua carga semântica provém do contraste com outra forma. À primeira vista, as abordagens diferenciam-se devido à Morfologia Estrutural limitar-se à sincronia e Bréal pressupor um estado lingüístico anterior, do qual provém a carga semântica do morfema não atualizável. Em outras palavras, enquanto, para os estruturalistas, é a ausência de morfema que sinaliza uma noção gramatical; para Bréal, é a lembrança de um estado anterior que explica a presença da noção gramatical. Apesar de as explicações propostas diferirem bastante entre si, as noções de morfema zero e a de sobrevivência das flexões parecem-nos equivalentes: ambas fundamentam-se na possibilidade de um conteúdo semântico de ordem gramatical estar sinalizado por uma ausência de marca formal.

Uma leitura mais atenta evidenciou-nos que a postulação do morfema zero não é incompatível com o ponto de vista diacrônico e que a aplicação da lei de sobrevivência das flexões pode enriquecer a análise, haja vista que, nos casos em que o ponto de vista diacrônico pode ser utilizado, a lei de sobrevivência das flexões pode ser vista como uma das causas da existência de morfema zero.

Como exemplo de postulação de morfema zero explicada através da lei da sobrevivência das flexões, podemos citar a análise morfológica da flexão de número dos substantivos em português. De um lado, o par *casa - casas* admite a análise segundo a qual apenas o plural recebe morfema flexional de número: o morfema -s. De outro, também é possível postular que há, na forma singular, morfema flexional de número representado pelo morfema zero devido à ausência do -s.

Se, do ponto de vista sincrônico, é possível argumentar que a ausência de marca formal em *casa* é evidenciada via comparação com a forma *casas*; do ponto de vista diacrônico, pode-se afirmar que o morfema latino -m portador das noções de acusativo e singular sofreu apócope. A lacuna assim formada originou “um espaço vazio” preenchido por morfema zero em virtude de a noção de número ter permanecido na palavra portuguesa. Vê-se, assim, que a perda da flexão fez surgir o morfema zero portador do valor semântico da flexão latina.

Advertimos, porém que, atualmente, o morfema zero tem sido re-avaliado e criticado por sua aplicação estar limitada aos casos em que há conhecimento prévio da língua a ser analisada :

A noção de morfema zero { Ø } deve ser postulada com bastante parcimônia [...]. A descrição de uma língua desconhecida a partir da tradução exige um cuidado adicional, pois muitas vezes a tradução pode deixar de lado alguns traços do significado ou acrescentar outros.. Postular a existência de um *morfema zero* por ser útil, em muitas situações, como expediente temporário de análise, até um que um estudo mais extenso possa confirmar ou contestar a análise proposta. Uma descrição superficial dos nomes em Diulá [...] poderia concluir que não há marcas para o morfema do definido, comparando as formas: /mùsò/ “mulher” e /mùsô/ “a mulher”. No entanto, uma observação mais atenta, com maior número de dados, demonstraria que o definido manifesta-se por meio de um tom baixo que se combina com o último tom da palavra, gerando, um tom modulado / ^ / alto-baixo, no lexema investigado. Não se trata, portanto, de um morfema zero, mas sim de um morfema tonal. (PETTER, 2003, p. 69, grifos da autora).

No trecho acima, Petter aconselha o lingüista a ter prudência e a postular a existência de morfema zero apenas como uma solução provisória. De modo a comprovar a validade de seu conselho, são utilizados dados de uma língua desconhecida pelos falantes de português do Brasil.

Apesar de sua crítica pautar-se na não produtividade do morfema-zero para línguas desconhecidas, observamos que o conselho dado por Petter é igualmente válido para a análise morfológica da língua portuguesa, sob um ponto de vista exclusivamente sincrônico, que desconsiderasse a tradição escrita do idioma, como o comprova a análise do par *ovo- ovos* segundo variantes orais não institucionalizadas, isto é, excluídas da norma-padrão.

Em algumas variantes do vernáculo, o plural de *ovo* é marcado pela abertura da vogal inicial. Assim como ocorreu com as formas /mùsó/ e /mùsô/ em Diulá, no par /ovw/ /óvw/ há uma diferença de ordem gramatical não sinalizada graficamente. Seguindo-se o raciocínio de Petter, poder-se-ia postular um morfema zero para a forma plural. Aprofundando-se as considerações de ordem fonológica (responsáveis pela análise definitiva das palavras em Diúla), percebe-se que o morfema zero é sinalizado por um morfema supra-segmental “abertura da vogal”: fechada no singular e aberta no plural.

A possibilidade de aplicar o raciocínio proposto por Petter para a língua portuguesa demonstra que a questão não está apenas no (des) conhecimento do idioma.

Conforme se mostrará a seguir, a postulação do morfema zero também pode ser relacionada à adoção de um ponto de vista diacrônico.

Como se sabe, a modalidade escrita é mais conservadora que a modalidade oral, característica que possibilita considerar a primeira como reveladora de um estado lingüístico ligeiramente anterior ao da segunda, mesmo quando se trate de produções lingüísticas concomitantes. Partindo-se desta premissa, podemos dizer que a oposição lingüística *ovo* - *ovos* é anterior à oposição *ovo* - *[óvw]*. Portanto, do ponto de vista diacrônico, é possível afirmar que o morfema *-s* desapareceu, sendo que o desaparecimento formal do morfema não resultou na extinção de sua carga semântica, uma vez que a palavra traz consigo a noção de número plural. Desta perspectiva, o desaparecimento do *-s* deu origem ao morfema zero cujo significado tem sua permanência explicada pela Lei de Sobrevivência das flexões.

Considerando as análises morfológicas propostas, podemos afirmar que a adoção dos postulados brealinos nos estudos de Morfologia em geral e nos de Morfologia Estrutural, em particular, contribuiria para a compreensão de que, muitas vezes, o morfema-zero é uma unidade morfológica diacronicamente construída via sobrevivência das flexões.

1.4.3 A lei da sobrevivência das flexões e os registros de fala

Ainda com relação à lei de irradiação, cabe ressaltar que o segundo limite à sua aplicação - quando uma flexão é utilizada somente na linguagem literária, sobrevive somente nesse meio e desaparece por completo na linguagem popular - pressupõe a distinção entre linguagens: a elaborada pelos literatos e aquela utilizada pelo povo, distinção que prenuncia a noção de registros de fala mais tarde utilizada pelos sociolingüistas, tanto os labovianos, citados em ambas as coletâneas, quanto os adeptos da corrente francesa, os quais - diga-se de passagem - praticamente não foram mencionados nas obras consultadas.

1.5 As falsas percepções

O fenômeno da falsa percepção (falsa apenas do ponto de vista histórico, enfatiza Bréal) consiste numa interpretação morfológica que não considera o ponto de

vista diacrônico de análise, ocorre em palavras nas quais houve apócope de flexão e, muitas vezes, resulta na criação de novos morfemas gramaticais.

Antes mesmo de definir em que consiste a falsa percepção, Bréal afirma que ela é aparentada do fenômeno da sobrevivência das flexões. Considerando que a falsa percepção começa a ser criada na mente do falante, após o desaparecimento formal de uma flexão, podemos dizer que ela consiste no estágio posterior à sobrevivência da flexão, isto é, no momento em que não há mais qualquer indício da antiga flexão. Notamos, também, que o modo de funcionamento dessas leis é semelhante: ambas têm por fundamento a interpretação do falante a respeito da língua que fala e ocorrem no nível morfológico. Em que pese essas semelhanças, não podemos desconsiderar o fato de a sobrevivência das flexões ser um fenômeno de ordem diacrônica e a falsa percepção um fenômeno de ordem sincrônica.

O primeiro exemplo fornecido para explicitar o que é falsa percepção é o das palavras inglesas *ox- oxen* (boi-bois). Comparando-se a forma singular com a forma plural, percebe-se que a presença de *-en* na forma plural as diferencia. Esta percepção por parte do falante nativo fez de *-en* uma desinência de plural. No entanto, do ponto de vista histórico, *oxen* tem por étimo a palavra sânscrita *uksan* o que indica que *-en* faz parte do radical da palavra.

Outro exemplo é constituído pelas palavras latinas de gênero neutro, caracterizado pela ausência de desinência, mas cuja terminação em *-e*, como em *dulce* e *nobile*, concorreu para que a vogal fosse percebida como marca do gênero neutro.

Pelos exemplos, que incluem, além dos citados, outros, provenientes da língua alemã e da língua grega, percebemos que Bréal fazia uma clara distinção entre a abordagem sincrônica e diacrônica de análise, diferenciação que prenuncia a dicotomia saussuriana.

Convém esclarecermos que o uso do adjetivo avaliativo *falso* para designar a análise que não está conforme a história da língua, não significa que Bréal privilegiava o ponto de vista diacrônico em detrimento do ponto de vista sincrônico, haja vista que o adjetivo em questão não é usado pejorativamente, como se depreende da explicação transcrita seguir:

Pode-se, então, dizer que o sentimento que faz hoje reconhecer em *Kind-er*, *Wib-er*, *Häus-er* uma desinência do plural é, do ponto de vista da história, uma falsa percepção, o que não impede que ela tenha se tornado uma desinência regular da língua. (BRÉAL, 1992 [1904], p.51).

1.5.1 A questão da mudança lingüística para Bréal e para a Lingüística Histórica

Ao tratar de falsas percepções ocorridas no idioma inglês e no idioma alemão, Bréal faz algumas observações de ordem fonológica nas quais afirma que os fenômenos de apofonia e metafoia presentes, por exemplo, em *man - men* são importantes em virtude de a variação vocálica ter se revestido do valor significativo de indicar a noção de número desses substantivos. Explica o autor que esta mudança ocorreu em virtude de uma sílaba final anteriormente presente na forma plural ter sido apocopada, o que possibilitou que a vogal fosse percebida como portadora da noção de número. Mais adiante, refletindo sobre o fato de a alteração vocálica, em princípio secundária, ter se tornado tão significativa, conclui que não pode haver alterações fonéticas sem que haja recursos lingüísticos que garantam a permanência do valor semântico associado aos fonemas em questão, atribuindo, assim, primazia à Semântica :

Talvez haja entre essa ocorrência na significação e a queda do aparelho flexional uma conexão mais íntima, pois se pode suspeitar que o povo não deixa cair o que lhe é útil, senão quando percebe que tem o meio de o substituir. (BRÉAL, 1992 [1904], p.52).

Ao afirmar que as mudanças fonéticas não atingem palavras consideradas úteis pelos usuários do idioma, Bréal propõe a primazia do semântico na mudança lingüística, ao relacionar mudanças fonológicas a mudanças semânticas.

Notamos que a defesa de que o fator semântico é primordial e norteia toda mudança lingüística contrasta com o ponto de vista adotado por Gabas que, ao estudar as mudanças lingüísticas, classifica-as em fonética, gramatical e semântica:

[...] Em princípio, e dado um contexto apropriado, qualquer parte de uma língua pode mudar, desde o nível fonético-fonológico (dos sons) até o nível semântico (do significado). Nas subseções que se seguem, trataremos de descrever em detalhe cada um dos possíveis tipos de mudança lingüística, isto é, as mudanças de som (seção 3.1), as mudanças por meio de analogia (seção 3.2), as mudanças na gramática (seção 3.3) e na semântica (seção 3.4). (GABAS, 2001, p.81).

Segundo Gabas (2001, p. 87-89), as mudanças fonéticas são caracterizadas por serem decorrentes de variação fonética não-distintiva, isto é, que não acarreta em mudanças de significado (lexical); as gramaticais são referentes a transformações de

ordem morfológica e/ ou sintática, enquanto as semânticas abrangem as mudanças no significado das palavras.

Comparando-se a proposta da Lingüística Histórica à de Bréal, as divergências saltam à vista: para Bréal, toda mudança gramatical é de ordem semântica e as mudanças fonéticas são vistas como passíveis de acarretarem mudanças de ordem gramatical. Caso seus postulados fossem utilizados, os estudiosos de Lingüística Histórica passariam a conceber os fenômenos de evolução diacrônica de modo mais holístico, menos atomista e menos mecanicista já que haveria uma maior integração da Fonética, da Sintaxe e da Morfologia com a Semântica.

1.6 A analogia

No capítulo dedicado à analogia, Bréal expõe seu ponto de vista sobre o assunto, divergindo de seus contemporâneos. Para ele, a analogia é um recurso utilizado pelos falantes em certas circunstâncias. Por ser utilizada para fins determinados, não se pode afirmar que seja uma força cega que direciona as mudanças das línguas ou que estaria mais presente nas línguas românicas que nas línguas clássicas.

Muitos lingüistas de sua geração contentavam-se em explicar determinadas mudanças como sendo causadas pela analogia. Bréal, ao contrário, concebe a analogia como conseqüência e defende o estudo de suas causas: “[...] Engana-se, porém, se se apresenta a analogia como uma causa. A analogia é apenas um meio. Às verdadeiras causas, trataremos de as mostrar.” (BRÉAL, 1924,p.60).

Longe de considerar que a analogia resolve e explica todas as mudanças lingüísticas, Bréal acredita que ela é motivada pela vontade e ocorre em casos específicos: para evitar qualquer dificuldade de expressão, para obter mais clareza, para ajustar irregularidades a uma regra antiga ou nova e para sublinhar uma oposição ou uma semelhança.

Sobre a atuação da analogia com o fim de evitar uma dificuldade, o autor explica que ela ocorre quando há dois mecanismos funcionando em concorrência para um mesmo resultado: aquele que é sentido como mais fácil é preferido em detrimento do outro. De modo a provar a presença da analogia nas línguas clássicas, os exemplos fornecidos para ilustrar este modo de atuação da analogia são oriundos ou do grego ou do latim.

Todos os exemplos evidenciam que, em determinada fase do idioma, havia duas maneiras concorrentes de expressão e que, num momento posterior, apenas uma dessas formas era mantida. Um dos exemplos mostra a diminuição de modelos de declinação dos substantivos latinos, tendo-se por parâmetro a língua grega clássica. Aos falantes da língua latina, a declinação consonântica lhes parecia difícil, em decorrência do costume de encurtar a pronúncia das palavras abreviando ou apagando as sílabas finais. Por causa dessa dificuldade, evitava-se este tipo de declinação. Por esse motivo, substantivos que apresentavam tal possibilidade declinatória passaram a fazer parte do modelo em *-i* como em *avis* e *collis*. Assim, enquanto, em grego, há os substantivos *ferónt -un; fêront-a* e *fêront-es* (transliterações da pesquisadora) em latim houve a adição de um *i* às desinências, respectivamente: *ferent-ium, ferent-ia* e *ferent-es* (antigo *ferenteis*). (BRÉAL, 1924, p.64).

A segunda causa pela qual há o uso da analogia está na busca de clareza e ocorre quando o falante não percebe mais nitidamente o significado gramatical de algumas formas e não quer correr o risco de ser mal compreendido. Dado o embotamento de certas formas, fenômeno mais comum quando se trata de formas curtas, outras são utilizadas para expor claramente o significado gramatical das antigas.

Depois de citar um exemplo latino e outro grego, mostrando que esse modo de atuação da analogia também se faz presente nas línguas clássicas, Bréal fornece um exemplo da língua francesa que importa transcrever e comentar para que se entenda melhor sua proposta:

O desejo de formas explícitas faz compreender como, em francês, os antigos números ordinais *tiers, quart, quint* (*le tiers parti, un quart voleur survient...*) foram substituídos por *troisième, quatrième*... Os antigos ordinais latinos não restam mais que os dois primeiros: mas já (sic) *deuxième*, em lugar de *second*, é familiar a nossos ouvidos. (BRÉAL, 1924, p.65).

Aplicando o raciocínio que resulta na utilização da analogia, pode-se afirmar que, num dado momento, as formas latinas dos números ordinais deixaram de ser compreendidas. A partir desse momento, a necessidade de clareza oriunda da vontade de ser bem compreendido fez a analogia ser aplicada, fazendo surgir as formas *troisième* e *quatrième*.

Outro exemplo mostra que houve participípios que foram recriados analogicamente na língua francesa, com base no modelo latino em *-utus* dando origem

a *pendu*, *tendu* e *rompu* que substituíram *poids*, *toise* e *route*, formas evitadas por diferirem muito das formas infinitivas *pendre*, *tendre* e *rompre*.

Após tratar do uso da analogia para obter clareza, Bréal volta-se à analogia utilizada para enfatizar uma oposição ou uma semelhança. Esse uso não é definido muito claramente. Somente após análise atenta dos exemplos fornecidos, entendemos que esta aplicação é consequência do modo pelo qual as palavras são armazenadas na memória lexical.

De um lado, há o costume de se associar idéias contrárias, de acordo com o conhecido raciocínio dialético. Idéias contrárias costumam ser expressas por antônimos, conseqüentemente, palavras antônimas são postas lado a lado na memória. A comparação entre os termos de cada par pode acarretar mudanças que façam os antônimos se parecerem formalmente. Nesse caso, o uso da analogia serve para enfatizar uma oposição. De outro, a analogia também pode ser usada para enfatizar uma semelhança, o que ocorre entre palavras pareadas ou por serem sinônimas ou por fazerem referência a coisas associadas entre si.

Como exemplos de analogia decorrentes do pareamento de antônimos, Bréal cita a formação, em latim, de *noctu* com base em *diu* e a de *nocturnus* tendo por modelo *diurnus* e os verbos ingleses *differ* e *agree* que compartilham a mesma regência (*with someone*). Nesse último caso, trata-se de fenômenos sintáticos motivados pela busca de simetria, a qual pode levar o falante estrangeiro a cometer falhas: “Basta ouvir as pessoas que sabem imperfeitamente uma língua, observando os erros que cometem, para ver que elas se deixam comumente levar por associações desse gênero” (BRÉAL, 1992, [1904], p.59).

Um dos exemplos de palavras formalmente aproximadas em decorrência de serem semanticamente semelhantes é oriundo do sânscrito. Neste idioma, a palavra *pati* significa tanto “pai” quanto “senhor”. Para cada um desses sentidos, há um genitivo, respectivamente *pates* (do senhor) e *patjus* (do pai). O segundo genitivo deu origem a *matus* (da mãe) palavra que seguiu a declinação de *patjus*.

Antes de fornecer exemplos de uso da analogia, com o objetivo de conformar a língua a determinadas regras, Bréal comenta que essas regras tendem a suprimir exceções, o que leva a crer que esta causa tenha por consequência a regularização de formas. Os exemplos dados são oriundos do grego, do latim e do alemão. Um dos exemplos latinos evidencia o seguinte caso de convergência formal: os verbos *praetare*

(de *stare*) e *praestare*, derivado de *praestus* (*prae-situs*), apresentam o mesmo pretérito, *praestiti*.

Após a apresentação desses exemplos e de outros que não foram citados aqui, tem início a descrição da última causa que motiva o uso da analogia: a conformação a regras velhas ou novas. Essas regras, esclarece Bréal, não estão formuladas, são supostas tanto pelos usuários do idioma e pelas crianças, ao aprenderem sua língua materna, quanto pelos aprendizes de um idioma estrangeiro:

Está em questão aqui uma regra não formulada, que o homem se esforça por adivinhar, que vemos as crianças tentar descobrir. Supondo-a, o povo a cria. A idéia de que a linguagem obedece a leis fixas, está profundamente impressa no espírito do povo. Nada mais razoável, aliás, já que, sem leis, a linguagem deixaria de ser inteligível e falharia em seu primeiro e único objetivo. (BRÉAL, 1992 [1904], p.72).

1.6.1 A universalidade da analogia e o ponto de vista sociolingüístico

Ainda sobre a concepção de analogia, ressaltamos que, por acreditar que as causas das mudanças são inerentes ao “espírito” e impostas pelas condições da linguagem, Bréal conclui, contrapondo-se a Curtius, que não há motivos para essas causas terem agido com menos rigor nas línguas clássicas:

A esse respeito, não podemos aceitar a opinião do sábio helenista. Se a atenção foi chamada primeiro para esse aspecto quando das línguas românicas, é porque estas deixam a descoberto suas origens, vantagem ausente nas épocas anteriores. Mas, uma vez que as causas das mudanças são inerentes ao espírito e impostas pelas condições da linguagem, não há motivo algum para acreditar que elas tenham agido com menos força no passado. (BRÉAL, 1994 [1904], p.61).

Parece-nos digna de nota a atitude de Bréal no sentido de equiparar as línguas clássicas com as modernas, opondo-se àqueles que acreditavam na superioridade do grego e do latim. Por meio dela, o autor defende a igualdade lingüística que as línguas apresentam entre si, motivo pelo qual julgamos que sua atitude é equivalente à defendida pelos sociolingüistas labovianos, assim descrita por Camacho:

Ao assumir, de fato e de direito, o princípio da heterogeneidade inerente à linguagem, a Lingüística moderna, especialmente a Sociolingüística, eliminou preconceitos ao afirmar, axiomáticamente, que todas as línguas e variedades de uma língua são igualmente complexas e eficientes para o exercício de todas as funções a que se destinam; e que nenhuma língua ou

variedade dialetal impõe limitações cognitivas na percepção e na produção de enunciados. (CAMACHO, p.68. 2000).

Importa-nos acrescentar que a luta de Bréal contra o preconceito lingüístico recobre também o combate a atitudes puristas. Primeiro Bréal mostra que, com o objetivo de tornar mais claras e evidentes certas noções gramaticais, as línguas modernas tomam emprestadas desinências de outras línguas - no francês há empréstimo dos sufixos gregos *-isme*, *-iste* e *-iser* como mostram as palavras *optimisme*, *artiste* e *autoriser*; e do sufixo latino *-al*, presente em *national* e *provincial*; na língua inglesa, as palavras *finish* e *nourish* são formadas com o morfema francês *-ish* oriundo da segunda conjugação francesa. Em seguida, o estudioso explicita sua atitude anti-purista e defende o uso de empréstimos :

Em todas as épocas, em todas as nações, encontraram-se puristas para protestar contra esses empréstimos. Mas os que formam a linguagem, querendo antes de tudo serem compreendidos, e compreendidos com mínimo esforço, preocupam-se pouco com a proveniência dos materiais que colocam em funcionamento. (BRÉAL, 1992 [1904], p.57).

Como se pode depreender dos trechos transcritos e comentados, tanto os sociolingüistas quanto Bréal têm, como um de seus objetivos, o combate ao preconceito lingüístico, convergência que concorre para que Bréal seja considerado pela Sociolingüística como um precursor da luta contra este tipo de preconceito.

1.6.2 A analogia para Bréal e para a Lingüística Histórica

Com relação à concepção de analogia proposta no ES, percebemos que, a julgar pelas informações fornecidas por Gabas, ela não foi incorporada pela Lingüística Histórica. Citando uma obra americana de meados da década de 70 do século passado, o lingüista brasileiro define a analogia como um processo que assemelha entre si formas associadas através da regra de proporção, cujo efeito principal é a regularização de formas anômalas (GABAS, 2001, p.86-87).

Como exemplo de mudanças feitas com base na analogia, Gabas (2000, p.87-88) cita o processo por meio do qual o plural de muitos substantivos ingleses passou a ser formado pela adição do morfema *-s*. Explica o autor que, no inglês antigo, havia quatro tipos de substantivo: o que fazia plural em *-a* (*hand* - *handas*); o que não apresentava

marcação de plural (*gear*); o que fazia plural em *-n* (*eage - eagen*) e o que tinha plural em *-as* (*stan -stanas*). Em sua análise dessas mudanças, Gabas limita-se a cotejar as palavras acima citadas com suas correspondentes no inglês moderno e a informar que houve utilização do raciocínio analógico:

Ao compararmos as mudanças do inglês antigo para o inglês moderno, observamos que a marcação do plural se regularizou, passando de quatro formas distintas para apenas uma, a que utiliza o morfema {-as}, reinterpretado mais tarde apenas como {-s}. Tal regularização ocorreu por meio de uma regra de proporção, cuja base foi a marca de plural para a palavra *stone*. Comparada com *hand*, essa regra de proporção é expressa da seguinte maneira: *stone: stones::hand: hands*. Assim, seguindo esse mesmo processo analógico, o morfema {-s} se estendeu como marca de plural para as demais palavras do inglês. (ibidem, p.88).

Consideramos o exemplo de regularização de formas, citado pelo lingüista brasileiro como equivalente àquilo que Bréal propõe como analogia utilizada para promover ajuste de irregularidades a regras formuladas pelos usuários do idioma. Nesse sentido, o exemplo citado na coletânea seria analisado por Bréal como uma evidência de que a analogia foi utilizada como um meio de fazer a flexão de número dos substantivos ingleses seguirem uma regra elaborada pelos falantes do idioma: a de que o morfema *-s* é a marca de plural por excelência.

Pelo cotejo da análise de Bréal com a análise de Gabas percebemos que, tal qual os contemporâneos de Bréal, Gabas não faz nenhuma referência àquilo que ocasiona a atuação do processo analógico, permitindo afirmar que as considerações de Bréal sobre a analogia mantêm, até hoje, a novidade que apresentavam à época da publicação do ensaio.

Não obstante divergirem quanto à concepção de analogia e de seus modos de atuação, o trecho transcrito a seguir mostra ser ponto pacífico, tanto entre os contemporâneos de Bréal, quanto entre os que hoje se dedicam à Lingüística Histórica que, havendo dois modos de expressão concorrentes, um deles acaba por predominar causando a extinção do outro:

Um dos principais mecanismos de mudança lingüística é o de mudança de som [...] Visto que é anti-econômico para os falantes de um língua terem duas variantes de uma mesma palavra, a tendência é que apenas uma delas sobreviva. É muito difícil, no entanto, predizer quando ou mesmo se uma determinada forma vai suplantará a outra, e qual delas será vencedora. (GABAS, 2001, p.81).

Ainda assim, julgamos que a convergência entre ambos os lingüistas deve ser relativizada: para Gabas, o processo de simplificação ocorre quando se trata de mudanças fonéticas; para Bréal, ocorre no nível morfológico e também, como se verá adiante, no nível lexical.

Outra diferença da concepção brealina de analogia em comparação com o proposto por Gabas diz respeito à importância que lhe é dada. Após esmiuçar cada uma de suas causas, Bréal ressalta a importância da analogia para a aquisição de língua materna, para o funcionamento da linguagem e para a criação de neologismos:

[...] é graças à analogia que a criança, sem aprender uma após outra todas as palavras da língua, sem ser obrigada a tentá-las uma a uma, as domina num tempo relativamente curto. É graças a ela que estamos certos de sermos entendidos, certos de sermos compreendidos, mesmo se chegamos a criar uma palavra nova[...]. (BRÉAL, 1992 [1904], p. 78).

Em nota de rodapé, Bréal afirma que o mesmo processo ocorre quando uma criança aprende sua língua materna:

As crianças, ao dizer *j'ai perdu*, adequam-se aos modelos fornecidos pela língua. Depois de muito tempo, reconheceu-se neles ativos auxiliares da regularidade gramatical. Em lugar de *came*, *I caught*, ouve-se dizer, em inglês, *I comed*, *I caught*. (BRÉAL, 1992, [1904], p.56, grifos do autor).

O fato de o recurso à analogia se fazer presente tanto na evolução diacrônica de uma língua quanto na aprendizagem da língua materna pela criança, é uma evidência de que muitos dos processos responsáveis pela evolução diacrônica das línguas também atuam na aquisição da linguagem.

Diante do exposto, observa-se que, para Bréal, a analogia é um processo atuante tanto na aquisição da linguagem quanto na mudança lingüística e engloba também a aprendizagem de uma língua estrangeira. No que se refere à sua abrangência, ela é semelhante à Lei de repartição. É digno de nota que, tanto no caso da lei de repartição quanto no caso da analogia, há a proposta de estas tendências estarem presentes tanto na fase de aquisição de língua materna quanto na fase adulta e atuarem igualmente na diacronia, motivo pelo qual funcionam como princípios gerais de mudança lingüística.

Como já vimos, a idéia de que essas tendências continuam atuando na fase adulta contradiz o conceito gerativista de mudança gramatical, pois esta apenas teria lugar a partir de reinterpretações advindas do processo de aquisição de língua materna.

A idéia defendida por Bréal, cumpre ressaltar, é compatível com a Sociolinguística Laboviana que admite que o falante pode alterar a variante linguística por ele utilizada ao longo de sua vida.

Após o estudo pormenorizado da analogia, seguem-se os dois últimos capítulos da primeira parte: um sobre novas aquisições e outro sobre a extinção de formas inúteis.

1.7 Aquisições novas

No início do capítulo sobre as novas aquisições, Bréal critica os estudos lingüísticos de natureza histórica por enfatizarem as perdas gramaticais (sintáticas ou morfológicas), deixando de evidenciar os ganhos:

Como os vazios que se fazem numa nação observam-se mais facilmente que as aquisições, as perdas da linguagem são mais comumente assinaladas que os ganhos. Lendo certos livros, parece que a perda é contínua e sem compensação alguma [...] É pouco provável que, durante um espaço de quatro mil anos, as línguas indo-européias tenham constantemente experimentado perdas. A história das perdas se fez muitas vezes. A das aquisições ficou por escrever. (BRÉAL, 1994 [1904], p.61).¹²

Para suprir esta falha, Bréal analisa alguns casos de novas aquisições como o surgimento do infinitivo, do passivo e do advérbio nas línguas românicas, antecipando o tópico do surgimento e evolução da sintaxe, tratado na última parte do ensaio.

Ao tratar da ausência do infinitivo no grego clássico, Bréal posiciona-se contra a crença na superioridade das línguas antigas frente às modernas:

Todas as vezes que está em questão classificar as línguas após uma maior ou menor perfeição, habituamo-nos a falar da família indo-européia como colocada no grau superior da escala. Entretanto, é necessário não procurar muito tempo para encontrar aí o que observamos como uma característica dos idiomas pouco avançados. (BRÉAL, 1924, p.82).

¹² A crítica de Bréal revela, de sua parte, uma visão mais ponderada e completa do fenômeno da transformação do latim nas línguas românicas do que a visão que seus contemporâneos tinham sobre o fenômeno. Também defendendo uma visão mais global do fenômeno, os funcionalistas tentam demonstrar que, ao lado da mudança lingüística, há a estabilidade: “A comparação de enunciados representativos de diferentes sincronias do português e do latim indica que, ao lado de mudanças [...] a língua apresenta também uma estabilidade [...]. Diferentemente do fenômeno da mudança, no entanto, a estabilidade não tem recebido atenção por parte dos lingüistas. Conforme aponta Votre (2000, p.86), estamos tão acostumados à tradição histórico-comparativa e neo-gramática, que privilegia a mudança, que <<quase perdemos a capacidade de examinar o estável, o permanente, o duradouro>>.” FERREIRA, Lucia Maria Alves. “Estabilidade e continuidade semântica e sintática”. In **Lingüística Funcional: teoria e prática**. CUNHA, Maria Angélica Furtado da, et alii (orgs). Rio de Janeiro: FAPERJ / DP&A, 2003, p.73.

Os idiomas pouco avançados a que Bréal se refere na passagem citada são as línguas indígenas, na época erroneamente consideradas pouco desenvolvidas. Para provar que há semelhança entre essas línguas e as línguas clássicas, Bréal mostra que tanto o grego quanto as línguas indígenas são idiomas holofrásticos, isto é, são capazes de transmitir numa palavra apenas o que, em outras línguas, seria expresso por meio de uma frase inteira. Enquanto, no grego clássico, não há nada equiparável ao modo infinitivo, nas línguas descobertas no Novo Mundo, não há como expressar um substantivo sem que a ele esteja associado a idéia de posse: assim como nesses idiomas não é possível expressar o conceito de *cabeça* abstratamente, dado que só é possível expressar “a cabeça” ou “sua cabeça”, em grego clássico não havia como exprimir uma ação de modo abstrato, mas apenas a ação enquadrada em determinado tempo e modo, devido à ausência do infinitivo.

1.7.1 Bréal e o combate ao preconceito lingüístico: uma leitura sociolingüística

Cumpre-nos advertir que, ao combater a idéia de que algumas línguas seriam superiores a outras, assim como fizera com relação à analogia Bréal posiciona-se contra o preconceito lingüístico. Este posicionamento - já explicitado no estudo da analogia – manifesta, como vimos, uma atitude lingüística atualmente defendida pelos sociolingüistas, pelo que se depreende das afirmações de Alkmim, ao citar Labov num texto sobre variedades padrões e variedades estigmatizadas:

[...] Frequentemente, ouvimos falar em línguas “simples”, “inferiores”, “primitivas”. Para a lingüística, esse tipo de informação carece de qualquer fundamento científico. Toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive. É absolutamente impróprio dizer que há línguas pobres em vocabulário. Não existem também sistemas gramaticais imperfeitos. [...] (ALKMIM, 2001, p.41).

1.8 A extinção das formas inúteis

Enquanto a defesa da paridade entre as línguas, exposta no capítulo dedicado às novas aquisições, evidencia uma importante convergência entre a proposta brealina e a Sociolingüística, o estudo do presente capítulo facultou-nos a percepção de certa continuidade teórica entre Bréal e o enfoque estruturalista, principalmente no que se refere à teoria dos signos proposta por Saussure .

Através de numerosos exemplos, Bréal demonstra que a extinção de formas inúteis produz mudanças no pareamento de palavras as quais resultam no surgimento de termos antônimos e no desaparecimento de sinônimos.

Quando paradigmas ternários do léxico se tornam binários, há o surgimento de pareamento por antonímia. Este é o caso das palavras alemãs *mann* e *frau* e do par latino *rex, regina* :

A supressão de certas palavras permite oposições mais claras [...]. É assim que em alemão a oposição de Mann e Frau deveu-se à supressão do masculino Fro [...]. Algumas vezes a supressão se faz de uma outra maneira. Rex podia dar um adjetivo reginus, como se tem divinus. Mas, tendo sido suprimido esse masculino, sobrou o par: rex, regina. (BRÉAL, 1992 [1904], p. 72).

Pode também acontecer que a extinção de uma forma resulte na dissolução de um pareamento por sinonímia. Foi o que houve, em latim, quando *audire*, segundo o autor uma locução que quer dizer “recolher na orelha”, inutilizou o verbo *cluo* que desapareceu, mas subexistiu no substantivo *cliens*.

Quando o pareamento é feito por correlação e há quebra da série por extinção de um dos termos, o significado do termo que permaneceu é alterado. Um exemplo disto é o processo que, segundo Bréal, deu origem à palavra *totus* com o sentido de “tudo”. Tomando por modelo os termos correlatos *quantus, tantus* e *qualis, talis*, supõe-se que *totus* tinha um correlato *quotus* e que deve ter havido uma frase como *Tota terra, quota est*. A extinção de *quota* deu origem ao novo sentido da palavra *totus* que absorveu o conteúdo semântico da palavra que foi suprimida.

Em todos os casos exemplificados, e especialmente no acima citado, há descrição das conseqüências que o desaparecimento de um termo acarreta no conjunto lexical de uma língua dada: “Quando a língua dispõe de dois tempos correlatos (...) a supressão de um deve ter por efeito mudar o sentido do sobrevivente (...)”. (BRÉAL, 1992 [1904], p.72).

Para nós, a idéia de que as palavras se influenciam reciprocamente de modo que a extinção de uma muda todo o conjunto é precisamente o ponto fundamental da teoria do valor do signo e sua significação, conforme proposta por Saussure sintetizada nos seguintes termos por Fiorin:

[...] O valor provém da situação recíproca das peças da língua [...] A significação, é, então uma diferença entre um signo e outro signo [...] No interior de uma língua, as palavras que exprimem idéias próximas delimitam-

se umas às outras. Por exemplo, os sinônimos como *receio*, *medo*, *pavor*, só têm valor próprio pela oposição. Eles recobrem-se parcialmente, mas também se opõem uns aos outros. **Se um deles não existisse, seu conteúdo iria para os outros.** (FIORIN, 2002, p.58. grifos nossos).

Encerrando a primeira parte do ensaio, Bréal conclui que as leis por ele estudadas demonstram que todas as mudanças são causadas não por uma necessidade irracional, mas sim por um princípio inteligente guiado pela noção de utilidade – promover a intercompreensão – que, no fim das contas, acaba por regular as leis fonéticas: “(...) As leis fonéticas não reinam sem controle; elas não podem mais destruir uma palavra indispensável, ou simplesmente útil, assim como não podem fazer durar uma forma supérflua.” (BRÉAL, 1992 [1904], p.72).

1.9 Sinopse da primeira parte do ensaio

Os fenômenos descritos e analisados na primeira parte do ensaio destinaram-se a mostrar a atuação da vontade na evolução lingüística. Alguns dos fundamentos nos quais se baseiam as análises propostas, e, algumas vezes, o objeto de estudo escolhido, podem ser relacionados a várias disciplinas da lingüística moderna. Chamou-nos a atenção a diversidade dos assuntos tratados por Bréal, o que pode estar relacionado ao objetivo mais genérico da primeira parte do seu ensaio: mostrar a influência da vontade de ser compreendido na evolução lingüística como um todo e evidenciar a primazia do fator semântico nesse processo.

Com dissemos na introdução, o objetivo desta parte da tese é o de apresentar o teor do **ES**, evidenciando possíveis pontos de interesse para a lingüística moderna. No que se refere à primeira parte do ensaio, verificamos, a este respeito, que, enquanto alguns dos postulados de Bréal seriam aceitos pela lingüística moderna, outros seriam vistos como novidade. No primeiro caso, está o combate ao preconceito lingüístico, combate atualmente empreendido pela Sociolingüística; no segundo, o estudo da analogia e a lei de sobrevivência das flexões que, embora possa ser relacionada ao conceito gerativo de “termo pro”, nunca foi levada em consideração pelos gerativistas.

Independente do sucesso ou insucesso das idéias brealinas ao longo da constituição da lingüística moderna, o fato de, hoje, ser possível relacioná-las a várias disciplinas lingüísticas evidencia a vitalidade de seus postulados, bem como o interesse e a importância de seu ensaio ser retomado na íntegra. Para que se tenha uma visão

sinfética dos resultados obtidos pela comparação dos postulados brealinos com os fundamentos das disciplinas que se fizeram presentes nas obras de iniciação  lingfistca, apresentam-se, a seguir, dois quadros sinfotcos. Enquanto o primeiro mostra os pontos de divergência e possfveis contribuições brealinas para as referidas disciplinas, o segundo visualiza os pontos de convergência encontrados.

Primeira parte do *ES*: pontos divergentes e possfveis contribuições

Conceito brealino	Disciplina(s) Moderna(s)	Contribuição
--------------------------	---------------------------------	---------------------

Esperada

Lei de repartição e analogia	Teorias Inatistas de Aquisição Lingfistca Histórica Sociolingfistca	Integração dos processos de aquisição, variação e mudança via recusa ao limite do perfodo crftico de aquisição e estudo de variação propriamente semântica
Lei de irradiação	Morfologia	Melhor entendimento das causas semânticas como determinantes da estrutura morfológica
Sobrevivência das flexões	Morfologia Estrutural	Consideração da lei brealina como causa diacrnica para o surgimento do morfema zero
Analogia	Lingfistca Histórica	Aprofundamento dos fenômenos explicados com base no raciocfnio analógico

Primeira parte do *ES*: pontos de convergência

Conceito Brealino	Conceito Moderno	Disciplina ou Tópico
Mudança Lingüística (Ling. Funcionalisra)	Hipótese da Gramaticalização	Lei de especialidade
Sociolingüística Laboviana	Covariação das variações lingüísticas e sociais	Lei de repartição: fatores sociais para a diferenciação de sinônimos
Sociolingüística	Combate ao preconceito lingüístico	Igualdade lingüística entre Línguas Clássicas, Línguas Românicas e Línguas não Românicas
Lingüística Histórica	Influência de Adstrato	Lei de repartição: fatores sociais para a diferenciação de sinônimos
Lingüística Histórica	Simplificação	Analogia
Lingüística Histórica	Regularização	Analogia
Teoria dos Estágios de Desenvolvimento da Linguagem na Aquisição de Língua Materna)	Recontextualização precedida por Supergeneralização	Lei de repartição como princípio organizador da linguagem
Morfologia Gerativa	Critério de produtividade	Lei de irradiação
Sintaxe Gerativa: Modelo Princípios e Parâmetros	Ordem dos termos de uma frase	Sobrevivência das flexões
Sintaxe Gerativa – Modelo Princípios e Parâmetros	Termo pro	Sobrevivência das flexões
Estruturalismo	Dicotomia saussuriana sincronia- diacronia	Falsas percepções
Estruturalismo	Valor e significação do signo	Extinção das formas inúteis

CAPÍTULO 2 - A SEGUNDA PARTE DO ES

Esta parte do ensaio concerne ao estudo de como ocorrem a determinação e a mudança do sentido das palavras e constitui o que Bréal considera como a Semântica propriamente dita, a ciência das significações. Por uma questão de clareza, doravante, faremos referência às questões da primeira parte do ensaio pelo termo Semântica Geral e às relativas a esta parte, pelo termo Semântica Lexicalista, conforme previsto inicialmente.

Conforme reintera Bréal, a ciência da significação consiste no estudo de como ocorrem a determinação e a mudança do sentido das palavras. A partir dessa afirmação, podemos fazer duas inferências. Há dois tipos de Semântica: uma geral, que preside o processamento da linguagem e o desenvolvimento da Sintaxe e da Morfologia, e outra particular, que trata especificamente das palavras, estando, aí, o germe da concepção de Semântica como disciplina restrita ao nível lexical de análise. Se o estudo da fixação e da mudança dos sentidos faz parte da ciência da significação, o significado é produto do sentido: a Semântica propriamente dita, ao estudar o sentido, abrange o estudo da significação, podendo-se entender que há, primeiro, a produção de um sentido numa situação comunicativa concreta e, posteriormente, via estabilização semântica, conseguida por meio da repetição, a constituição de um novo significado.

Tendo em vista essa última inferência, apesar de, ao longo do ensaio, haver flutuação do uso dos termos *significado* (que concorre com o termo *valor*) e *sentido*, empregaremos esses termos de modo sistemático: sempre que o autor fizer referência ao conteúdo semântico estável que uma palavra, morfema ou expressão carrega independentemente de sua utilização, o termo *significado* será utilizado; se a referência for feita ao conteúdo semântico particular, determinado pelo uso concreto da linguagem, isto será designado pelo termo *sentido*.

Essa parte do ensaio está organizada em oito capítulos, sendo que o primeiro e o último deles tratam o tema de maneira geral e abstrata. Nesses dois capítulos, há a exposição teórica sobre o processo pelo qual os nomes são dados às coisas e o processo responsável pela mudança de sentido das palavras. Nos demais capítulos, Bréal dedica-se à proposição das constantes verificadas nas mudanças semânticas, assim distribuídas: Restrição, Extensão, Metaforização, Abstração, Espessamento de sentido (concretização), Polissemia, Formação de nomes compostos e Formação de grupos articulados.

2.1 Como os nomes são dados às coisas

Para Bréal, o ponto de partida do estudo da significação e do sentido das palavras é o estudo de como os nomes são dados às coisas. Essa investigação baseia-se numa teorização acerca do processo significativo e num conceito particular do signo e inicia-se por um panorama histórico de como essas questões foram tratadas.

Bréal começa a discussão dessa questão apresentando os pontos de vista defendidos por Platão e por Sócrates. Enquanto Platão defendia haver um liame natural entre o nome e aquilo que é designado pelo nome (era, pois, defensor de o que ficou conhecido na literatura como “teoria naturalística do signo”), Sócrates, admitia que o significado do signo resultava de um acordo tácito (sendo, assim, representante da “teoria convencionalista do signo”). Colocadas essas teorias antagônicas, o semanticista expõe também o ponto de vista dos filósofos indianos que compararam as características semânticas do signo com as do objeto real por ele designado. Esses filósofos questionavam, por exemplo, porque, havendo uma planta de nome *trina*, assim chamada por ser picante (*tri*), outras coisas também picantes como uma águia ou uma lança não eram formadas pelo mesmo morfema (BRÉAL, 1924, p.179).

Ponderando as opiniões elencadas, o autor conclui que há, necessariamente, um desajuste entre a coisa e o nome, pois a denominação sempre será incompleta e inexata em comparação com o que é designado. Esse desajuste explica o fato de as palavras terem seu sentido e seu significado modificados: se houvesse uma conveniência perfeita entre nome e coisa, nenhuma mudança semântica teria cabimento.

Em seguida, contrariando a crença de que certos usos da língua seriam mais claros, lógicos e justos que outros, o autor compara palavras eruditas a palavras populares e mostra que os termos científicos criados pelos eruditos não são diferentes das palavras criadas pelo povo:

As palavras criadas pelos letrados e eruditos têm maior exatidão? Não é preciso pensar muito. No século XVII, Van Helmont, a partir de uma lembrança mais ou menos presente do neerlandês *gest*, “espírito”, chama *gaz* os corpos que não são nem sólidos nem líquidos. Isso é tão vago e tão incompleto quanto *spiritus* em latim [...]. Num sentimento de patriotismo, um químico francês, tendo descoberto um novo metal, o denomina *gallium*; um sábio alemão, não menos patriota retruca pelo *germanium*. Designações que nos dizem tão pouco sobre o fundo das coisas quanto os nomes de Mercúrio ou de Júpiter dados a planetas, ou os de ampère ou volt recentemente dados a

quantidades em eletricidade. Todos sabem que há nomes eruditos dados por engano: eles têm, entretanto, o mesmo uso que os outros. Cristóvão Colombo chama índios os habitantes do Novo Mundo. Um departamento francês deve a uma falsa leitura o fato de se chamar Calvados. (BRÉAL, 1992, [1904], p. 125).

A desigualdade entre palavra e coisa deve-se à qualidade de signo que a palavra adquire logo após ser criada. Comparando-se um objeto do mundo real com o nome que o designa, percebe-se que o nome expressa apenas uma das noções “que o objeto evoca no espírito”. É justamente por indicar apenas uma parte do que se pode pensar sobre o objeto a que a palavra se refere, que esta se transforma em signo, isto é, em índice do pensamento.

As noções que não estão expressas no nome, continua Bréal, o acompanham de tal modo que o significado inicial da palavra se vê influenciado por essas associações, sendo que desta influência decorrem várias mudanças de sentido.

Opondo-se explicitamente à noção sensualista de signo proposta por Condillac, Bréal afirma que uma palavra, longe de ser um reflexo das qualidades e das substâncias que este objeto apresenta, é, na verdade, um eco do pensamento que se tem a respeito do objeto. Em seguida, propõe que, quanto mais uma palavra se distancia de seu significado original, maior é a sua qualidade de signo. Tal afirmação se justifica quando se leva em consideração que, para o autor, uma palavra é um signo quando ela se torna indício do pensamento. Por conta disso, as palavras não dizem nada sobre o objeto por ela designado, mas revelam a maneira de pensar de uma sociedade, com seus erros e preconceitos, e é esta qualidade de signo das palavras que permite que a linguagem seja, involuntariamente, depositária de informações históricas valiosas, ainda que esta não seja sua função principal:

Como a linguagem nos informa sobre a substância e a qualidade? Ela pode dar-nos apenas o eco de nosso próprio pensamento: registra, fielmente, nossos prejulgamentos e nossos erros. Pode surpreender-nos algumas vezes, como uma criança, pela franqueza de suas respostas ou a ingenuidade de suas representações; pode fornecer-nos preciosas informações históricas de que é a depositária involuntária; mas isso seria antes desconhecer seu caráter que querer tomá-la por instrutor e por mestre. (BRÉAL, 1992 [1904], p.124).

A qualidade sónica das palavras, pondera Bréal, muda sensivelmente quando se trata de substantivos próprios ou de substantivos abstratos. Quando um substantivo é abstrato, observa Bréal, há mais equivalência entre o nome e aquilo que o nome

representa, pois, a um substantivo abstrato, associa-se uma determinada “operação no espírito” de modo que:

Quando tomo as duas palavras, *compressibilité*, *immortalité*, tudo o que se acha na idéia se acha na palavra. Mas se tomo um ser real, um objeto existente na natureza, será impossível a linguagem fazer entrar na palavra todas as noções que esse ser ou esse objeto desperta no espírito. A linguagem é obrigada a escolher. Entre todas as noções, a linguagem escolhe apenas uma: cria assim um nome que não tarda a ser tornar um signo. (BRÉAL, 1992[1904], p.123).

Assim como os substantivos abstratos, os nomes próprios são diferenciados dos demais nomes. Trata-se de nomes que se caracterizam por manter uma relação unívoca entre nome e coisa pelo fato de designarem seres individuais, característica que os torna os mais significativos de todos os nomes, os substantivos por excelência.

Apesar dessa peculiaridade, Bréal defende que os nomes próprios não podem ser situados fora da língua, pois não formam uma espécie à parte. Em defesa de seu ponto de vista, o autor refuta argumentos contrários segundo os quais esses nomes deveriam ficar à margem da língua, e mostra semelhanças entre os nomes comuns e os nomes próprios. Por fim, propõe que os nomes próprios se diferenciam dos comuns por uma questão de grau.

À época em que o **ES** foi publicado, os lingüistas defendiam que os nomes próprios deveriam ser colocados numa categoria à parte, sob o pretexto de esses nomes não apresentarem valor etimológico e sofrerem transformações fonéticas mais lentas. Entretanto, de acordo com o ponto de vista de Bréal, a propriedade de os nomes próprios não conservarem o significado de seu étimo não constitui uma qualidade distintiva, pois muitos substantivos deixaram de apresentar seu significado original. Além disso, explica o semanticista, a pronúncia dos nomes próprios se conserva melhor em consequência de eles serem pronunciados com mais cuidado. Este zelo pela pronúncia, argumenta, também se verifica em algumas palavras da linguagem religiosa e da linguagem administrativa. O fato de os nomes próprios, geralmente, não serem traduzidos quando são transportados de uma língua para outra é mais uma característica que os nomes próprios e certos substantivos apresentam em comum, já que também não costumam ser traduzidas as designações de dignidades, de invenções ou de costumes. Bréal acrescenta, ainda, que os nomes próprios, tanto quanto os comuns, são

suscetíveis à mudança: um nome próprio pode transformar-se em nome comum e um nome comum pode tornar-se um nome próprio.

Não obstante tantas semelhanças, pondera o semanticista que as mudanças de significado decorrentes da transformação de nome próprio para comum e vice-versa indicam que a peculiaridade dos nomes próprios está em serem mais significativos:

Um adjetivo como *augustus*, tornando-se o nome de Otávio, sobrecarregou-se de uma quantidade de idéias que lhe eram primeiramente estranhas. Além disso, basta aproximar a palavra *César*, ouvida do adversário de Pompeu, e a palavra alemã *Kaiser*, que significa “imperador”, para ver o que um nome próprio perde em compreensão para se tornar um nome comum. (BRÉAL, 1992, [1904], p.126).

A maior compreensão dos nomes próprios a que Bréal se refere nessa citação decorre de os nomes próprios serem signos de segunda potência. O autor não explicita em quê consiste essa diferença de grau, porém, considerando que o nome comum tem potência 1 e o nome próprio, potência 2, podemos inferir que o nome próprio é um nome de um nome. Além das características de um nome comum (é nome de uma coisa) apresenta características próprias (designa um ser individualizado). A propriedade de os nomes próprios serem os mais significativos explica porque Bréal os considerava como signos de segunda potência:

Se se classificam os nomes segundo a quantidade de idéias que despertam, os nomes próprios deveriam estar na frente, pois são os mais significativos de todos, sendo os mais individuais [...] pode-se concluir que, do ponto de vista semântico, os nomes próprios são os substantivos por excelência. (idem).

Se, de acordo com Bréal, com exceção dos nomes próprios, há, entre a palavra e aquilo que ela designa, uma relação inconveniente, isto é, incompleta e inexata, pois a relação entre palavra e coisa nunca está totalmente consolidada, há sempre uma brecha pela qual o significado da palavra se ajusta a cada situação de uso. Esses ajustes influenciam os sentidos de uma palavra, podendo resultar em alteração de seu significado, e justificam as mudanças descritas na segunda parte do ensaio.

Acabamos de apresentar a teoria do signo e a do processo de significação nas quais se baseia toda a segunda parte do ensaio. Considerando, de um lado, esses fundamentos teóricos e, de outro, os utilizados pelas disciplinas voltadas à significação, situaremos as propostas de Bréal no âmbito de várias correntes de estudo do significado: a Semântica Lexical, baseada no Estruturalismo Saussuriano; a Semântica Formal,

derivada da Lógica; a Semântica da Enunciação, derivada de Ducrot; a Semântica Cognitiva postulada por Lakoff e Johnson e a Pragmática, em especial, a vertente norte-americana.

Lembrando que a discussão sobre a natureza do significado constitui uma constante nos estudos semânticos, discute-se se ela é intrinsecamente lingüística ou se ela é relativa ao referente. Enquanto Oliveira (2001) considera que cada conceituação de significado (a que afirma que o significado é exclusivamente lingüístico e a que relaciona o significado com o referente extra-lingüístico) dá origem a um tipo de semântica incomunicável com os demais tipos, Pietroforte e Lopes (2002) entendem que essas concepções de significado são apenas contrastantes. Müller e Viotti (2002), por sua vez, defendem que ambas as concepções são possíveis e válidas, dada a complexidade mesma da significação.

A partir do ponto de vista defendido por Müller e Viotti (porque a significação é algo complexo, ambas as concepções são válidas) cotejaremos as concepções de significado formuladas pelas diversas correntes da Semântica. Cumpre esclarecer que nosso intuito não é discutir qual é a concepção mais apropriada, levando em consideração os argumentos pró e contra arrolados pelas diferentes correntes, mas sim situar a Semântica Lexicalista. Haja vista o objetivo mais específico da segunda parte do ensaio, nos absteremos de fazer comentários que não estejam relacionados às ciências da significação.

De modo simplificado, pode-se dizer que há duas definições de significado: a relativista e a referencialista. Os que defendem a concepção relativista, criticam a concepção referencialista do significado, afirmam serem seguidores dos princípios defendidos por Saussure em seu **Curso de Lingüística Geral** e se situam no âmbito da Semântica Lexical (Estruturalista). Este é o caso de Pietroforte e Lopes (2003) que definem o significado com base na noção saussuriana de signo e enfatizam que a relação entre o significante e o significado não é equiparável à relação “palavra” e “coisa”:

O signo é uma relação entre um *significante* e um *significado*, e não entre uma palavra e uma coisa, [...]. Saussure [...]. Ao definir uma relação entre um significante, a imagem acústica do signo, e um significado, o seu conceito, o sentido do signo deixa de depender de um referente fora da língua, [...] e passa a ser determinado por uma relação entre duas grandezas lingüísticas: uma imagem acústica, de ordem fonológica, e um conceito, de ordem semântica. (PIETROFORTE e LOPES, 2003, p.111, grifos dos autores).

Comparadas a teoria de signo na qual a Semântica Lexical está baseada e a teoria postulada pela Semântica Lexicalista, percebe-se que elas não são equivalentes. Bréal leva em consideração “a coisa” referida pelo nome, pois parte do princípio de que o nome carrega apenas uma das noções evocadas pelo referente e explica as flutuações de sentido com base na desproporção entre o que o nome expressa e aquilo que o falante pensa ao se utilizar dele.

Apesar dessa incompatibilidade de base, não podemos esquecer que, na Semântica Geral, Bréal fizera menção a duas idéias que, aos olhos de hoje, aproximam seu ponto de vista do defendido por Saussure. A noção de haver forma e sentidos numa palavra remete à noção saussuriana de signo formado por significante e significado. Além disso a proposta de que, numa série lexical, o desaparecimento de um termo afeta todos os demais também faz lembrar a noção saussuriana de significação como determinada pelo valor dos signos.

Com relação à teoria de significação proposta por Bréal, entendemos que a importância dada àquilo a que se refere o nome não significa que ele seja partidário da concepção referencialista. Segundo Pietroforte e Lopes, uma das origens dessa concepção está em São Tomás de Aquino que, aprofundando noções aristotélicas, afirmava serem as palavras signos dos pensamentos e estas similitudes das coisas (PIETROFORTE e LOPES, 2003, p.114). A relação existente entre pensamento, referente e nome postulada pelo teólogo, entretanto, difere daquela proposta no ensaio.

Para Bréal, aquilo que o falante pensou a respeito do referente está expresso no nome apenas no momento da nomeação, sendo que, quanto mais distante da origem, mais o nome adquire status de signo, em virtude de estar mais apto a ser índice do pensamento. Isto posto, podemos afirmar que a definição de signo da Semântica Lexicalista tem em comum com a de São Tomás de Aquino apenas a proposição de haver uma relação entre pensamento e nome, já que a equivalência entre nome e coisa, como proposta pelo teólogo, não é compartilhada por Bréal. A negação de equivalência entre estas duas grandezas, aliás, é precisamente o que nos impede de caracterizar Bréal como um referencialista *strictu senso*.

Parafraseando a concepção referencialista, Pietroforte e Lopes (2003, p.14) afirmam que “Nessa concepção, os estudiosos sempre acreditaram [...] que as palavras remetem aos conceitos e que estes, por sua vez, representam a coisa”. Se a referida concepção está baseada na crença na representabilidade de que se revestiria a palavra

com relação a seu referente, não podemos dizer que Bréal tenha sido um referencialista, pois afirmara não haver nada na palavra que pudesse informar algo sobre a substância ou qualidade do referente.

O caráter não referencialista da teoria de signo proposta por Bréal evidencia-se também em sua defesa do ponto de vista dos filósofos indianos que, após terem refletido sobre se há alguma relação entre o nome e referente, concluíram pela diferenciação entre a essência do ser e o conteúdo semântico da palavra, conclusão que vem ao encontro da tese brealina de não equivalência entre nome e coisa.

Conforme verificamos, a teoria defendida por Bréal, não parece ser totalmente equivalente nem à concepção relativista (defendida pela Semântica Lexical com base nos postulados de Saussure) nem à concepção referencialista do significado (defendida por S.Tomás de Aquino). De fato, a concepção brealina de significação não é referencialista nem relativista. A Semântica Lexicalista parte do princípio de que o “nome” é inconveniente à “coisa” a que ele remete, mas nunca deixa de levar em consideração a referenciação concreta que tem lugar em toda atividade languageira.

Corroborando com nosso ponto de vista, Müller e Viotti trazem à baila a consideração do processo de referenciação (uso da linguagem para se fazer referência ao mundo) para esclarecer quais são os objetos de estudo da Semântica Formal. Assim como Bréal em “Como os nomes são dados às coisas”, as lingüistas brasileiras tratam do processo de referenciação e da função designadora da linguagem:

A Semântica Formal considera como uma propriedade central das línguas humanas o *ser sobre algo*, isto é, o fato de que as línguas naturais são utilizadas para estabelecermos uma referencialidade, para falarmos sobre objetos, indivíduos, fatos, eventos, propriedades, [...] Assim, a referencialidade é tomada como uma das propriedades fundamentais das línguas humanas. [...] (MÜLLER e VIOTTI, 2003, p.139, grifos das autoras).

Em que pese esta semelhança, verificamos que nem todas as correntes da Semântica Formal são totalmente compatíveis com as idéias de Bréal. Segundo Oliveira, a Semântica Formal, derivada de Frege, parte do postulado de que, no significado, há aspectos objetivos e subjetivos. Os subjetivos dizem respeito à representação mental que cada um faz do referente designado pelo nome; os objetivos, à referenciação unânime provocada por ele. Enquanto os aspectos objetivos formam o sentido de um nome e são estudados pela Semântica; os subjetivos devem ser estudados pela Psicologia. (OLIVEIRA, 2001, p.20).

Para o lógico alemão, importava estudar apenas o que fosse consensual na referenciação e os “caminhos de sentido” que relacionam “o nome” à “coisa” com exclusão das representações mentais individuais. Bréal, ao contrário, propõe que o desajuste entre nome e coisa, gerador de mudanças semânticas, tem por origem essas representações refutadas por Frege. A disparidade existente entre ambos os pontos de vista indica-nos que a Semântica Lexicalista, apesar de considerar a referenciação, não é partidária da Semântica Formal tal qual proposta por Frege.

Tendo em vista que, segundo Oliveira, a Semântica da Enunciação firmou-se em contraposição à Semântica inaugurada por Frege, importa-nos investigar se há pontos em comum entre os estudos de Ducrot e de Bréal. De acordo com as informações fornecidas pela lingüista brasileira, a Semântica da Enunciação instaura-se em dois pilares: de um lado, o entendimento de que a referência não é externa à linguagem, mas uma ilusão criada por ela mesma e, de outro, o de que a linguagem é essencialmente argumentativa uma vez que “não falamos para trocar informações sobre o mundo, mas para convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo de nossa verdade.” (OLIVEIRA, 2001, p. 28).

No que se refere à concepção de referência como ilusão, a Semântica Lexicalista não nos parece compatível com a Semântica da Enunciação. Bréal parte do princípio de que, em sua origem, o nome carrega apenas uma das noções associadas ao referente. Se, para o autor do ensaio, o referente é uma grandeza complexa que a linguagem não consegue abarcar, a referência é externa à linguagem e não uma ilusão, um efeito de sentido que a linguagem criaria.

Apesar dessa incompatibilidade, percebemos que a idéia de jogo discursivo de Ducrot não conflita com as idéias brealinas sobre o caráter prático e interessado da linguagem: Bréal propusera ser a lingüística, necessariamente, uma ciência aplicada, em virtude de sua utilidade prática que, por sua vez, consiste na necessidade do ser humano de ser compreendido, assegurando que o outro foi capaz de perceber corretamente suas idéias, opiniões, crenças e desejos.

Conforme vimos, a Semântica Lexicalista se distingue da Semântica da Enunciação por não considerar a referência como uma ilusão criada pela linguagem. Essa concepção de referência como algo real é compartilhada pela Semântica Cognitiva, inaugurada por Jonhson e Lakoff na década de oitenta do século passado:

[...] diferentemente da Semântica da Enunciação, a Semântica Cognitiva não se baseia na crença de que a referência é constituída pela própria linguagem, uma ilusão, portanto, nem na crença de que a linguagem é um jogo de argumentação. Lakoff define sua abordagem como realismo experiencialista e afasta sua proposta do relativismo. (OLIVEIRA, 2001, p. 34).

As fornecidas por Oliveira indicam que a Semântica Cognitiva tem em comum com a Lexicalista a premissa de que o processo de referenciação é algo real que remete para o mundo extra-lingüístico. Não obstante este ponto de afinidade entre as disciplinas, enquanto Bréal leva em consideração o jogo de argumentação, a corrente cognitiva não o considera, havendo, aí, um ponto de divergência que não pode ser desprezado.

Outro ponto de divergência surge quando se considera a definição de significado postulada pela Semântica Cognitiva:

A hipótese central de que o significado é natural e experiencial se sustenta na constatação de que ele se constrói a partir de nossas interações físicas, corpóreas com o meio ambiente em que vivemos. O significado, enquanto corpóreo, não é nem exclusiva, nem prioritariamente lingüístico. (OLIVEIRA, 2001, p.34).

A discrepância conceitual, esclarecemos, não está no caráter experiencial e natural do significado, mas sim no que se considera como experiencial. Para a Semântica Cognitiva, é experiencial o que se refere a experiências físicas ocorridas nos primeiros anos de vida do ser humano, época do desenvolvimento da capacidade motora. Para a Semântica Lexicalista, trata-se da experiência de usar e interpretar o significado das palavras num ato de interlocução.

No prefácio a seu ensaio, Bréal enfatizara o papel do falante para a constituição do sentido. A importância dada à intenção do falante motiva-nos a aproximar a Semântica Lexicalista da Pragmática, especialmente no que tange à corrente norte-americana derivada do pragmatismo. Por meio dessa aproximação, procuraremos verificar a existência de pontos em comum entre a proposta de Bréal e a teoria do signo formulada por Willard V. Quine.

Uma idéia fundamental da Semântica Lexicalista é a de que, no objeto a que um nome faz referência, há inúmeras noções as quais se pode aludir no ato interlocutivo. A

complexidade do referente, de um lado, e as associações feitas pelos usuários com relação a ele de outro, fazem com que o nome seja sempre incompleto e vago¹³.

A idéia brealina de que o nome é vago e incompleto é equiparável à proposta de indeterminação referencial de Willard V. Quine, explicada nos seguintes termos por Pinto:

A sentença [...] Esta mesa está quebrada, proferida numa situação similar à ostensão (sic), não deixa de produzir perguntas: o que está sendo referido pelo predicado “está quebrada”: a quina da mesa? o pé da mesa? as dobradiças? Se concordarmos com Quine, essas perguntas não são realmente problemas referenciais. É perfeitamente aceitável, do ponto de vista de qualquer falante, que permaneça a indeterminação da parte da mesa que está quebrada. A apreensão do objeto referido fica assim fragmentada, e não mais transparente. Com exemplos como este, Quine está defendendo a tese de que a referência é impenetrável, no sentido de que não se pode determinar “com toda a certeza” o alcance da expressão referencial do mundo.
(PINTO, 2001, p.54).

Ainda que o viés pragmático e o brealino estejam de acordo no que se refere à inexatidão e incompletude do nome frente à referência que tem lugar na interlocução, cumpre-nos advertir que o mesmo não ocorre quanto às decorrências deste postulado. Enquanto, na Semântica Lexicalista, o processo comunicativo bem sucedido é estudado com vistas ao entendimento das mudanças lingüísticas, na Pragmática, enfatizam-se as falhas desse processo. Estas divergências existem porque, para Bréal, o desajuste entre o que o nome expressa e o que se dizer por meio dele além de possibilitar a transformação do nome em signo, também é causa de mudanças semânticas, enquanto que, para os pragmatistas, a descoberta de que o signo não expressa apenas a noção vinculada pelo nome foi utilizada para explicar porque há tantos mal-entendidos no processo comunicativo.

¹³ Advirta-se que a proposta de vagueza semântica elaborada por Bréal não é totalmente equivalente à hipótese de vagueza semântica utilizada hoje em dia. Enquanto, para o primeiro, todas as palavras não gramaticais são vagas, para os semanticistas modernos a vagueza é algo que ocorre apenas com um determinado conjunto de palavras e em determinadas circunstâncias. Não obstante esta divergência, ambas as teorias defendem a importância do discurso para a determinação do sentido. Moura assim descreve a citada hipótese: “A vagueza ocorre quando o uso da palavra gera casos duvidosos de aplicação a certos seres ou situações. Um exemplo típico é o da palavra bom [...] Diferentes interpretações podem ser evocadas num contexto: um bom aluno é aquele que demonstra inteligência, ou então é aquele que estuda muito, (...) há a perspectiva que denominei de ‘visão vaga da indeterminação do sentido’. Nesse caso, a determinação de sentidos lexicais é vista como um procedimento essencialmente contextual, no qual a estruturação lexical tem um papel secundário. Um exemplo desta visão é a Teoria da Precificação (Pinkal, 1995; Poesio, 1995). MOURA, Heronides Maurílio de Melo. “A determinação de sentidos lexicais no contexto”. In; *Cad. Est. Ling.* 41, Campinas, 2001, p.113 e 120.

Percebemos que a teoria brealina, embora não seja exatamente idêntica a nenhuma das abordagens analisadas, pode ser relacionada a cada uma delas. Ressaltamos que o fato de a Semântica Lexicalista considerar tanto o processo de referenciação, quanto a não correspondência entre os níveis lingüístico e extra-lingüístico, coloca-a numa posição acima da polarização das teorias da significação em objetivas e relativistas. A importância dada ao falante e ao ato interlocutivo para a construção do sentido e a premissa do desajuste “nome – coisa”, por sua vez, evidenciam fortes afinidades da teoria brealina com a Pragmática norte-americana.

2.2 As supostas tendências das palavras

Lingüistas contemporâneos do autor também estudavam as mudanças de sentido das palavras, porém, não consideravam que isto se devia aos ajustes necessários ao uso da palavra pelo indivíduo numa situação dada, mas sim a tendências que as palavras teriam em si mesmas.

No primeiro capítulo da segunda parte do ensaio, Bréal condena a idéia de que as palavras teriam tendências imanentes e fornece uma explicação distinta daquilo que seus contemporâneos chamavam de tendência pejorativa e tendência ao enfraquecimento das palavras.

Para ele, acreditar na existência de tendências nas palavras era uma crença tão ilusória quanto a filosofia medieval, que acreditava haver um espírito responsável por cada fenômeno físico. Na verdade, as mudanças de sentido que se verificam nas palavras não são causadas por alguma qualidade que as palavras teriam, mas sim pelo uso que se faz delas. Para explicitar melhor o processo pelo qual uma palavra tem seu sentido modificado, o lingüista cita a teoria econômica do valor da moeda: “valeria tomar ao pé da letra nossos economistas, quando eles dizem que a moeda tem uma tendência a baixar constantemente de valor.” (Bréal, 1992 [1904], p. 77).

Para interpretar bem a afirmação de Bréal, é preciso estabelecer comparações entre o uso da moeda e o uso das palavras. No âmbito econômico, é o comércio que estipula o valor de uma moeda e tudo depende de quantos querem comprá-la, de quantos querem vendê-la e de seu poder aquisitivo. A moeda, em si, não vale nada, pois seu valor é determinado conforme o uso que se faz dela ao longo do tempo em que ela é corrente. Além disso, moeda que não é corrente, não tem nenhum valor.

O mesmo ocorre com as palavras, elas também não apresentam, em si, valor algum e valem de acordo com o uso: conforme o que se queira dizer através delas, por um lado, e segundo o que se entende por elas, de outro ¹⁴.

Partindo, pois, do princípio de que uma palavra tem seu sentido mudado à maneira como varia o valor de uma moeda, o linguista propõe uma explicação alternativa à suposta tendência pejorativa das palavras.

Para Bréal, certas palavras têm seu sentido mudado em decorrência de terem sido usadas como eufemismos. Isto ocorre porque o ouvinte percebe o que está sendo evitado quando o falante usa a palavra eufemística no lugar daquela que denota idéias desagradáveis. A recuperação dessas idéias, repetindo-se a cada vez que o eufemismo é utilizado, leva o ouvinte a situar ambas as palavras no mesmo plano. Assim sendo, a palavra deixa de ser eufemística e passa a designar a idéia que se quis evitar, cria-se-lhe, então, um novo significado.

Um exemplo esclarecedor, entre os citados por Bréal, é o da palavra latina *periculum* que, segundo Aulo Gélcio teve, antigamente, um sentido positivo – "o de experiência" – mas que passou a significar "perigo" como efeito do uso eufemístico. Outro exemplo é o do adjetivo inglês *silly* ("bobo") que, etimologicamente (anglo-saxão *saeli*, alemão *selig*), significava "feliz", "tranquilo", "inofensivo".

Outra causa pela qual uma palavra tem seu sentido "piorado" está no costume de se procurar defeitos ou pontos negativos em qualidades virtuosas. É esta atitude que, segundo o autor, explica a evolução da palavra francesa *prude*. Originalmente, era o masculino de *preux* e significava "valente", "corajoso". Devido, talvez, ao modo como foi usado pelos narradores, esse adjetivo passou a designar "aquele que é hipócrita".

Uma atitude contrária à descrita acima é a da polidez que, de acordo com Bréal, pode levar ao "melhoramento" do sentido de uma palavra. Foi o que aconteceu com a palavra italiana *vezzoso*, que, de "alguém vicioso", "cheio de vícios", passou a definir

¹⁴ Saussure também utiliza a metáfora da moeda, mas não da mesma maneira que Bréal. No **Curso de Lingüística Geral**, ela é utilizada para esclarecer o que ele entendia por significação e por valor do signo, diz o linguista genebrino: "Para determinar o que vale a moeda de cinco francos, cumpre saber: 1º. que se pode trocá-la por uma quantidade determinada de uma coisa diferente, por exemplo, pão; 2º. que se pode compará-la com um valor com um valor semelhante do mesmo sistema, por exemplo uma moeda de um franco, ou uma moeda de algum outro sistema." Saussure, F. **Curso de Lingüística Geral**. CHELINI, PAES e BLIKSTEIN (trads). São Paulo: Cultrix, 1975, p.134 A primeira operação, explica, equivale a dizer que uma palavra pode ser trocada por uma idéia. Esta troca de palavras por idéias estabelece sua significação; a segunda operação é a de comparar a palavra com as que "se lhe pode opor", surgindo, desta comparação, o estabelecimento do valor da palavra.

alguém “<<*che há in sè una certa grazia e piacevolezza*>>” (BRÉAL 1992, [1904], p.78).

As explicações dadas por Bréal para o enfraquecimento dos sentidos das palavras, por sua vez, são mais voltadas à influência do uso que à intenção do falante. Esse enfraquecimento pode ser devido ou a um exagero na descrição de algo, ou a um uso indiscriminado da palavra.

Um dos exemplos citados pelo autor para ilustrar a primeira causa mencionada é a expressão inglesa “*to be anxious to see you*” que, usada como fórmula de cortesia, expressa apenas que alguém quer ver outrem. Como exemplo de uso indiscriminado, há o verbo francês *consacrer* que deixou de significar exclusivamente “a ação de consagrar” para significar “a ação de dedicar-se a algo”, como na frase “*Le reste dela soirée fut consacré à la danse*” (idem,p.104). Outro exemplo é a generalização de um título que passa a equivaler a um pronome de tratamento. É o caso da palavra alemã *Herr* que, de título atribuído ao fidalgo, passou a ser um pronome de tratamento como *Monsieur* em francês (ou *senhor*, em português).

Quanto à alteração de sentido causada pela generalização do âmbito de uso de uma palavra, Bréal explica que, nas sociedades modernas, isto ocorre com mais rapidez devido ao advento do modo de produção industrial, explicação que impressiona por sua atualidade:

[...] Os pensadores e os filósofos têm o privilégio de criar palavras novas que impressionam por sua amplitude, pelo aspecto erudito de sua contextura. Essas mesmas palavras passam em seguida ao vocabulário da crítica, e encontram desse modo seu ingresso no mundo dos artistas. Mas, uma vez recebidas no ateliê do pintor ou escultor, não tardam a se expandir no mundo da indústria e do comércio, que faz delas uso sem medida nem escrúpulo. É assim que em um tempo relativamente curto o vocabulário da metafísica vai alimentar a linguagem da publicidade. (BRÉAL, 1992, [1904], p. 80).¹⁵

¹⁵ O processo descrito por Bréal equivale ao processo de vulgarização descrito por Barbosa ao tratar dos mecanismos de transferências lexicais das línguas de especialidade (objeto de estudo da Terminologia) para a linguagem geral: “A vulgarização é o processo de passagem de um termo técnico-científico para a língua comum, com a perda de sua especificidade e desvinculação ao universo de discurso de origem. Por exemplo, o termo *feedback* foi introduzido pela biologia, referindo-se aos mecanismos de retroalimentação de uma célula, como resposta desta a um estímulo químico; banalizou-se, passando a ser utilizado em outras áreas, como as ciências humanas, com o significado de retroalimentação, em qualquer processo; enfim, vulgarizou-se, na língua comum, para expressar algo como a captação do efeito produzido, como o caso do ator que diz precisar sentir o feedback do público.” BARBOSA, Maria Aparecida. “A terminologia e o ensino da metalinguagem técnico-científica”. In ISQUIERDO, A. N e KRIEGER, M.G. (orgs). **Ciências do Léxico, vol II**. Campo Grande: UFMS, 2004b, p.323.

Parece-nos importante esclarecer que Bréal considera a produção industrial como uma causa extrínseca à natureza da linguagem, havendo outras que são intrínsecas e que respondem pelas seguintes constantes na mudança semântica: a criação de blocos semânticos, a polissemia, a abstração, a concretização, a metaforização, a extensão e a restrição.

As explicações propostas para explicar a mudança do sentido de algumas palavras para pior ou para melhor parecem-nos bastante significativas. Elas demonstram que Bréal se preocupava tanto com o ouvinte quanto com o falante quando analisava a situação na qual as palavras eram utilizadas. Anos mais tarde, a situação estudada por Bréal passou a se caracterizar como sendo uma situação comunicativa. Ressaltamos que, para o semanticista, a intenção do falante quando usa determinada palavra é tão importante quanto a percepção desta intenção por parte de quem ouve.

A consideração da intenção do falante, da situação comunicativa e da interpretação do que está sendo comunicado por parte do ouvinte, por sua vez, coincide com os princípios básicos da Pragmática, motivo pelo qual os especialistas dessa disciplina podem considerar Bréal um precursor de suas idéias. Este é o caso de Nerlich e Clarke cuja análise dos postulados brealinos é descrita e avaliada mais adiante, no segundo capítulo da tese.

A proposta de que a mudança de sentido das palavras é devida a causas internas e externas à língua, por sua vez, lembra-nos a divisão entre fatores lingüísticos e sociais, oriunda da Sociolingüística laboviana e atesta a preocupação com os fatores sociais da evolução lingüística.

Se, do ponto de vista teórico, os postulados brealinos apresentam afinidades com a Pragmática e com a Sociolingüística e podem ser relacionados à Semântica Formal, à Semântica Lexical e à Semântica da Enunciação, do ponto de vista aplicado, as leis propostas nessa parte do ensaio abrangem fenômenos diacrônicos, motivo pelo qual cotejaremos seus conceitos tanto com os das citadas teorias, quanto com os conceitos postulados pela Lingüística Histórica, com inclusão dos estudos dedicados à variação e à mudança lingüística.

3.3 A restrição de sentido

Para Bréal, a restrição e a extensão de sentido são conseqüências do ajuste sistemático entre a palavra e a coisa por ele designada, ajuste que é necessário em

virtude de haver uma desproporção entre ambos. Essa desproporção, entretanto, não é percebida pelo falante enquanto expressa o seu discurso, muito menos pelo ouvinte que o está escutando. Do ponto de vista do falante, o nome é equivalente à coisa devido às circunstâncias do ato discursivo e à sua intenção designadora. Do ponto de vista do ouvinte, sua atenção dirige-se diretamente à intenção de quem fala, o que acarreta uma restrição ou uma extensão automática do significado da palavra.

Ao lado da restrição que atinge o significado das palavras, Bréal verifica que há a Restrição que atinge tão somente o sentido. Esse tipo de Restrição é mais superficial, não deixa marcas e é variável segundo as circunstâncias. Há, pois, dois tipos de Restrição de sentido: aquele que acarreta mudanças definitivas do significado de uma palavra, e só pode ser analisado a contento de um ponto de vista histórico, e o que ocorre ordinariamente, sem causar alteração de significado:

Além das restrições de sentido cujo evidente e permanente testemunho a língua traz, fazem-se, no falar de cada um, constantes aplicações do mesmo princípio, mas que não deixam traço durável, porque variam segundo o tempo e lugar. (BRÉAL, 1992, [1904], p.85).

Uma restrição do primeiro tipo foi o que transformou o substantivo latino *felis* ou *feles* que significava “fêmea” e, pouco a pouco, passou a designar a “fêmea do gato”. Com relação ao segundo tipo, o autor cita a expressão francesa “*Aller à la ville*” (ir à cidade) que recebe traduções (sic), isto é, interpretações diferentes, de acordo com a região em que a frase é enunciada¹⁶.

Essa distinção também revela que Bréal percebia haver um tipo especial de palavras cujo sentido é genérico por natureza, mas que se especifica no contexto de uso. Excepcionalmente, uma palavra desse tipo pode tornar-se uma palavra “normal” como aconteceu com a palavra latina *urbs* que deixou de ter o significado genérico de “cidade” e passou a designar, especificamente, <<a cidade de sete colinas>>.

Outro dado importante sobre a restrição de sentido é que ela pode modificar a relação existente entre uma palavra de significado restrito e outra que se tornou sinônima por seu significado ter se restringido: a palavra específica pode cair em desuso em detrimento da palavra que sofreu a Restrição. Esse fenômeno, enfatiza Bréal, não se

¹⁶ O processo aqui descrito equivale ao processo de determinação semântica via contexto descrita por Moura com base na Teoria da Precisão de Pinkal e Poesio (ver nota de rodapé n.1, p.61).

dá por uma questão de escolha ou preferência por parte dos falantes como pensavam os antigos, mas sim por uma questão de hábito:

Os antigos, a quem os fatos desse gênero não tinham escapado, queriam ver nela o efeito de uma escolha, de uma preferência [...]. Mas as coisas, na verdade, são mais simples. Não houve uma escolha, ou ao menos a escolha se fez por si só. Quando os gregos de hoje chamam o cavalo álogon (transliteração da pesquisadora), isso não quer dizer, como se interpretou, que o cavalo é o animal por excelência, ainda menos “que não lhe faltava senão a fala”, mas que o cavaleiro, falando de sua cavalgadura, se habitou a dizer “o animal”. (1992 [1904], p.82).

Ainda sobre a restrição de sentido, Bréal adverte que, muitas vezes, este fenômeno só pode ser bem avaliado levando-se em conta a história:

Deve-se ver quanto é necessário que nosso conhecimento de uma língua seja apoiado na história. Só a história pode dar às palavras o grau de precisão de que temos necessidade para compreendê-las bem [...] a história [...] faz entrar nelas uma quantidade de noções acessórias que não são expressas. Ela age ao modo de uma lente, que, diminuindo as imagens, as torna mais nítidas. (1992 [1904], P.83).

É preciso esclarecer que, no trecho acima, levar em conta a história, equivale a observar os usos a que as palavras se prestaram ao longo do tempo. Com base apenas na etimologia, exemplifica, *consules* são "aqueles que se sentam juntos na assembléia", *praetor* é "aquele que vai à frente", *tribunus* é "o homem da tribo". Os conceitos que estas palavras tinham na Magistratura Romana, porém, só são esclarecidos considerando-se como essas palavras são usadas nas narrativas de historiadores, nos discursos dos oradores e nas fórmulas dos magistrados.

O caráter propriamente histórico é outro fator que pode levar à restrição de sentido:

[...] outras vezes é um acontecimento histórico que vem modificar e renovar vocabulário. Assim a palavra *Busse*, que queria dizer “reparação” (seja no sentido próprio ou figurado), tomou, com o cristianismo, o sentido de “penitência”: uma vez impresso o selo religioso, os outros empregos caíram em desuso. (BRÉAL, 1992 [1904], p.84).

Ainda nesse mesmo trecho parcialmente transcrito, Bréal faz referência a outra causa de mudança semântica: a extensão do uso de um termo sinônimo pode restringir

o sentido do outro: “Algumas vezes é um sinônimo que toma a extensão e que correspondentemente limita o domínio de seu parceiro.” (idem). Ressaltamos que, para Bréal, restrição e extensão de sentido são fenômenos que estão intimamente imbricados, pois a extensão do sentido de uma palavra pode restringir o de outra e vice-versa.

A restrição de sentido, explica, também pode ser motivada pela derivação morfológica. Quando uma forma primitiva (para o linguista, o verbo é a forma primitiva por excelência) apresenta uma noção geral, inicialmente, as palavras dela derivadas também apresentam essa noção. O uso que se faz delas, entretanto, pode provocar uma restrição de sentido. Quando ocorre de essa restrição alterar o significado da palavra derivada, torna-se necessário derivar outro item lexical diretamente da palavra primitiva, caso se queira expressar a noção geral que havia originalmente.

Para ilustrar esse fenômeno, o autor fornece vários exemplos, um deles é a respeito da evolução semântica da palavra latina *lintheolum* para a palavra francesa *linceul*. Em latim, esse diminutivo preservava a significação geral: "um pedaço de tecido qualquer que fosse o seu emprego". Até o século XVII, *linceul* também apresentava este significado geral. Atualmente, porém, designa "o tecido com o qual os mortos são cobertos".

Outro exemplo é o da palavra *drap*, "lençol", cujo diminutivo *drapeau*, na linguagem militar, restringiu-se para designar "o estandarte", isto é, "o tecido com o qual a bandeira é feita". Neste caso, a Restrição foi causada pelo uso num contexto específico: o militar. A constatação desse fenômeno dá margem a que Bréal relacione, explicitamente, a mudança de sentido às especificações das atividades humanas: “Cada profissão, cada estado, cada gênero de vida, contribui para essa particularização das palavras, um dos aspectos mais instrutivos da semântica.” (BRÉAL, 1992, [1904], p. 80).

Também causada pelo uso de uma palavra entre pessoas de determinada profissão é a restrição de sentido ocorrida com a palavra *species* que, na Idade Média, para os fabricantes de medicamentos, era sinônimo das quatro espécies de ingredientes que eles comerciavam: açafrão, canela, cravo-da-índia e noz moscada. Em decorrência dessa restrição, a palavra francesa *épices* refere-se às substâncias usadas para temperar

as comidas. Note-se que, em português, há a palavra *especiaria* que se refere, justamente, às "substâncias utilizadas pelos farmacêuticos da Idade Média"¹⁷.

Outro exemplo que evidencia a influência do contexto de uso é o do verbo *fazer* em latim: na linguagem dos templos, este verbo significava ou “oferecer oferendas” (“*facere ture* = oferecer incenso) ou “sacrificar” (*facere catulo* = sacrificar um cão); na política, referia-se a “uma ação combinada de um partido para alcançar um fim determinado” (neste sentido talvez equivalha a “fazer *lobby*”).

Explicitadas as propostas de Bréal para o estudo da restrição do sentido, comparemo-las às propostas de Gabas no âmbito da Lingüística Histórica. Para Gabas, a Restrição de sentido é colocada como fazendo parte dos mecanismos que promovem “deslocamento semântico” e é descrita, laconicamente, nos seguintes termos:

Estreitamento (ou Restrição) é o processo inverso da Extensão. Por meio dele, um item lexical tem seu significado estreitado ou restringido. Um exemplo do português é a palavra *pílula* que, em seu sentido original significa ‘medicação em forma comprimida para ser tomada oralmente’, mas que, por um processo de estreitamento de sentido, está passando a significar “contraceptivo oral”. (GABAS, 2001, p.92).

Conforme evidencia esse trecho, Gabas limita-se a constatar a existência da restrição de sentido e a exemplificá-la. Sua brevidade justifica-se quando se considera o ponto de vista adotado. Ao tratar da mudança semântica, o lingüista brasileiro afirmara não haver nenhum modelo abstrato que pudesse dar conta de todos os fenômenos e reconheceu que, até o momento, só fora possível à Lingüística Histórica identificar mecanismos pelos quais a promoção da mudança se efetiva.

Comparando-se os postulados brealinos sobre a restrição de sentido com as informações fornecidas por Gabas, percebemos que a contribuição da Semântica Lexicalista não está em apontar e evidenciar a existência do fenômeno, mas sim em explicá-lo melhor.

Para explicar como se dá a restrição de sentido, Bréal partiu do princípio de que o interlocutor vai ao encontro da intenção do ouvinte, promovendo, assim, um ajuste: o ouvinte esforça-se para perceber o sentido que o falante imprime às palavras. A

¹⁷ A proposta de que o uso das palavras num meio profissional pode restringir-lhes o sentido aponta para as especificidades das línguas de especialidades e pode ser equiparado ao processo de terminologização descrito por Barbosa por meio do qual um vocábulo torna-se termo. BARBOSA, Maria Aparecida. O léxico e seu tratamento: diálogos transdisciplinares. 52^o. GEL [Comunicação em Simpósio]. Campinas, SP, 2004a.

restrição ou extensão de sentido é, portanto, resultado do esforço interpretativo do ouvinte. A restrição ocorre porque o falante usa uma palavra sentindo-a ajustada à sua intenção e o ouvinte, compreendendo a intenção de quem fala, ajusta automaticamente o sentido proposto ao significado da palavra usada. Percebemos, aí, um importante ponto de convergência entre a Semântica Lexicalista e a Pragmática. Do nosso ponto de vista, inclusive, o processo que resulta ora na restrição, ora na extensão de sentido, assemelha-se ao processo subjacente à utilização das máximas conversacionais.

Do ponto de vista da Pragmática, a interlocução segue o princípio de cooperação, uma das máximas conversacionais propostas por Grice que, partindo da Filosofia da Linguagem, também postula que, para haver conversação, é fundamental que o ouvinte busque o que o outro quis dizer:

[...] para Grice, o princípio da cooperação é o princípio geral que rege a comunicação. Para ele, o falante leva em conta sempre, em suas intervenções, o desenrolar da conversa e a direção que ela toma [...] As máximas conversacionais [...] são um a teoria de interpretação dos enunciados [...] Mesmo para divergir, os parceiros da comunicação precisam interpretar adequadamente os enunciados que cada um produz (FIORIN, 2002, p.177-178).¹⁸

Verificamos, igualmente, que o princípio de que o uso especifica o significado de uma palavra também faz parte dos postulados da Semântica Lexical, disciplina que propõe que uma palavra nocional, no nível da língua, apresenta um conjunto de semas (semema) que pode ser diminuído ou aumentado no nível discursivo:

[...] uma unidade lingüística qualquer sofre sempre algumas especificações. Na passagem do sistema virtual da língua ao processo de seu uso discursivo, uma unidade, por exemplo, uma palavra, sofre simultaneamente duas transformações :

- (i) uma mobilização desigual dos semas contidos em seu semema, pois a atualização em discurso corresponde a uma seleção dos semas que ganharão destaque no texto em pauta;
- (ii) o núcleo sêmico – o conjunto daqueles semas já reconhecidos nas definições dos dicionários – é acrescidos de semas contextuais. (PIETROFORTE; LOPES, 2003, p.121).

¹⁸ No clássico texto de Grice, “Lógica e Conversação” a busca do sentido por parte dos interlocutores é assim descrita: “uma primeira aproximação de um princípio real. Nossos diálogos, normalmente, não consistem em uma sucessão de observações desconectadas, e não seria racional se assim fossem. Fundamentalmente, eles são, pelo menos até um certo ponto, esforços cooperativos, e **cada participante reconhece neles, em alguma medida, um propósito comum ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita.**” (grifos da pesquisadora).GRICE, Paul. “Lógica e Conversação”. In **Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da lingüística, bibliografia.** DASCAL, Marcelo (org.). Campinas: IEL- Unicamp, 1982, p.86.

Nota-se que a premissa da Semântica Lexical de que o uso concreto da língua determina o conteúdo semântico das palavras pode ser relacionada à explicação contextual para a restrição de sentido. De acordo com essa explicação, uma palavra sofre restrição por influência do meio em que está sendo utilizada: uma palavra como *cidade* tem um significado amplo, mas, no momento em que é utilizada, restringe-se a denotar "uma cidade específica". Percebemos, então, que o conceito de mobilização sêmica é compatível com o postulado brealino.

Outra compatibilidade surge quando se considera a reciprocidade entre restrição e extensão postulada por Bréal. Como consequência da restrição de sentido, Bréal apontara a extensão de sentido de palavra sinonimicamente relacionada. Numa série de sinônimos, esclarece, se um termo se amplia, esta extensão pode restringir o significado do termo ao lado e, inversamente, a restrição de um termo pode ter por efeito a extensão do outro. Lembramos que, ao verificar que a supressão de um termo afetava o termo sobrevivente, o lingüista constatara que qualquer mudança numa parte do léxico afetava todo o conjunto lexical. Uma vez que esse princípio parece-nos convergente com as noções saussurianas de valor de um signo e de língua como sistema, concluímos que há afinidade entre a Semântica Lexical, derivada do Estruturalismo, e a Semântica Lexicalista.

O exemplo da evolução da palavra latina *species* citado à página 64, por sua vez, mostra que, para Bréal, o contexto no qual uma palavra é utilizada pode abranger para além da situação concreta de uso, o meio social e/ou profissional em que ela é utilizada. Lembramos que a evolução de *species* ("espécie", "sub-divisão de gênero") no latim medieval é explicada contextualmente. Essa palavra passou a designar apenas as especiarias ("açafrão", "canela", "cravo-da-índia" e "noz moscada"). Tal resultado se deu em decorrência do uso da palavra pelos farmacêuticos da Idade Média que utilizavam a palavra genérica tendo em mente os ingredientes por eles manipulados e vendidos.

Como se pode observar, a proposta de que as diferenças de ordem social podem ocasionar mudanças semânticas, por sua vez, aproxima a Semântica Lexicalista da Sociolingüística, dada a semelhança entre a proposta brealina e o conceito de variação diastrática segundo a situação, assim definida por Alkmim:

[...] Às variações lingüísticas relacionadas ao contexto chamamos de variações estilísticas ou de registros [...] A noção de situação –tal qual foi

definida – tem um alcance restrito [...] É útil e produtivo entender a situação de uma perspectiva mais abrangente, a saber, como o contexto social global de uma comunidade, com suas marcas históricas e culturais próprias. Pensamos aqui, particularmente, nos contextos ritualísticos e religiosos que, tomados como ponto de partida, sugerem o estudo de variedades e usos lingüísticos especiais. Assim por exemplo o contexto das tradições religiosas [...]. O contexto da ordenação jurídica, por sua vez, sugere o estudo das variedades lingüísticas particulares utilizadas pelos tabeliães, advogados, juízes e promotores nos julgamentos. (2001, p.38.).

2.4 A extensão de sentido

A extensão de sentido é definida por Bréal como um deslocamento de sentido lento e gradual, portanto distinto daquele que ocorre em decorrência da metáfora que muda o sentido de uma palavra ou expressão instantaneamente. Comparada à restrição de sentido, a extensão de sentido diferencia-se por ser um deslocamento em direção contrária. Outra característica da Restrição é ela ser causada não só por condições fundamentais da linguagem, mas também por causas históricas, decorrentes tanto dos usos das palavras ao longo do tempo quanto de acontecimentos propriamente históricos.

Esse fenômeno, explica Bréal, pode resultar no uso de uma palavra no lugar de seus sinônimos, como aconteceu com a palavra alemã *Pferd* que suplantou *Ross*, provavelmente por extensão do contexto de uso da palavra, da língua militar para a língua geral¹⁹. Essa explicação, adverte Bréal, é apenas uma das possíveis causas da preferência de uma palavra por outra, não sendo possível conhecê-las todas:

Seria difícil enumerar todas as causas que podem assegurar a uma certa palavra a vantagem sobre seus sinônimos. Por que os alemães, entre todos os termos da Idade Média que serviam para designar o cavalo, escolheram definitivamente *Pferd*? É o nome que, nos Capitulares, serve para designar um cavalo de reserva, um cavalo de reforço, *paraveredus*? Essa palavra híbrida, metade grega, metade gaulesa, suplantou *Ross*, que quase não sobrevive, a não ser em poesia. É provável que tenhamos aqui um resto da língua militar: o francês *palefroi*. (BRÉAL, 1992 [1904], p. 88).

Observamos que a dificuldade encontrada para explicar a contento os casos de preferência de um substantivo por outro que lhe é sinônimo contrasta com a facilidade

¹⁹ Note-se que a Extensão de sentido é explicada via extensão do contexto de uso: do militar para o geral. Este processo é descrito por Barbosa como processo de transferência lexical da língua de especialidade para a língua geral por ela denominado de vocabularização. BARBOSA, Maria Aparecida.. “A terminologia e o ensino da metalinguagem técnico-científica”. In ISQUIERDO, A. N e KRIEGER, M.G. (orgs). *Ciências do Léxico*, v. II. Campo Grande: UFMS, 2004b, p.323.

com que Bréal propõe causas que dão conta do motivo e do modo pelo qual se dá a Extensão do sentido das palavras.

No caso dos verbos, a Extensão decorre do esquecimento das especificações da ação por ele designada. A não observação dessas especificidades pode generalizar o uso de um verbo determinado. Um exemplo desse tipo de extensão é o do verbo francês *briller* que originalmente descrevia "a ação de brilhar" de uma pedra preciosa determinada – "o berílio" – e passou a significar "toda e qualquer ação de brilhar".

No tocante aos nomes, simples ou compostos, há um esquecimento gradual das circunstâncias particulares nas quais um objeto foi originalmente designado. Entre os exemplos citados por Bréal, há o caso do substantivo francês *gain*. Originalmente, *gain* era "a colheita", após certo tempo, passou a designar também "o que se ganha com a colheita". Esse sentido, então, foi ampliado e passou a designar "todo tipo de ganho", inclusive os que não são obtidos por qualquer tipo de trabalho.

Como exemplo de extensão de sentido em nomes etimologicamente compostos, há o caso de *vindimia*, palavra latina em cuja composição há a palavra *vinum*. De "colheita da uva" passou a significar "outras colheitas", como na expressão *vindimia olearum*.

Posto que a extensão de sentido cria, para a palavra, um significado novo, distante do significado original que ela tinha, Bréal encerra o tópico afirmando que não se deve querer entravar o emprego das palavras pela lembrança de seu ponto de partida:

O progresso para a linguagem consiste em libertar-se sem violência de suas origens. Não sealaria se se quisesse restabelecer para todas as palavras a dimensão que tinham no começo [...] A ampliação do sentido é um fenômeno normal, que deve ter seu lugar em todos os povos cuja vida é intensa e cujo pensamento é ativo. (BRÉAL, 1924, p.123).

No capítulo dedicado à Linguística Histórica, a extensão de sentido é citada como uma das mudanças que promovem deslocamentos. Notamos que a definição de Gabas relaciona a extensão com a polissemia, no que está de acordo com as propostas brealinas a respeito da multiplicação dos significados das palavras. Entretanto, tal qual ocorrera no tocante à restrição de sentido, as informações parecem-nos extremamente sintéticas:

por extensão de significado entendemos o fenômeno pelo qual o(s) sentido(s) de um dado item lexical aumenta (m) em número com o passar do tempo. Observamos isso, por exemplo, na palavra *salário*, que em português moderno significa "pagamento em dinheiro pelo trabalho regular de qualquer

pessoa”. A palavra ancestral de *salário* é *salarium* do latim, e tinha o significado limitado de “pagamento em qualquer espécie pelo trabalho regular de um soldado”. *Salarium*, por sua vez, foi primeiramente usado para significar “pagamento *em sal* pelo trabalho regular de um soldado”. Houve, então, as seguintes extensões de significado de salário, a partir do seu significado original: “pagamento *em sal* pelo trabalho regular de um soldado” > “pagamento em qualquer espécie pelo trabalho regular de um soldado” > “pagamento em dinheiro pelo trabalho regular de qualquer pessoa”. (GABAS, 2001, p.91-92).

As mesmas considerações feitas sobre a Restrição de sentido valem, portanto, para Extensão. Também neste caso, a contribuição brealina para o fenômeno consiste em determinar-lhe as causas e as conseqüências. Com exceção de algumas particularidades da Extensão de sentido, as explicações fornecidas seguem o mesmo modelo utilizado anteriormente: definição e exemplo sem qualquer explicação sobre o como e o porquê os fenômenos ocorrem.

Cabe ressaltar que a idéia de que a alteração de um item de uma série lexical afeta todo o léxico está presente na lei de extinção de formas inúteis, na de restrição e na de extensão e pode ser relacionada aos conceitos saussurianos de valor e de significação. No tocante à extensão, verificamos que a aplicação do princípio, posteriormente sistematizado por Saussure, se evidencia na explicação fornecida por Bréal para a evolução da palavra alemã *Pferd*: sua Extensão decorrente da Extensão de seu contexto de uso (da língua militar para a língua geral) fez com que suplantasse a palavra sinônima *Ross*.

Notamos, também, que a explicação acima referida tem por base a influência do contexto de uso, haja vista a extensão ter ocorrido quando a palavra deixou de estar circunscrita ao meio militar. De acordo com a análise anteriormente feita, a consideração do meio social e/ ou profissional por parte de Bréal é relacionável ao conceito de variação diastrática o que, para nós, evidencia afinidade entre a Semântica Lexicalista e a Sociolingüística.

Ao analisar vários casos de extensão, Bréal percebera que, muitas vezes, a significação da palavra se modificava tanto, que quase nada de sua significação original era mantida. Esta maleabilidade é explicada da seguinte maneira: quando uma palavra é criada, o é levando-se em consideração circunstâncias particulares que delimitam seu uso. Tais circunstâncias vão sendo esquecidas pelos falantes, preocupados que estão com aquilo que querem dizer no momento de interlocução. Por esse motivo, as

restrições de uso da palavra vão se apagando e, em não havendo mais tais restrições, passa a não haver mais limites para sua extensão.

Do ponto de vista da Semântica Lexical, o processo descrito por Bréal é resultado dos processos usuais que têm lugar quando uma palavra é usada em discurso: de um lado, há a perda de semas não atualizados; de outro, o acréscimo de semas contextuais. No caso da Extensão, pode-se dizer que os semas não atualizados são excluídos do semema de base da palavra e que os semas contextuais são acrescentados ao semema.

Com exceção de alguns aspectos relacionáveis à Pragmática, as afinidades percebidas nas explicações referentes à Restrição de Sentido também foram observadas na análise da Extensão de Sentido, evidenciando os pontos de convergência entre a Semântica Lexicalista (descrita na segunda parte do ES), a Sociolinguística e a Semântica Lexical.

2.5 A metáfora

Após descrever a extensão e a restrição de sentido, Bréal volta-se para a metáfora como produto da visão de uma semelhança entre dois objetos ou atos, como uma expressão que representa uma imagem. As imagens de que as línguas estão repletas, admite o autor, às vezes, indicam algumas características do gênio do povo que as criou, sendo que, quando há, entre línguas congêneres, um fundo comum de metáforas, como é o caso das línguas européias, é sinal de que há certa unidade de cultura entre os povos que as falam.

Para ilustrar a capacidade reveladora da metáfora, o lingüista mostra que certas metáforas latinas indicam a moral utilitária do povo romano. Entre os exemplos fornecidos, podem ser citados os verbos *putare* e *reputare*. O primeiro significava, originalmente, “podar” e, por metáfora, passou a ter o sentido de “calcular”. Depois, também por metáfora, o verbo passou a significar “pensar”, acepção também presente no segundo verbo. Esta última passagem, filosofa Bréal, indica que, para os romanos, *pensar* é “calcular”. (BRÉAL, 1924, p.125 -126).

Outro exemplo também indica a correlação entre metáfora e certas características da cultura de um povo. É o que se percebe pela história da palavra “influência” que remete a antigas superstições astrológicas baseadas na crença de que

um determinado fluido, vindo dos astros, agia sobre as pessoas e as coisas. (BRÉAL, 1924, p.130).

Tanto os exemplos de metáfora citados quanto as metáforas provindas do meio literário são fruto de pensamentos individuais. Quando essas metáforas são vulgarizadas, passam a pertencer à linguagem comum, transformando-a. Para Bréal, a única diferença entre uma metáfora literária e uma não literária é que as do tipo literário, para ter valor, não podem ser comuns, necessidade que motiva os escritores a criarem sempre metáforas novas:

Nenhum capítulo mostra tão bem o poder que, mesmo hoje, com nossas línguas fixadas há muito tempo, a ação individual continua a exercer. Tal imagem produzida em alguma cabeça privilegiada torna-se, ao expandir, propriedade comum. Ela deixa, então de ser uma imagem e torna-se qualificação corrente. Entre os tropos da linguagem e as metáforas dos poetas, há a mesma diferença que entre um produto de uso comum e uma conquista recente da ciência. O escritor evita as figuras que ficam banais, ele aprecia criar novas. Assim se transforma a linguagem. (BRÉAL, 1992 [1904], p.94).

No trecho transcrito, além de diferenciar as metáforas literárias das populares, Bréal faz menção àquelas que deixaram de ser sentidas como tal. Se a percepção de semelhanças entre dois objetos dá origem a uma expressão metafórica, o esquecimento da imagem expressa pela metáfora, torna-a uma qualificação corrente e a metáfora deixa de existir. A definição de alguma expressão como metáfora, portanto, depende da percepção dessa expressão como metafórica por parte do usuário do idioma, como se pode depreender dos comentários sobre a análise de palavra *gemma*, proposta por Cícero:

Às vezes a lembrança da metáfora é tão completamente esquecida que se engana a respeito dela. Surpreende Cícero a que camponeses tenham tido a idéia de dar nome de pérola (*gemma*) aos brotos das árvores: ora, é o inverso que é verdade, já que as pérolas por conta de uma graciosa imaginação receberam seu nome dos botões prestes a se abrir. (BRÉAL, 1992 [1904], p.92).

Muitas vezes, afirma Bréal, uma expressão deixa de ser metafórica, para, após certo tempo, ser novamente usada com um sentido metafórico. Este processo, explica, é um fator de complexidade para o estudo das línguas modernas, pois torna difícil saber qual é o sentido metafórico e qual é o sentido primitivo. Apesar da dificuldade com a qual o filólogo pode se deparar ao estudar as metáforas, para a criança que as aprende, observa Bréal, não há dificuldade alguma. Para ela, o sentido de base será sempre

aquele que é primeiramente aprendido independente de esse sentido ser o primitivo ou o metafórico dele derivado: “(...) as línguas modernas (...) para as crianças que aprendem a falá-las, a complicação não existe: o último sentido, o mais afastado da origem, é, muitas vezes, o primeiro que ela aprende.” (BRÉAL, 1992 [1904], p.97).

Outra característica da metáfora é estar sujeita a ser importada ou exportada de um idioma para outro, se bem que, muitas vezes, é difícil decidir quando se trata de um empréstimo lingüístico e quando se trata de uma coincidência:

O difícil é reconhecer cada vez se há empréstimo ou coincidência ligada à identidade do espírito humano [...]. É empréstimo ou coincidência quando o inglês exprime pelo verbo *answer* (literalmente “prometer em retorno”) o ato de responder a uma pergunta, que o latim exprime por *re-spondere*? (BRÉAL, 1992 [1904], p. 135).

Além de definir a metáfora (criação de imagem a partir da percepção de semelhança entre dois objetos) e apontar sua suscetibilidade à mudança (desmetaforização, remetaforização e suscetibilidade a ser transplantada de um idioma a outro), Bréal a estuda enquanto fator de mudança lingüística.

A metáfora, acrescenta ele, modifica instantaneamente o sentido de uma palavra, criando-lhe um sentido adicional. Como exemplo de sentido adicional de uma palavra, originado por uma metáfora, o autor cita a palavra francesa *chef*, no sentido de “cabeça”. O uso metafórico criou o significado adicional de “condutor, diretor”. Em outro capítulo, o autor esclarece que uma das origens da polissemia é a convivência do significado primitivo de uma palavra com seu significado metafórico.

Nas coletâneas consultadas, a metáfora é citada apenas por Gabas, que a usa como exemplo de processo criador de um uso figurativo que resulta em deslocamento semântico. Essa concepção de metáfora está de acordo com aquela de Bréal, pois ambos os autores a relacionam com a multiplicação de sentido e com a mudança semântica, se bem que no texto de Gabas não haja qualquer referência ao processo de criação e vulgarização da metáfora :

[...] Como exemplo ilustrativo de uso figurativo, vejamos um caso de deslocamento de significado envolvendo a palavra “boneca”. Quando dizemos que tal mulher ou criança é uma *boneca*, para nos referimos à sua beleza física, estamos deslocando, do significado original de “boneca”, sua propriedade de ter invariavelmente formas bem-feitas e de ser bonita, e caracterizando também a referida mulher ou criança como possuindo as mesmas características. Depois de ser aceito e difundido pela comunidade de falantes do português, tal uso fez com que a palavra “boneca” tivesse significado duplo (ou duas entradas de dicionário), e equivallesse, além do seu

sentido original, também ao significado de “mulher ou criança bonita”. (GABAS, 2001, p.92).

2.6 O espessamento de sentido e as palavras abstratas

Embora Gabas mencione os fenômenos de restrição, ampliação e metáfora, ainda que brevemente, entre os processos de mudança semântica, não há, por parte do lingüista brasileiro, nenhuma referência nem ao fenômeno do espessamento de sentido, nem à concretização das palavras abstratas, o que indica que esses tópicos não têm sido objeto de estudo privilegiado pelas disciplinas lingüísticas, tal como divulgadas nas coletâneas consultadas.

Assim como uma palavra pode ter seu sentido mudado graças à metáfora, uma palavra abstrata pode tornar-se concreta. É o que ocorre, por exemplo, quando o expositor de abstração dos substantivos que indicava ação, estado ou fenômeno passa a designar "um objeto concreto", seja por sua materialidade, seja por sua especificidade. Esse processo, informa Bréal, é muito freqüente. Às vezes, o sentido abstrato e o concreto permanecem resultando, então, numa polissemia; outras vezes, a idéia abstrata é que é esquecida: “Esse fato é extremamente freqüente: ora a palavra assim modificada guarda ambos os sentidos, ora sendo esquecida a idéia abstrata, subsiste apenas a significação material” (BRÉAL, 1994 [1904], p.99).²⁰

O fato de haver, no passado, nomes abstratos que hoje são considerados concretos, adverte Bréal, poderia levar à falsa conclusão de que os antigos tinham uma capacidade maior de abstração, característica que teria sido perdida com o tempo:

É preciso acreditar que nossos ancestrais tinham uma faculdade de abstração que veio diminuindo em seus descendentes? Seria, acredito, uma grande ilusão. Voltaremos mais tarde a essa questão dos nomes abstratos, que contém, em parte, o segredo da riqueza de nossas línguas. Basta, para o momento, relatar que, sendo a língua uma obra de colaboração, toda palavra

²⁰ Estudos cuja fundamentação teórica é a da Lingüística Funcional têm focado a mudança concreto > abstrato e questionado a unidirecionalidade do fenômeno em casos nos quais há convivência de ambos os sentidos. Informam os funcionalistas que, no caso do verbo *may* (poder em inglês) houve a abstração do sentido porque o verbo que antes designava capacidade física passou a designar possibilidade epistêmica. Com o verbo *poder* – da língua portuguesa – não aconteceu o mesmo, pois, desde a língua latina, as acepções abstratas convivem com as concretas, fenômeno que também ocorreu com a palavra *onde*. FERREIRA, Lucia Maria Alves. “Estabilidade e continuidade semântica e sintática”. In **Lingüística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FAPERJ/ DP&A, 2003, p.73 – 87. Cumpre esclarecer que, a despeito da convergência encontrada entre os pontos de vista brealino e funcionalista, não há, por parte de Ferreira, nenhuma menção a Bréal.

abstrata corre o perigo de mudar de sentido, quando, passando de boca em boca, vai do inventor para a multidão. (BRÉAL, 1992 [1904], p.100).

Nesta advertência, Bréal admite que linguagem e pensamento são coisas distintas, pois o fato de, numa determinada língua, não haver muitos substantivos abstratos não significa que seus usuários não tenham desenvolvido a capacidade de abstração. Outra idéia aí subjacente diz respeito ao caráter subjetivo e social da linguagem que leva uma palavra abstrata a se popularizar e a se tornar mais concreta, concretização causada pelo processo de vulgarização.

Como exemplificação do espessamento de sentido, Bréal cita fenômenos ocorridos tanto nas línguas antigas quanto nas modernas, mostrando que ele ocorre igualmente em ambas. Em Latim, há o exemplo da palavra *vestis*, formada pelo sufixo feminino *-tis* formador de nomes de ação, que significava “a ação de vestir” e passou a designar “a veste”. Na língua alemã, há o caso da palavra *kind* que, se hoje designa “a criança”, inicialmente significava “a raça” como ainda ocorre na palavra inglesa *mankind*.

Referindo-se especificamente às línguas modernas, Bréal mostra, através de exemplos, que o próprio funcionamento da linguagem de especialidade leva a esse resultado:

Encontramos em todas as profissões nomes abstratos que se tornaram os nomes de algum objeto tangível. O músico entende por *ouverture* a parte da música de orquestra que precede uma ópera, o comerciante debita as *nouveautés* da estação, o financiador faz entrar suas *créances*, o intendente provê aos *subsistances* do exército, e assim por diante. (BRÉAL, 1992 [1904], p.101).

Ao longo do capítulo dedicado ao Espessamento de sentido, verificamos que Bréal utiliza princípios explicativos já presentes nos capítulos anteriores: a defesa da igualdade lingüística entre os idiomas e a hipótese da influência do contexto de uso.

Na parte dedicada à Semântica Geral, demonstrou-se que a analogia está presente tanto nas línguas clássicas quanto nas modernas e que, sob alguns aspectos, o grego clássico é comparável a línguas indígenas. No capítulo dedicado ao espessamento de sentido, constatamos que Bréal, posicionando-se mais uma vez contra o mito de que as línguas clássicas eram superiores às modernas, adverte não haver nessas línguas mais abstrações que nas modernas e mostra, pelos exemplos, que a transformação de palavras abstratas em concretas é um processo presente tanto nas línguas modernas quanto nas clássicas.

A hipótese da influência do contexto de uso, por sua vez, consiste em detectar a origem de uma mudança no uso da palavra em questão, num meio social ou profissional determinado. Notamos que essa hipótese, utilizada no capítulo sobre a Restrição de sentido, é usada também para explicar o espessamento de sentido oriundo do uso concreto de uma palavra abstrata por parte de uma categoria profissional. Como exemplo em português, podemos citar o caso da palavra *aula*. Utilizada por um professor, torna-se tão espessa, palpável e concreta que ele pode dizer, após a atribuição anual, se “pegou” mais ou menos aulas que no ano anterior (exemplo da pesquisadora).

2.7 A polissemia

Bréal cunhou o termo polissemia para designar a multiplicação de significado a que uma palavra está sujeita. Essa multiplicação, aponta ele, decorre de o sentido novo conviver com o antigo e poder ser causado pela metaforização, pela concretização, pela abstração, pela extensão, pela restrição de sentido, ou ainda por eventos externos à linguagem.

Algumas vezes, observa Bréal, a acepção criada pela polissemia pode distanciar-se da acepção primeira a ponto de se tornar seu antônimo (*contraire*). Foi o que aconteceu com a palavra latina *maturus* que, inicialmente, se referia ao que era matinal, "à primeira luz do dia", depois, tomou o sentido de “maduro” para, em seguida, também adquirir o significado de “pessoa idosa”, como na expressão *um homem maduro*.

Outra possibilidade de polissemia é a sua ocorrência de maneira indireta, caso este em que uma palavra derivada se torna polissêmica. Como exemplo de polissemia indireta fornecido por Bréal consta o adjetivo latino *truncus*. Para o autor, a palavra primitiva *truncus* significa o “tronco da árvore”, sendo que o sentido de "truncado" tem origem no verbo *truncare*, de onde se derivou *truncus* com esse novo sentido, como aparece na frase: *A redação está truncada*.

É importante ressaltar que a convivência de vários significados associados a uma só forma não produz, para Bréal, qualquer ambigüidade ou contradição nem para aquele que a ouve nem para aquele que a fala. Isto se dá porque, na situação de uso há, na consciência do falante, o sentido em que ele está utilizando a palavra, enquanto que, para o ouvinte, o lugar ou meio no qual a palavra ocorre (*le mieu*), antecipa o sentido que ela pode ter, de modo que, para ele, não há senão um sentido a ela atribuível.

Para ilustrar a importância da situação de uso e do contexto na atribuição de um sentido a uma palavra, Bréal cita alguns exemplos que evidenciam a influência do contexto no qual a palavra é utilizada. *Clef* tem dois significados: um no âmbito da mecânica (“chave”) e outro no dos músicos (“clave”). *Racine* (“raiz”) é parte de “uma planta”, na agricultura; “um cálculo”, na matemática, e “um tipo de morfema” em lingüística. Após mencionar esses exemplos, Bréal faz questão de evidenciar, fornecendo exemplos do grego clássico, que o mesmo fenômeno ocorre nas línguas antigas.

A palavra francesa *ordonnance*, observa o lingüista, quando utilizada por um médico que assiste um doente, ou quando proferida no interior duma farmácia, apresenta apenas o sentido de “receita” e a ninguém ocorreria outros sentidos como o de ser “uma prescrição legislativa”. Segundo Bréal, isso ocorre pelo fato de a ambigüidade, que teoricamente seria gerada pela polissemia, não existir, uma vez que, na interação verbal, o pensamento do ouvinte acompanha o do falante:

Não se tem mesmo o trabalho de suprimir os outros sentidos da palavra: esses sentidos não existem para nós, eles não transpõem o limiar de nossa consciência. É assim para a maioria das pessoas, e deve ser assim, a associação das idéias se fazendo em conformidade com o fundo das coisas, e não segundo o som. O que dizemos daquele que fala não é menos verdade para aquele que escuta. Ele está na mesma situação; seu pensamento segue, acompanha ou precede o pensamento de seu interlocutor. Ele fala interiormente ao mesmo tempo que nós; não está mais exposto que nós a se deixar perturbar por significações colaterais que dormem no mais profundo de seu espírito.” (BRÉAL 1992[1904], p. 104).

Não havendo ambigüidade no uso de palavras polissêmicas devido a cada sentido ser suficientemente separado do outro, tanto na consciência do falante quanto na do ouvinte, uma nova acepção equivale a uma nova palavra. Uma evidência dessa separação estanque dos sentidos está no fato de, no caso de uma palavra ser usada em acepções diferentes, o falante ter de repeti-la e, em se tratando de poesia, uma palavra poder rimar consigo mesma no caso de suas acepções serem bastante distantes uma da outra. Para exemplificar esta possibilidade Bréal transcreve, em nota de rodapé, versos de Corneille e de La Fontaine: “*Les accommodements ne font rien en ce point: / Les affronts à l’honneur ne se réparent point. (Corneille). Et maintenant il ne faut pas/ Quitter la nature d’un pas. (La Fontaine)*” (BRÉAL, 1924, p.146).

A polissemia, de acordo com o ensaio, é a multiplicação de significado resultante da aplicação das leis que regem a mudança semântica. Trata-se de um fenômeno que se dá tanto nas línguas antigas quanto nas modernas, mas com uma única

diferença: na atualidade, ela é mais freqüente, em virtude de a diversidade social e cultural do mundo contemporâneo propiciar contextos de uso mais diversificados para as palavras. Quando uma palavra polissêmica é utilizada, teoriza Bréal, não há ambigüidade nem mal-entendidos, pois tanto o ouvinte quanto o falante vão ao encontro do sentido pretendido.

Nessas considerações, observamos a recorrência de argumentos e princípios fundamentais à Semântica Lexicalista. O combate ao preconceito lingüístico, feito implicitamente por Bréal, quando afirma que as línguas antigas são iguais às línguas modernas no que se refere à existência de palavras polissêmicas converge com princípios defendidos pela Sociolingüística, disciplina que também combate o preconceito lingüístico. O princípio de que o ato interlocutivo e a intenção do falante são importantes para a definição do sentido é um princípio utilizado por Bréal e também pela Pragmática, ainda que, conforme veremos mais adiante, haja diferenças na maneira pela qual os pragmatistas utilizaram-se desse princípio.

Voltando às propostas de Bréal, por ele ter sido o criador do termo polissemia, procuramos investigar se o atual conceito de polissemia era idêntico ao original. Segundo as coletâneas consultadas, a polissemia é estudada por duas teorias semânticas: a Semântica Lexical e a Semântica da Enunciação. Outra disciplina que tangencia o fenômeno é a Semântica Formal. Nessa teoria, o fenômeno polissêmico é descrito e estudado, mas não se utiliza o termo polissemia, em seu lugar, emprega-se o termo ambigüidade lexical.

Segundo Pietroforte e Lopes, a Semântica Lexical, seguindo postulados estruturalistas, define polissemia como a propriedade de palavras que apresentam mais de um significado para um mesmo significante. Ainda que a noção de signo de Saussure seja distinta da utilizada por Bréal, constatamos que a definição fornecida pelos lingüistas brasileiros reproduz o conceito originalmente proposto no ensaio. Além disto, verificamos que os exemplos fornecidos por eles também são indícios de identidade conceitual, uma vez que são equivalentes aos brealinos.

Lembramos que Bréal propusera ser uma evidência de polissemia a necessidade de se repetir uma palavra se fosse usada com sentido diferente. É o que ocorre com o dito de Pascal, citado como exemplo por Pietroforte e Lopes:

[...] Pode-se explorar a polissemia, usando a mesma palavra com sentido diferente. Um exemplo é a conhecida frase de Pascal: O coração tem razões

(= motivações, motivos) que a própria razão (=faculdade de julgar, de raciocinar) desconhece. (PIETROFORTE e LOPES,2003, p.132).

Enquanto Bréal cita o caso da palavra *clef*, para ilustrar a polissemia, os autores de “Semântica Lexical” mencionam o duplo sentido da palavra *leito*. Em ambos os casos, não é difícil perceber uma certa relação semântica a unir os significados. Entre *clef*, “instrumento para se abrir uma porta” e *clef*, “sinal que indica o tom a ser seguido ao longo da pauta”, percebe-se um núcleo comum de significado: em ambos os casos, há “abertura”: a chave abre a porta; a clave, a pauta. Com relação à palavra *leito*, Pietroforte e Lopes (2003, p.131) explicam que “A polissemia está na base de inúmeros jogos de palavras.[...] Qual é a diferença entre o estudante e o rio? O estudante deve deixar seu leito para seguir seu curso, enquanto o rio segue seu curso sem deixar seu leito.” (idem, p.131). Neste caso, o primeiro sentido da palavra *leito* (cama) pode ser relacionado ao segundo sentido (extensão de terra sobre a qual corre um recurso d’água), quando se considera o sema “posição horizontal” do rio em seu leito e do estudante em sua cama.

Além da concordância quanto à definição e ao objeto de estudo, também verificamos que há compatibilidade no que se refere às explicações fornecidas: tanto Bréal quanto Pietroforte e Lopes defendem que a polissemia é um fenômeno que ocorre em função do contexto:

A polissemia depende do fato de os signos serem usados em contextos distintos: [...] A babá tomou a mão da criança (segurou). [...] Os EUA tomaram Granada (ocuparam) [...] Agora ele só toma água (bebe).[...] A Cidade Universitária toma vários alqueires (ocupa)[...]. Depois que ele virou universitário, tomou um ar insuportável (assumiu). (PIETROFORTE; LOPES, 2001, p.132).

Os pontos convergentes ora apontados mostram que, no âmbito da Semântica Lexical, o conceito de polissemia utilizado não difere substancialmente do conceito inicialmente proposto por Bréal, indicando que, nesse aspecto, suas idéias sobre a polissemia foram seguidas e adotadas pela Semântica Lexical.

Em se tratando do uso do termo *polissemia* no âmbito da Semântica da Enunciação, percebe-se que houve extensão do seu significado. De acordo com explicações fornecidas por Oliveira, na Semântica da Enunciação, esse termo é utilizado para designar “os diferentes significados de um enunciado”. Conforme evidencia o trecho a seguir, a extensão do significado original se deve ao fato de o sentido do termo

polissemia ter ultrapassado o limite da palavra para abranger a unidade formada pelo enunciado:

[...] as diferentes leituras, explicadas como ambigüidade estrutural pela Semântica Formal, são, para a Semântica da Enunciação, explicadas lançando mão do conceito de polissemia; em outras palavras, um mesmo enunciado se abre num leque de significados diferentes, mas relacionados. [...] O que explica as diferentes leituras da sentença (19) é a presença de uma série de enunciadores e diferentes tipos de negação.

(19) O presidente do Brasil não é sociólogo.

(19') E 1: Há um presidente do Brasil.

E 2 : Ele é sociólogo.

E3 : E1 é falsa.

(19'') E1: Há um presidente do Brasil.

E2: Ele é sociólogo

E3: E2 é falsa.

(OLIVEIRA, 2001, p.29).

No tocante à Semântica Formal, embora o termo utilizado não seja *polissemia*, mas sim *ambigüidade*, os conceitos são equivalentes, inclusive no que se refere à consideração sobre o contexto de uso, conforme evidencia a explicação de Müller e Viotti sobre o significado da palavra *balada* proveniente da gíria:

Uma outra relação entre as palavras que também existe na sentença é a ambigüidade. A sentença em (63) é ambígua porque a palavra *balada* é ambígua, podendo significar tanto um tipo de música, como, em gíria atual, um acontecimento social. (63) A *balada* de ontem foi divertida. (MÜLLER e VIOTTI, 2002, p.152, grifo das autoras).

Apesar dos pontos em comum, a Semântica Formal e a Semântica Lexicalista parecem-nos inconciliáveis num aspecto. Conforme se pode perceber pelo exemplo fornecido acima, a Semântica Formal parte do pressuposto de que, se há dois sentidos para um item lexical, a sentença em que esse item ocorre também apresenta dois sentidos. A Semântica Lexicalista, ao contrário, defende que, quando uma palavra polissêmica é utilizada, o contexto de uso no qual a palavra ocorre determina-lhe o sentido de modo que não se gera nenhuma ambigüidade.

Conforme comentamos na página 80, Bréal defende que a polissemia não gera ambigüidade nem mal-entendidos em virtude de o contexto no qual a palavra polissêmica ocorre antecipar-lhe o sentido. Este raciocínio está baseado na crença de que o contexto de uso, a intenção do falante e a percepção dessa intenção por parte do ouvinte determinam o sentido das palavras.

Cumprе ressaltar que essa crença não é totalmente compartilhada pela Pragmática. Os estudos pragmáticos enfatizam o que pode ser designado como erros de

cálculo do ouvinte para com o sentido pretendido pelo falante, ao passo que Bréal evidencia os acertos. Apesar dessa divergência, não se pode negar que tanto Bréal quanto os pragmatistas se preocupam com o processo de interlocução.

2.8 Uma causa particular de polissemia

Observando o que se entende por dada palavra ou expressão, numa situação específica de uso, Bréal descobriu uma causa particular de polissemia: dada uma expressão, se ela é abreviada, a palavra remanescente absorve a carga semântica antes expressa por todo o conjunto. Nesse caso, há a criação um sentido adicional e a palavra torna-se polissêmica, pois apresenta o significado que sempre teve e aquele proveniente da expressão abreviada.

Para o autor, esse fenômeno de abreviação é muito comum e, por meio dele, os adjetivos têm seu significado aumentado via absorção do sentido do substantivo subentendido; os verbos passam a adquirir o valor do complemento omitido²¹ e palavras passam a assumir o significado de frases inteiras. Como consequência desse fenômeno, aumenta-se o acervo idiomático de uma língua e os verbetes dos dicionários ficam cada vez mais longos:

Os exemplos deste fato são inumeráveis: nossos artigos de dicionários não teriam a dimensão que vemos neles, se os adjetivos não fossem enriquecidos do valor de um substantivo subentendido, se os verbos não tivessem absorvido em si o sentido de um complemento que desde logo pode ser omitido, se frases inteiras não estivessem reunidas em uma só palavra. (BRÉAL, 1992 [1904], p. 107).

²¹ Este modo de atuação da abreviação pode ser comparado à noção de objeto nulo opcional proposta por Raposo com base em teorias gerativas: “Consideremos agora as expressões de (35) com verbos transitivos como **fumar**, **comer** ou **estudar**, os quais contêm na sua estrutura argumental uma função - θ interna que corresponde a um objecto direto no quadro de subcategorização. É sabido que estes verbos podem opcionalmente omitir o objecto directo: (35) a Eles ainda não comeram a sopa.; b. O Luís fuma charutos.; c Ele já estudou as lições; (36) a Eles ainda não comeram; b. O Luís fuma.c. Ele já estudou. Também aqui o complemento ausente está presente na representação semântica destas orações. No entanto [...] a sua interpretação não é (normalmente) determinada através de um tópico <<saliente>> no âmbito do discurso. Aqui, a interpretação do objecto <<subentendido>> ou é culturalmente fixada ou designa a espécie de coisas genérica, canónica ou prototípica que os objectos fonéticos desses verbos usualmente designam (as duas interpretações podem coincidir.) RAPOSO, Eduardo Paiva. **Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem**. Lisboa: Caminho, 1992. (Caminho colecção universitária, série Lingüística), p.342.

Esse fenômeno ocorre nas línguas de especialidade e na língua geral, nas línguas antigas e nas modernas, mas não com a mesma intensidade, pois é mais freqüente nas línguas modernas e nas de especialidade:

As línguas modernas, sendo geralmente mais carregadas de sentido que as antigas (por essa razão muito simples que a experiência do gênero humano é mais longa), vamos antes lhes emprestar alguns exemplos [...] essa absorção é extremamente freqüente, sobretudo na língua das diferentes profissões e dos diversos estados. (BRÉAL, 1992 [1904], p.107 e 109).

Para ilustrar esta causa particular de polissemia, Bréal fornece vários exemplos retirados da língua francesa, de épocas distintas, e mostra que, em cada um, há certas expressões que são abreviadas, sendo que aquilo que fica subentendido é determinado segundo o momento histórico. Dentre os exemplos diacrônicos citados, há o da expressão *mulher possessa* que, no século XVI, era uma abreviação da expressão *mulher possessa pelo demônio*.

Com relação às especialidades profissionais, o autor comenta que, para o geômetra, *a perpendicular* equivale à expressão completa *a reta perpendicular*, do mesmo modo, *a redonda* ou *a inglesa* refere-se, para o calígrafo, a tipos de letras. Outros exemplos, entretanto, pertencem à linguagem geral: dizer *à francesa*, no lugar de *à moda francesa*; ou *à direita*, por *à mão direita*,;ou ainda *folha*, por *folha de papel*.

É possível perceber semelhanças entre esse fenômeno e a irradiação estudada na primeira parte do ensaio: assim como, numa palavra, o significado do radical irradia-se na desinência promovendo a criação de um morfema usado na criação de novas palavras, numa frase, o complemento do verbo influencia o significado do verbo. Assim que carga semântica do complemento é absorvida, o verbo passa a ter outra acepção. Este é o caso da evolução semântica do verbo latino *defendere*: “*Defendere*, na origem, significava “separar”; *defendere ignem a tetis*, *defendere hostes ab urbe*. É por abreviação que se disse *defendere urbem*, *defendere domos*. [...]”(BRÉAL, 1992, [1904], p.110).

O fenômeno descrito, reconhece Bréal, já havia sido estudado pelos antigos filólogos. Esses estudiosos chamaram as palavras que absorveram o conteúdo semântico da palavra suprimida de *palavras prenhes*, designação criticada por inverter a ordem dos fatos :

A antiga filologia, que tinha observado um certo número de fatos desse gênero, inventara, para os caracterizar, uma denominação original. Quando o

verbo absorve em si a significação de seu complemento, diziam que ele está prenhe. A expressão é feliz, embora inexata, pois é portadora de um desafio à ordem habitual das coisas, e violenta toda a cronologia, como toda a história natural, de colocar a gestação depois da existência em estado separado. (BRÉAL, 1992 [1904], p.156).

Contrastando com a antiguidade do fenômeno descrito por Bréal, observamos que não há nenhuma referência à abreviação em nenhum dos capítulos das coletâneas consultadas. Entretanto, acreditamos que, no âmbito da Semântica Lexical, a abreviação possa ser considerada um exemplo de mobilização sêmica: tratar-se-ia de um caso de acréscimo de semas contextuais no significado de base do lexema.

2.9 Os nomes compostos

Os nomes compostos são definidos em termos semânticos. Apesar de serem formados por duas palavras, eles dão, ao ouvinte, a impressão de uma só idéia. Outra característica desses nomes é eles serem formados por dois termos apenas, independentemente de suas dimensões. Esse limite composicional, explica Bréal, decorre da associação de idéias aos pares pela mente.

As questões relativas à ordem dos termos e a distinção entre composição por justaposição ou por aglutinação são questões secundárias para Bréal. O fato de haver muitos estudos sobre essas questões e nenhum sobre os aspectos semânticos dos compostos é o que justifica a inserção de um capítulo sobre esse assunto no ensaio. Ao defender o semântico como fator essencial para a definição dos nomes compostos, Bréal atribui primazia à Semântica frente à Morfologia, à Fonética e à Sintaxe, disciplinas necessárias para o estudo cabal dos nomes compostos:

O que mais falta a esses estudos até o presente é o aspecto semântico; pareceria ao ler esses trabalhos, que as questões de acentuação, de vogal de ligação, de ordem dos termos fosse tudo. Temo que se tenha esquecido o essencial, a saber o sentido, pois é o sentido e não outra coisa que faz o composto e que, e última análise, decide a forma. (BRÉAL, 1992, [1904], p.113).

De ordem semântica, é o estudo da relação de sentido entre os termos de um composto e sua evolução ao longo do tempo. Neste caso, os exemplos fornecidos são todos oriundos da língua alemã. Nesse idioma, há compostos nos quais uma qualidade é atribuída a um ser, sendo que o primeiro termo do nome composto denota a espécie e o segundo, a qualidade: *himmel-blau* (azul como o céu), *schnee-weiss* (branco como a

neve), *stock-fest* (firme como um tronco). Este último composto deu origem a outros, nos quais se alterou o significado original do primeiro termo: *stock-taub* (surdo como uma lenha), *stock-blind* (completamente cego) e *stock-finster* (completamente obscuro).

De ordem fonética, é o estudo da justaposição e da aglutinação. Mesmo que a classificação de um substantivo composto, como justaposto ou aglutinado, ocorra com base em critérios puramente fonéticos (conforme haja ou não a manutenção dos fonemas constitutivos das formas primitivas), Bréal defende que, também nesses casos, o fator semântico tem primazia. Conforme explica o autor, apenas após os termos formarem uma só idéia para os falantes é que pode ou não haver mudanças fonéticas no primeiro termo.

De ordem morfológica, é o estudo dos processos de formação dos compostos, por composição ou derivação. Opina Bréal que as línguas nas quais há preferência pela derivação criam menos vocábulos novos, por ser necessário criar não só um sufixo mas também um radical novo. Aquelas que têm por regra a composição costumam ter por sufixo antigas palavras e criam mais vocábulos novos. Após comprovar sua hipótese comparando o inglês com o francês, o lingüista adverte que não há nada que impeça a criação vocabular numa língua dada. No caso da língua francesa, se não houvesse o hábito de buscar raízes latinas, as palavras poderiam ser criadas de outra forma, como ocorre com o idioma lituano que utiliza processos derivacionais mais homogêneos, pelo fato de as criações lexicais serem feitas, exclusivamente, com elementos tirados da própria língua.

De ordem sintática, é a questão da ordem dos termos, a qual, de ordinário, segue a ordem habitual dos termos de uma frase. A este respeito, explica Bréal que a questão surgiu em decorrência do estudo da formação de novas palavras na língua latina. Por meio desse estudo verificou-se a ocorrência de compostos latinos cuja ordem dos termos seguia as regras sintáticas da língua grega, e que, em sua maioria, foram criados por poetas. O fato de a criação dos nomes compostos poder dar-se por iniciativa dos literatos, observa Bréal, faz os compostos serem objeto de estudo da literatura.

Ao tratar do estudo dos nomes compostos por antigos gramáticos indianos, Bréal faz uma avaliação rigorosa segundo a qual unidades interpretadas como sendo nomes compostos são, na verdade, frases curtas, sintaticamente frouxas. Este erro de análise, explica o autor, indica haver entre as partes do discurso uma interdependência mútua:

Poder-se-ia supor, é verdade, que os gramáticos hindus, fiéis às suas visões sistemáticas, interpretaram algumas vezes como compostos, e trataram como tais, pequenas frases em que as palavras são colocadas lado a lado, segundo uma construção muita frouxa, na qual não é preciso buscar nem regras de concordância nem regras de subordinação...[...] Permito-me essa digressão para mostrar como as diferentes partes de uma língua estão numa dependência mútua, e como, desenvolvendo além da medida uma delas, expõem-se a enfraquecer alguma outra. (BRÉAL, 1992, [1904] , p.116).

Conforme já comentamos, a idéia de que as características lingüísticas de um idioma formam um todo e a idéia de que uma mudança pontual provoca alterações no conjunto, podem ser relacionadas aos conceitos saussurianos de valor e de língua como sistema. No trecho transcrito, a idéia das partes influenciando o conjunto é aplicada não ao componente lexical mas sim ao sintático, motivo pelo qual esta proposta pode ser relacionada ao conceito de língua como estrutura, assim definido por Petter no capítulo que abre o primeiro volume da coletânea organizada por Fiorin:

A língua é para Saussure “um sistema de signos” – um conjunto de unidades que se relacionam organizadamente dentro de um todo.[...] Os seguidores dos princípios saussureanos esforçaram-se por explicar a língua por ela própria, examinando as relações que unem os elementos no discurso e buscando determinar o valor funcional desses diferentes tipos de relações. A língua é considerada uma estrutura constituída por uma rede de elementos, em que cada elemento tem um valor funcional determinado. A teoria de análise lingüística que desenvolveram, herdeira das idéias de Saussure, foi denominada *estruturalismo*. (grifos da autora) (PETTER, 2002, p.14).

Com relação ao estudo dos nomes compostos, em que pese sua inerente interdisciplinariedade, verificamos que, atualmente, o tópico faz parte apenas dos estudos morfológicos já que esses nomes são objeto de estudo de Morfologia Lexical, disciplina dedicada aos processos morfológicos que resultam na formação de novas palavras.

Na definição e nas explicações fornecidas por Petter, a par da conceituação dos processos de justaposição e de aglutinação, há considerações fonéticas, sintáticas e semânticas, indicando haver consenso entre a Semântica Lexicalista e a Morfologia Lexical no que se refere aos conceitos fundamentais e ao caráter necessariamente interdisciplinar do estudo dos nomes compostos:

O processo de composição junta uma base a outra, com ou sem modificação de sua estrutura fônica; aglutinando-se, em *aguardante*, ou justapondo-se, em *pentacampeão*. Os elementos do composto apresentam uma relação entre um núcleo e um modificador (ou especificador), entre um determinado e um determinante. Em português, o primeiro elemento do composto que funciona como núcleo nas estruturas formadas por:

Substantivo + substantivo Ex.: *sofá-cama, peixe-espada, mestre-sala*

Substantivo+ adjetivo Ex.: *caixa-alta, obra-prima, amor-perfeito*

Verbo + substantivo Ex.: *guarda-roupa, porta-estandarte, beija-flor.*

Nas estruturas com adjetivo, esse é sempre o especificador, independente de sua posição: *belas-artes, livre-arbítrio*.[...] (grifos da autora) (PETTER, 2002, p.72).

Apesar das semelhanças apontadas entre a análise feita por Petter e a análise proposta por Bréal, verificamos que elas divergem no que se refere à importância atribuída às características morfológicas, sintáticas e semânticas dos nomes compostos. O fato de o tópico fazer parte de capítulo dedicado à morfologia indica que, para Petter, o aspecto fundamental nos estudos dos nomes compostos é o morfológico. Percebemos também que, quanto aos demais aspectos, não há ênfase de um em detrimento de outro. Observa-se, entretanto, que não é esse o posicionamento de Bréal, para quem o aspecto semântico tem primazia, sendo secundários os aspectos fonéticos e sintáticos.

2.10 O estudo dos grupos articulados

Para definir o que são os grupos articulados, Bréal compara-os a uma engrenagem. Como toda engrenagem é feita por peças que fazem o mecanismo funcionar, quem as observa não repara nas peças, pois concebe a máquina como um todo. O mesmo ocorre com um grupo articulado: o usuário não repara nas palavras de que o grupo é constituído, concebendo-o como um todo. Sobre a funcionalidade desses grupos, Bréal afirma que eles são “as alavancas do discurso” semelhantes às fórmulas do Direito e às fórmulas da Administração:

Como as peças de uma engrenagem que estamos tão habituados a ver se adaptar uma à outra que não imaginamos apresentá-las separadas, a linguagem apresenta palavras que o uso reuniu há tanto tempo que não existem mais para nossa inteligência em estado isolado. É o que se denomina grupos articulados [...]. Foi o pensamento dos ancestrais que os ajustaram assim, e que os legaram às épocas posteriores como um apoio ou como uma alavanca. O que os formulários são para o direito ou para a administração, esses grupos articulados são para o raciocínio de todos os dias. (BRÉAL, 1992 [1904], p.119).

Mais adiante, o autor mostra a importância dos grupos articulados para o aprendizado de uma língua estrangeira ao comentar que esses grupos se tornam especialmente visíveis quando duas comunidades que falam línguas distintas estão em contato e uma delas tenta expressar-se na língua da outra. Nessas circunstâncias, é possível perceber que as falhas cometidas quando o falante tenta se expressar na língua

estrangeira decorrem de ele utilizar, devido à analogia, os grupos articulados de sua língua materna e da não observância dos grupos articulados típicos da língua estrangeira. Em nota de rodapé, Bréal cita um estudo de Hugo Schuchard sobre o inglês falado por alemães e por eslavos na Austrália que mostra que os erros de linguagem são devidos à lembrança da língua materna. Finalizando a nota de rodapé, Bréal acrescenta que esse mesmo tipo de erro também é cometido pelos alunos no colégio e corrigido pelos professores de língua materna.

A existência desses grupos, propõe Bréal, é uma das causas pela qual uma palavra tende a unir-se ao que está antes ou depois dela. Para o autor, há dificuldades em se isolar a palavra porque, para a “consciência popular”, um grupo articulado é um todo indivisível. Uma característica que o grupo articulado tem em comum com as palavras é a possibilidade de ambos poderem ser transladados de um idioma a outro. A semelhança percebida entre uma palavra e um grupo articulado, aliás, motiva o autor a especular que, caso não houvesse mais pessoas letradas, enquanto os grupos articulados formariam blocos que sobreviveriam no futuro, as palavras que os formam poderiam desaparecer. Pode-se inferir, a partir dessa especulação, que os próprios grupos articulados seriam interpretados como palavras.

Com relação ao significado dos grupos articulados, Bréal aponta a possibilidade de um grupo adquirir um significado distinto do que tinha originalmente. Tal mudança semântica ocorre em virtude de o ouvinte, com base no uso, prever o que será dito após a proferição do grupo articulado. Essa previsão pode modificar o significado original de certas conjunções, à semelhança do que aconteceu com a conjunção francesa *cependant* e as conjunções latinas *quamvis*, *quanquam*, *etsi*, *etiamsi* e *licet*, segundo informa Bréal:

[...] Tomo como exemplo a palavra *cependant*, em que cremos sentir hoje uma oposição. Nada na palavra marca a oposição. Mas, como ocorre muitas vezes que se enumeram dois fatos concomitantes para os opor entre si, a idéia adversativa entrou aí pouco a pouco. Acreditamos da mesma forma sentir um valor de oposição nas conjunções latinas *quamvis*, *quanquam*, *etsi*, *etiamsi*, *licet*, etc. Todas essas palavras são simplesmente afirmativas; algumas até exageram na afirmação, permitindo estendê-la tão longe quanto se queira, para fazer ressaltar tanto mais o fato colocado em reserva que virá limitar ou contradizer a primeira proposição.⁴ O ouvinte, advertido pelo uso, prevê tão bem essa segunda asserção que desde a primeira sente nascer a antítese. 4. *Quamvis sis molestus, nunquam te esse confitebor malum* (Cícero, Tusc. II, 25,61. Trata-se da dor). “Seja inoportuno tanto quanto queiras: não declararei nunca que tu és um mal”. (BRÉAL, 1924, p.174).

A proposta de Bréal para essas conjunções é a de que, originalmente, não havendo nelas nenhum valor opositivo, seu uso para unir idéias contraditórias deu origem a seu significado atual possibilitando que o ouvinte previsse, ao escutar a primeira proposição, a oposição a ser construída pela segunda sentença. Essa previsão consolidou o significado adversativo que certas conjunções adquiriram.

Notamos que, nessa explicação, Bréal considera o fato de o sentido de uma frase ser algo construído pelo ouvinte. Conforme já comentamos na página 90, a preocupação pelo processamento da linguagem por parte do ouvinte é uma característica da abordagem adotada pela Semântica Lexicalista. Essa característica também se faz presente na abordagem adotada pela Pragmática, motivo pelo qual ambas as abordagens se aproximam.

Como pudemos verificar, o estudo das conjunções formadas por mais de um item lexical, conforme proposto por Bréal, não encontra paralelo nas análises de cunho semântico apresentadas nas coletâneas: naquela organizada por Fiorin, não se analisam orações adversativas; na que Mussalin e Bentes organizaram, a análise apresentada não é compatível com aquela proposta no ensaio:

[...] Para a Semântica Formal não há diferença semântica entre *e* e *mas*. Na forma lógica, ambos fazem o mesmo: garantem que o todo é verdadeiro se e somente se as partes que o compõem também forem verdadeiras. Assim as sentenças (23) *João passou no concurso e não foi contratado*. (24) *João passou no concurso, mas não foi contratado*. Expressam o mesmo conteúdo semântico: a sentença é verdadeira, em ambos os casos, se *João passou no concurso* é verdadeira e *João não foi contratado* é verdadeira. A diferença de significado é explicada pela Pragmática. A análise da Semântica da Enunciação dispensa a hipótese de que uma mesma forma lógica está presente nas duas sentenças. A diferença é descrita pela postulação de que *e* e *mas* são dois itens lexicais distintos. [...] (grifos da autora) (OLIVEIRA, 2001, p.31, grifos da autora).

No trecho transcrito, considera-se a conjunção *e* ou como idêntica à conjunção *mas* ou como um item lexical distinto. Ambas as análises são distintas daquela que se pode fazer adotando-se o mesmo procedimento aplicado aos grupos articulados: uma análise brealina ressaltaria que o valor adversativo da conjunção foi construído pelo uso e pela previsão do ouvinte, não fazendo parte, portanto, do significado original da palavra.

É importante frisar que todos os exemplos de grupos articulados são constituídos por palavras gramaticais. O próprio autor põe em evidência que esses grupos são de

extrema importância para a sintaxe. De fato, o estudo dos grupos articulados parece-nos estar no limite entre o estudo da Semântica Lexicalista e o da Semântica Sintática (termo que forjamos para designar os assuntos tratados na terceira parte do ensaio).

2.11 Sinopse da segunda parte do ensaio.

O cotejo da Semântica Geral (apresentada na primeira parte do **ES**), com as disciplinas lingüísticas contempladas pelas coletâneas consultadas indicara afinidades com a Sociolingüística, com a Pragmática e com a Lingüística Histórica, disciplinas que também são afins com alguns postulados da Semântica Lexicalista (apresentada na segunda parte do **ES**).

A partir do cotejo dos fundamentos e objetos de estudo da Semântica Lexicalista com disciplinas da Lingüística Moderna, verificamos que, na segunda parte do ensaio, as afinidades entre a Sociolingüística e a Semântica Lexicalista provém não apenas da defesa da igualdade lingüística entre registros – presente no postulado geral de que as palavras eruditas não são distintas das palavras populares - mas também da hipótese segundo a qual o significado de uma palavra se altera conforme o meio social ou profissional no qual é utilizada, proposta que pode ser relacionada à variação diastrática estudada pela Sociolingüística. Tal afinidade é particularmente perceptível no estudo da metáfora, da restrição e do espessamento de sentido.

Observamos, também, que o princípio de desajuste entre o “nome” e “coisa”, apresenta semelhanças com a teoria do signo de Quine e que algumas explicações lembram os postulados de Grice. Referimo-nos às explicações feitas com base na percepção da intenção do falante pelo ouvinte (utilizada sobretudo no estudo da eufemismo, da polidez e da polissemia) e no princípio de que, numa situação de interlocução concreta, há um ajuste de sentidos (o pretendido pelo falante e o percebido pelo ouvinte). Essas semelhanças mostram que os postulados brealinos são afins com a Pragmática. Há que se ressaltar, contudo, que o enfoque pragmático enfatiza os casos em que o ajuste de sentidos (o pretendido pelo falante e o compreendido pelo ouvinte) se dá imperfeitamente gerando mal-entendidos, possibilidade com a qual Breál não trabalha.

Com relação à Lingüística Histórica, tal qual apresentada pelo lingüista brasileiro Gabas, verificamos que três mudanças estudadas por Bréal também são

estudadas por Gabas: a Restrição e a Extensão de sentido e a Metáfora. Apesar da exceção feita à metáfora, justamente relacionada à polissemia por esse lingüista, as explicações propostas pela Semântica Lexicalista não foram por ele mencionadas, o que indica que a Lingüística História não deve ter incorporado, em seu arcabouço teórico, as explicações propostas por Bréal.

No que tange aos estudos do significado, nossa investigação evidencia que a Semântica Lexical, a Semântica Formal, a Semântica da Enunciação e a Semântica Cognitiva apresentam pontos convergentes com a Semântica Lexicalista.

Quanto à Semântica Lexical, baseada no Estruturalismo, observa-se que ela tem por princípios a noção de valor do signo e a concepção de língua como sistema estruturado. Conforme demonstramos, a idéia de que um idioma é formado pelo conjunto de suas características lingüísticas, cujas partes se influenciam reciprocamente podendo alterar a feição do conjunto, também está presente no ensaio. Essa presença é atestada tanto na primeira quanto na segunda parte do **ES**. Na parte dedicada à Semântica Geral, tal fato é perceptível nos postulados referentes à diferenciação de sinônimos e, na parte que trata da Semântica Lexicalista, a idéia de conjunto está implícita na proposta de reciprocidade entre Restrição e Ampliação de sentido (numa série sinonímica, a restrição de um termo provoca a ampliação do outro e vice-versa). Evidenciamos outras afinidades entre as idéias de Bréal e o Estruturalismo no estudo da polissemia e da influência do contexto lingüístico na determinação do sentido. O conceito de polissemia de Bréal é idêntico ao utilizado pela Semântica Lexical e a proposta de não ambigüidade do termo polissêmico, quando utilizado num ato de interlocução, é totalmente compatível com a hipótese de mobilização sêmica. Apesar dessas convergências, não podemos esquecer que o conceito brealino de signo não se identifica com o conceito saussuriano e que a Semântica Lexical sustenta não haver, na língua, uma relação entre “nome” e “coisa”, mas sim a relação “significante” e “significado”.

Observamos que os pontos divergentes que a Semântica Lexicalista e a Semântica Lexical apresentam entre si são precisamente os pontos de convergência entre a primeira e a Semântica Formal. Ambas as disciplinas compartilham o princípio de que a língua é utilizada para fazer referência ao mundo extra-lingüístico e defendem que o estudo lingüístico não pode prescindir desse objetivo prático. Não obstante a afinidade apontada, notamos que a Semântica Formal derivada de Frege não é

compatível com a postulada por Bréal, visto que o primeiro exclui o que é primordial para o segundo: as representações mentais subjetivas do objeto referido que se tornaram objeto de estudo da Pragmática.

No que se refere aos pontos de contato entre a Semântica de Bréal e a Semântica da Enunciação, estes pareceram-nos mais tênues. Enquanto, em Bréal, a referenciação dá origem a desajustes constantes que possibilitam as mudanças semânticas, para Ducrot, a referenciação é uma ilusão criada pela linguagem. Além disso, a noção de polissemia postulada por Ducrot estendeu o significado original do termo e designa fenômenos observáveis no nível da enunciação. Não obstante tais divergências, é inegável que o jogo discursivo postulado pela Semântica da Enunciação é uma noção afim com as de uso interessado da língua e de vontade humana postuladas por Bréal.

Modernamente, a noção de referenciação como algo ilusório é criticada pela Semântica Cognitiva, disciplina que também combate a premissa de pareamento entre linguagem e mundo, implícita na Semântica Formal. Observamos que esses princípios teóricos estão conformes os postulados da Semântica Lexicalista que sempre considera a função referencial da linguagem, sem, contudo, deixar de apontar os desajustes entre “linguagem” e “mundo”. Em que pese esta convergência entre as disciplinas, não se pode esquecer que a Semântica Cognitiva desconsidera a argumentatividade que é levada em consideração por Bréal.

Ainda sobre a segunda parte do ensaio, observamos que o estudo dos nomes compostos relaciona a Semântica Lexicalista não com disciplinas especificamente voltadas ao estudo do significado, mas sim com a Morfologia Lexical. Não obstante a convergência no que tange o objeto de estudo, o enfoque não nos pareceu equivalente: enquanto a primeira enfatiza os princípios morfológicos e coloca o critério semântico no mesmo nível que o fonético e o sintático, Bréal enfatiza o semântico, tenta mostrar que os demais fatores são secundários e evidencia mudanças semânticas que atingem os nomes compostos, tópico que está ausente no estudo de Petter.

Conforme mostra o cotejo dos fundamentos e objetos de estudo da segunda parte do ensaio brealino com disciplinas da Lingüística Moderna, a Semântica Lexicalista, além de apresentar pontos de contato com quase todas as correntes voltadas ao estudo do significado e com a Lingüística Histórica, também apresenta afinidades com a Sociolingüística e com a Morfologia Lexical. Os resultados ora apontados são visualizados nos quadros sinóticos a seguir.

Semântica Lexicalista, Sociolingüística e Lingüística Histórica

Disciplina	Conceito Moderno	Conceito Brealino	Relação
Lingüística Histórica	Metáfora como causa de polissemia	Metáfora e Polissemia	Convergência
Lingüística Histórica	Restrição e Ampliação de Sentido, definição	Restrição e Extensão de Sentido, definição e postulação de causas e conseqüências	Convergência parcial: não há menção às propostas brealinas
Sociolingüística	Variação diastrática	Influência do meio social e/ou profissional para explicar mudança semântica	Convergência
Sociolingüística	Combate ao preconceito lingüístico	Defesa da igualdade entre palavras populares e eruditas quanto à suscetibilidade à mudança	Convergência.
Morfologia Lexical	Estudo dos nomes compostos	Estudo dos nomes compostos com ênfase aos aspectos semânticos	Convergência Parcial

Semântica Lexicalista e Semântica Cognitiva

Disciplina	Conceito Moderno	Conceito Brealino	Relação
Semântica Cognitiva	Concepção não argumentativa da referência	Consideração da intenção do falante e do fazer interpretativo do ouvinte como uma das causas do desajuste “nome” e “coisa”, da não ambigüidade da polissemia e da compreensão do eufemismo	Incompatibilidade
Semântica Cognitiva	Concepção realista da experiencialista da referência	Complexidade do referente como uma das causas do desajuste “nome” e “coisa”	Convergência

Semântica Lexicalista, Semântica Lexical e Estruturalismo

Disciplina	Conceito Moderno	Conceito Brealino	Relação
Semântica Lexical e Estruturalismo	Valor do signo e concepção de língua como sistema	Reciprocidade dos fenômenos de ampliação e Restrição de sentido	Convergência
Semântica Lexical e Estruturalismo	Definição de signo como união de um significante e de um significado e não uma relação “nome” e “coisa”	Desajuste “nome” e “coisa” pressupõe que o signo estabelece uma relação imperfeita entre ambos	Incompatibilidade
Semântica Lexical	Mobilização sêmica	Processo responsável pela não ambigüidade de termo polissêmico	Convergência

Semântica Lexicalista e Semântica da Enunciação

Disciplina	Conceito Moderno	Conceito Brealino	Relação
Semântica da Enunciação	Referenciação como ilusão criada pela linguagem	Complexidade do referente como uma das causas do desajuste “nome” e “coisa”	Incompatibilidade
Semântica da Enunciação	Jogo discursivo	Intenção de quem fala como uma das causas do desajuste “nome” e “coisa”, polissemia e eufemismo	Convergência

Semântica Lexicalista e Semântica Formal

Disciplina	Conceito Moderno	Conceito Brealino	Relação
Semântica Formal	Função referencial da linguagem	Desajuste “nome” e “coisa” pressupõe a consideração do referente	Convergência.
Semântica Formal	Exclusão das representações mentais individuais do estudo semântico (Frege)	Não ambigüidade no uso de termo polissêmico e desconstrução do eufemismo supõem consideração de “representações mentais individuais”	Incompatibilidade

Semântica Lexicalista e Pragmática

Disciplina	Conceito Moderno	Conceito Brealino	Relação
Pragmática	Inescrutabilidade da referência (Quine)	Complexidade do referente como uma das causas do desajuste “nome” e “coisa”	Convergência
Pragmática	Consideração do sentido como construção do falante , de um lado, e interpretação do ouvinte do outro	Não ambigüidade no uso de termo polissêmico e desconstrução do eufemismo levam em consideração o sentido pretendido pelo falante e a intenção percebida pelo ouvinte	Convergência
Pragmática	Máxima de Cooperação (Grice)	Na interlocução, o ouvinte vai ao encontro do sentido pretendido pelo falante	Convergência
Pragmática	Ênfase no “mal-entendido”	Ênfase nos “acertos”	Divergência

CAPÍTULO 3 A TERCEIRA PARTE DO ENSAIO

Esta parte do **ES**, para a qual destinamos a designação de Semântica Sintática, consiste na aplicação das leis intelectuais, expostas na Semântica Geral, à sintaxe e à morfologia e na proposta de alguns princípios relativos à constituição e ao funcionamento da linguagem. consta de oito capítulos, conforme segue: as categorias gramaticais; a força transitiva; o contágio; sobre alguns instrumentos gramaticais; a ordem das palavras, a lógica da linguagem; o elemento subjetivo e a linguagem educadora do gênero humano. Uma vez que os tópicos de Semântica Geral são retomados nesta parte do ensaio, preocupar-nos-emos apenas com os casos em que há aprofundamento dos conceitos anteriormente propostos, privilegiando, assim, os aspectos da Sintaxe Semântica não abordados nas demais partes do ensaio.

3.1 As categorias gramaticais

No capítulo sobre as categorias gramaticais, Bréal especula como elas foram se desenvolvendo ao longo do tempo e propõe a seguinte teoria a respeito da origem e da evolução dessas categorias nas línguas indo-européias: primeiro surgiu a classe dos pronomes, em seguida, a do substantivo, a do adjetivo, a do verbo. Por último, teriam sido criadas as do advérbio, da preposição e da conjunção, categorias que teriam se originado das primeiras. Tais mudanças seriam decorrentes do modo pelo qual o usuário do idioma passou a analisar a linguagem.

Sintetizando as mudanças categóricas propostas, é possível fazer algumas afirmações a respeito da evolução categórica das línguas indo-européias:

- a) Adjetivos, substantivos e pronomes passam a ter função de advérbio. Isto ocorre quando a palavra começa a ser utilizada para determinar outro termo da frase, é sentida como dispensável e estabelecadora de uma relação sintática fraca com os termos da frase.
- b) Advérbios, substantivos e participípios dão origem à preposição devido ao obscurecimento da noção expressa pela declinação latina. No caso do advérbio, Bréal explica a mudança da seguinte maneira. Primeiro os advérbios passaram a ser usados com mais frequência devido à necessidade de usar advérbios para

explicitar as funções do caso. Depois os falantes ficaram com a impressão de que a regência se dava pelo advérbio. A partir dessa transformação no conhecimento lingüístico interiorizado dos falantes, muitos advérbios passaram a fazer parte da categoria das preposições.

c) Muitas conjunções eram, originalmente, pronomes ou substantivos. Tal mudança provém da percepção de haver uma relação causa - efeito estabelecida entre a preposição ou substantivo e a palavra que a procedia.

As explicações sintetizadas são exemplos da atuação da lei de especialidade que, a nosso ver, confirmam a relação proposta entre a lei de especialidade e a teoria da Gramaticalização, que propõe a mudança de categoria dos elementos lingüísticos. Conforme verificamos, o detalhamento dessa teoria, apresentado por Chagas e a seguir transcrito, abrange as hipóteses formuladas por Bréal:

Hopper & Traugott (1993) consideram que existe uma gradação de gramaticalidade com os seguintes pontos focais: elementos com conteúdo > palavras gramaticais> clíticos > afixos flexionais. Essa gradação teria como objetivo explicar transformações extremamente comuns nas línguas naturais, nas quais elementos relativamente independentes em termos sintáticos acabariam por se fundir em uma única palavra. Segundo esse modelo, há também uma tendência desses elementos que se gramaticalizam de passarem de um significado mais concreto para um mais abstrato [...]. (CHAGAS, 2002,p.159).

De acordo com Chagas, a primeira etapa de gramaticalização proposta é a transformação de “elementos com conteúdo” em “palavras gramaticais”. Considerando que Bréal propõe que advérbios são oriundos de antigos substantivos e adjetivos, que substantivos e participípios deram origem a preposições e que há conjunções provenientes de substantivos, pode-se afirmar que suas propostas convergem com as da Gramaticalização conforme mostram, aliás, alguns dos exemplos fornecidos nesta parte do ensaio.

Como exemplo de adjetivo com função adverbial, Bréal cita, entre outras, as palavras latinas *recte*, *valde* e *primum* e as francesas *haut* e *juste* tal qual utilizadas nas frases “ *Il faut parler haut*” e “ *Des voix que ne chantent pas juste*” (BRÉAL, 1924, p.187).

São exemplos de preposições derivadas de “elementos de conteúdo”, na língua francesa, *excepté*, *passé*, *hormis*, *vu*, *durant* e *pendant*, provenientes de participípio; *sauf*,

oriundo de um adjetivo e *chez*, um antigo substantivo e, na língua latina *penes* e *secundum*. (p.189).

Quanto à origem da conjunção, Bréal afirma que algumas conjunções latinas (*ut*, *ne*, *quominus*, *quin*, etc) foram palavras de significação plena antes de servirem de elo entre orações e, em seguida, fornece um exemplo de conjunção oriunda de substantivo:

A palavra alemã *weil*, “porque”, é um antigo substantivo levado para a categoria da conjunção. Dizia-se primeiro *die wile*, *die weile*, “tanto tempo quanto”. Lutero a emprega dessa maneira, e Goethe, que gosta da linguagem popular, empregou-a também muitas vezes. Mas da idéia de tempo a palavra passou à idéia de causa, como aconteceu em latim para *quoniam*. Hoje *weil* dá a impressão de uma palavra abstrata anunciando que se vai indicar o motivo de um fato. (BRÉAL, 1992, [1904], p.131).

Com relação à tendência de os elementos gramaticalizados se tornarem mais abstratos, Bréal faz algumas considerações sobre as categorias das palavras que apontam para a tendência à abstração. Explica que, pelas categorias de substantivo, adjetivo e verbo, não se deve entender apenas as noções primitivas segundo as quais os substantivos representam objetos da natureza (como *homem*, *pedra*, *montanha*) e os adjetivos qualidades dos objetos (*grande*, *pequeno*, *alto* *baixo*, *afastado*, *próximos*) e os verbos ações visíveis (*caminhar*, *correr*, *comer*, *beber*, *falar*). A existência de substantivos abstratos, adjetivos que não expressam qualidade – como na frase “Ele veio ao terceiro dia.” – e o fato de os verbos pressuporem um sistema de pessoas, tempos e modos mostram que “Assim entendidas, essas categorias não são contemporâneas do primeiro despertar da inteligência. Elas se formaram pouco a pouco como as do advérbio e da preposição, embora muito antigamente para que possamos seguir sua evolução.” (BRÉAL, 1992 [1904], p.132).

Consideramos haver, nessas afirmações sobre as categorias gramaticais, a seguinte hipótese sobre a construção das noções a elas associadas: num primeiro momento, existem as noções concretas de substantivo, adjetivo e verbo; posteriormente, essas noções tornam-se mais abstratas, surgindo, então, as categorias gramaticais. Por fim, dá-se o surgimento das categorias de advérbio, preposição e conjunção num crescendo de abstração. Tal evolução, propõe ainda Bréal, é acompanhada do desenvolvimento cognitivo.

Vista dessa maneira, a hipótese brealina parece-nos convergente com aquelas propostas pela Semântica Cognitiva, disciplina que propõe haver, na aquisição da

linguagem, o aprendizado de categorias básicas oriundas de esquemas nocionais, grifados em caixa alta, das quais as outras são derivadas metafórica ou metonimicamente. Tal qual Bréal, a passagem do concreto para o abstrato é postulada como uma etapa decisiva da constituição sintática da linguagem, vista como consequência do desenvolvimento cognitivo, conforme mostra o seguinte exemplo de análise.

Um desses esquemas nocionais é o de caminho. Trata-se de uma noção aprendida quando a criança começa a deslocar-se de um ponto a outro. Essa habilidade cognitiva capacita a criança a entender e a produzir frases como “Fui da casa para a escola” e “Vim do mercado”. Posteriormente, há a construção de correspondências entre essas noções espaciais e as noções de tempo (metáfora é o termo dado para designar a criação de correspondências entre dois domínios da experiência) e a criança passa a compreender frases como as citadas e analisadas por Oliveira em:

(32) De ontem para hoje, o José ficou doente. (33) A conferência foi de segunda a sábado (sic). Se observarmos essas e outras sentenças, notaremos que nosso conceito de tempo se estrutura via o esquema espacial do CAMINHO. Nesse sentido, as sentenças (32) e (33) são metafóricas, porque nelas o tempo é conceituado a partir de correspondências com o esquema espacial. Falamos, pensamos e agimos sobre o tempo como se ele fosse uma linearidade, como uma reta direcionada para o futuro. De tal sorte que há o ponto de partida do movimento temporal *ontem* em (32), *segunda* em (33), um percurso, o tempo decorrido entre os dois pontos, e um ponto de chegada, *hoje* em (32), *sábado* em (33). (grifos da autora). (OLIVEIRA, 2001, p.36).

Ao final do capítulo, Bréal tece algumas considerações sobre o pronome. Se, para a maioria dos homens, a noção do “eu” é a mais importante de todas, não se pode conceber que a expressão para essa noção tenha sido tardia, raciocina Bréal concluindo, por isso, que a classe dos pronomes foi a primeira a desenvolver-se, sendo que as demais teriam surgido em oposição a elas. Outra particularidade do pronome é sua mobilidade semântica:

De um outro ponto de vista, os pronomes são o que há de mais móvel na linguagem, pois eles não estão jamais definitivamente vinculados a um ser, viajam continuamente. Há tantos *eu* quantos indivíduos que falam. Há tantos *tu* quantos indivíduos a quem eu possa me dirigir. Há tantos *ele* quanto os objetos reais ou imaginários que o mundo contém. Essa mobilidade existe, porque eles não contêm nenhum elemento descritivo[...]. (BRÉAL, 1992 [1904],p.132).

Salientamos que a definição semântica dos pronomes pessoais feita por Bréal é em tudo coincidente com as noções de palavras dêiticas e de palavras de enunciação. Conforme demonstram os trechos adiante analisados, é inegável a afinidade existente entre a Semântica Sintática e os estudos da enunciação, incluídos por Oliveira no interior da Semântica da Enunciação, mas situados por Fiorin entre os estudos pragmáticos.

Enquanto Bréal considera que os pronomes pessoais como “eu” e “tu” têm seus significado determinado conforme aquele que fala, a quem se fala e de o que se fala, Fiorin considera-os como um dos dêiticos da linguagem cuja definição julgamos ser conceitualmente equivalente à de mobilidade semântica dos pronomes como proposta no ensaio:

[...] certos fatos lingüísticos [...] só são entendidos em função do ato de enunciar. É o que acontece, por exemplo, com os dêiticos, que são elementos lingüísticos que indicam o lugar ou o tempo em que um enunciado é produzido ou então os participantes de uma situação de produção do enunciado, ou seja, de uma enunciação. São dêiticos os pronomes pessoais que indicam os participantes da comunicação, *eu/tu* [...]. (FIORIN, 2003,p.161-162, grifos do autor).

Após afirmar que o estudo dos dêiticos requer uma análise mais aprofundada da enunciação, Fiorin cita Benveniste e exemplifica a instauração do sujeito na enunciação promovida pelo uso dos pronomes “eu” e “tu”. Constatamos que tanto a citação quanto os exemplos mostram a convergência entre Bréal e os estudos da enunciação:

É na linguagem e por ela que o homem se constitui como sujeito, dado que somente ao produzir um ato de fala, ele constitui-se como *eu* (Benveniste, 1966, 259). *Eu* é aquele que diz *eu*. O *eu* existe por oposição ao *tu* [...]. Como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do “sujeito”, tomado como ponto de referência. [...] Como a enunciação é o lugar de instauração do sujeito e este é o ponto de referência das relações espaço-temporais, ela é o lugar do *ego*, *hic et nunc*. Benveniste usa os termos latinos *ego* (*eu*), *hic* (*aquí*), *nunc* (*agora*), para mostrar que essas categorias [...] são constitutivas do ato de produção do enunciado em qualquer língua [...] Num texto, vemos que aparecem diversos *eu*, que remetem a diferentes instâncias enunciativas. Observe o texto que segue: Encontrei-me com Pedro, que me disse : - Estou muito insatisfeito com minha relação com Adélia. Nele, o *eu* que diz que se encontrou com Pedro não remete à mesma instância enunciativa que aquele que afirma estar insatisfeito com sua relação amorosa. (FIORIN, 2002, p. 163-163, grifos do autor).

A importância da linguagem para a constituição do sujeito remete-nos à essencialidade do pronome “eu” que, reconhecida por Bréal, fê-lo pensar fosse ele a

primeira criação da linguagem. Convém esclarecer que a centralidade do sujeito na determinação das referências de tempo e de espaço também foi percebida pelo fundador da Semântica, levando-o a propor que as demais categorias tivessem sido criadas a partir do pronome e a estudar as instâncias enunciativas a que os dêiticos podem remeter como indícios da mobilidade semântica desta categoria de palavras.

3.2 A força transitiva

Propõe Bréal que, em sua origem, os verbos eram intransitivos e que foi à medida que o homem estabeleceu uma relação de causa-efeito entre o verbo e a palavra que o acompanhava que foram surgindo os verbos transitivos. Como consequência dessa mudança sintática, ocorreram alterações no significado desses verbos que resultaram no enfraquecimento das desinências causais.

Essas explicações pareceram-nos coerentes com os princípios anteriormente postulados por Bréal, segundo os quais não há qualquer tendência de mudança de significado nas palavras, pois todas as mudanças verificadas são decorrentes de uma ação humana de processamento mental da linguagem. Podemos concluir disto que não há mudanças imanescentes a uma língua, mas sim constantes no processamento mental, muitas delas descritas como leis intelectuais na primeira parte do ensaio.

Ao longo deste capítulo, vários exemplos mostram como os verbos tomam diversos sentidos em decorrência da força transitiva que lhes é atribuída. A maioria deles provém da língua grega, da latina e do sânscrito. Um exemplo claro para quem não tem um conhecimento aprofundado desses idiomas é o do verbo inglês *understand* ("compreender") que foi derivado do anglo-saxão *forstandan*, em cujo étimo há o verbo intransitivo *stand* ("manter-se em pé"). Neste, caso trata-se de um verbo intransitivo que se tornou transitivo direto, atestando a tendência à transitivity verbal.

Importa-nos ressaltar que o capítulo dedicado à força transitiva explica uma mudança gramatical que impulsionou a transição do latim vulgar para as línguas românicas. Para Bréal, o enfraquecimento das desinências causais está relacionado ao processo de transitivização dos verbos.

A perda das desinências causais é um fenômeno citado e analisado em ambas as coletâneas consultadas. Enquanto Chagas explica a mudança com base em fatores exclusivamente fonéticos, Gabas não trata das causas dessa mudança, mas informa que,

como consequência dela, nas línguas românicas, a ordem dos constituintes é mais rígida:

O latim possuía uma ordem vocabular bastante livre, o que se relacionava estreitamente com o fato de seus substantivos, adjetivos e pronomes apresentarem marcação de caso, desinências que indicavam sua função sintática independentemente da posição em que eles apareciam na oração. **A partir do momento em que começa a haver perda de diversos sons finais no latim falado, há erosão das desinências de caso**, que precisam então ser substituídas por outro mecanismo que deixe clara a função sintática dos diversos sintagmas nominais. Passa a prevalecer então uma ordem bem mais rígida do que a que havia em latim.[...]. (CHAGAS, 2002, p.154, grifos nossos).

Um exemplo (clássico) de mudança gramatical é a perda da flexão nominal com a conseqüente rigidez na ordem de palavras para expressar relações gramaticais em várias línguas. Esse foi precisamente o caso do desenvolvimento das línguas românicas [...]. Com a perda do sistema de marcação de caso, a ordem os constituintes passou a ser fundamental, e as relações de sujeito e objeto passaram a ser determinadas apenas pela sua posição na oração, o sujeito ocorrendo primeiro, seguido do verbo, e depois o objeto[...]. (GABAS, 2001, p.88-89).

Uma vez que a explicação fornecida no ensaio não se faz presente em nenhum dos capítulos dedicados à Lingüística Histórica, concluímos que a proposta de Bréal para explicar a perda do sistema desinencial ou é desconhecida ou não foi aprovada pelos especialistas na área.

3.3 O contágio

O contágio é resultado de uma associação de idéias pela qual o significado de uma palavra recebe influência do contexto lingüístico no qual está inserida:

Propus, anteriormente, chamar de contágio um fenômeno que se apresenta com freqüência e que tem por efeito comunicar a uma palavra o sentido de seu contexto. É claro que esse contágio não é outra coisa senão uma forma particular de associação de idéias. (BRÉAL, 1992 [1904], p.139).

Verifica-se que a maioria dos exemplos de contágio refere-se a conjunções e que as análises apresentadas aprofundam as explicações fornecidas no estudo dos grupos articulados presentes na parte dedicada à Semântica Lexicalista.

Ao tratar do surgimento do significado positivo de *aucun* (alguém), Bréal, após mostrar que o uso da palavra em frases negativas e explicativas deu origem à nova acepção dessa palavra, esclarece que foi o sentido geral da frase e não o contato direto ou a proximidade entre a palavra e a partícula negativa o responsável pelo fenômeno:

Vê-se qual é a distância entre o sentido original e o sentido produzido pelo longo uso em frases negativas [...] é ainda (sic) pelas frases interrogativas que se faz a mudança [...]. Há encontros nos quais o sentido fica a meio caminho entre as duas acepções. Não é, pois, o contato direto, não é a vizinhança material da negação que é causa da mudança. O contágio foi produzido pelo sentido geral da frase. (BRÉAL, 1992 [1904], p.140).

Percebemos, pela explicação fornecida, que a frase é o contexto a que se referia o lingüista, quando conceituou o contágio, pois a contaminação da palavra se deve ao sentido geral da própria frase. Segundo Bréal, o novo sentido, proveniente da frase, é repetido e consolidado pelo uso das palavras em frases análogas. Esta consolidação, por sua vez, fixa esse novo significado da palavra.

A idéia de que o contexto lingüístico pode inserir, numa palavra, uma carga semântica adicional está presente no conceito de mobilização sêmica oriundo da Semântica Lexical, que prevê a adição de semas contextuais à palavra quando ela é utilizada num discurso.

Em que pese essa afinidade, não podemos desconsiderar que a disciplina derivada dos postulados saussurianos, a julgar pelos dados fornecidos por Pietroforte e Lopes e pela bibliografia citada – **Estruturas léxicas do português**, Vilela (1979) e **Semântica Estrutural**, Greimas (1976) – não abrange o estudo do significado das palavras gramaticais, o que exclui os pronomes do seu objeto de estudo. Nesse sentido, parece-nos que a adoção da Sintaxe Semântica pela Semântica Lexical ampliaria seu objeto de estudo que passaria a abranger, também, as palavras não lexicais.

Ainda sobre o contágio, importa-nos destacar outra convergência que surge com muito realce neste capítulo do ensaio por aproximar as teorias brealina e saussuriana. Referimo-nos à distinção entre sincronia e diacronia. Para mostrar que o significado positivo de *aucun* foi anterior ao negativo, Bréal coteja os verbetes de dois dicionários, um histórico e um de uso, e tece algumas considerações que revelam pontos afins com a dicotomia sincronia-diacronia posteriormente proposta por Saussure:

É interessante para a semântica consultar, por seu turno, a respeito dessas palavras, um dicionário de uso e um dicionário histórico. [...] As duas respostas que se obtêm são contraditórias, mas pela reflexão, embora opostas entre elas, têm, **uma e outra, sua razão de ser e sua legitimidade. [...]. Nisso não se poderia desaproveitar a Academia [em seu dicionário de uso]. Entrava no seu plano explicar as palavras segundo a impressão que elas causam hoje.** (BRÉAL, 1924, p.206, grifos nossos).

As considerações acima confirmam que o lingüista distinguia perfeitamente os tipos de análise – posteriormente, designadas de diacrônica e sincrônica - e não valorizava o primeiro em detrimento do segundo, posicionamento que já havia sido tomado quando tratara das falsas percepções e enfatizara que a falsidade da percepção surgia apenas quando se adotava o ponto de vista histórico.

3.4 Sobre alguns instrumentos gramaticais

Nesta parte do ensaio, Bréal propõe-se a explicar o surgimento do pronome relativo, do artigo, dos verbos auxiliares e dos verbos cópula ou de ligação, nas línguas indo-européias e nas românicas. Para tanto, retoma os princípios da força transitiva e da Lei de Especialidade e considera a criação dessas categorias como indícios do trabalho da inteligência.

Este capítulo não fornece informações novas, apenas confirma a análise que fizemos anteriormente relacionando os postulados brealinos à teoria da Gramaticalização (criação de verbos auxiliares), à Semântica Cognitiva (inter-relação intrínseca entre o desenvolvimento lingüístico e cognitivo) e à Lingüística Histórica (ausência de tópicos e/ou conceitos brealinos nas coletâneas consultadas).

3.5 A ordem das palavras

Notamos que as considerações de Breal sobre a ordem das palavras complementam as observações propostas na Semântica Geral a respeito da sobrevivência das flexões. Naquela ocasião, houve elaboração de algumas hipóteses sobre a ordem dos termos de uma frase, hipóteses essas que foram relacionadas à Teoria dos Parâmetros da Sintaxe Gerativa. Agora o autor tece alguns comentários sobre o chinês e o sânscrito fazendo referência aos períodos lingüísticos e aos tipos de línguas. Trata da determinação das variações possíveis na ordem dos termos e da classificação das línguas com base nessas variações.

Conforme vimos, para Bréal, a ordem dos termos relaciona-se ao valor funcional das flexões pois a perda das flexões, numa língua dada, a faz tender para a rigidez na ordenação das palavras na frase. Mas, relacionando Sintaxe e Morfologia, o lingüista, questiona se é possível afirmar que essa rigidez torna as flexões inúteis e se um desgaste

total delas resultaria sempre na transformação das línguas românicas em línguas como o chinês, idioma que define como sendo monossilábico.

Observa-se que Petter, em sua análise morfológica, segue a proposta de August Schleicher que se baseara em estudos de August von Schegel e define, da seguinte maneira, os tipos de línguas acima mencionados:

a) isolantes: em que todas as palavras são raízes, isto é, as palavras não podem ser segmentadas em elementos menores, portadores de informação gramatical e/ou significado lexical. O chinês é uma língua isolante [...] **b) aglutinantes:** em que as palavras combina raízes (elementos irredutíveis e comuns a uma série de palavras) e afixos distintivos para expressar as diferentes relações gramaticais, como o turco [...] **c) flexionais:** em que raízes se combinam a elementos gramaticais, que indicam a função das palavras e não podem ser segmentados na base de ‘um som e um significado’, ou um afixo para cada significado gramatical. O latim é um exemplo de língua flexional [...]. (PETTER, 2003, p.60 e 61, grifos da autora).

Comparando-se essa classificação com os dados fornecidos por Bréal, percebemos que ele faz questionamentos que problematizam a classificação apresentada por Petter. Bréal pergunta se a ordem das palavras de um idioma pode ser relacionada às suas características de estruturação morfológica. Questiona, em seguida, se línguas flexionais, caso passassem a ter uma ordem rígida de termos numa frase, perderiam também as flexões transformando-se em línguas isolantes. Para responder esta pergunta, o autor do ensaio vale-se da história da evolução da língua latina e do sânscrito.

Com relação à língua latina, Bréal mostra que as flexões e a ordem rígida permaneceram por um longo tempo no latim utilizado nos atos oficiais, evidenciando a utilidade das flexões, as quais, concomitante à ordem, davam um máximo de clareza às mensagens.

Quanto ao sânscrito, há evidências de que, quando o significado de algumas declinações deixa de ser claro, elas podem unir-se a outras palavras gramaticais originando novas declinações e não palavras isoladas como é o caso do chinês. Isto mostra que nem sempre o apagamento do valor das flexões resulta numa evolução de língua flexional para língua isolante, pois também pode ocorrer de a língua se tornar uma língua aglutinante como é o caso do sânscrito.

Percebemos, nessas ponderações, que Bréal faz reflexões sobre a relação entre duas variáveis: o comportamento morfológico das palavras, com base na classificação morfológica das línguas em isolantes e aglutinantes, e a ordem dos termos na frase.

Visto que os adeptos do Modelo de Princípios e Parâmetros objetivam elaborar uma tipologia das línguas baseada em variantes possíveis (os parâmetros) de princípios universais (os princípios), acreditamos que a proposta de Bréal pode contribuir para o entendimento das relações que os parâmetros apresentam entre si.

A reflexão de Bréal sobre a tipologia das línguas consiste em averiguar se a questão da ordem dos termos das frases está relacionada à questão de como se dá a formação de novas palavras num idioma. Seguindo-se o modelo gerativista de Princípios e Parâmetro, a proposta

de Bréal pode ser entendida como uma tentativa de relacionar o parâmetro da ordem (+ ou - rígida) com o da flexão (presente + ou ausente -). Bréal chega à conclusão de que não há uma relação constante, unívoca e imediata entre os parâmetros, pois nem sempre a ordem rígida resulta na flexão, o que indica que, em algumas línguas, esses parâmetros podem apresentar-se como independentes.

A nosso ver, outras possíveis contribuições de Bréal para a abordagem gerativista podem ser encontradas nas considerações feitas com o objetivo de desfazer mitos lingüísticos, tais como o de que a liberdade da ordem das palavras em latim era absoluta e significava superioridade lingüística frente às línguas românicas e a de que a língua francesa apresentaria uma ordem lógica que a faria superior às outras línguas européias.

Com relação à ordem dos termos em latim, pondera Bréal que não se pode considerar como modo usual de construção das frases os períodos arditamente elaborados para fazerem parte de discursos proferidos em praça pública pois, muito provavelmente, a ordem mais freqüente era a encontrada nas cartas familiares e nas peças cômicas.

De modo a desmistificar a idéia de que a ordem livre dos termos é indício de superioridade lingüística, pois daria aos usuários mais meios de expressão, Bréal explica que, nas línguas modernas, ainda que haja uma ordem preferencial, é possível obter muitos efeitos de expressão por meio da inversão:

Elogiou-se a liberdade do latim e do grego que permite colocar tanto no fim quanto no começo a palavra sobre a qual se quer atrair a atenção, dirigir a luz. Comparada a essa liberdade, as línguas modernas parecem ter ficado à margem. Mas, para ser justo, é preciso reconhecer que as línguas modernas, embora habitualmente restritas a uma certa ordem, não estão presas a ela. Talvez a inversão produza mais efeito se ela rompe com os hábitos cotidianos. (BRÉAL, 1992 [1904], p.148).

Desfeitos os mitos da superioridade das línguas latinas frente às românicas, Bréal passa a atacar o mito segundo o qual a língua francesa é superior às outras por ser, supostamente, mais clara ao adotar uma “ordem lógica”.

Citando um escritor inglês, o lingüista mostra não só que é ilusória a idéia de que há uma ordem mais lógica que outra, mas também que é indício de etnocentrismo um povo pensar ser seu próprio idioma o mais provido de lógica:

Utilizamos, em relação à frase francesa, a expressão “ordem lógica”. Há aí alguma ilusão. É o caso de lembrar a observação de um escritor inglês que pode ser colocado no lado oposto: cada povo é tentado a pensar que temos pés no lugar exato e que coloca as palavras no seu verdadeiro lugar. Pode-se muito bem, em falta à lógica, conceber uma outra lógica. (BRÉAL, 1992 [1904], p.148).

Em seguida, Bréal cita Rivarol que sustentava ser a língua francesa universal por adotar uma ordem frasal comandada pela razão, incorruptível, não perturbável pelas paixões ou pelas sensações. A suposta clareza do idioma, argumentava Rivarol, faz a tradução de uma obra para o francês ficar mais clara e explicativa que a obra original : “Quando nossa língua traduz, ela explica verdadeiramente um autor” (idem).

Fazendo-lhe uma crítica contundente, Bréal opina que digno de louvor é o esforço dos escritores que, conscientemente, se esforçam para encontrar mecanismos sintáticos expressivos levando em consideração as características próprias de seu idioma:

O que seria preciso louvar não é a língua francesa *in abstracto*, mas o esforço perseverante de nossos escritores há três séculos, para proporcionar a liberação de nossa sintaxe aos recursos de expressão de que ela dispõe. Nisso eles foram de uma honestidade singular. Compreenderam que a clareza ao escrever era uma das formas de probidade. (BRÉAL, 1992 [1904], p.149)

Digna de nota é a defesa, por parte de Bréal, da igualdade lingüística não só entre o latim e as línguas românicas, mas também entre elas mesmas. Esse posicionamento, presente também nas partes dedicadas à Semântica Geral e à Semântica Lexicalista, conforme anteriormente observado, aproxima os postulados brealinos dos defendidos pela Sociolingüística, cujos adeptos também combatem qualquer forma de preconceito lingüístico.

3.6. A lógica da linguagem

Após diferenciar a lógica da linguagem da lógica propriamente dita, Bréal mostra que a linguagem é obra do povo, que, fazendo uso de raciocínios analógicos, associativos e de abstração, coopera para a mudança de uma língua. Esta mudança, por sua vez, não é linear, mas gradual e processa-se por etapas consecutivas de modo que o fim de uma é o ponto de partida para o começo de uma outra etapa.

Para mostrar como esse fenômeno ocorre, Bréal mostra que a origem e a evolução histórica do acusativo em latim realizou-se em três etapas. Na primeira, usava-se o acusativo para indicar "o local aonde alguém se dirige". Por associação de idéias, o acusativo começou a ser usado com verbos de movimento, dando origem ao primeiro emprego sintático do caso. Após certo tempo, a idéia concreta de "ponto de chegada de um movimento" abstrai-se e o acusativo começa a indicar "um fim mais ou menos abstrato". A segunda etapa tem início com a transitivização de certos verbos que passam a reger o acusativo. Surge, assim, "o acusativo gramatical". A terceira etapa, por sua vez, é decorrente da primeira, refere-se ao uso do acusativo para indicar "duração" e baseia-se na lógica da linguagem pela qual espaço e tempo se equivalem.

Nessa explicação, percebemos a existência de quatro princípios: o da associação, o da abstração, o da equivalência tempo - espaço e o de transitivização. Assim como observamos no capítulo dedicado às categorias gramaticais, o fenômeno da abstração pode ser relacionado tanto com a hipótese da Gramaticalização, quanto com a hipótese da metaforização. Segundo esta última hipótese, formulada pela Semântica Cognitiva, trata-se de um uso metafórico do caso acusativo que consiste em se utilizar esse caso para expressar um ponto de chegada abstrato. Os princípios de equivalência tempo-espaço e o da transitivização, por sua vez, evidenciam mais afinidades entre a Sintaxe-Semântica de Bréal e a Semântica Cognitiva.

Por meio do princípio da transitivização, Bréal propõe que o acusativo gramatical tem por origem o acusativo de "direção a um local":

Eis aqui o começo de uma inscrição de uma pedra miliária da Itália meridional: *HINCE SVUNT NOVCERIAM MEILIA L CAPVAM XXCIII / MVRANVM LXXIII COSENTIAM CXXIII VALENTIAM CLXXX*. [...]. O acusativo é, pois, empregado aqui como o caso do lugar ao qual nos dirigimos. [...]. Em vez de designar o lugar, o acusativo ainda pode servir para marcar um fim mais ou menos abstrato. Tal é o sentido da locução *venum ire*, "aller em vente, être vendu" [...]. Chamaremos esse primeiro

emprego de acusativo de direção. [...]. A segunda etapa é marcada por construções como *invenire viam*, *attingere metam* [...] o acusativo parece ser regido pelo verbo. Num capítulo precedente mostramos [...] como os verbos de neutros que eram tornaram-se transitivos. Desse modo, um outro tipo de acusativo forjou-se pouco a pouco nos espíritos: o *acusativo-regime*. [...] ao acusativo local sucede um acusativo gramatical. (BRÉAL, 1924, p.152 - 153).

A idéia de movimento físico como origem de construções transitivas, conforme proposta por Bréal, converge com o pressuposto da Semântica Cognitiva de que o significado lingüístico deriva de experiências corpóreas. Segundo essa teoria, o esquema CAMINHO (criado pela experiência corpóreas de dirigir-se de um ponto a outro, conforme explicamos à página 108) possibilita a compreensão e o uso de frases com verbos transitivos. Desse ponto de vista, podemos dizer que Bréal é um precursor da Semântica Cognitiva.

3.7 O elemento subjetivo

Neste capítulo, Bréal comprova a existência de um elemento subjetivo na linguagem. para ele, esse elemento provém da necessidade sentida pelo falante de interferir naquilo que está narrando, podendo ser definido como as marcas de sua interferência:

Se é verdade, como se pretendeu, algumas vezes, que a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens, é necessário pelo menos melhorar essa comparação por uma circunstância especial: o produtor intervém freqüentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal, não à maneira de Hamlet que, mesmo interrompendo seus atores, permanece alheio à peça, mas como nós mesmos fazemos no sonho, quando somos ao mesmo tempo espectador interessado e autor dos acontecimentos. Essa intervenção é o que proponho chamar *o aspecto subjetivo da linguagem* [...]. (BRÉAL, 1992 [1904], p.157).

Os interesses pelos quais o ser humano faz uso da linguagem, explica o lingüista, faz do elemento subjetivo, a parte essencial da língua:

O homem ao falar está tão longe de considerar o mundo como observador desinteressado que se pode julgar, ao contrário, que aparte que ele se dá a si mesmo na linguagem é desproporcionada [...] Deve-se começar a ver de que pondo de vista o homem agenciou sua linguagem. A fala não foi feita para a descrição, para a narrativa, para as considerações desinteressadas. Expressar um desejo, dar uma ordem, demonstrar a posse sobre as pessoas ou sobre as

peçoas – esses empregos da linguagem foram os primeiros. (BRÉAL, 1992 [1904], p.161).

Para satisfazer a necessidade do falante de interferir no que diz pelo uso do idioma, toda língua dispõe de certos recursos que possibilitam ao usuário representar-se naquilo que fala. Esses recursos, comprovadores da existência do elemento subjetivo da linguagem, se fazem presentes tanto em determinadas palavras e formas gramaticais quanto, devido à organização geral das línguas, nos advérbios de modo, nos termos que a análise sintática classifica como expletivos, nas conjunções, nos modos verbais do imperativo e do subjuntivo, no tempo futuro, no discurso indireto e nos pronomes pessoais.

Por não fazerem referência à ação expressa numa frase, os advérbios de modo revelam o sentimento do narrador em relação ao que narra. Assim, exemplifica Bréal, se, ao noticiar um acidente, o falante diz “felizmente, não houve nenhuma vítima”, o advérbio nada tem a ver com o ocorrido, mas expressa o ponto de vista de quem narra. Analisando a profusão de advérbios de modo utilizados nos escritos de Platão, Bréal percebe que esses advérbios têm por função possibilitar ao falante a expressão de suas impressões e intenções de modo que sejam compreendidas pelos seus interlocutores.

A análise desse elemento subjetivo da linguagem, explica Bréal, é importante não só para a compreensão das intenções e impressões dos falantes, mas também para uma análise “lógica” (i.e., sintática) adequada e para o melhor entendimento de certas palavras da língua latina.

No tocante à análise sintática tradicional, Bréal explica que a logicidade de sua análise depende de os casos nos quais os advérbios de modo são relativos ao elemento subjetivo da linguagem serem distinguidos dos outros. A análise feita nas escolas, critica o lingüista, muitas vezes, desconsidera o fato de o uso da linguagem escrita sempre estabelecer um diálogo com o leitor:

Uma verdadeira *análise lógica*, par justificar esse nome, deveria distinguir com cuidado esses dois elementos. [...]. A análise lógica, como é praticada nas escolas, foi às vezes dificultada por esse elemento subjetivo: ela não viu que todo discurso um pouco vivo pode tomar o caráter de um diálogo com o leitor. (BRÉAL, 1992 [1904], p.158).

Esse diálogo com o leitor, complementa, também se estabelece por meio dos chamados expletivos. Após exemplificá-los pelo uso dos pronomes em um verso de La Fontaine, Bréal informa que a função dos expletivos corresponde à primeira intenção

da linguagem: possibilitar a expressão dos sentidos, opiniões, intenções e interesses do falante:

Assim são os pronomes lançados no meio de uma narrativa, em que o narrador assume subitamente o ar de tomar a parte de seu auditório. La Fontaine tinha feição por eles: Il *vous* prend sa cognée: il *vous* tranche la tête. Eles são os chamados “expletivos”, e de fato fazem parte da narração, o que não impede que correspondam à intenção primeira da linguagem.(BRÉAL, 1992, [1904], P.158).

Voltando à análise dos advérbios de modo, Bréal afirma que o estudo do latim, também pode se beneficiar com a consideração do elemento subjetivo presente nesta classe de palavras. O advérbio latino *oppido*, informa o lingüista, é proveniente do ablativo de um adjetivo que significava “sólido”, “firme”, “certo”. Para que a função desse advérbio seja devidamente analisada, adverte ele, é imprescindível que se perceba que o advérbio não está modificando o verbo – não se trata de descrever a ação expressa pelo verbo como totalmente acabada - mas, ao contrário, expressa a opinião do falante. É o que se dá em frases como *oppido interii* e *oppido occidimus* (respectivamente, “certamente perdido” e “certamente morremos”, trad. da pesquisadora). Nesses exemplos, não se trata de a ação expressa pelo verbo ter-se dado de maneira completa, mas sim da exteriorização da opinião do falante. O mesmo ocorre na frase francesa “*Je suis assurément perdu*” (“estou seguramente perdido”, trad. da pesquisadora), esclarece o semanticista.

As conjunções também são utilizadas para a expressão do elemento subjetivo da linguagem. Ainda que não haja nenhum exemplo ilustrativo, pela explicação fornecida, fica claro que as conjunções se diferenciam das palavras que expressam os fatos e que elas se caracterizam por exigirem, para serem compreendidas, o concurso da inteligência, que decidirá sobre a verdade dos fatos e o encadeamento deles conforme proposto pelo falante :

Se me ocorre formular um silogismo, as conjunções que marcam os diferentes membros do meu raciocínio dizem respeito à parte subjetiva. Elas fazem apelo ao entendimento, elas o tomam como testemunho da verdade e do encadeamento dos fatos. Elas são, pois, da mesma ordem que as palavras que me servem para expor os próprios fatos. (BRÉAL, 1992 [1904]. p.237).

Outro meio lingüístico de expressão do elemento subjetivo brevemente apontado por Bréal é o discurso indireto que transpõe as ações para outro tom. Para

Bréal, quando se usa o discurso indireto, paira uma certa dúvida em todo o discurso, o que torna o contexto propício ao uso dos modos opinativo e subjuntivo. Ainda que não haja qualquer esclarecimento sobre o que provocaria a dúvida a que se refere o lingüista, é possível supor que ela provenha de a fala ser reportada não por quem a pronunciou, mas sim por outrem, condição que permite levantar suspeitas sobre o que realmente foi dito. Na verdade, essas suspeitas também podem ocorrer nos casos em que a fala é reportada por quem a pronunciou em discurso direto, pois o falante pode dizer algo em discurso direto e modificar sua própria fala quando faz a passagem do discurso direto para o indireto.

Após comentar ser muito comum a mistura entre os elementos objetivos e os subjetivos da linguagem na gramática das línguas, os primeiros, responsáveis pela “descrição” ou “representação” dos fatos e os segundos, pela expressão dos desejos, impressões e intenções do falante sobre os fatos, Bréal afirma que é nos verbos que essa mistura é mais evidente para, em seguida, começar a analisar como o elemento subjetivo se faz presente nos modos imperativo e subjuntivo e no tempo futuro.

Dando continuidade à tradição gramatical grega, o lingüista parte do princípio de que o modo verbal corresponde a uma disposição de ânimo. Quanto ao modo optativo e ao modo subjuntivo, o lingüista afirma que eles marcam o desejo do falante e que, no que se refere à expressão do elemento subjetivo, o tempo futuro é equiparável ao modo subjuntivo, pois afirmar que algo ocorrerá, na maioria das vezes, é expressar desejo, crença ou dúvida de que a ação ocorra. O modo imperativo, por sua vez, nada mais é que a expressão da ação, conforme a vontade de quem fala. Quando se trata de linguagem oral, essa vontade é também expressa pela fisionomia, pelo tom de voz e pelos gestos.

Ainda com relação aos verbos, Bréal enfatiza a importância da noção de pessoa que, para ele, é a qualidade mais característica e delicada do verbo. Das três pessoas, a que se convencionou chamar de primeira está totalmente dedicada à expressão do caráter subjetivo da linguagem, haja vista que, por meio dela, a individualidade do ser humano contrapõe-se ao mundo. A segunda não é menos subjetiva, pois representa aquele que está em relação à primeira, portanto, apenas a terceira pessoa não se caracteriza pela subjetividade. De modo análogo, a primeira pessoa do plural indica a pessoa que fala e outra que existe em função dela. Em algumas línguas, o dual existe

para indicar que o “eu” participa de uma ação feita tanto por outra pessoa quanto por quem fala:

Sobre as três pessoas do verbo, há uma que ele se reserva de modo absoluto (a que se convencionou chamar a primeira). Deste modo ele opõe sua individualidade ao resto do universo. Quanto à segunda pessoa ela não nos distancia ainda muito de nos mesmos, já que a segunda pessoa não tem outra razão de ser que a de achar-se interpelada pela primeira. Pode-se pois dizer que só a terceira pessoa representa a porção objetiva da linguagem. Aqui ainda é permitido supor que o elemento subjetivo é o mais antigo.[...]. Não é suficiente um pronome <<moi>>: foi necessário ainda um pronome especial para indicar que o *moi* participa de uma ação coletiva. É o sentido do pronome <<nous>> , que significa *moi* e *eux*, *moi* e *vous*, etc. Mas isso ainda não é o bastante. Em muitas línguas foi necessário expressamente um número para indicar que o *moi* está pela metade uma ação a dois. Isso é a origem e a verdadeira razão de ser do *dual* na conjugação. (BRÉAL, 1924, p.243).

Comparamos as propostas de Bréal sobre o elemento subjetivo da linguagem com as disciplinas apresentadas nas coletâneas consultadas. Essa comparação evidenciou muitos pontos em comum entre a teoria brealina, os estudos da enunciação e a Pragmática. O próprio conceito de elemento subjetivo da linguagem e a maioria dos exemplos fornecidos por Bréal evidenciam a afinidade entre as disciplinas. Essa convergência reitera a afinidade apontada entre Bréal e Benveniste. Naquela ocasião, mostramos que Bréal descrevera a mobilidade semântica dos pronomes pessoais, estudados de modo análogo por Benveniste, que os entendia como pronomes dêiticos em função do ato enunciativo.

A análise pragmática proposta por Pinto, coincide também com as observações brealinas a respeito do tempo futuro dos verbos. O lingüista percebera haver, no tempo futuro, a expressão da dúvida, do desejo e da crença, característica que aproxima esse tempo verbal do modo subjuntivo. Pinto, com base em Austin, considera que o uso do futuro engloba um ato ilocucionário por meio do qual se faz um misto de afirmação e promessa:

[...] (9) Eu vou estar em casa hoje. Em (9), o ato locucionário seria o conjunto de sons que se organizam para efetivar um significado referencial e predicativo, quer dizer, para efetivar uma proposição que diz alguma coisa sobre “eu”. O ato ilocucionário é a força que o enunciado produz, que pode ser de pergunta, de afirmação, de promessa, etc., o que, neste caso de (9), fica diluído entre uma promessa e uma afirmação, dependendo do contexto em que é enunciado[...]. (PINTO, 2001, p.58).

A esse respeito, Fiorin também apresenta análises coincidentes, o que confirma a afinidade de base entre o postulado brealino, a Pragmática e os estudos da enunciação que, segundo Fiorin, tiveram as investigações empreendidas por Austin e Grice (autores também citados por Pinto) como ponto de partida. (FIORIN, 2002, p.166).

O conceito de elemento subjetivo da linguagem pode ser considerado como equivalente ao conceito de enunciados auto-referenciais que, segundo Fiorin, se caracterizam por fazer referência a si mesmos e não ao mundo extra-lingüístico:

Certos enunciados não tem por finalidade a designação de um objeto ou um evento do mundo, mas referem-se a si mesmos, ou seja, não têm uma função referencial, mas auto-referencial. Em outras palavras, há certos fatos lingüísticos, que só são entendidos em função do ato de enunciar. (FIORIN, 2002, p.167).

A proposta de haver enunciados específicos para fazer referência a quem os enuncia coincide com o essencial da noção de elemento subjetivo da linguagem definido como interferências ou marcas do falante naquilo que diz, independentemente do que está sendo narrado ou descrito.

Outro ponto em comum entre Bréal e os estudos da enunciação pode ser comprovado quando se verifica que o estudo dos modos verbais é comparável ao estudo de alguns enunciados performativos. Em sua análise, Bréal enfatizara que o imperativo expressa a vontade do falante. Nos estudos da enunciação, a "ordem" é estudada enquanto enunciado performativo. Para o lingüista, o modo subjuntivo é expressão da dúvida ou do desejo do falante; nos estudos da enunciação, a expressão do desejo, à semelhança do que ocorre com a "ordem" é estudada enquanto enunciado performativo :

[...] Enunciados performativos: são os que **realizam a ação que eles nomeiam** . É o caso da promessa, **da ordem**, do juramento, **do desejo**, do agradecimento, do pedido de desculpas, etc. A realização da ação depende da enunciação da frase. Em outras palavras, a enunciação faz parte integrante da significação [...] não há a possibilidade de realizar esses atos, senão enunciando-os. (FIORIN, 2002, p.167, grifos da pesquisadora).

Outro exemplo que evidencia a existência de fatos lingüísticos que estão em função do ato de enunciar e que são equivalentes aos recursos responsáveis pela expressão do elemento subjetivo da linguagem é o das conjunções. Bréal afirmara que este tipo de palavra não é referencial e tem por função marcar os membros de um silogismo de modo a apelar para a inteligência do ouvinte, que compreenderá o silogismo ao perceber o encadeamento dos fatos propostos pela subjetividade do falante.

Fiorin propõe uma análise semelhante a essa ao afirmar que os conectores não unem conteúdos, mas atos de enunciar, reconhecendo, assim, a função não referencial da conjunção:

[...] uso de conectores. Quando se observam os seguintes usos: a) *Pedro pedirá aposentadoria, mas é um segredo*; b) *Você pode vir aqui um pouquinho? Porque estou precisando de ajuda*, nota-se que os conectores *mas* e *porque* não conectam os conteúdos, mas os atos de enunciação [...].(FIORIN, 2002, p.167, grifos do autor).

Ao final do elenco de fatos de enunciação, Fiorin faz referência aos “advérbios de enunciação”. Com relação a esta categoria, Bréal demonstrara que esses advérbios nada expressam sobre os fatos narrados ou descritos e que eles se caracterizam por expressar a opinião do falante frente ao que está dizendo. Para nós, a análise proposta por Fiorin é equivalente à brealina :

[...] advérbios de enunciação. Em exemplos como *Sinceramente*, não gostei de sua atitude; *Infelizmente*, não posso fazer nada ou *Francamente*, não vejo como posso ajudá-lo, os advérbios não modificam o verbo, mas qualificam o próprio ato de dizer como sincero, infeliz ou franco. As frases não significam *Não gostei de sua atitude de modo sincero* [...], mas *Dizendo de modo sincero, não gostei de sua atitude*; *Você desculpe-me pelo que vou dizer, mas não posso fazer nada*; *Dizendo de maneira franca, não vejo como posso ajudá-lo*.(grifos do autor). (FIORIN, 2002, p.167).

Conforme os cotejos apresentados, todas as observações feitas de modo a evidenciar a existência do elemento subjetivo da linguagem são equiparáveis a análises empreendidas pelos estudos da enunciação e pela Pragmática seja como enunciados auto-referenciais ou enunciados performativos. Em função das afinidades apontadas, concluímos que Bréal pode ser considerado um precursor dessas disciplinas.

3.8 A linguagem educadora do gênero humano

No capítulo que encerra o ensaio propriamente dito, Bréal recupera tópicos desenvolvidos ao longo da obra, enfatizando a relação entre linguagem e pensamento, o processo de aquisição de linguagem, a caracterização da Semântica como disciplina histórica e não natural e as críticas a concepções biologizantes de língua.

Segundo Bréal, a linguagem “educa” o ser humano em virtude do esforço necessário para o aprendizado da língua materna pela criança, que, para dominar as regras do idioma, precisa reconstitui-lo. Para ele, o esforço da criança iguala-se ao esforço empregado pelo povo quando, frente a uma dificuldade de expressão, cria novos

usos que, impondo-se como regras, transformam o idioma. Pelo fato de as mudanças lingüísticas serem resultado de esforço intelectual, elas são vistas positivamente por Bréal, como indício de progresso, pautado pelas leis descritas na primeira parte do ensaio.

Ainda com relação ao esforço necessário à aprendizagem de uma língua natural, Bréal questiona a crença comum de que haveria línguas cujo aprendizado seria mais difícil que o de outras. Posiciona-se, assim, em defesa da igualdade entre as línguas. Quanto à aquisição de língua materna (L1), o lingüista argumenta que a aprendizagem da L1 não apresenta, para a criança, nenhuma dificuldade, independentemente da língua em questão: ela ser feita em todas as horas, é motivada pela necessidade humana de intercompreensão, além de ser muito incentivada pelos pais.

Isso posto, Bréal volta-se ao estudo das leis intelectuais da linguagem cuja atuação evidencia que “o crescimento da inteligência [...] se faz sentir no lento renovar das línguas” (BRÉAL, 1992, [1904], p.169).

3.9 Sinopse da terceira parte do ensaio

Nesta parte do ensaio, designada pelo termo Semântica Sintática, Bréal aprofunda alguns conceitos esboçados nas demais partes da obra e trata de alguns assuntos relativos à sintaxe das línguas. Os temas tratados pelo autor confirmam afinidades de suas propostas com aquelas da Sociolingüística, dos estudos da Enunciação, da Pragmática e do Gerativismo além de apontar muitas convergências com o ponto de vista adotado pela Semântica Cognitiva.

Conforme verificado anteriormente, tanto Bréal quanto os sociolingüistas combatem o preconceito lingüístico e defendem a igualdade lingüística entre os idiomas e os dialetos no que diz respeito a seu valor. Na parte dedicada à Semântica Sintática, esses conceitos são defendidos em dois momentos: quando o semanticista mostra que não existe superioridade lingüística no que diz respeito à ordem das palavras em cada idioma e quando defende que, independentemente da complexidade de uma língua, ela é aprendida pela criança com facilidade, o que mostra não existirem idiomas mais complexos ou mais difíceis que outros.

Outra afinidade confirmada diz respeito ao estudo da mudança lingüística tal qual proposta por Chagas. Ao tratar da origem e da evolução das categorias gramaticais, Bréal apresenta análises convergentes com as expostas pelo lingüista brasileiro que

expusera, em seu trabalho, a hipótese da gramaticalização segundo a qual elementos de conteúdo sofrem variação até se transformarem em palavras gramaticais.

Sobre os pontos em comum com o enfoque estruturalista, destacamos que, ao tratar do fenômeno do contágio, Bréal demonstrou distinguir perfeitamente o ponto de vista diacrônico do ponto de vista histórico na análise lingüística, distinção mais tarde sistematizada por Saussure por meio da dicotomia diacronia- sincronia. Neste tópico, a análise da terceira parte do ensaio confirma afinidades anteriormente apontadas entre a Semântica brealina e a Lingüística saussuriana. Ainda sobre o contágio, a análise brealina mostra que o sentido textual também influencia o significado de palavras gramaticais. No âmbito da Semântica Lexical, isto significa que o fenômeno da mobilização sêmica também ocorre com palavras gramaticais, possibilidade ainda não trabalhada por aqueles que se dedicam a esta corrente da Semântica.

Outra convergência importante corroborada pela Sintaxe Semântica diz respeito à Pragmática e aos estudos da enunciação. A análise brealina do pronome pessoal apresentada no capítulo dedicado às categorias gramaticais e no capítulo dedicado ao elemento subjetivo da linguagem é em tudo convergente com a análise proposta por Benveniste. Outros pontos em comum tanto com os estudos enunciativos, quanto com a pragmática norte-americana surgem quando se comparam outros aspectos do estudo de Bréal sobre o elemento subjetivo da linguagem principalmente no que diz respeito aos modos verbais, ao discurso indireto e ao caráter interessado com que o ser humano faz uso da linguagem.

Ao longo de nossa análise do ensaio, havíamos relacionado a Semântica de Bréal à Lingüística Histórica, à Morfologia, à Sintaxe Gerativa e à Semântica Lexical. Algumas das propostas expostas por Bréal, na última parte do ensaio, também puderam ser relacionadas a essas disciplinas.

Um tópico sempre abordado pela Lingüística História é o da transformação pela qual as variantes da língua latina deram origem às línguas românicas, processo que costuma ser explicado exclusivamente com base em causas fonéticas: a pronúncia cada vez menos perceptível dos fonemas finais das palavras fez com que as terminações causais se perdessem destruindo o sistema causal latino. No capítulo dedicado à força transitiva, Bréal propõe uma explicação complementar: o abandono das declinações foi possível porque houve criação de forças transitivas que, unindo semanticamente as palavras de uma frase, tornaram a declinação desnecessária.

No capítulo dedicado à ordem das palavras, Bréal faz uma análise crítica da classificação das línguas de August Schleicher que revela a contribuição que as idéias do semanticista podem representar para os estudos morfológicos. O lingüista alemão propusera a classificação dos idiomas segundo o processo morfológico de formação de palavras predominante em cada língua. Bréal mostra que também é necessário levar em consideração a ordem das palavras numa frase. Ao fazer esta proposta, o semanticista defende que os critérios morfológicos utilizados pelo estudioso alemão sejam complementados por critérios sintático - semânticos.

Ainda sobre a questão da caracterização lingüística das línguas do mundo, tanto no capítulo sobre a força transitiva, quanto no capítulo sobre a ordem das palavras, Bréal faz algumas reflexões pertinentes sobre a ordem e a flexão das palavras e mostra que, nem sempre, os dois fenômenos estão em relação direta de dependência, isto é, nem sempre a ordem rígida dos termos da frase num idioma implicará que esse idioma não flexionará as palavras. Sua observação parece ser importante para os estudos dos idiomas que se baseiam no Modelo de Princípios e Parâmetros proposto pelos gerativistas, uma vez que sugere que o parâmetro da ordem nem sempre está necessariamente relacionado ao parâmetro da flexão.

Há, por fim, os aspectos da Sintaxe Semântica que podem ser relacionados com a Semântica Cognitiva. Na Semântica Geral, Bréal partira do pressuposto de que a mudança lingüística ocorre através de leis intelectuais. Havíamos visto que esta idéia era compatível com o fundamento da Semântica Cognitiva de que o desenvolvimento lingüístico é acompanhado do desenvolvimento lingüístico. A correlação entre a evolução do pensamento e a evolução da linguagem é defendido por Bréal no capítulo dedicado à Lógica da Linguagem, o que corrobora nossa interpretação inicial. Outra confirmação da afinidade entre as disciplinas foi encontrada na análise brealina sobre a evolução gramatical e semântica do acusativo latino e o processo de transitivação das palavras com base em processos cognitivos posteriormente descritos pela Semântica Cognitiva.

Percebemos que alguns dos tópicos abordados pela Sintaxe Semântica ou são convergentes ou apresentam contribuição potencial a algumas das disciplinas lingüísticas citadas nas coletâneas consultadas. Estes pontos de contacto revelam os tópicos que, atualmente, chamariam a atenção dos especialistas nas disciplinas mencionadas. Os resultados alcançados pelo cotejo dos fundamentos brealinos com os

das disciplinas são visualizados a seguir. No primeiro quadro, há um elenco das propostas de Bréal convergentes com as da Linguística Moderna e, no segundo, aquelas que podem trazer-lhe alguma contribuição.

Terceira parte do ES: convergências com conceitos modernos

Disciplina ou Tópico	Conceito Moderno	Conceito Brealino
Mudança Lingüística	Hipótese da Gramaticalização	Categorias Gramaticais (estudo das mudanças categóricas)
Sociolingüística	Combate ao preconceito lingüístico	Ordem das palavras e A linguagem educadora do gênero humano (igualdade lingüística entre línguas)
Estruturalismo	Dicotomia sincronia-diacronia	Contágio (distinção entre o ponto de vista histórico e o ponto de vista sincrônico)
Semântica Cognitiva	Metaforização	Categorias Gramaticais (abstração das noções categóricas primárias)
Semântica Cognitiva	Desenvolvimento lingüístico conseqüente do des. Cognitivo e metaforização	Categorias Gramaticais e Lógica da Linguagem (processos de abstração, transitivização e equivalência tempo-espço pautam o des.ling.)
Estudos da Enunciação e Pragmática	Dêiticos, enunciados performativos e enunciados auto-referenciais	Categorias Gramaticais (pronomes pessoais) e Elemento Subjetivo da Linguagem (conceito e exemplos)

**Terceira parte do ES: conceitos brealinos que apresentam contribuição para a
Linguística Moderna**

Disciplina ou Tópico	Conceito Moderno	Conceito Brealino
Linguística Histórica	Perda das flexões latinas indicadoras de casos na formação das línguas românicas	Força Transitiva (explicação sintática para o fenômeno)
Morfologia	Classificação Morfológica das Línguas	Ordem das palavras (análise crítica da classificação)
Sintaxe Gerativa: Modelo de Princípios e Parâmetros	Descoberta dos princípios e da relação entre eles existentes na postulação de parâmetros	Força Transitiva (estudo da correlação entre a estrutura flexional e a ordem dos termos na frase para a tipologia das línguas)
Semântica Lexical	Mobilização Sêmica	Contágio (mostra que a mobilização sêmica é fenômeno aplicável às palavras gramaticais)

CAPÍTULO 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ENSAIO DE SEMÂNTICA

Considerando o ensaio como um todo, percebe-se que muitas afinidades apontadas na Semântica Geral se repetem na Semântica Sintática, em decorrência de a terceira parte do **ES** não ser específica e de Bréal utilizar-se dela para tratar dos fatores semânticos que conduzem a transformações na estrutura geral das línguas, aprofundando conceitos apresentados na primeira parte de seu trabalho.

Alguns assuntos abordados na primeira e na última parte do ensaio puderam ser relacionados a objetos de estudo que hoje interessam à Sociolingüística, ao estudo da mudança lingüística, à Lingüística Histórica, à Sintaxe e à Morfologia, sendo que também foram encontradas afinidades com o Gerativismo e o Estruturalismo.

Certas afinidades, contudo, só se evidenciaram em partes pontuais do ensaio. Referências à aquisição da linguagem só foram feitas na primeira parte e tópicos afins com a Semântica Cognitiva e os estudos da Enunciação só foram tratados na terceira parte do ensaio.

Outros resultados surgem quando se consideram apenas os dados da segunda parte do ensaio, na qual Bréal apresenta os fundamentos da Semântica Lexicalista que podem ser relacionados à Semântica Formal, à Semântica da Enunciação e à Semântica Lexical.

Muitos dos aspectos por nós analisados foram mencionados pelo próprio Bréal no prefácio ao ensaio, texto no qual o semanticista apresenta uma síntese daquilo que considera ser mais importante em suas propostas. Nesse texto, explicita-se o posicionamento do autor perante seus contemporâneos, antecipam-se noções importantes utilizadas ao longo da obra e apresenta-se o objetivo principal do ensaio. Pela leitura do prefácio, já era possível depreender os fundamentos nos quais a semântica proposta por Bréal estaria baseada: sua concepção de Lingüística, de mudança lingüística e de aprendizado de língua materna pela criança, todas elas vistas como resultado da vontade humana de se fazer compreender.

Nesse prefácio, o autor refere-se à Lingüística como uma ciência humana que deve estudar como a linguagem é conservada ou alterada, explicitar como o homem a construiu e a aperfeiçoou, não se eximindo de descrever os obstáculos enfrentados nesse processo, isto é, suas demoras e recuos momentâneos. Esse posicionamento permite

perceber que, do ponto de vista adotado no ensaio, o estudo da mudança lingüística constitui o objeto de estudo primordial do estudo científico da linguagem.

Coerentemente com a função atribuída à lingüística, o ensaio tem por objetivo o estudo das causas intelectuais que presidiram as transformações das línguas. Essas transformações, aponta Bréal, longe de serem homogêneas, apresentam flutuações e desvios e seguem leis não imperativas, permeadas de exceções e limitadas em suas aplicações. Cabe esclarecer que as causas dessas transformações consistem em modificações no conhecimento inconsciente que o usuário do idioma tem a respeito da língua que fala, as quais são conseqüências de alterações prévias na maneira pela qual o significado de uma palavra, de uma desinência, de uma locução ou de uma frase é percebido. Verifica-se, assim, que Bréal defende que a mudança só é passível de ser estudada abandonando-se posturas mecanicistas e deterministas e analisando-se suas causas intelectuais.

Essa concepção de mudança lingüística pode ser comparada com a utilizada, em Lingüística Histórica, por Nilson Gabas Jr. Para ele, do ponto de vista diacrônico, a mudança lingüística é devida a dois fatores: o caráter gradual, lento e parcial das mudanças e a influência “de uma força oposta, à força de preservação da intercompreensão”. (2000, p.81).

Ressaltamos que o último fator mencionado se baseia na necessidade de intercompreensão por parte dos falantes de uma língua, premissa que também se encontra no conceito de vontade proposto por Bréal. Em que pese o fato de ambos os lingüistas partirem da premissa de que a língua tem, por papel fundamental, possibilitar a intercompreensão entre os falantes de uma mesma comunidade, notamos que os estudiosos divergem quanto à função da busca pela intercompreensão. Enquanto Gabas afirma que ela funciona exclusivamente como força de conservação lingüística, Bréal não desconsidera sua influência conservadora, mas enfatiza, sobretudo, sua função inovadora, já que o principal objetivo de seu ensaio é evidenciar casos nos quais a vontade de ser compreendido funciona como causa de mudança lingüística.

Ao tratar da mudança semântica, objeto de estudo de Bréal, cujo ensaio, não consta das referências bibliográficas utilizadas por Gabas, o lingüista brasileiro afirma não haver nenhum modelo teórico que dê conta das causas das mudanças, mas pondera que as observações feitas a respeito pelos lingüistas permitiram o reconhecimento de certos mecanismos recorrentes.

Entendemos que a negação da existência de causas para a mudança - talvez relacionada à ausência de qualquer referência a Bréal e a autores que nele se tenham inspirado - demonstra que seus postulados estão sendo ignorados por aqueles que se dedicam à Linguística Histórica e indica ser necessário resgatar seu ensaio na íntegra, particularmente no que se refere à necessidade de intercompreensão. Desse ponto de vista, inclusive, podemos dizer que seu ensaio ainda mantém a novidade que apresentava à época da publicação.

Modernamente, o estudo da mudança linguística foi redimensionado pela Teoria Variacionista, cuja corrente norte-americana é referendada nas coletâneas nas quais consta a informação de que, a partir de meados do século passado, através dos estudos sociolingüísticos de Labov, o conceito de mudança linguística foi retomado.

Um bom ponto de partida para a comparação da teoria de Labov com a teoria de Bréal é o conceito de variação proposto pelo primeiro e assim definido por Camacho:

Como a variação é a pedra de toque dessa abordagem, sentimos, então, a necessidade de demonstrar que, mesmo quando submetida à diversidade de formas para expressar o mesmo conteúdo, a linguagem é um sistema estruturado e sistemático e, como tal, sujeito a princípios explicitáveis de organização. (CAMACHO, 2001, p.73).

Segundo a definição fornecida, para haver variação linguística, é necessário que haja um fundo de invariância semântica, uma vez que a ocorrência de variantes só é possível se houver, ao menos, duas maneiras diferentes de expressar um mesmo conteúdo.

Do nosso ponto de vista, tal definição exclui, de um só golpe, qualquer variação de natureza semântica e, conseqüentemente, a Semântica de Bréal, cujo objetivo é precisamente explicar porque e como as palavras e os expositores (morfemas gramaticais dependentes ou livres) mudam de sentido.

Não se deve concluir, contudo, que o viés semântico esteja ausente da Sociolingüística Laboviana. A julgar pelas análises descritas por Camacho, a Semântica cumpre um papel importante na sociolingüística laboviana: o de impor limites para a variação. Analisando o fenômeno pelo qual o fonema [s], marca de plural, deixa de ser pronunciado, Camacho explica que o [s] em Carlos é mais passível de ser omitido que o [s] do núcleo de um sintagma como “as meninas” porque

a variação entre [s] e [Ø] apresenta diferentes estatutos nos dois casos: se o segmento fonológico manifesta um valor semântico, como a pluralidade que

se deseja veicular ao interlocutor é mais lógico que se mantenha integralmente sua forma de expressão (...) (CAMACHO, 2001, p.52)

Não obstante a disparidade que encontramos no papel atribuído à Semântica por Bréal e pela Sociolingüística Variacionista, no texto de Chagas – no qual a Sociolingüística Laboviana também se faz presente – há uma explicação para a propagação da mudança lingüística (vista como resultado de um período anterior de variação) a qual é compatível com as propostas de Bréal. Referimo-nos à hipótese de reanálise discutida por Harris e Campbell, em 1995.

Essa hipótese explica fenômenos que resultam em mudanças sintáticas: uma mesma estrutura sintática passa a ser analisada de modo diferente do tradicional, motivando a criação de uma estrutura sintática alternativa.

Como exemplo de reanálise, Chagas cita o caso de períodos compostos cuja oração subordinada tem um verbo no infinitivo. Verifica-se na sentença “O guarda não queria me deixar entrar” que o pronome de primeira pessoa exerce a função de complemento verbal, numa construção menos utilizada, em decorrência de atualmente se preferir a construção com o pronome no caso reto: “O guarda não queria deixar eu entrar”. O surgimento dessa construção alternativa indica que houve uma reanálise: antes o pronome era analisado como complemento de “querer” e agora é visto como sujeito de “deixar”. Então, conclui Chagas, na sentença “O guarda não queria deixar o menino entrar”, “o menino passou a ser sentido intuitivamente como sujeito e não mais como objeto.” (CHAGAS, 2002, p.157).

Com base no exemplo fornecido, podemos afirmar que a hipótese de reanálise baseia-se, precisamente, na transformação do conhecimento que o usuário tem a respeito de seu idioma, fenômeno que Bréal apontara como causa intelectual da mudança lingüística.

As informações fornecidas nas coletâneas consultadas, permitem-nos afirmar que, da perspectiva dos partidários da corrente teórica de Harris e Campbell²², o **Ensaio de Semântica** pode ser considerado uma obra precursora, pois, para Bréal, a mudança lingüística ocorre quando há uma mudança na maneira pela qual a linguagem é processada na mente dos falantes, constatação feita muitos anos antes do surgimento da hipótese de reanálise.

²² O título da obra citada por Chagas — **Historical Syntax in Cross-Linguistic Perspective** — sugere que essa corrente é a da Sintaxe Histórica.

Parecem-nos inegáveis os pontos de contacto existentes entre a Sociolingüística de Labov e a Semântica de Bréal: ambas dedicam-se ao estudo da mudança semântica e estão de acordo no que se refere à causa intelectual das mudanças de ordem sintática. Contudo, não podemos esquecer que a Sociolingüística não contempla a mudança semântica em nível lexical ainda que utilize a disciplina como recuso auxiliar para os fenômenos de variação de natureza fonológica, morfológica e sintática.

Seguindo linearmente as informações expostas no prefácio ao **Ensaio de Semântica**, observa-se que, após expor os fundamentos de sua obra, Bréal faz algumas considerações por meio das quais dialoga com seus contemporâneos.

Nessas colocações, há críticas aos livros de gramática comparada, à concepção de lingüística como ciência abstrata, ao uso de metáforas de cunho biológico na descrição lingüística e à idéia, comum à época, de que uma língua apresenta momentos de perfeição e de decadência.

Verificamos que um de seus posicionamentos segue de perto aquilo que a Sociolingüística defende. Conforme os trechos reproduzidos abaixo evidenciam, a crítica a Schleicher está presente tanto em Bréal quanto na introdução à Sociolingüística elaborada por Alkmim:

O abuso das abstrações e das metáforas foi e ainda é o perigo de nossos estudos. Vimos as línguas serem tratadas como seres vivos: disseram-nos que as palavras nasciam, venciam os combates, se propagavam e morriam. Não haveria inconveniente algum nesse modo de dizer, se não houvesse pessoas que o tomassem no sentido literal. [...] Poucos livros, num escasso volume, contêm tantos paradoxos quanto o pequeno livro em que Schleicher dá suas idéias sobre a origem e o desenvolvimento das línguas. Esse espírito, habitualmente tão claro e tão metódico, esse botânico, esse darwiniano, revela aí hábitos de pensamento que se esperariam, sobretudo, em algum discípulo de escola mística. (BRÉAL, 1992 [1904], p.18).

Alguns manuais de história da Lingüística nos oferecem um panorama de diversas abordagens no estudo do fenômeno lingüístico [...] Schleicher se propõe a colocar a Lingüística no campo das ciências naturais, dissociando-a da tradição filológica, vista por ele como um ramo da História, ciência humana. Para o referido lingüista alemão o desenvolvimento da linguagem era comparável ao de uma planta que nasce, cresce e morre segundo leis físicas. A linguagem é vista como um organismo natural ao qual se aplica, portanto, o conceito de evolução, desenvolvido por Darwin [...] A orientação biologizante que Schleicher imprimiu à Lingüística da sua época afastou, evidentemente, toda consideração de ordem social e cultural no trato do fenômeno lingüístico. (ALKMIM, 2000, p.23).

Considerando que há pontos de contato entre a Sociolingüística e a Semântica de Bréal pode-se especular em que medida a adoção dos postulados brealinos poderia

contribuir com a Sociolingüística Variacionista. Se o conceito de variação não estivesse limitado aos casos nos quais ela se dá sob um fundo de invariância semântica, o estudo da variação semântica propriamente dita ampliaria o escopo dessa disciplina. Caso isso ocorresse, todas as causas de mudança apontadas no ensaio poderiam funcionar como um rico instrumental teórico.

Ainda sobre a concepção brealina de mudança lingüística, é preciso ressaltar que, para Bréal, ela é causada por variações no significado atribuído a uma unidade lingüística. Tais variações, por sua vez, são oriundas de flutuações de sentido que têm lugar no momento de interlocução. No caso de mudanças em palavras nocionais, elas são causadas pela intenção daquele que fala e pela percepção dessa intenção por parte de quem ouve. Essa importância dada à intenção do falante remete-nos aos estudos voltados à Pragmática, especialmente à corrente derivada do pragmatismo norte-americano.

Joana Plaza Pinto informa que a corrente norte-americana da Pragmática foi fundada pelo filósofo norte-americano, Charles S. Peirce que, em 1878, publicou o artigo intitulado “*How do make our ideas clear*”, onde propôs a conhecida relação signo, objeto e interpretante.

Cumpramos ressaltar que a primeira parte do ensaio de Bréal foi inspirada num artigo que havia sido publicado em 1883, portanto, apenas cinco anos depois da publicação do artigo de S. Peirce.

Conforme averiguamos, a despeito de não haver qualquer evidência de que Bréal tenha tido contacto com os estudos do filósofo norte-americano, ambos consideram a intenção de quem fala para explicar como se dá o ato comunicativo, uma coincidência a ser considerada.

Vinte anos após a publicação do artigo de Peirce, suas idéias foram retomadas por William James, fundador do Pragmatismo americano, segundo informa Pinto. A partir da interpretação dos princípios defendidos por Peirce, apresentada por William James, pudemos perceber que os postulados de Bréal e o do Pragmatismo americano convergem pelo fato de seus autores focalizarem a intenção daquele que fala:

William James, por meio de sua reflexão filosófica baseada em componentes pragmáticos, valoriza a pessoa que fala como detentora do próprio significado, já que a verdade, palavra-chave na compreensão da relação entre mundo e linguagem, nada mais é que aquilo que todos e todas nós (sic),

inseridos/ as (sic) numa comunidade, queremos que ela seja. (PINTO, 2001, p.53).

Acrescente-se que, no começo do século passado, precisamente em 1938, Morris compara as propostas de Peirce com a de Rudolf Carnap e se entusiasma com as semelhanças detectadas. Carnap havia proposto três campos para os estudos sobre a linguagem: a Sintaxe, a Semântica e a Pragmática. Seguindo esta divisão, a preocupação de Bréal pela intenção comunicativa do falante situa-o no terceiro campo proposto por Carnap, visto este campo ser “(...) responsável por tratar da relação entre expressões e seus locutores e locutoras. (sic)” (idem, p. 52). Há, portanto, uma convergência entre a proposta de Bréal e a de Carnap uma vez que ambos os teóricos levam em consideração o estudo do significado do ponto de vista do falante.

Se, conforme observamos, os princípios basilares do Pragmatismo americano, e da Pragmática dele oriunda convergem com os postulados brealinos, podemos afirmar que os pontos de vista dessas teorias são compatíveis e se corroboram mutuamente no que se refere à importância do falante na constituição do sentido.

Cumpramos observar que as afinidades existentes entre a proposta de Bréal e o ponto de vista pragmático não estão restritas à corrente norte-americana de investigação. Além de alguns aspectos da Semântica de Bréal serem convergentes com aqueles propostos pela Pragmática Norte-Americana, nota-se que também há convergência com a corrente de origem francesa, sobre a qual afirma Fiorin :

O estudo do uso é absolutamente necessário, pois há palavras e frases cuja interpretação só pode ocorrer na situação concreta de fala. Por exemplo, nos casos mencionados no início desse capítulo, verifica-se que o sentido da frase o Chico não é meu filho [eu é que sou pai dele] [frase proferida por Sérgio Buarque de Holanda ao ser perguntado se Chico Buarque era filho dele] ou os dois diferentes valores da palavra bidu [nome próprio ou sinônimo de sabido] só podem ser entendidos na situação de comunicação [...]. (FIORIN, 2002, p.166).

Se a corrente francesa influenciada pelos estudos de Ducrot e de Benveniste se caracteriza pela valorização do uso lingüístico, é-nos possível afirmar que ela converge com o postulado brealino de que é a vontade humana que impulsiona todas as mudanças lingüísticas.

Como podemos observar, a valorização do uso lingüístico por Bréal também está presente em sua visão de Lingüística como ciência prática e em sua concepção de Linguagem. Para Bréal, a linguagem é construída pelos seres humanos que a utilizam e

é marcada pelas aquisições materiais e morais da humanidade. A linguagem, enfatiza Bréal, é passível de evolução precisamente porque se modifica mediante a colaboração daqueles que a falam. Bréal argumenta que os processos que resultam em mudança lingüística têm por origem os motivos práticos pelos quais os seres humanos dela se utilizam e estão relacionados ao “fazer-se compreender pelo outro”. Este caráter utilitário da linguagem é justamente o que impede Bréal de pensar a lingüística como uma ciência abstrata:

Não há ainda muito tempo, a lingüística teria acreditado infringir uma norma, caso admitisse que ela pudesse servir a algum objetivo prático. Ela existia, pretendia ela, por si mesma, e não se importava com o proveito que o comum dos homens podia tirar dela, assim como o astrônomo, que, quando calcula a órbita dos corpos celeste, não pensa na previsão das marés. Ainda que devessem meus confrades achar que é rebaixar nossa ciência, eu não creio que esses altos propósitos sejam justificados. Eles não convêm ao estudo de uma obra humana tal como a linguagem, de uma obra iniciada e levada adiante em vista de um objetivo prático. Daí que a idéia de utilidade não poderia, em momento algum, estar ausente. (BRÉAL, 1992 [1904], p.17).

Ressaltamos que o objetivo prático - que norteia o uso lingüístico conforme a intenção de quem fala - e o conhecimento do falante nativo (não necessariamente consciente) acerca de seu idioma fundamentam a hipótese que Bréal pretende comprovar : a de que o homem tem papel ativo no desenvolvimento de toda língua natural.

Por ser a linguagem uma obra humana, argumenta Bréal, é tão reprovável pensar que o homem não tenha qualquer influência no desenvolvimento da linguagem quanto acreditar que as palavras tenham, seja em sua forma, seja em seus sentidos e significados, uma existência própria: “(...) Deve surpreender estranhamente ao leitor que pensa, a afirmação de que o homem nada tem a ver com o desenvolvimento da linguagem, e que as palavras - forma e sentido - têm uma existência que lhes é própria (...)” (BRÉAL, 1992 [1904], p.17).

A menção às palavras, logo após a referência ao desenvolvimento da linguagem, permite-nos supor que o desenvolvimento lingüístico se dá por meio de mudanças ocorridas no nível lexical. Entendemos que o aposto referente às palavras além de indicar que sua existência não é autônoma nem do ponto de vista formal nem do semântico, revela uma noção bipartida da palavra: forma, de um lado, e sentidos (no original “sens”), de outro. Essa noção pode ser comparada à noção saussuriana de signo

(união de um significante a um significado), o que evidencia que os postulados brealinos também são relacionáveis à Lingüística Estruturalista.

A defesa do caráter prático e humanístico do estudo da linguagem dá margem a que o autor esclareça como se dá o desenvolvimento de uma língua: por meio de uma “vontade obscura, mas perseverante” (BREAL, 1992 [1904], p.19) por parte do falante que deseja ser compreendido. Essa vontade de se comunicar não é nem consciente, nem refletida, mas não chega a ser puro fenômeno instintivo. Por conta dessa vontade, o falante vai criando maneiras diferentes de se expressar e o ouvinte, ao tentar compreender o sentido destas novas maneiras de dizer também vai modificando seu conhecimento lingüístico. O sucesso ou insucesso parcial dessas tentativas de comunicação, de acordo com Bréal, tem, por resultado, as transformações que afetam uma dada língua.

A nosso ver, a importância dada à situação comunicativa de intercâmbio lingüístico, na concepção de linguagem proposta por Bréal, converge com aquela defendida pelos adeptos da abordagem funcionalista cujos fundamentos são descritos da seguinte maneira por Berlink, Augusto e Scher:

A abordagem funcionalista vê a linguagem como um sistema não-autônomo, que nasce da necessidade de comunicação entre os membros de uma comunidade, que está sujeito às limitações impostas pela capacidade humana de adquirir e processar o conhecimento e que está continuamente se modificando para cumprir novas necessidades comunicativas. Para os funcionalistas, o fato de a comunicação ser uma função essencial da linguagem determina o modo como a língua está estruturada. Por isso, a análise de um fato lingüístico deve levar em conta tanto o falante quanto o ouvinte e, para além do ato verbal, as necessidades da comunidade lingüística. (BERLINK, AUGUSTO e SCHER, 2001, p.211 -212).

Apesar da convergência encontrada, Bréal, à diferença dos funcionalistas, não enfatiza a situação comunicativa, mas sim a vontade humana pautada pelo desejo que o ser humano tem de ser compreendido por outrem. Para Bréal, tanto a aquisição de língua materna, quanto a mudança lingüística são motivadas pelo desejo de compreensão. O esforço e as tentativas da criança, propõe o autor, são comparáveis ao que ocorre para haver inovações gramaticais, com a diferença de as últimas serem feitas pelo povo. A nosso ver, a concepção de Bréal de que as mudanças são resultados de tentativas bem ou mal acertadas pode ser equiparada ao que se designou, em Educação, de aprendizagem por ensaio e erro, o que nos conduz a questões relativas ao

aprendizado.

Logo após definir a vontade humana, Bréal esclarece que essa mesma vontade que norteia as mudanças lingüísticas e rege as causas intelectuais da linguagem motiva a criança a aprender sua língua materna. Explicitando sua concepção de aquisição de linguagem, podemos afirmar que, para Bréal, a criança aprende o idioma dos pais por meio de tentativas motivadas pelo desejo de ser compreendida.

Para nós, essa concepção coincide com aquilo que propõe o Interacionismo social, uma abordagem que enfatiza a interação social e a troca comunicativa no processo de aprendizagem de língua materna. Scarpa, citando Vygotsky, expõe os fundamentos desta teoria :

Desde o nascimento, o bebê é mergulhado num universo significativo por seus interlocutores básicos, que atribuem significado e intenção às suas emissões vocais, gestos, direção do olhar. Até mesmo os diversos tipos de choro são “interpretados”, “significados” e “classificados” pelo adulto interlocutor. O bebê é, assim, visto como potencial parceiro comunicativo do adulto, que empreende uma “sintonia fina” com as manifestações potencialmente comunicativas e significativas da criança, qualquer que seja seu conteúdo expressivo [...]. Há um ajuste mútuo nas conversações infantis, de maneira que as vocalizações infantis não caem num vácuo comunicativo. (SCARPA, 2001, p.216).

Ainda com relação à maneira pela qual o processo de aquisição da linguagem é desenvolvido, Bréal chama a atenção do leitor para a quantia de esforço a ser despendido para a pronúncia adequada de uma sílaba por parte da criança: “[...] A criança, durante meses, exerce sua língua, proferindo vogais, articulando consoantes: quantos fracassos, antes de chegar a pronunciar claramente uma sílaba! [...]” (BRÉAL, 1992 [1904], p.19).

Sobre a Aquisição da Linguagem, Scarpa dá notícias de pesquisas recentes que fornecem evidências para a determinação dos estágios de desenvolvimento da linguagem. Conforme pudemos verificar, os resultados desses estudos - descritos a seguir - comprovam a hipótese proposta por Bréal:

Desde que nasce, a criança já é inserida num mundo simbólico, em que a fala do outro a interpreta e lhe imprime significado. Por outro lado, segundo alguns trabalhos, com alguns dias de vida, a criança tem uma reação positiva aos sons da fala, que lhe são confortadores e gratificantes. A partir de algumas semanas de vida, a criança já consegue discriminar a fala de outros sons, rítmico ou não. Com 3, 4 meses de idade, os bebês começam a balbuciar seqüências de sons que se aproximam da fala humana. A freqüência do balbucio aumenta e este começa a ser cada vez mais padronizado até cerca de 10 meses. O ritmo, a entonação, a intensidade, a duração da sílaba, que no

início são assistemáticos, começam a ser recorrentes e estruturados. As sílabas começam a se estruturar (discriminação entre C e V) e se repetem (reduplicação). (SCARPA, 2001, p. 225).

Também os estudos realizados para o Projeto de Aquisição da Linguagem, desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas e coletados por Santos evidenciam que o processo de aquisição da estrutura silábica é um processo lento, feito por etapas, resultado que, do nosso ponto de vista, corrobora as observações feitas por Bréal no começo do século passado:

É interessante notar que o processo de aquisição varia muito pouco de criança para criança (os dados discutidos são baseados nos estudos de Freitas, 1997; Santos, 1998, 2001). Em português brasileiro e europeu, as crianças começam produzindo apenas sílabas CV, e logo depois adquirem a sílaba V em posição de início de palavra [...]. A partir de 1;11 é possível encontrar dados de estrutura V em posição não-inicial em R[ima] e em T[ema] [...]. No entanto, essas estruturas de V não-inicial são, por um período, evitadas pelas crianças, elas modificam seus enunciados para que estes se conformem com a estrutura CV [...]. Antes de a estrutura CVC ser adquirida, a C final pode ser omitida, substituída por outro segmento, ou a criança pode acrescentar um V final e ressilabificar a estrutura CVC em CV.CV [...]. (SANTOS, 2002, p.212 e 213).

Cumprе ressaltar que o fato de modernas teorias da Aquisição da Linguagem comprovarem cientificamente as especulações de Bréal sobre o esforço necessário para a aquisição do componente fonético da linguagem não significa que todas as suas hipóteses seriam aceitas pelas modernas teorias de aquisição da linguagem.

A hipótese de que o mesmo processo de aprendizagem da língua pela criança se aplica à evolução das línguas, com a diferença de a evolução ser levada a cabo pela coletividade não é levantada pelas teorias voltadas à Aquisição da Linguagem citadas por Scarpa e Santos, a saber, o Behaviorismo de Skinner, o Cognitivismo construtivista de Piaget e Vygostky, o Interacionismo social e o Sociointeracionismo.

Além disso, de acordo com Bréal, a todo momento pode haver mudanças no conhecimento lingüístico interiorizado pelo falante, daí sua proposta não nos parecer compatível com a hipótese do período crítico pela qual aquisição se dá entre os zero e sete anos de idade, pois o processo de aquisição da linguagem, não cessa, uma vez que é promovido pela vontade humana sempre atuante. Lembramos que, para Chomsky, os processos de interpretação lingüística são restritos a esse período. Para Bréal, ao contrário, esses processos têm continuidade ao longo de toda a vida do falante, devido à vontade humana se fazer presente a cada interlocução.

Face às informações fornecidas no prefácio, podemos afirmar que o ensaio como um todo tem por objetivo explicitar o papel da vontade humana no desenvolvimento da linguagem, sendo a vontade humana o desejo de ser bem interpretado pelo interlocutor.

O cotejo das idéias fundamentais da Semântica de Bréal expostas no prefácio do **ES** com disciplinas que fazem parte da Lingüística Moderna sugere que a disciplina instauraria certa polêmica em três campos do conhecimento lingüístico: a Sociolingüística radicalmente laboviana; as teorias de Aquisição da Linguagem que estão baseadas no inatismo e no período crítico, e a Lingüística Histórica. Quanto à Pragmática, à Sociolingüística não radical, à abordagem funcionalista, à abordagem estruturalista e à teoria de aquisição baseada no Interacionismo social apresentam-se mais compatíveis com as propostas do lingüista.

Do ponto de vista da Lingüística Histórica, a Semântica de Bréal não só tem sido ignorada, como parece ser incompatível com os fundamentos dessa disciplina que considera a necessidade de intercompreensão não como causa principal da mudança, mas apenas como fator de conservação lingüística.

Do ponto de vista da Pragmática norte-americana, encontramos convergências no que tange à importância dada à intenção de quem fala. Com relação à Pragmática de origem francesa, o principal ponto em comum está na valorização do uso lingüístico (a enunciação).

No que diz respeito ao postulado de que qualquer mudança lingüística tem por origem uma mudança de ordem semântica derivada de transformações no conhecimento lingüístico do usuário do idioma, ressaltamos que o postulado brealino se casa bem com a hipótese de reanálise defendida por Harris e Campbell e utilizada por alguns sociolingüistas.

A ênfase dada à situação comunicativa, por sua vez, aproxima o ponto de vista brealino da abordagem funcionalista que defende que toda análise lingüística deve partir da consideração das necessidades comunicativas dos falantes.

Com relação às teorias de aquisição de linguagem, a mais compatível com as propostas brealinas é a do Interacionismo social por considerar a interação adulto-criança e a situação comunicativa como fundamentais e imprescindíveis ao aprendizado de língua materna pela criança.

Explicitados os aspectos que Bréal considerava os mais significativos de seu ensaio, cabe-nos retomar aqueles que nos pareceram importantes para Lingüística

Moderna (da Lingüística Histórica às Ciências do Significado). Esses aspectos serão agrupados por disciplina, sintetizados e apresentados na seguinte ordem: Lingüística Histórica, Outras disciplinas voltadas ao estudo da mudança lingüística, Teorias sobre a Aquisição da Linguagem, Gerativismo, Estruturalismo e As ciências do significado.

4.1 Lingüística Histórica

Logo no prefácio do **ES**, Bréal definiu a Lingüística com a ciência que tem por objetivo principal evidenciar como o homem constrói e aperfeiçoa a língua, o que se consegue estudando-se como a linguagem é alterada ou conservada. Sua preocupação com o aperfeiçoamento da língua enfatiza a questão da mudança lingüística, estudada sobretudo diacronicamente. Esta definição de lingüística e o fato de seu ensaio tratar não da conservação da linguagem, mas sim de sua alteração remete, evidentemente, às questões tradicionalmente estudadas pela Lingüística Histórica.

Observamos que muitas propostas de Bréal são comparáveis aos postulados da Lingüística Histórica apresentados por Gabas, pois ambos, Bréal e Gabas, enfatizam a necessidade de intercompreensão no estudo da mudança lingüística diacrônica, mas não o fazem da mesma forma. Enquanto Gabas considera a necessidade de intercompreensão como uma força que limita a tendência à mudança, Bréal, ao contrário, vê, nessa necessidade, uma “vontade humana” cuja influência ainda que possa, em alguns casos, resultar na conservação, é antes de tudo, um fator de mudança.

No que se refere à mudança semântica, Gabas reconhece a existência de mecanismos recorrentes, mas nega haver um modelo teórico que dê conta deles, o que pode ser um indício de que o modelo teórico proposto por Bréal não foi levado em consideração. Apesar dessas divergências, a primeira parte do ensaio apresenta conceitos semelhantes aos postulados pela Lingüística Histórica, conforme exporemos a seguir.

Ao tratar da Lei de Repartição, Bréal apontara fatores sociais que promovem a diferenciação de sinônimos: uma comunidade lingüística em convivência com outra tende a comparar seus próprios termos com os da outra. Desta comparação surgem sinônimos diferenciados. O mesmo processo está presente na noção de influência de adstrato comentada por Gabas. Tratando de mudanças gramaticais, esse lingüista brasileiro menciona dois fenômenos recorrentes: a simplificação e a regularização de

formas. Tais fenômenos também são estudados por Bréal como exemplos de causas para a aplicação da analogia. Paradoxalmente, há divergências entre os dois lingüistas, quanto à importância atribuída à analogia. Enquanto Gabas a considera uma explicação suficiente para uma diversidade de fenômenos, Bréal preocupa-se, sobretudo, com o que causa a adoção de um raciocínio analógico. Para ele, usar a analogia como explicação da mudança é uma simplificação que impede o lingüista de investigar a fundo os fenômenos.

Na segunda parte do ensaio, surgem outros pontos de interesse. Tanto Gabas quanto Bréal investigam os fenômenos de restrição e de ampliação de sentido, havendo total convergência no que se refere à definição dos processos. À diferença de Gabas, Bréal preocupa-se com a investigação das causas e das conseqüências desses processos. Assim como ocorrera com relação à analogia, o ponto de vista brealino diferencia-se do adotado pela Lingüística Histórica pela preocupação de Bréal em erigir um arsenal teórico para explicar a mudança lingüística que ultrapasse o simples elenco de processos recorrentes.

Essa preocupação por aprofundar o estudo da mudança diacrônica também está presente na terceira parte do ensaio, parte em que Bréal retoma e aprofunda os conceitos anteriormente propostos. Nota-se que, no capítulo dedicado à força transitiva, Bréal fornece uma explicação alternativa para o fenômeno da perda das flexões latinas indicadoras de caso. Tal fenômeno é analisado por Chagas apenas como um processo fonético. Entretanto, enquanto Gabas considera a perda de fonemas como causa da mudança sintática, Bréal, propõe ter ocorrido o inverso. Para ele, primeiro houve surgimento de uma força transitiva entre os termos da oração e, como conseqüência dessa mudança sintática, houve o enfraquecimento das desinências cuja função não era mais vista como necessária. Notamos, pela explicação dada, que Bréal prioriza a função das palavras e não sua forma como parece ocorrer com a proposta de Gabas.

Dada a ausência das propostas de Bréal nos estudos de lingüística histórica concluímos que suas idéias não foram incorporadas à disciplina da Lingüística Histórica, motivo pelo qual acreditamos que o estudo de seu ensaio pode promover um aprofundamento do estudo da mudança lingüística diacrônica.

Cumpramos ressaltar que, atualmente, a questão da mudança lingüística tem sido retomada pela Teoria Variacionista, pela Sociolingüística e pela Lingüística Funcional, disciplinas para as quais o ES também é relevante.

4.2 Outras disciplinas voltadas ao estudo da mudança lingüística

Verificamos que há muita afinidade entre Bréal e os estudiosos da mudança lingüística, uma vez que a preocupação do semanticista com o tema percorre todo o **ES**, além de estar bastante evidenciada no prefácio à obra.

O tema da mudança lingüística é objeto de estudo da teoria variacionista baseada em Labov, que enfoca as mudanças fonéticas, morfológicas e sintáticas partindo do pressuposto de que a variação ocorre quando há duas maneiras de expressar o mesmo conteúdo. Se o fenômeno de variação só é possível sob um fundo de invariância semântica, estão fora de seu objeto de estudo os fenômenos que implicam na mudança da carga semântica das palavras e dos morfemas. Apesar desta incompatibilidade de base, encontramos várias convergências entre a teoria variacionista e as propostas brealinas.

Constatamos que Bréal, tal qual os sociolingüistas de hoje, critica a orientação biologizante que Scheleiger imprimiu à Lingüística e posiciona-se contra o preconceito lingüístico, posicionamento explicitado ao longo de todo o ensaio. Na primeira parte da obra, Bréal mostra que a analogia não foi menos atuante nas línguas clássicas, então vistas como superiores às românicas; na segunda, defende a igualdade entre palavras populares e eruditas enquanto signos incompletos, vagos e suscetíveis à mudança, e, na terceira, defende que não há superioridade lingüística, nem no que se refere à ordem dos termos de uma frase (não há uma ordem que seja mais lógica ou melhor que outra), nem no esforço necessário para a L1 ser aprendida pela criança (a aprendizagem da língua materna dá-se da mesma maneira, independentemente da língua falada pela comunidade).

Outro ponto em comum entre a proposta de Bréal e a Sociolingüística está na consideração de fatores sociais no estudo da mudança lingüística. Em seu estudo sobre a diferenciação de sinônimos, Bréal apresenta um fator social (a convivência entre povos) como uma das causas para o fenômeno e conclui que as questões lingüísticas são, na verdade, uma questão social. Para nós, essa afirmação em tudo faz lembrar o fenômeno de covariação das variações lingüísticas e sociais demonstrado pelos variacionistas. Na segunda parte do ensaio, a influência do meio social é retomada: o lingüista mostra que a utilização de dada palavra num certo meio social e/ou profissional, pode mudar seu sentido – que pode sofrer restrição, extensão, abstração, espessamento, etc. – mudança

que também ocorre quando uma palavra sofre um processo de vulgarização ou de especialização, fenômenos que relacionamos à variação diastrática estudada pelos sociolinguistas.

Outra convergência entre as posturas teóricas foi encontrada no que diz respeito a mudanças lingüísticas de ordem sintática. Segundo a teoria de reanálise apresentada por Chagas, mudanças sintáticas ocorrem quando se altera a maneira pela qual o usuário do idioma analisa a estrutura de determinados tipos frasais. O pressuposto de que a mudança tem por causa alterações no fazer interpretativo do usuário coincide com a hipótese defendida por Bréal, ao longo de todo o ensaio e, particularmente, na parte que trata das leis intelectuais: a de que o homem é sujeito da linguagem e, por isso, muitas mudanças têm início quando o usuário do idioma muda a maneira pela qual interpreta sua própria língua.

As mudanças lingüísticas de ordem sintática (com inclusão das mudanças categóricas) e lexical também têm sido estudadas pela Lingüística Funcional, disciplina com a qual o ensaio de Bréal também apresenta afinidade, a começar pela definição da função da linguagem, qual seja: a necessidade de comunicação de seus usuários segundo circunstâncias determinadas. Verificamos também que algumas hipóteses explicativas para mudanças sintático-semânticas propostas por Bréal convergem com a hipótese de gramaticalização oriunda da Lingüística Funcional e comentada a seguir.

Em certos aspectos, a lei de especialidade e sua teoria sobre as classes gramaticais convergem com a gramaticalização, fenômeno que consiste na transformação de palavras lexicais em gramaticais e que tende a tornar as palavras mais abstratas. Bréal descreve a transformação do verbo inglês *to do* em auxiliar para ilustrar as mudanças ocorridas no significado gramatical de um expositor (palavra ou morfema que “expõe”, isto é, funciona como índice de uma noção gramatical). O esvaziamento semântico decorrente da mudança do significado é apontado tanto por Bréal quanto pelos funcionalistas, que investigam como certas palavras migram do universo lexical para o gramatical. Encontramos análises equivalentes àquela proposta no ensaio em dois textos, cujos autores adotam a perspectiva funcionalista: a análise de Chagas sobre verbo português *ter*, a partir do verbo latino *tener* e a análise do verbo português *ir* em suas funções lexical e gramatical, realizada por Silva.

As considerações de Bréal sobre as categorias gramaticais também são afins com a proposta da gramaticalização. Propusera o lingüista que, na evolução das línguas

indo-européias, algumas classes de palavras evoluíram dando origem a outras. Um caso típico é a classe do advérbio constituída por palavras que originalmente eram substantivos, adjetivos ou pronomes. Outro tipo de mudança categorial estudado é o do surgimento de substantivos abstratos. No primeiro caso, há evidências claras de que o objeto de estudo brealino é o mesmo dos funcionalistas (a mudança categórica das palavras); no segundo, percebe-se outro ponto em comum entre eles na constatação de que essa mudança leva à abstração semântica.

Ainda sobre a abstração semântica, cumpre ressaltar que Bréal estudou o fenômeno em maior profundidade na segunda parte do ensaio, onde mostra que uma palavra concreta pode tornar-se abstrata, que uma palavra abstrata pode sofrer espessamento, tornando-se concreta e que ambos os sentidos, o da palavra concreta e o da palavra abstrata, podem conviver dando origem à polissemia. Essas suas propostas podem ser confirmadas por pesquisas atuais em Linguística Funcional. Segundo Ferreira, o fato de o sentido concreto e o sentido abstrato da palavra *onde* e do verbo *poder* já estarem presentes na língua latina evidencia que nem sempre um sentido abstrato deriva de um concreto. A nosso ver, a pesquisa do funcionalista mostra que, tal como propusera Bréal, a abstração e o espessamento de sentido dão origem à polissemia.

Comparando-se as hipóteses defendidas pela Linguística Funcionalista com as propostas por Bréal, encontramos algumas coincidências as quais evidenciam, de um lado, a atualidade do ES e, de outro, que a importância de os funcionalistas estudarem as propostas do fundador do termo ‘semântica’.

Entretanto, não podemos esquecer que, para Bréal, o processo pelo qual ocorre a mudança lingüística, não é essencialmente diferente daquele que resulta no aprendizado da língua materna pela criança, motivo pelo qual há, em seu ensaio, várias referências a este processo.

4.3 Teorias sobre a aquisição da linguagem

Ao longo do ES, há algumas especulações sobre o modo como ocorre o processo de aquisição da linguagem. Ao tratar da vontade humana, Bréal propõe que a mesma necessidade de ser compreendido que impulsiona a mudança lingüística é a que motiva a criança a aprender a língua de seus pais, pois a criança necessita interagir com eles, fazê-los saber o que ela pensa, sente e deseja, necessidade esta que a motiva a fazer

tantas tentativas quanto forem necessárias até que seu objetivo seja alcançado. Nesse aspecto, verificamos que a proposta de Bréal é em tudo coincidente com o Interacionismo Social proposto por Vygotsky para quem a motivação à interação por parte dos adultos é crucial para o processo de aquisição da linguagem. Outros pontos em comum entre Bréal e Vygotsky incluem a maneira pela qual concebem o ato denominativo, a relação linguagem pensamento e a mutabilidade semântica das palavras.

Outro aspecto das hipóteses brealinas sobre a aquisição da linguagem está no fato de esse processo dar-se com base no ensaio e erro, por etapas, e envolver muito esforço por parte da criança. Bréal constatara que, para a criança aprender a pronunciar uma sílaba, são necessários meses de esforços e de contínuas tentativas. Observamos que pesquisas recentes na área comprovaram empiricamente sua afirmação, na medida em que consideram que a fase do balbucio se dá dos três ao dez meses de idade e que, ao longo desses sete meses, o bebê se prepara para a produção dos sons. Só numa segunda etapa é que o bebê consegue articular vogais e consoantes formando sílabas e repetindo-as, somente após esta fase é que a criança tenta pronunciar sílabas mais complexas.

Cumprе ressaltar que as hipóteses brealinas não se restringem ao componente fonético. No que diz respeito ao componente lexical, há a proposta de a aquisição dar-se por repartição. Num primeiro momento, a criança usa uma dada palavra de maneira muito ampla, sem discriminá-la. Em seguida, por repartição (isto é, comparando esta palavra com as outras e diferenciando-a), dá-se a distinção da palavra e a criança passa a associar os sons ao objeto designado pelo item lexical em questão. A teoria dos estágios de desenvolvimento da linguagem defende uma hipótese semelhante. Essa teoria propõe uma fase inicial de superextensão em que, na fala da criança, as palavras têm um significado muito mais extenso que na fala do adulto. Em seguida, por meio do uso da palavra em diversas interações, a criança vai descobrindo o exato significado dela, o que se dá via reorganização e nova análise dos dados.

Outra importante teoria de aquisição da linguagem é a proposta por adeptos do gerativismo com base no inatismo proposto por Chomsky. Segundo essa teoria, a aquisição da gramática ocorre no chamado período crítico, no qual a criança descobre os parâmetros que definem seu idioma. Conforme essa teoria, as mudanças lingüísticas ocorrem por “choques geracionais”, quando, com base nos dados a que tem acesso, a

criança constrói uma sintaxe não idêntica àquela de seus pais. Para Bréal, ao contrário, a aquisição da linguagem não está limitada, pois o que a motiva - a vontade humana - continua atuante durante toda a vida do falante cujo conhecimento lingüístico pode mudar a qualquer hora.

Ressaltamos que o conceito de vontade humana, que pressupõe o uso dialógico da linguagem e sua atuação ao longo da vida dos falantes, é o que justifica e explica a afirmação brealina de que a mudança lingüística e o aprendizado da língua materna são processos que diferem somente pelo fato de o primeiro ser feito pelo povo – pessoas adultas – e o segundo pela criança. Não obstante essa divergência, vários aspectos do ensaio podem interessar aos gerativistas, uma vez que – conforme mostraremos na seção seguinte – outras propostas brealinas são relacionáveis ao gerativismo.

A avaliação das hipóteses brealinas sobre o aprendizado da língua materna, com base nas modernas teorias de aquisição da linguagem, fez-nos perceber algumas afinidades delas com o Interacionismo Social e com a Teoria dos estágios de desenvolvimento da Aquisição. Constatamos também que as hipóteses relativas ao componente fonético foram confirmadas por recentes pesquisas na área. Dadas as afinidades e convergências, acreditamos que o estudo de Bréal por parte dos especialistas em aquisição da linguagem seria muito proveitoso inclusive porque as propostas brealinas poderiam fornecer dados sobre a origem e a evolução das idéias sobre a aquisição de L1.

4.4 Gerativismo

Uma questão bastante debatida pelos gerativistas é a da ordem dos termos da frase. Segundo o modelo dos Princípios e Parâmetros cada língua tem uma ordem preferencial, assim há línguas, como o português, no qual a ordem preferencial é SVO e línguas cuja ordem canônica é X SV. Ao longo do tempo, a ordem preferencial dos termos pode mudar, alterando-se, assim, o parâmetro. Essa mudança é explicada pelos gerativistas da seguinte maneira: a criança, no período crítico, tem acesso a um *input* repleto de frases em ordem diversa da estipulada originalmente pelo parâmetro; com base nesses dados cria-se uma gramática internalizada pela qual a ordem “canônica” dos termos é vista como uma exceção e a ordem, antes vista como “inversa”, passa a ser interpretada como “canônica.”.

Enquanto os gerativistas explicam a mudança na interpretação da função sintática dos termos com base no período crítico, Bréal propõe uma explicação

alternativa ao tratar da perda das flexões de caso, a partir da Lei de Sobrevivência das Flexões.

Lembramos que uma das mudanças ocorridas na constituição das línguas românicas deve-se à perda das flexões de caso. Para elucidar essa perda, Bréal dá exemplos de construção nos quais o usuário do idioma associa a um termo de uma frase, que não apresenta qualquer flexão casual, um valor gramatical de caso (em geral dativo ou ablativo). Enquanto houver resquícios do valor semântico das flexões latinas, afirma ele que, do ponto de vista semântico, elas sobrevivem

Essa persistência é explicada, principalmente, com base na ordem dos termos de uma frase. No momento em que o usuário não consegue mais associar um valor semântico ao termo da frase, a construção como um todo ou torna-se ininteligível e é abandonada ou tem sua interpretação mudada. À semelhança da hipótese gerativista, a análise de Bréal fundamenta-se no conhecimento lingüístico interiorizado do usuário do idioma.

Outra convergência importante entre as idéias de Bréal e aquelas dos gerativistas foi encontrada quando comparamos a Lei de Sobrevivência das Flexões com o conceito gerativista de "termo pro". Tanto Bréal quanto os gerativistas retratam a existência de valores gramaticais sem que haja uma marca formal: Bréal percebeu que, em certas frases, há termos com valor ablativo ou dativo sem que uma marca formal os indique e os gerativistas verificaram que, em determinadas frases, há termos que são percebidos cognitivamente sem que sejam expressos.

Mais uma convergência entre Bréal e os gerativistas foi descoberta nos critérios adotados para a análise morfológica. Ao tratar da Lei de Irradiação, Bréal mostrara que a carga semântica do radical podia irradiar-se para o sufixo. Como consequência dessa irradiação, o sufixo teve seu sentido mudado. A prova de toque dessas mudanças é o sufixo em questão ser usado com o sentido novo na formação de novas palavras. Notamos que esse critério é o mesmo utilizado pelos gerativistas, quando, em seus estudos, consideram a produtividade de uma palavra.

Percebemos que não são muitos os pontos de contacto entre as propostas brealinas e as gerativistas. Não obstante esse resultado, acreditamos que possa ser proveitoso para o Gerativismo retomar, em seus trabalhos, propostas da Lingüística Novecentista, especialmente quando se trata de relacionar Lingüística Histórica e Aquisição da linguagem.

4.5 Estruturalismo

Comparando-se a data de publicação da primeira edição do **ES** e o primeiro curso de Lingüística Geral ministrado por Saussure, percebe-se que dez anos os separam. Esta distância cronológica talvez fosse suficiente para se pensar não haver como relacioná-los, ainda mais quando se avalia a ruptura causada nos estudos lingüísticos pelo lingüista genebrino. Apesar dessas considerações, encontramos convergências importantes entre o estruturalismo e as propostas brealinas as quais permitem evidenciar em que medida Saussure deve ser visto não apenas como um estudioso em muitos aspectos revolucionário, mas também como um cientista que catalisou, sistematizou e sintetizou tudo o que havia sido estudado até então.

Muitos estudiosos, quando tratam da dicotomia sincronia e diacronia, elogiam Saussure por ter distinguido cientificamente essas noções, como se, antes dele, esses pontos de vista estivessem amalgamados. Observamos que Bréal distinguiu perfeitamente essas duas maneiras de investigar a língua, segundo revelam seus esclarecimentos sobre as falsas percepções e a metáfora. Quanto às primeiras, são falsas apenas do ponto de vista da história, porque, para os usuários do idioma, são verdadeiras. No que se refere à segunda, para a criança que só conhece o sentido metafórico de um termo este sentido passa a ser o único, não havendo mais a percepção de existência de metáfora. Acrescentem-se, ainda, suas observações sobre o contágio, feitas ao longo do capítulo que dele trata, na última parte do ensaio. Nesse capítulo, os sentidos da palavra *aucun* (“algum” e “nenhum”) são explicados pelo semanticista do ponto de vista sincrônico, quando sua análise se apóia nas informações de um dicionário de uso, e também do ponto de vista diacrônico, quando o semanticista toma por base um dicionário histórico.

4.6 As ciências do significado

De maneira geral, foi-nos possível relacionar as propostas de Bréal com a Semântica Formal, a Semântica Lexical, a Semântica Cognitiva, os estudos voltados à enunciação, a Pragmática e a Semântica da Enunciação. Ressaltamos que estes resultados não indicam equivalência total entre estas teorias e a Semântica de Bréal, pois, em cada caso, ao lado de uma convergência, foi constatada uma divergência ou

incompatibilidade. A dispersão desses resultados, por sua vez, indica-nos que, paradoxalmente, a Semântica Lexicalista exclui e abarca as modernas ciências do significado.

De um ponto de vista rigoroso e radical, a existência de uma incompatibilidade entre a Semântica Lexicalista e cada uma das disciplinas voltadas ao estudo da significação indicaria que a disciplina proposta por Bréal não equivale a nenhuma das disciplinas modernas, o que estabeleceria uma divisão estanque entre a Semântica Novencentista e o enfoque moderno. Não obstante essa possibilidade, por adotarmos um ponto de vista não radical, o fato de haver ao menos um ponto em comum entre a Semântica Lexicalista e cada uma das disciplinas dela aproximadas aponta para a possibilidade de a proposta brealina funcionar como um denominador comum no estudo do significado, capaz de unificar as teorias semânticas.

A análise contrastiva que acabamos de apresentar teve por objetivo responder a questionamentos que surgiram da leitura inicial do ES. Perguntávamos se as propostas presentes no ensaio interessam à lingüística em geral, e às ciências do significado, em particular, nos dias de hoje. Para tanto, precisávamos descobrir se, atualmente, seria pertinente estudar suas propostas. Para responder nosso questionamento, foi preciso re-interpretar o ensaio buscando pontos de interesse para a Lingüística Moderna como um todo e, particularmente, para as ciências do significado. Os resultados indicam que as propostas brealinas podem interessar a muitos pesquisadores e não apenas àqueles que se dedicam à Semântica.

Nesta primeira parte da tese, esforçamo-nos por apresentar o ensaio eqüitativamente, sem privilegiar uma parte em detrimento das outras. Cumpre esclarecer que nossa preocupação pela totalidade de seus postulados deve-se ao fato de nossa investigação ter, por ponto de partida, a proposta epistemológica defendida por Morin também conhecida como Teoria da Complexidade, sobre a qual esclarece o filósofo: “ (...) [os] pensadores da complexidade [...] [são] os que viram que na relação entre a parte e o todo, não é apenas a parte que está no todo, mas o todo que está igualmente na parte, como no holograma em que cada ponto contém a totalidade” (MORIN, 1983, p.14).

Considerando-se a obra em sua totalidade, saltou à vista seu ecletismo. Sempre privilegiando o significado, Bréal investigou fenômenos de mudança semântica que alteraram a morfologia, a sintaxe e o léxico de uma língua. Nota-se que à

heterogeneidade dos objetos de seu estudo soma-se a riqueza de seus postulados teóricos que ultrapassam a atual divisão da Lingüística em teorias, escolas e correntes. A nosso ver, é este ecletismo “de segundo grau” que torna seu ensaio interessante a uma gama variada de especialistas.

Evidenciada a pertinência do **ES** para os nossos dias, sua atualidade e relevância, resta-nos investigar as leituras e os aspectos da obra que interessaram aos seus leitores para verificar a importância lhe foi sendo atribuída ao longo dos anos, isto é, do momento imediatamente posterior à publicação do ensaio até nossos dias. Este é o objetivo da segunda parte da tese, a ser apresentada a seguir.

SEGUNDA PARTE: FORTUNA CRÍTICA DO ES NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS DO SIGNIFICADO

No capítulo anterior, evidenciamos a importância do **ES** para a Lingüística em geral e para as disciplinas que se dedicam ao estudo do significado, considerando o estado atual da Lingüística, de acordo com a apresentação das respectivas teorias, conforme constam de duas obras de divulgação científica recentemente publicadas no Brasil. Nesta parte, apresentaremos e avaliaremos a leitura que estudiosos da Semântica, da Pragmática e da Enunciação fizeram de Bréal ao longo do século passado.

Acreditamos que, tendo-se uma idéia geral da obra e das relações que podem ser estabelecidas entre as várias disciplinas da Lingüística Moderna, é possível ler criticamente as referências feitas aos postulados brealinos, detectando, na análise de cada autor, não só os assuntos que foram privilegiados e os que não foram mencionados, mas também a interpretação dada a seus postulados, traçando-se, assim, uma fortuna crítica das idéias de Bréal.

Com este objetivo, contemplando o momento histórico imediatamente posterior à publicação da última edição do ensaio, analisaremos a obra **La science du mot: traité de sémantique**, um tratado de semântica publicado em 1927 por Carnoy. Abrangendo a época de consolidação dos estudos estruturalistas, avaliaremos o clássico **Semantics: an introduction to the science of meaning** publicado por Ullmann em 1962. Por fim, ilustrando leituras atuais do ensaio, examinaremos a **Epistemologia do sentido: entre filosofia e poesia, a questão semântica** (BELO, 1991); “Hundred Years of Lexical Semantics”, (GEERAERTZ, 1998), **Semantic Theories in Europe 1830-1930: from etymology to contextuality** (NERLICH, 1992); **Language, action and context. The early history of pragmatics in Europe and América, 1780-1930** (NERLICH; CLARKE, 1996), “A lingüística é uma ciência histórica?” (GUIMARÃES, 1992), **Semântica do acontecimento** (GUIMARÃES, 2002b) , **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem** (GUIMARÃES, 2002a) e **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil** (GUIMARÃES, 2004).

CAPÍTULO 5 O ES segundo Carnoy

O tratado de Carnoy , **La Science du Mot: Traité de Sémantique**, foi publicado em 1927, cerca de 30 anos depois do ensaio de Bréal. Essa publicação, também é posterior ao **Traité de Stylistique Française**, de Bally, datado de 1909, e ao **Cours de Linguistique Générale**, de Saussure, editado em 1916. As referidas obras fazem parte das referências bibliográficas utilizadas pelo estudioso e influenciaram de modo marcante sua concepção de semântica.

De Saussure, Carnoy utilizou a dicotomia língua-fala, a distinção entre lingüística dinâmica e lingüística estática e os processos de organização mental do léxico, a saber as relações sintagmáticas (como as que ocorrem em “contramestre” e na expressão “*que vous esemble?*”) e as relações associativas (como as existentes na série “ensino”, “aprendizagem”, “educação”).

O tratado de Carnoy incorporou a estilística de Bally, entendida como estudo lingüístico, no nível da fala, que leva em consideração não apenas a significação conceitual, mas também a significação perceptiva e a afetiva das palavras.

Em que pese a utilização desses fundamentos de linguística estrutural, verificamos que Carnoy não compartilha a noção saussuriana de signo, pois define a palavra como um símbolo, noção que envolve três variáveis: o signo (que parece equivaler à parte significante do signo, quando se considera que o significante é uma espécie de estímulo), a idéia por ele sugerida e a associação estabelecida entre entre ela e o signo:

Les mots son des symboles, c'est-a-dire des signes indiquant, suggérant, rappelant des idées [...] Le symbole est une image (ou une notion) , qui intéresse notre esprit non par elle-même mais en raison d'une autre image ou d'une autre notion dont elle est l 'introductrice. Ce pouvoir, le symbole le doit à l'existence d'une association entre l' idée suggérée et son signe. (CARNOY, 1927, p. 9).

Observa-se que, em algumas partes do tratado de Carnoy, há referências explícitas à semântica brealina. No último capítulo de sua obra, o lingüista faz menção à Lei de Especialidade, à de Repartição, à de Irradiação e à de Espessamento. Embora não haja referência às demais leis elaboradas por Bréal, encontramos indícios de que o autor se inspirou nelas para descrever as mudanças de significado das palavras. A análise

crítica dessas referências revelou-nos o posicionamento de Carnoy frente a seu antecessor, atestando desdobramentos importantes da disciplina.

Considerando a obra de Carnoy como um todo, percebemos que a maior contribuição do **ES** de Bréal ao tratado foi o entendimento daquilo que causa a mudança de significado, qual seja: o processamento mental da linguagem e o ajuste do sentido da palavra tanto ao meio em que ela é usada, quanto à intenção daquele que a utiliza. Inspirado nos postulados brealinos, Carnoy faz referências, ao longo de sua obra, às causas psicológicas da mudança de significado e ao papel das circunstâncias, do contexto e da intenção do falante nesse processo.

Notamos, entretanto, que, na obra de Carnoy, há apenas três referências explícitas ao **ES**: no primeiro, no último e no décimo segundo capítulo do tratado. Nelas Bréal é mencionado como tendo sido o primeiro a elaborar um esboço de tratado de semântica e como sendo o defensor da idéia de que as mudanças semânticas são conscientes. Seu **ES**, contudo, é criticado por ser pouco rigoroso, por não apresentar uma teoria que explique o conjunto dos fatos lingüísticos apontados ao longo da obra e ainda por adotar uma terminologia ambígua. Conforme veremos, a análise crítica dessas referências revela como Carnoy interpretou Bréal e qual foi o posicionamento tomado com relação a seu antecessor, se foi de continuidade ou de ruptura.

5.1 A falta de rigor atribuída ao ES

Na primeira citação de Carnoy, o **ES** é definido como uma coletânea de estudos dispersos referentes a todos os ramos da Lingüística, com exceção do estudo dos sons e de sua história. Dando a entender que o **ES** peca por sua generalidade, o lingüista informa que dará ao termo semântica um sentido mais rigoroso:

Son Essai de Sémantique est, en effet, une collection d'études séparées se rapportant à toutes les branches de la linguistique, sauf à l'étude des sons et à leur histoire. Dans cet ouvrage, nous donnerons au terme 'sémantique' son sens rigoureux. (CARNOY, 1927, p.5).

Um trecho da citação a Bréal, feita ao fim do tratado, esclarece que a generalidade do ensaio decorre do fato de Bréal ter estudado também os morfemas e as palavras gramaticais (*mots de rapports*) :

Bréal veut montrer le travail continuel de l'esprit humain dans la formation du langage. La sémantique pour lui, en effet, comme nous l'avons dit p.5, s'occupe de la valeur de tous les moyens d'expression: suffixes, désinences,

mots de rapports aussi bien que termes exprimant des notions. (CARNOY, 1927, p.389).

Conforme verificamos, a proposta de se excluir o estudo do significado dos morfemas do escopo da Semântica decorre da conceituação de Lexicologia, assim considerada por Carnoy:

L'étude des combinaisons de mots, soit entre eux (composition), soit avec de éléments de différenciation (dérivation) ainsi que des contrastes typiques de sens correspondant à ces variations morphologiques (généralisation, individualisation – état: substance – agent: action – idée simple: idée complexe) constitue la lexicologie. (CARNOY, 1927, p. 4).

Uma vez que o estudo dos contrastes semânticos decorrentes de variações morfológicas é objeto de estudo da Lexicologia, podemos concluir que, para Carnoy, o ensaio não é rigoroso por não separar o estudo lexicológico do semântico.

Haver, no **ES**, análises referentes a palavras gramaticais é outra falta de rigor do ensaio aos olhos de Carnoy, para quem a Semântica deve limitar-se ao estudo da relação entre a palavra e a idéia, distinguindo-se, assim, da Lexicologia, da Gramática, da Sintaxe e da Estilística :

*Il reste un dernier point de vue à étudier: c'est le rapport même entre le mot et l'idée, c'est à dire la signification (...). Cette science, qui se distingue donc nettement non seulement de la lexicologie, mais de la grammaire, la syntaxe, la stylistique s'appliquant à l'étude des divers types de présentations et de la phonétique qui s'occupe des sons, a reçu le nome de **sémantique** ou de **sémasiologie**. (CARNOY, 1927, p.4, grifos nossos).*

Percebemos, em todos os trechos citados, uma intenção especificadora por parte de Carnoy, que procura elaborar uma definição a mais rigorosa possível da disciplina de que se ocupa. Essa intenção, inclusive, está evidente no próprio título da obra: **A ciência da palavra, tratado de Semântica**.

A partir dessas referências, podemos afirmar que, para o tratadista, a Semântica propriamente dita trata das palavras não gramaticais e se volta ao estudo da relação entre a “idéia” e a “palavra”, não considerando os aspectos morfológicos do significado, objeto de estudo da Lexicologia. É importante frisar que esta concepção de Semântica atesta um importante desdobramento da disciplina: a restrição de seu campo de estudo às palavras nocionais.

5.2. A defesa do caráter consciente da mudança lingüística

Antes de dar início à exposição de sua taxionomia, Carnoy trata das leis que presidem as mudanças de significado e da classificação dessas mudanças. Após

diferenciar as leis fonéticas das leis semânticas, com base no caráter psicológico e não prescritivo das mudanças do significado, Carnoy cita Bréal caracterizando-o como um defensor do caráter consciente das mudanças:

La question de savoir si les changements de sens sont conscients ou non a été agitée par plusieurs linguistes. Il y a deux opinions opposées à ce sujet. Michel Bréal croit à l'intervention d'une volonté, tout au moins 'obscur'. Il fait remarquer que l'on parle pour être compris. Pour atteindre ce but, chacun modifie plus ou moins consciemment son langage afin d'obtenir plus sûrement le résultat désiré. L'histoire des sens nouveau, c'est pour lui celle d'une série d' 'essais entrepris en tâtonnant, le plus souvent malheureux, quelquefois suivis d'un quart de succès. (CARNOY, 1927, p. 90).

Segundo Carnoy, o fato de a vontade de ser compreendido pautar o uso da linguagem implica que a mudança lingüística é um fenômeno consciente. O trecho a que o tratadista se refere, contudo, mostra-nos que Bréal questiona a validade da questão e deixa transparecer que as mudanças semânticas não são nem conscientes, nem instintivas:

Entre os atos de uma vontade consciente, refletida, e o puro fenômeno instintivo, há uma distância que deixa lugar para muitos estágios intermediários, **e nossos linguistas teriam aproveitado mal as lições da filosofia contemporânea** se continuassem a impor a escolha entre as duas alternativas desse dilema. (BRÉAL, 1992, [1904] ,p.7, **grifos da pesquisadora**).

Dada a disparidade entre a paráfrase das idéias de Bréal elaborada por Carnoy e o texto original reproduzido, percebemos que Carnoy imputou a Bréal um posicionamento que lhe era alheio, demonstrando que, nesse aspecto particular, sua interpretação do ES foi um tanto quanto superficial.

5.3 A pretendida ausência de fundamentação teórica no ES

As críticas ao ES não se limitam a apontar-lhe seu caráter pouco rigoroso. No último capítulo de seu tratado, Carnoy, imediatamente após apontar o caráter genérico do ES, afirma que o ensaio não chega a apresentar uma teoria que unifique ou explique os fatos lingüísticos descritos:

Son ouvrage ne présente nullement une théorie des faits de ce genre [de la valeur de tous les moyens d'expression], mais plutôt une série d'aperçus très fins et bien documentés et portant sur divers aspects du développement des significations. (CARNOY, 1927, p. 390).

Ao avaliar o ES como uma coletânea de dados relativos a certos aspectos do desenvolvimento dos significados e do sentido, o lingüista imprime ao ensaio um

caráter meramente descritivo e deixa entrever que a obra brealina apresenta pouca cientificidade.

Em que pese a crítica feita ao **ES**, lembramos que considerações teóricas, tecidas ao longo da obra, evidenciam que Bréal formulara a respeito do desenvolvimento “das significações” uma teoria bem definida. Já na introdução do **ES**, o autor deixa claro que as mudanças lingüísticas são decorrentes da vontade do ser humano de ser compreendido. Na primeira parte de seu ensaio, postula, por meio das leis intelectuais da linguagem, que “o desenvolvimento dos significados” é parcialmente ditado pelo processamento mental da linguagem. Na terceira, ressalta a influência do contexto e do pensamento na evolução do sentido das palavras.

5.4 A imperfeição terminológica atribuída ao **ES**

Após criticar o **ES** por não apresentar fundamentação teórica, Carnoy afirma que a terminologia criada por Bréal é ambígua e, para comprovar sua afirmação, faz um breve cotejo entre os termos — lei de especialidade, lei de repartição e lei de irradiação — empregados no ensaio e aqueles por ele mesmo propostos :

Il souffre naturellement de l'imperfection de la terminologie. Les termes qu'il a proposés n'ont pas été généralement acceptés, parce qu'il étaient amphibologiques. Il appelle loi de spécialité la réduction d'un mot d'idée à un emploi particulier d'ordre grammatical ou syntaxique (catasémie). Sa loi de répartition correspond à ce que nous avons appelé antisémie. Il se sert d'irradiation dans un sens anormal. Il désigne par là l'appllication a posteriori d'un morphème ou d'un suffixe à un emploi particulier (par exemple le sens 'incoatif' de – sco provenant de as présence dans lat.senescō, adolesco, cresco). Il entend par épaississement l'application d'un terme abstrait à une entité concrète associée avec l'action (amphissémie). (CARNOY, 1927, p. 390).

Percebemos que, nesse cotejo terminológico, o que está em jogo não são propriamente os termos, mas sim os conceitos que esses termos representam. O contraste dos conceitos elencados mostrará em que medida, tomando-se como parâmetro os conceitos de Carnoy, ocorrem falhas na proposta terminológica de Bréal.

Na comparação exposta a seguir, limitaremos nossos comentários tão somente às semelhanças encontradas, fazendo abstração das diferenças teóricas existentes. Ambos, Bréal e Carnoy, tratam a palavra como unidade lingüística, no entanto, enquanto Carnoy analisa a palavra enquanto símbolo, Bréal a considera um signo (para ele é signo tudo o que funciona como índice de uma idéia). Se fosse dada demasiada importância a esta

divergência, não seria possível fazer qualquer cotejo entre os autores, pois se partiria do pressuposto de que os fenômenos seriam distintos conforme a palavra fosse um símbolo ou um signo. Outra diferença teórica importante consiste no uso de dicotomias saussurianas e de pressupostos da análise estilística por parte de Carnoy. A título de exemplificação desses pressupostos, lembramos que esse autor, em seu tratado, menciona não só a presença do significado afetivo ao lado do significado objetivo das palavras, mas também a ocorrência de estilos mais ou menos formais.

5.5 A lei de especialidade e a catasemia

A catasemia é um tipo de ecsemia, fenômeno que responde pela extensão dos significados atribuídos a uma palavra. A catasemia ocorre quando o significado de uma palavra nocional é estendido via adição de um valor gramatical. Nesse tipo de extensão, se verifica sempre uma degradação do significado nocional, que é eclipsado pelo valor gramatical que a palavra passa a adquirir. São exemplos de catasemia citados por Carnoy, a palavra francesa *chez*, “na casa de”, *lez*, ao lado de e *fors*, “à porta de”.

Comparando a definição da catasemia com a da lei de especialidade, percebemos que, apesar de haver pontos em comum, não há equivalência entre elas. A catasemia trata especificamente da extensão de significação por meio da qual uma palavra nocional passa a ser uma palavra gramatical, isto é, de transformações sofridas por palavras nocionais. A lei de especialidade, por sua vez, responde por transformações no status gramatical de palavras não nocionais e, secundariamente, pela criação de novas palavras gramaticais, o que ocorre, por exemplo, quando há transformação de verbos plenos em verbos auxiliares.

Com relação a palavras propriamente gramaticais, não há nenhuma referência a elas em todo o tratado. Foi-nos fácil entender o porquê dessa ausência: se houvesse análise de palavras gramaticais, o tratado de Carnoy perderia o rigor científico, uma vez que, para o autor, a Semântica se limita à análise do significado conceitual das palavras nocionais. Se a Lei de Especialidade e a Catasemia são díspares no que se refere a seus objetos de estudo, é difícil entender o que levou Carnoy a propor que a Ecsemia, da qual a Catasemia é um tipo, seria equivalente à Lei de Especialidade. Cogitamos a hipótese de haver semelhanças, não nos fenômenos descritos, mas sim nas explicações fornecidas para dar conta desses fenômenos.

Para Bréal, a Lei de Especialidade dá-se por meio de mudanças graduais nas associações que o usuário do idioma faz entre determinada palavra ou parte de uma palavra e uma informação gramatical. A especificação é o resultado dessas mudanças associativas que alteram a atribuição de significado gramatical a dada palavra ou parte de uma palavra. Essa mudança, explica Bréal, é ditada por uma necessidade de clareza: dado um expositor, ele tende a ser substituído por outro, caso o falante não perceba claramente a informação gramatical por ele exposta. Para que tal processo seja levado a cabo, é preciso que as associações originais deixem de ser feitas pelo usuário do idioma, o que só ocorre após um longo período no qual as associações novas são repetidamente feitas.

Como no tratado de Carnoy não há uma explicação específica para a Catasemia, pressupomos, então, que a explicação geral da Ecsemia aplica-se também ao caso particular da Catasemia.

Segundo o lingüista, a ecsemia faz parte do próprio desenvolvimento da linguagem: para a criança, a palavra *cachorro* representa o animal particular com que ela brinca, assim que a noção abstrata de cachorro é adquirida, ela é observada num número cada vez maior de casos particulares, como resultado de um trabalho de identificação e reconhecimento. Por fim, a criança aprende a usar a palavra para se referir a "qualquer animal da espécie".

Como o processo descrito também é um caso de mudança associativa – a criança associa a palavra *cachorro* a um ser particular e, depois, passa a associá-la a qualquer ser da espécie –, pode-se afirmar que a ecsemia e a lei brealina são semelhantes, pois ambas se fundamentam na noção de associação, fenômeno que não parece alterar-se substancialmente, segundo se trate de idéias gramaticais ou nocionais.

Outra semelhança emerge quando são consideradas as causas pelas quais há a extensão de significado. Ao mostrar que a ecsemia não se restringe à aquisição de língua materna, Carnoy explicita quais são os fatores promotores da extensão do significado:

A tout âge, toutefois, en une certaine mesure, subsistent ces deux points faibles dans notre système d'idées et de mots: 1° insuffisance du nombre de termes par rapport à celui des idées et expériences, 2° imprécision plus ou moins grande de limites de beaucoup de concepts. (CARNOY, 1927, p. 113).

Nesse esclarecimento, a imprecisão e a insuficiência da linguagem com relação ao pensamento são apontadas como fatores que promovem a Ecsemia. Verificamos que esses mesmos fatores foram mencionados por Bréal no capítulo que fornece uma explicação geral para todas as mudanças elencadas ao longo da segunda parte do ES :

[...] não há dúvida de que a linguagem designa as coisas de modo incompleto e inexato. Incompleto, porque não se esgotou tudo o que se pode dizer do sol quando se disse que ele é brilhante, ou do cavalo quando se disse que ele corre. Inexato porque não se pode dizer do sol que ele brilha quando se escondeu, ou do cavalo que ele corre quando está em repouso, ou quando está ferido ou morto [...]. (BRÉAL, 1992, [1904], p. 177).

Ao final do capítulo dedicado à ecsemia, Carnoy descreve o processo que resulta na extensão de significado. Nessa descrição, ele defende que o uso da palavra em contexto lhe determina o sentido e que a banalização desse sentido faz mudar o significado da palavra. Estes mecanismos são comparados, por fim, às noções escolásticas de *suppositio communis* e *suppositio particularis*:

Dans le langage d'un chacun, les mots sont, à tout instant, employés non dans leur sens normal – ce que la vieille scolastique appelait la suppositio communis – mais dans une acception quelque peu spéciale (suppositio particularis), propre à la phrase ou au contexte en question, [...] Si la même supposition particularis se répète fréquemment, elle devient rapidement communis et l'on a un sens nouveau. (CARNOY, 1927, p. 117).

Para nós, estas explicações coincidem com aquelas formuladas no ES. A importância da repetição para que a mudança de sentido resulte em mudança de significado é apontada por Bréal quando ele explica que a especificação é um fenômeno demorado pelo fato de a repetição da nova associação ser necessária para que a velha associação seja esquecida. O uso da *suppositio particularis* como fator de mudança de sentido, por sua vez, casa bem com a explicação dada por Bréal de que o efeito eufemístico de certas palavras é neutralizado assim que o ouvinte percebe o que se esconde nas palavras utilizadas pelo falante.

A comparação da Ecsemia com a Lei de Especialidade e com o ES como um todo mostrou-nos que as partes referentes às causas e ao modo de funcionamento da ecsemia coincidem com postulados elaborados por Bréal ao longo do ensaio. Estas convergências talvez expliquem porque Carnoy pôs em pé de igualdade a Lei de Especialidade e a Catasemia, apesar das diferenças existentes entre ambas. Por outro lado, considerando que a Ecsemia trata da extensão do significado, é de se questionar porque Carnoy não a comparou à Lei de Extensão do Significado proposta por Bréal.

5.6 A lei de repartição e a antissemia

A antissemia é uma espécie de alelometasemia, um fenômeno resultante de influência recíproca entre palavras que são associadas em série. No caso da antissemia, a influência recíproca entre as palavras aumenta o contraste semântico existente entre elas. Ressaltamos que tanto a noção de alelometasemia quanto a de antissemia também são baseadas nos postulados saussurianos: a primeira decorre da relação associativa entre itens lexicais (SAUSSURE, 1975 [1916], p.145) e a segunda, do valor do signo (p. 132). Entretanto, uma vez que a Lei de Repartição funciona como princípio organizador da linguagem, é preciso considerar a hipótese de que, para Carnoy, a Lei de Repartição poder ter gerado a noção de valor do signo.

O texto sobre a antissemia começa com a colocação do princípio segundo o qual os sentidos das palavras são estabelecidos, ou pelo menos confirmados, pela oposição existente entre as palavras. Em decorrência desse princípio, a antissemia promove a determinação do sentido (isto é a escolha da nuance de significado que está sendo utilizada), a criação de *doublets* (pares de palavras que compartilham a mesma etimologia, mas cuja forma e sentido são distintos) e a diferenciação entre sinônimos. A determinação do sentido se dá seja por oposição, segundo o antônimo que se lhe é associado, ou por contraste de um termo da série com outro termo dessa mesma série.

A proposta de o sentido de uma palavra ser, em parte, determinado por contraste com outras lembra-nos o conceito de valor do signo proposto por Saussure. Do mesmo modo, a afirmação de que as palavras se organizam por série remete-nos ao conceito de relação associativa proposta pelo linguista genebrino.

Em capítulo anterior que trata especificamente das associações – a seriação de palavras em série é um tipo de associação – Carnoy cita Saussure textualmente. Com relação à noção de antissemia, contudo, não há qualquer menção à noção de valor do signo, somente a afirmação de que a lei de repartição equivale à antissemia, indicando que, para ele, a noção de que as palavras ganham mais precisão quanto contrastadas umas com as outras tem por origem a lei de repartição de Bréal.

No capítulo sobre a lei de repartição, Bréal faz algumas considerações sobre o aprendizado de língua materna: a ação da repartição leva a criança a deixar de atribuir um dado som a todos os objetos que a rodeiam e a associar esse som a um objeto particular. A partir desta afirmação, podemos inferir que a criança associa um som

determinado a dado objeto diferenciando-o dos demais. Uma vez que a diferenciação só é possível quando a parte é contrastada com o todo, pode-se pensar que a lei de repartição tem, por efeito, a determinação do significado por meio do contraste. Percebemos que, neste ponto do raciocínio, a antissemeia torna-se equivalente à lei de repartição.

Cabe lembrar que, ao tratar do valor do signo, Saussure (1975 [1916], p. 130) faz referência à divisão organizadora do todo em partes, ao propor que o pensamento, massa amorfa e caótica, se torna preciso, quando é forçado a decompor-se, e ao sugerir que esta decomposição é feita por meio da criação do signo. Provavelmente, por Bréal e Saussure basearem-se na divisão do todo em partes e devido à lei de repartição ser anterior à noção de valor do signo, Carnoy concluiu que a noção saussuriana é decorrente da brealina e preferiu filiar sua noção de antissemeia à referida lei.

Considerando a antissemeia e a lei de repartição como um princípio que explica um aspecto do funcionamento da linguagem, podemos concluir pela equivalência entre ambas. Outras semelhanças surgiram a partir da comparação do desenvolvimento desse tópico pelos autores.

Bréal e Carnoy combatem a idéia de que o estudo da etimologia das palavras explica o que diferencia um sinônimo de outro e defendem que é pelo uso (*usage*) que os sinônimos são diferenciados. Importa ressaltar que Carnoy, ao tratar desta questão, faz citações a Bally, citações que revelam a contribuição da Estilística para o desenvolvimento da Semântica e da adoção do ponto de vista estrutural por parte de Carnoy:

[...] M.Bally et l'école de M.Gillieron ont raison d'insister sur le danger qu'il y aurait à vouloir faire de la synonymie en se basant principalement sur l'étymologie.[...]. On ne peut les connaître que par l'usage et l'observation [...] M.Bally fait choix de la série: faible, débile, chétif, frêle, fragile pour montrer l'inutilité de l'étimologue [...]. (CARNOY, 1927, p. 205).

Cumpre advertir que, apesar de Carnoy ter filiado a Gillieron e a Bally a defesa da não importância da etimologia para o estudo semântico, essa idéia também está presente no **ES**:

*[...] quando se examinam os termos que o uso distingue ou subordina, constata-se que a etimologia raramente justifica as diferenças que aí encontramos. Se tomamos, por exemplo, as palavras *genre* (gênero) e *espèce* (espécie), qual motivo haveria para dar mais capacidade ao primeiro que ao segundo? [...] (BRÉAL, 1992, [1904], p. 38).*

Como se observa, o não reconhecimento da anterioridade do ponto de vista de Bréal contrasta com a atitude continuísta tomada por Carnoy quando relacionou o princípio de antissemia à lei de repartição de Bréal. Podemos, então, afirmar que esta dubiedade permite caracterizar o tratadista como uma figura de transição. Apesar de conhecedor da tradição pré-saussuriana e consciente da ruptura epistemológica promovida pelo Curso e pelos discípulos de Saussure, Carnoy não toma uma posição definida. Em alguns momentos, valoriza a tradição e, em outros, rompe com ela colocando-se em posição de vanguarda.

Ao tratar da diferenciação de sinônimos, Carnoy, seguindo as pegadas de Bréal, faz referência ao ingresso de novos termos na língua e à crença dos falantes com respeito à sinonímia:

La pénétration d'un nouveau terme dans un vocabulaire a immédiatement des repercussions sur les mots préexistants dont les sens, par contraste antisémique, se modifie de façon à constituer une distinction plus nette avec la signification du nouveau venu, à moins que l'ancien mot vaincu ne sorte de l'usage courant, quitte à se réfugier parfois dans quelque sens particulier. (CARNOY, 1927, p. 195).

Les sujets parlants ayant deux forme à leur disposition, on t été amenés à y chercher deux idées différentes. (CARNOY, 1927, p. 198).

Com base na citação, verifica-se que aquilo que difere fundamentalmente a antissemia da lei de repartição é a ênfase dada por Carnoy à antonímia. Claramente influenciado por paradigmas estruturalistas, o autor do tratado de Semântica defende que a antonímia, ao opor palavras entre si, torna os significados das palavras mais preciso e sugere que se pode determinar os significados de uma palavra conforme os antônimos que lhe podem ser associados:

Il n'est pas exagéré de dire qu'un mot a – au moins – autant de significations qu'il a des contraires. Ainsi clair a, au moins, trois sense différents parce qu'il s'oppose aux trois concepts distincts de trouble, foncé, obscur. (CARNOY, 1927, p.193).

Em outro momento, o lingüista cita expressões estereotipadas como “*bien ou mal*” para mostrar que fixar as noções por contraste é uma tendência psicológica. Deve-se notar que Carnoy qualifica essas expressões como sendo compostas de duas idéias polares, conceito forjado por Wundt, E. Heinrich e Kemmer em obras publicadas entre fins do século XIX e começo do XX. Vemos, aí, uma noção precursora da antonímia polar posteriormente estudada por Lyons e Cruse, entre outros.

A seguir, Carnoy, talvez desenvolvendo de maneira original o que Bréal afirmara a respeito da elaboração de séries sinonímicas na memória lexical dos falantes, propõe que o desaparecimento de uma palavra pode provocar o desuso daquela que lhe era antônima :

La disparition d'un des contraires amène naturellement la chute du sens correspondant. C'est ainsi que bourgeois n'existe plus comme terme juridique en face d'artisan, ni comme “homme de droit urbain” opposé à

l'habitant du plat pays ou du serf ("droit de buourgeoisie"). (CARNOY, 192, p.193 e 194).

Em que pese a ênfase dada à antonímia, observamos que a análise apresentada mostrou haver mais semelhanças que diferenças entre a Lei de Repartição e a Antissemia, o que justifica a equivalência proposta por Carnoy.

5.7 A lei de irradiação

Sobre a irradiação, Carnoy afirma que Bréal utiliza o termo dando-lhe um sentido anormal. No entender de Carnoy, a irradiação designa o emprego particular de um morfema ou afixo. À guisa de exemplo, cita o caso do sentido incoativo de *-sco* proveniente de este sufixo estar presente nas palavras latinas *senesco*, *adolesco*, *cresco* (CARNOY, 1927, p. 390).

Entretanto, essas informações sobre a Lei de Irradiação não captam o que há de essencial nessa lei, pois ela não trata de usos inovadores de morfemas já existentes, mas sim de processos relacionados ao conteúdo gramatical das palavras. Por meio dela, Bréal propõe que a atribuição de um significado gramatical à determinada parte de uma palavra é responsável pela criação de novas desinências e que algo do significado do radical pode ser transmitido à desinência, caso em que o morfema adquire o matiz de significado presente no radical.

A advertência feita por Carnoy, quando afirma que o termo é usado por Bréal em um sentido anormal, contudo, parece-nos justificável uma vez que, no ensaio, a irradiação trata de significados gramaticais que ficam fora do escopo que o tratadista estipulou para a Semântica, estando aí a “anormalidade” do conceito brealino. Além disso o conceito de irradiação utilizado por Carnoy é bem diferente daquele utilizado por Bréal pois consiste numa mudança semântica causada pelos fenômenos de associação que podem ocorrer por meio das relações sintagmáticas e associativas descritas por Saussure.

Caracteriza este tipo de mudança a transmissão do valor representativo de uma palavra a idéias que lhe são conexas. Assim, verificam-se três tipos de irradiação: a perisemia – transferência entre noções conexas -; a aposemia – transferência entre noções dependentes – e a anfisemia, uso de nome de atividades para designar os seres em que elas se manifestam. Notamos que, à exclusão do terceiro tipo e de alguns sub-tipos de perisemia, a irradiação abarca fenômenos conhecidos tradicionalmente como metonímia e sinédoque. Eis alguns exemplos de irradiação fornecidos no tratado e de suas respectivas classificações: (1) Perisemia partitiva (sinédoque): uso da palavra *alma* para designar "um ser humano"; (2) Perisemia coextensiva (metonímia): uso da palavra *bolsa* para designar "o dinheiro que há em seu interior"; (3) Aposemia de origem: uso da palavra *corinthes* para designar "as raízes provenientes de *Corinthe*" e (4) Anfisemia: uso da palavra *exposition* para designar não a ação de expor, mas "o local onde a ação tem lugar".

Ainda que, do nosso ponto de vista, Carnoy não tenha feito justiça ao que constitui substancialmente a Lei de Irradiação proposta no ES, ressaltamos que ele percebeu nitidamente a disparidade existente entre o que designou fenômeno de irradiação e o que Bréal chamara de Lei de Irradiação.

5.8 O espessamento de sentido e a anfisemia

Nas palavras de Carnoy, o espessamento de sentido trata da aplicação de um termo abstrato a uma entidade concreta associada à ação e corresponde à anfisemia. (CARNOY, 1927, p. 390). Esta definição sintetiza admiravelmente a proposta brealina, haja vista que a anfisemia é um tipo de perissemia, fenômeno caracterizado pela transferência de sentido

Entre os exemplos fornecidos no **ES**, há o caso das palavras latinas *legio*, *regio* e *partio*. *Legio* significava apenas “a escolha”, passando depois a designar “uma unidade militar determinada”. Morfologicamente, *regio* é formada como *legio* e significava “direção”, passando depois a designar “um país ou parte de uma cidade”. *Partio*, que antes designava tão somente “a ação de repartir”, passou a nomear “o que foi partido”, isto é, passou a designar “a porção”. (BRÉAL, 1924, p. 139 -140).

Analisando-se esses exemplos, percebemos que, em todos eles, uma palavra designadora de ação passou a significar também o nome do objeto material atingido pela ação: *legio*, “a escolha”, passou a designar “os escolhidos”, isto é, “a legião”; *regio*, “a direção”, designa também “o que há em dada direção”. No caso de *partio*, a ação de repartir designa também “o que foi repartido”, “a porção”.

A percepção de que, em todos esses exemplos, ocorrem manifestações diferentes de um mesmo fenômeno indica a existência de um princípio norteador sistemático a comandar o espessamento de sentido. Esse princípio, advertimos, não é formulado no **ES**, mas é revelado por Carnoy quando afirma que o espessamento é a aplicação de um termo abstrato a uma entidade concreta associada à ação, o que ocorre quando o nome de uma ação se torna nome do complemento desta ação.

Além de externar o que há de essencial no fenômeno de espessamento de sentido, Carnoy faz uma análise minuciosa dos processos que resultam na concretização de palavras abstratas. Dessa análise, resulta uma classificação da anfisemia em duas categorias: a anfisemia de ação, que contém classes como agente, objeto, meio, resultado e lugar e a anfisemia de qualidade.

Para ilustrar a taxionomia proposta no tratado, retomamos alguns dos exemplos nele elencados. Notamos que algumas classes não são diferenciadas suficientemente de outras para estarem em categorias separadas. Casos assim são indicados por asterístico: (1) anfisemia de ação para agente: *témoin* designando “pessoa que faz o testemunho”; (2) anfisemia de ação para objeto: *fritura* designando “aquilo que é frito”; (3)

*Anfisemia de ação para meio: *garrison* designando "a tropa por meio da qual um lugar é protegido" (pode-se analisar o exemplo como anfisemia de ação para resultado); (4) Anfisemia de ação para resultado: quando se diz *une belle pêche* para referir-se "aos peixes pescados"; (5) *Anfisemia de ação para tempo: *the fall* designando "estação do ano" (pode-se analisar o exemplo como anfisemia para resultado), (6)*Anfisemia de ação para lugar: *entrée* designado "parte de construção por onde se entra" (pode-se analisar o exemplo como anfisemia de ação para objeto) e (7) Anfisemia de qualidade: substantivos abstratos deadjetivais como *jeunesse*, *beauté*, etc.

Comparando-se os exemplos propostos por Bréal com os elaborados por Carnoy, percebemos que os fenômenos analisados no ensaio ou são anfisemias de ação para objeto ou de qualidade. A noção de anfisemia, portanto, é mais abrangente que a de espessamento de sentido. Ressaltamos que o tratadista, tendo por ponto de partida a proposta brealina, compreendeu-a profundamente, desenvolvendo-a consideravelmente.

Em se tratando do espessamento de sentido, Bréal ainda formula a seguinte hipótese para explicar o que o motiva nas línguas modernas: palavras abstratas tornam-se concretas quando um termo técnico passa a ser usado por não especialistas (hipótese da vulgarização) ou quando uma palavra da linguagem comum passa a ser utilizada como termo técnico (hipótese da especialização). Conforme verificamos, estas considerações não são mencionadas por Carnoy no capítulo referente à anfisemia, mas fazem-se presentes em outras partes do tratado sem que o lingüista as relacione ao ES.

5.9 Síntese

Nas referências nas quais Carnoy estabelece correlações entre suas propostas e os postulados brealinos, a Lei de Especialidade é comparada à catasemia e a de repartição à antissemia. Percebemos que as comparações propostas enfatizam as afinidades existentes: a primeira correlação só se justifica quando se considera que, apesar de os fenômenos descritos pelos autores serem díspares, a explicação para eles é equivalente; na segunda, Carnoy iguala a repartição e a catasemia devido à catasemia ter desenvolvido noções esboçadas no ES.

Na primeira referência de Carnoy a Bréal, porém, o ES é desqualificado por abranger vários ramos da Lingüística, não se limitando a questões estritamente semânticas. Em outra passagem, ao final do tratado, Carnoy adverte o leitor para o fato de Bréal atribuir à irradiação um sentido anormal, anormalidade proveniente do fato de

a lei de irradiação brealina tratar da fixação de significados gramaticais a determinadas partes de uma palavra.

Considerando este ponto de vista, a crítica ao ensaio é condizente e reveladora de um posicionamento de ruptura já que, por meio de seu tratado, Carnoy pretende suplantar seu antecessor, elaborando algo que Bréal não teria conseguido: formular um estudo científico e rigoroso do significado das palavras.

Detectamos esta mesma intenção desqualificadora do **ES** quando o ensaio é definido como uma obra que não apresenta uma teoria que explique os fatos apresentados. Esta crítica, contudo, não resiste a um confronto com o **ES** cuja leitura integral evidencia a existência de princípios teóricos explicativos dos fatos lingüísticos elencados ao longo da obra, notadamente, a vontade humana, as leis intelectuais da linguagem e a insuficiência da linguagem com relação ao pensamento.

Numa outra referência, Carnoy afirmara que o autor do **ES** era defensor do caráter consciente das mudanças lingüísticas. O cotejo da citação feita com o texto original da qual provém a menção relevou-nos que houve uma interpretação equivocada por parte do tratadista que desconsiderou o fato de, no trecho anterior à citação propriamente dita, Bréal ter afirmado que as mudanças estão num patamar intermediário entre a consciência refletida e a total inconsciência.

Considerando todas as referências feitas podemos afirmar que predomina, em Carnoy, uma retórica de ruptura com relação à Semântica Brealina. Apesar disso, verificamos que há afinidades inegáveis entre os autores: ambos, Bréal e Carnoy, investigaram o uso concreto da linguagem, preocuparam-se com a mudança do significado e tentaram postular princípios gerais que dessem conta dos fenômenos observados.

CAPÍTULO 6 - REFERÊNCIAS A BRÉAL EM ULLMANN

A análise que exporemos a seguir baseia-se nas referências a Bréal encontradas ao longo de **Semantics, an introduction to the science of meaning**, cuja primeira edição data de 1962. Enquanto Carnoy pode ser qualificado como um lingüista de transição entre a Lingüística Novecentista e a Lingüística Saussuriana, Ullmann caracteriza-se por utilizar um ponto de vista estruturalista, mas não exclusivamente saussuriano. De fato, conforme pudemos observar em suas análises, Ullmann utiliza a noção de símbolo proposta por Odgen & Richards e não a noção saussuriana de signo. Apesar dessa diferença, o lingüista parte do pressuposto de que a língua é estrutural e considera não só as dicotomias saussurianas língua -fala e sincronia-diacronia, mas também os estudos estruturalistas de Bloomfield, de Martinet, de Sapir e de Hockett, entre outros.

Notamos também que Ullmann não ignorava a tradição lingüística anterior a ele e tampouco a desprezava, o que indica não haver, de sua parte, qualquer retórica de ruptura. É o que revela a oração que finaliza o texto de introdução à sua obra :

[...] Me esforzaré por dar una información razonablemente intemporal y representativa de una ciencia que avanza velozmente, sin descartar los resultados válidos de la investigación anterior y sin tratar tampoco de meter vino nuevo en odres viejos. (ULLMANN, 1964, p.13).

6.1 Contextualização e caracterização de Bréal segundo Ullmann

No capítulo de introdução, Ullmann define a Semântica como o estudo do significado da palavra. Esta definição dá continuidade à concepção proposta por Carnoy para quem a Semântica é a ciência do significado das palavras. Partindo dessa definição, o autor esboça um percurso histórico para a disciplina.

Esse percurso começa pela citação e análise de trechos de obras clássicas (Platão, Varrão, Tucídides, Salústio, Cícero, Horácio e Proclo) nas quais se percebe que os antigos já haviam se debruçado sobre questões referentes à mudança semântica (principalmente aquelas que seriam sintomas de mudanças mais profundas na mentalidade popular) e também se preocupavam com questões relativas ao sentido e ao uso das palavras.

Em seguida, Ullmann faz referência à “Filologia Comparada” e ao surgimento do termo lingüística (1826, em francês e 1837, em inglês) e, seguindo as correntes

alemãs do estudo do significado, explica como as lições de Reisig deram origem à Semasiologia. As investigações levadas a cabo com base em Reisig são classificadas como fazendo parte de um “período subterrâneo”, no qual os estudos empreendidos se restringiam a um círculo limitado de eruditos alemães. A não propagação da Semasiologia, explica Ullmann, possibilitou que Bréal pensasse ser sua idéia inédita:

[...] Desde 1825 aproximadamente el erudito clásico C. Chr. Reisig había empezado a desarrollar una nueva concepción de gramática. En sus lecciones universitarias [...] instituyó la ‘semasiología’ [...] Consideraba la ‘semasiología’ una disciplina histórica que trataría de establecer ‘los principios que rigen el desarrollo de la significación’ [...] la difusión de las nuevas ideas [...] se redujo, en lo esencial, a la erudición clásica en Alemania. Las dos primeras obras sobre el asunto, las del propio Reisig y su discípulo F. Haase, se publicaron ambas póstumamente, lo cual sugiere que aún no estaba muy difundido el interés por estas materias. No es sorprendente, por tanto, que cuando, varias décadas más tarde, Michel Bréal comenzó a pensar sobre los mismos temas sintió la impresión de que estaba iniciando un ciencia enteramente nueva ue todavía no poseía nombre. (ULLMANN, 1965, p.8).

Convém ressaltar que Ullmann considerava Bréal como aquele que, ao publicar o artigo “Les lois intellectuelles du langage”, dera início à segunda fase da semântica. Para Ullmann, Bréal não poderia ser considerado o fundador da Semântica, título que caberia ao semasiologista alemão:

[...] La segunda fase en la historia de la semántica empezó hacia 1880 y duró, a su vez, casi media centuria exactamente. Fue preludiada por un artículo publicado por Bréal en 1883: ‘...c’est sur le corps et sur la forme des mots que la plupart des linguistes ont exercé leur sagacité: les lois qui président à la transformation des sens, au choix d’expressions nouvelles, à la naissance et à la mort des locutions, ont été laissés dans l’ombre on n’ont été indiquées qu’en passant. Comme cette étude, aussi bien que la phonétique et la morphologie, mérite d’avoir son nom, nous l’appellerons la sémantique [...] c’est-à-dire, la science des significations.’ Resulta claro [...] que Bréal, como Reisig antes que él, consideraba la semántica como un estudio puramente histórico. Esta orientación siguió siendo característica del tema a lo largo de esta segunda fase: la mayor parte de los semanticistas daba por supuesto que su tarea primordial era estudiar los cambios de significado, explorar sus causas, clasificarlas según criterios lógicos, psicológicos y demás, y a ser posible, formular las leyes generales y las tendencias subyacentes. (ULLMANN, 1965, p.8).

Após fazer referência à segunda fase da Semântica, Ullmann descreve a terceira e última fase da disciplina, pautada em Saussure, cuja originalidade, segundo o linguista, repousa em dois pontos principais: a concepção de língua como uma totalidade organizada (língua como estrutura) e as noções de diacronia e sincronia sobre as quais afirma Ullmann:

[...] En este libro [Cours de linguistique générale], extraordinariamente rico en concepciones audaces y originales, había dos puntos en particular que revolucionaron la teoría y la práctica de los estudios lingüísticos. En primer lugar, Saussure rompió con la orientación histórica de la lingüística del siglo XIX y argumentó de modo convincente que hay dos formas de acceso al lenguaje, básicamente diferentes e igualmente legítimas: una descriptiva o ‘sincrónica’ [...], la otra histórica o ‘diacrónica’, que rastrea la evolución de sus varios elementos. Las dos formas de acceso son complementarias, pero bajo ninguna circunstancia deben ser confundidas [...].(ULLMANN,1965, p.10).

De acordo com Ullmann, a investigação semântica desenvolvida na segunda fase da Semântica estava totalmente pautada na adoção do ponto de vista diacrônico, em detrimento do sincrônico. Averiguamos, entretanto que, no **ES**, a definição do objeto de estudo da Semântica muda sensivelmente.

No texto introdutório ao ensaio, Bréal explicita quais são as tarefas a que se propôs, deixando claro que tudo o que será dito ao longo do ensaio serve também para o funcionamento atual da linguagem:

*[...] extrair da lingüística o que dela ressalta como alimento para a reflexão e – **não temo acrescentar – como regra para nossa própria linguagem**, visto que cada um de nós colabora com sua parte pra a evolução da fala humana. Eis o que merece ser trazido à tona, eis o que tentei fazer neste volume. (BRÉAL, 1992 [1904], p 17).*

Notamos, inclusive, que o fato de Bréal afirmar que não temia propor que o estado atual das línguas também servia como “alimento para a reflexão” indica que o autor tinha consciência de que tal ponto de vista seria considerado como algo extravagante pelos leitores aos quais o **ES** estava destinado. Considerando as características imputadas por Ullmann à segunda fase da Semântica, a novidade do ponto de vista brealino não foi notada.

Talvez esse fato se explique em virtude de, em sua maioria, os exemplos utilizados por Bréal, como evidência para os conceitos propostos em seu ensaio, ilustrarem a evolução histórica das línguas clássicas e das européias, notadamente, o francês, o inglês e o alemão. Considerando, ademais, que a repetição de dado processamento mental da linguagem por parte do usuário do idioma é que determinará a mudança de significado, não se pode concebê-la senão de uma perspectiva diacrônica. Eis as razões pelas quais muitos entenderam que se tratava de questões exclusivamente históricas.

A interpretação do ensaio por Ullmann indica-nos que também não mereceu igual atenção do lingüista o fato de o processamento mental da linguagem exigir que algo seja dito/ escrito por alguém a outrem que ouve / lê, fenômeno que ocorre, sincronicamente, no tempo presente da audição ou leitura.

Se as leis postuladas por Bréal atuam tanto no aqui e agora da enunciação quanto histórica e diacronicamente, entendemos que elas são pancrônicas, isto é, são princípios válidos tanto na sincronia quanto na diacronia, são universais²³. As evidências textuais expostas a seguir indicam que a proposta brealina de Semântica é pancrônica e não exclusivamente diacrônica, como afirmava Ullmann.

Verificamos que no capítulo que trata da Lei de Especialidade há exemplos oriundos das diversas fases de evolução da língua latina. O uso desses exemplos é fundamental para o entendimento da referida lei, pois se trata de uma tendência que muda o significado das palavras de modo gradativo, sendo perceptível apenas a longo prazo. Em que pese a diacronia inerente ao funcionamento dessa lei, a atitude do falante que dá início ao processo é a-temporal, uma vez que foi atuante no passado e continua vigente nos dias de hoje.

A universalidade dessa atitude é descrita no trecho a seguir no qual se explica a causa da Lei de Especialidade pela vontade humana, cuja atuação se dá no momento de interlocução quando o falante faz determinada escolha lexical:

[...] a lei de especialidade. Uma tendência do espírito que se explica pela necessidade de clareza, é a de substituir por expositores invariáveis, independentes, expositores variáveis, dependentes. Há aí uma tendência, de acordo com o objetivo geral da linguagem, que é de se fazer com o mínimo de dificuldade, quero dizer com o menor esforço possível. (BRÉAL, 1992, [1904], p.24).

No capítulo seguinte, Bréal fornece uma explicação sobre a lei de repartição que, a nosso ver, também aponta para a pancronicidade. Trata-se de uma descrição de como se dá o processamento da linguagem na memória do usuário, fenômeno que, por ser atuante em qualquer momento em que há aprendizado de novas palavras, não pode ser

²³ O conceito de pancronia por nós utilizado ainda que não seja totalmente equivalente, pode ser relacionado ao proposto no **Curso de Lingüística Geral** de Saussure como lei universal: “Haverá, na língua, leis no sentido em que as entendem as ciências físicas e naturais, isto é relações que se verificam em toda parte e sempre? Numa palavra, não se poderá estudar a língua do ponto de vista pancrônico? Sem dúvida”. SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. Chelini; Pais e Blinkstein (trads.) São Paulo: Cultrix, 1975, p.111–112. Esclarecemos que a diferença entre o conceito saussuriano e o nosso reside na não assunção de que princípios pancrônicos sejam semelhantes às leis da física ou da biologia, já que seguimos o conceito de lei proposto por Bréal.

caracterizado como oriundo de uma perspectiva exclusivamente diacrônica:

[...] Para tomar lugar em nosso espírito, as palavras novas têm necessidade de serem associadas a alguma palavra de sentido próximo. O povo possui, portanto, seus sinônimos que ele dispõe e subordina segundo suas idéias. À medida que ele aprende palavras novas, ele as insere entre as palavras que já conhece. [...] (BRÉAL, 1992, [1904], p.35).

Ao final do capítulo, a afirmação do lingüista de que a Lei de Repartição é sempre atuante e funciona como princípio organizador do léxico constitui uma evidência inequívoca de que a referida lei também atua sincronicamente :

Nada no fundo é mais natural nem necessário que a repartição, pois nossa inteligência recolhe as palavras de diferentes épocas, diferentes meios, e ela não ficará livre da mais absoluta confusão se não colocar aí uma certa ordem. **O que fazem sabiamente os recolhedores de sinônimos, nós o fazemos a toda hora.** (grifos da pesquisadora). (BRÉAL, 1992 [1904], p.37).

Outro conceito que também se reveste de pancronicidade é o de falsa percepção, por pressupor a comparação da interpretação atual de determinada parte de uma palavra por parte dos usuários do idioma com a história da palavra. Tal pressuposição indica-nos que Bréal levava em consideração tanto a sincronia quanto a diacronia, isto é, adotava um ponto de vista pancrônico:

[...] O povo tem o sentimento da utilidade, mas jamais o cuidado com a história. Ele emprega o que tem, se ocorrem perdas, ele utiliza o que lhe resta. Atribui sentido a sílabas que não o tinham. A percepção é então falsa do ponto de vista **da história, mas apenas do ponto de vista da história.** (BRÉAL, 1992, [1904], p. 51, grifos nossos).

A seguir, apresenta-se um exemplo oriundo da língua alemã, num trecho em que também notamos a importância da sincronia para o entendimento do conceito de falsa percepção; e, o que não é de menor importância, a constatação de que, no exemplo citado, é o entendimento atual das palavras que comanda sua análise morfológica e não a história da língua, pois esta não exerce qualquer influência na gramática do alemão moderno:

Quando se diz que *Kind* é, no plural *Kind-er*, se dá a entender que *er* é a desinência do plural.[...]. Pode-se dizer que o sentimento que faz hoje reconhecer em *Kind-er*, *Weib-er*, *Häus-er* uma desinência de plural é, do ponto de vista da história, uma falsa percepção, o que não impede que ela tenha se tornado uma desinência regular da língua. (BRÉAL, 1924, p.57).

No tocante ao processamento da linguagem, constatamos haver, na segunda parte do ensaio, passos nos quais a descrição desse processo evidencia sua natureza necessariamente sincrônica.

No capítulo sobre as supostas tendências das palavras, Bréal explica o uso do eufemismo com base na intenção do falante, ao escolher as palavras, e na ação interpretativa do ouvinte. Desnecessário dizer que ambos procedimentos não ocorrem senão sincronicamente:

A pretensa tendência pejorativa é o efeito de uma disposição muito humana que nos leva a esconder, a atenuar, a disfarçar as idéias desagradáveis, ofensivas ou repulsivas [...]. Há apenas uma necessidade de controle, uma precaução para não chocar – precaução sincera ou fingida, e que não é útil por muito tempo, pois o ouvinte vai buscar a coisa por detrás da palavra e não tarda a nivelá-la. (BRÉAL, 1992 [1904], p. 77 e 78).

Outro passo em que verificamos haver referência explícita ao processamento da linguagem no decorrer da interlocução é o do primeiro parágrafo do capítulo sobre a Restrição de Sentido, no qual Bréal explica porque nem falantes nem ouvintes percebem o desajuste entre coisa e nome durante a interlocução:

Um fato que domina este capítulo é que nossas línguas [...] são condenadas a uma perpétua falta de proporção entre a palavra e a coisa. A expressão é tanto demasiada ampla quanto demasiada restrita. Não nos apercebemos dessa falta de ajuste, porque a expressão, para aquele que fala, corresponde em si mesma à coisa, graças ao conjunto de circunstâncias, graças ao lugar, ao momento à intenção visível no discurso, e porque o ouvinte, que é sempre metade em toda linguagem, a atenção indo direto ao pensamento sem se deter no valor literal, a restringe ou a estende segundo a intenção daquele que fala. (BRÉAL, 1992, [1904], p.81).

Adiante, Bréal sustenta que a polissemia não resulta em sentidos contraditórios, reportando-se, outra vez, ao processamento da linguagem, sincrônico por natureza:

Perguntar-se-á como esses sentidos não se contradizem um ao outro. Mas é preciso atentar que as palavras são colocadas cada vez num meio que lhe determina antecipadamente o valor [...]. Não se tem mesmo o trabalho de suprimir os outros sentidos das palavras: esses sentidos não existem para nós, eles não transpõem o limiar de nossa consciência. É assim para a maioria das pessoas, e deve ser assim, a associação das idéias se fazendo em conformidade com o fundo das coisas e não segundo o som. O que dizemos daquele que fala não é menos verdade para aquele que escuta. Ele está na mesma situação; seu pensamento segue, acompanha ou precede o pensamento de seu interlocutor. Ele fala interiormente ao mesmo tempo que nós; não está mais exposto que nós a se deixar perturbar por significações

colaterais que dormem no mais profundo de seu espírito. (BRÉAL, 1992, [1904], p.104).

No artigo intitulado “A História das Palavras”, anexado ao ensaio em sua terceira edição, Bréal refere-se novamente ao processamento mental da linguagem em uso, o que comprova nossa análise :

[...] Como essa multiplicidade de sentido [a polissemia] não produz nem obscuridade nem confusão? É que a palavra chega preparada pelo que a precede e pelo que a rodeia, comentada pelo tempo e lugar, determinada pelos personagens que estão em cena. Coisa admirável! Não há mais que um sentido, não só para aquele que fala, mas ainda para aquele que escuta, pois há uma maneira ativa de escutar que acompanha e previne o orador. Basta entrar de improviso numa conversação já começada, para ver que as palavras são por elas mesmas guias pouco seguros, e que elas têm necessidade desse conjunto de circunstâncias, o qual, como a clave em música, fixa o valor dos signos. (BRÉAL, 1992, [1904], p.185).

Bréal também propõe a abreviação de expressões com manutenção de seu significado original como uma causa particular de polissemia. Para comprovar esse fenômeno, o lingüista elenca exemplos contemporâneos e acrescenta, a seguir, exemplo oriundo do latim clássico. Conforme evidenciam os exemplos, trata-se de um fenômeno ocorrido no passado que também ocorre atualmente, o que caracteriza o fenômeno como pancrônico:

[...] Em todas as situações, em todas as profissões, há uma certa idéia tão presente no espírito, tão claramente subentendida, que parece inútil enunciá-la no discurso [...] O geômetra fala de *la perpendiculaire* (a perpendicular), de *l'oblique* (obliquo), de *la diagonale* (diagonal) [...] A família, para os romanos – *familia* – compunha-se de crianças e de escravos daí os dois adjetivos *liberie* e *famuli*. Ambos, em tempos imemoriais, tornaram-se substantivos. (BRÉAL, 1992, [1904], p.108 -109).

Bréal ainda faz referência ao processamento da linguagem para explicar abreviações ocorridas no século XVII; ato seguido, acrescenta um exemplo contemporâneo. Em ambos os casos, há referência ao momento da interação, sincrônico por natureza. Tal como no caso supracitado, trata-se de um processo que ocorre na pancronia:

[...] Em presença de um ouvinte que está a par das coisas, é natural que se suprima o que se entende por si. No século XVI, a expressão *uma mulher possessa* não se prestava a nenhuma dúvida: era uma mulher possuída pelo demônio. Quando, em artigo de tribunais, os jornais franceses anunciam *une*

affaire de moeurs, o leitor compreende que se trata de um atentado aos costumes. (BRÉAL, 1992, [1904], p.108-109).

No artigo sobre a história das palavras, há alguns exemplos contemporâneos de abreviação e a afirmação de que o fenômeno ocorre tanto no presente quanto no passado o que confirma que a abreviação de expressões com manutenção de seu sentido original é um fenômeno pancrônico:

[...] Nos livros de direito, trata-se de um certo gênero de empréstimo que se chama *prêt à la grosse*: esse adjetivo poderia nos deixar iludidos por muito tempo, se não aprendêssemos em outro lugar que se tratava do empréstimo *à la grosse aventure*, espécie de contrato que se aplicava aos riscos a que estamos expostos no mar. Quanto mais se está a par de uma profissão ou de um gênero de vida, ou ainda quanto mais se deseja parentar isso, mais se usará essa língua estenográfica [...]. Um homem atualizado assiste a todas as *premières* [...]. Esses exemplos são tomados bem perto de nós, tomados de empréstimo da linguagem de hoje e de ontem. (BRÉAL, 1992, [1904], p.190).

Analizamos alguns trechos pontuais do **ES** para mostrar que há indicações claras de que a Semântica de Bréal estava longe de ser exclusivamente diacrônica, já que também abarcava o estudo sincrônico. De fato, as evidências textuais compiladas indicam-nos que, em seu ensaio, há a adoção de um ponto de vista mais pancrônico que diacrônico, viés relegado por Ullmann.

Considerando que Ullmann sublinhou apenas o viés diacrônico do **ES**, podemos concluir que o lingüista teve uma visão reducionista da proposta brealina. É verdade que Bréal defendera ser a lingüística uma disciplina histórica, entretanto, como se verá a seguir, esse termo não pode ser entendido como equivalente a diacrônico em detrimento do sincrônico, mas sim como relativo ao caráter humanístico da lingüística.

No último capítulo do **ES**, Bréal se reporta à polêmica, então em voga, sobre a lingüística ser uma ciência natural ou histórica, momento em que defende a historicidade da lingüística em geral e, particularmente, da Semântica:

[...] Com mais razão, a semântica pertencerá à ordem das pesquisas históricas. Não há uma única mudança de sentido, uma única modificação da gramática, uma única particularidade de sintaxe que não deve ser considerada como um pequeno acontecimento da história [...]. (BRÉAL, 1992, [1904], p.168).

Pelo que depreendemos do último capítulo do ensaio e do terceiro artigo anexado à publicação, o termo “histórico” é usado no sentido de “fazer parte das

ciências humanas", em oposição ao termo *natural* que designava o que hoje se entende por "ciências biológicas".

A expressão "acontecimento histórico" (BRÉAL, 1992, p. 168), por sua vez, pode ser entendida de duas maneiras:

- a) a mudança ocorre segundo as circunstâncias da interlocução pautadas pelas leis intelectuais da linguagem, incluindo-se, aí, conhecimento, cultura e expectativas do falante e do ouvinte.
- b) a mudança só se configura quando se observa a evolução semântica de dada unidade da língua ao longo do tempo.

As observações de Ullmann sobre os estudos semânticos posteriores à publicação do **ES**, isto é, referentes à terceira fase da lingüística que se caracteriza pelo abandono da orientação histórica unilateral, levam a crer que a interpretação predominante para o entendimento da expressão "acontecimento histórico" foi a "b" em detrimento da "a". Deve-se notar, entretanto, que ambas as interpretações são válidas e estão de acordo com as pretensões de Bréal. Ressaltamos, ainda, que o fato de as interpretações serem concomitantemente válidas evidencia sobremaneira o carácter pancrônico do ensaio.

6.2 Demais referências ao ES

Em Ullmann, a primeira referência a Bréal no corpo de sua obra surge no sexto capítulo, dedicado ao estudo da sinonímia. Após citar Bloomfield, para quem uma diferença fonética pressupõe uma diferença de significado²⁴, Ullmann adverte que, muito antes da proposta desse estruturalista norte-americano tratar do fenômeno, Bréal já o havia feito:

[...] Mucho antes que Bloomfield, Bréal había hablado de una 'lei de distribución' en el lenguaje, según la cual 'palabras que debieran ser sinónimas, y que lo fueron en el pasado, han adquirido significados diferentes y ya no son intercambiables [...]. (ULLMANN, 1962, p.159).

Notamos que, assim como na introdução Ullmann mostrara ser Reisig e não Bréal o fundador da Semântica, neste passo, a citação a Bréal serve para evidenciar que

²⁴ Essa proposição faz lembrar o paralelismo entre o plano do conteúdo e o plano de expressão proposto por Hjelmslev, autor presente nas referências bibliográficas utilizadas por Ullmann, mas que não é citado no referido capítulo.

a idéia da “Lei de Distribuição”, termo criado por Bloomfield com base nos fundamentos do Estruturalismo Norte-americano, já estava presente no **ES**.

A comparação entre o primeiro sub-texto do capítulo seis de Ullmann – Diferenças entre os sinônimos – e o capítulo do **ES** referente à Lei de Repartição mostra-nos em que medida o lingüista inglês compartilha os postulados de Bréal.

Constatamos que Ullmann e Bréal concordam em que a existência de sinônimos contradiz a percepção dos usuários do idioma para os quais não há palavras idênticas e também estão de acordo quando explicam que a crença de que não há sinônimos decorre do fato de a linguagem não ser utilizada apenas para o intercambiar de idéias, mas também para a expressão dos sentimentos:

[...] o povo [...] admite a existência de uma repartição: ele não acredita que haja na língua termos absolutamente idênticos. Tendo o sentimento de que a linguagem é feita para servir à troca de idéias, à expressão dos sentimentos, à discussão dos interesses, ele se recusa a crer em uma sinonímia que seria inútil e perigosa [...] . (BRÉAL, 1992, [1904], p.33)

[...] es perfectamente cierto que la sinonimia absoluta se opone a nuestro modo general de considerar el lenguaje. Cuando vemos palabras diferentes, suponemos instintivamente que debe haber también alguna diferencia en el significado, y en la inmensa mayoría del os casos hay, en efecto, una distinción, aunque quizá sea difícil formularla. Muy pocas palabras son completamente sinónimas en el sentido de ser intercambiables en cualquier contexto sin la más leve alteración del significado objetivo, el tono sentimental o el valor evocativo [...]. (ULLMANN, 1962, p.160).

Apesar dos pontos em comum, uma leitura mais acurada dos trechos mostra-nos algumas divergências. Ullmann, para negar a existência de sinonímia, parte do pressuposto distribucional, noção estranha aos postulados brealinos. Menciona também o valor evocativo das palavras que estão além de seu significado objetivo, o que pressupõe a distinção entre o significado objetivo e o subjetivo ou expressivo, tal qual proposta pela Estilística. Cumpre advertir que essa diferenciação não é equiparável àquela esboçada por Bréal quando diferenciava os aspectos subjetivos e objetivos da linguagem, se bem que essa distinção possa ter influenciado os estudos de Bally.

Observamos que os posicionamentos de Ullmann e de Bréal são semelhantes, mas não exatamente idênticos. De um lado, percebemos que o tom sentimental das palavras a que se refere Ullmann equivale ao que Bréal afirma quando diz que o povo tem a percepção de que a linguagem serve para a expressão do sentimento. De outro, constatamos não haver, na obra inglesa, qualquer referência à concepção brealina segundo a qual uso da linguagem é interessado.

Em um aspecto, todavia, verificamos que os dois lingüistas não estão de acordo quanto ao valor atribuído às línguas de especialidade e à linguagem popular. Bréal desaprova as repartições feitas artificialmente pelos eruditos, defendendo a superioridade das distinções feitas espontaneamente, isto é, colocando a linguagem popular acima da linguagem de especialidade. Ullmann, por sua vez, considera um erro afirmar a inexistência de sinônimos, já que existe sinonímia nas línguas de especialidade. Inferimos da descrição da linguagem técnica feita pelo lingüista inglês que a linguagem técnica não é posta em pé de igualdade com a linguagem popular, pois a primeira é colocada num patamar ligeiramente superior:

[...] sua opinião [do povo] de que não há sinônimos faz com que, em verdade, os sinônimos não existam por muito tempo [...] O que lançou descrédito sobre essa posição foram as distinções ensaiadas no silêncio dos gabinetes pelos pretensos doutores em língua, que ninguém convidara para essa tarefa. Não há boas distinções a não ser aquelas que se fazem sem premeditação, sob a pressão das circunstâncias, por súbita inspiração e diante de uma necessidade real, por aqueles que tiveram relação com as próprias coisas [...]. (BRÉAL, 1992, [1904], p.33).

[...] sería erróneo negar la posibilidad de la sinonimia completa. Bastante paradójicamente, la encontramos donde menos se esperaría: en las nomenclaturas técnicas. El hecho de que los términos científicos estén precisamente delimitados y sean emocionalmente neutros nos permite hallar, de una manera muy definida, si dos de ellos son completamente intercambiables, y la sinonimia absoluta no es, en modo alguno, infrecuente [...] Una forma distinta de sinonimia resulta de la coexistencia de términos nativos y grecolatinos en ciertas nomenclaturas[...]. (ULLMANN, 1962, p.159-160).

Para além da maneira pela qual cada autor avalia a linguagem popular e as línguas de especialidades, outras diferenças surgiram quando comparamos como cada um dos lingüistas explica a diferenciação entre sinônimos.

Para Bréal, a distinção entre sinônimos é resultado de uma comparação prévia entre dois conceitos. Essa distinção pode ser favorecida por circunstâncias como o contacto entre dois povos que falam línguas distintas (neste caso, o idioma considerado superior terá seus termos melhorados, enquanto o outro verá suas palavras depreciarem) e a aprendizagem de palavras novas por parte do usuário do idioma.

Ullmann, por sua vez, baseia-se, fundamentalmente, na distinção entre registros (um termo é mais coloquial ou mais profissional que outro, por exemplo) e no valor expressivo das palavras (um termo pode ser avaliativo e outro neutro, um pode ser mais evocativo ou emotivo que outro, por exemplo), utilizando-se, portanto, dos

fundamentos da Estilística. É de se notar, também, que, para análise da língua inglesa, são desconsideradas as distinções baseadas em variantes dialetais ou na “linguagem infantil”.

Bréal menciona as descrições feitas por Gillerón a respeito das transformações resultantes da invasão da língua francesa num patoá da Suíça, para mostrar como a comparação dá origem à distinção entre sinônimos. Ullmann, por sua vez, aconselha, como metodologias seguras, a comutação (proposta pelo Estruturalismo), a comparação entre os antônimos de um termo e os de outro (metodologia utilizada por Carnoy em seu tratado, porém, não referenciada por Ullmann ao longo do texto) e a ordenação de sinônimos em série. Bréal e Ullmann também diferem notadamente quando avaliam a análise da sinonímia levada a cabo pelos lexicógrafos.

Nesse caso, Bréal sustenta que a análise feita pelos lexicógrafos para delimitar os sinônimos de dada palavra não difere nem em qualidade, nem em natureza do processamento da linguagem por repartição feita normalmente pelo usuário do idioma: “O que fazem sabiamente os recolhedores de sinônimos, nós o fazemos a toda hora...” (BRÉAL, 1992, [1904], p.37).

Ullmann, por sua vez, descreve apenas o trabalho dos lexicógrafos, a seu ver, somente superado pela análise dos moralistas do século XVIII. Afirma que a análise empreendida por eles não é feita pelo usuário comum do idioma e sustenta que o trabalho empreendido por esses moralistas influenciou positivamente a língua francesa tornado-a mais precisa:

[...] Las distinciones entre los sinónimos son un gran desafío a la ingeniosidad del lexicógrafo. Para muchas lenguas existen diccionarios especiales de sinónimos; en Francia, en particular, hay una larga tradición de ellos [...] recientemente, la tradicional sinonimia de las dos palabras para designar ‘río’, fleuve y rivière, ha sido resuelta reservando fleuve para un río que desemboca en el mar, mientras que una rivière desagua en otro río. De más es decir que los interlocutores ordinarios no siempre cumplen estas reglas sofisticadas, ni siquiera las conocerán, y en cualquier caso no hay nada parecido a la uniformidad en los diccionarios. Con todo estos ejercicios de análisis lógico han aguzado ciertamente el sentido de los franceses para los matices más finos de su idioma; de hecho, [...] mucho de los celebrados moralistas del siglo XVIII aplicaron, en una forma más ingeniosa y más literaria, el mismo método que los sinonimistas. (ULLMANN, 1962, p.163, grifos nossos.).

A questão da diferenciação entre sinônimos também é mencionada no oitavo capítulo da obra, quando Ullmann trata da natureza da mudança semântica. Após

criticar a segunda fase da Semântica, pela falta de busca das causas da mudança, Ullmann questiona uma lei semântica proposta por Stern, em obra publicada em 1931, usando como argumento “o processo de analogia ou irradiação sinonímica”, assunto discutido ao longo do capítulo que trata da diferenciação de sinônimos:

[...] Si la fórmula del profesor Stern es realmente válida, entonces tuvo razón al pretender que [...] ‘Esta lei’ tiene la forma de una ley de los sonidos [...]. Es lícito preguntar, sin embargo, si puede aceptarse esto como una lei semántica genuína. Los desarrollos de sentidos paralelos no surgen espontáneamente: las diversas palabras tienen que haber influido unas sobre otras, en virtud del proceso de analogía o “irradiación sinonímica” que se discutió en el capítulo 6 (págs. 159 y sgs.). (ULLMANN, 1964, p.254).

Outra referência à lei de diferenciação de sinônimos, encontra-se em :

[...] Algunos lingüistas han apuntado más alto aún y han tratado de identificar ciertas tendencias generales que gobiernan el cambio semántico. Uno de los primeros experimentos de esta clase fue la ‘lei de diferenciación de sinónimos’ de Bréal, que ya ha sido mencionada (pág.159) [...]. (ULLMANN, 1964, p.255-256).

Em todas as referências citadas, Ullmann faz menção à diferenciação de sinônimos e nada comenta sobre os outros aspectos da lei de repartição, fazendo-nos perceber que houve, de sua parte, uma visão reducionista dessa lei. Considerando, pois, apenas o que diz respeito à sinonímia, a análise por nós empreendida conduziu-nos à seguinte conclusão: apesar de partirem dos mesmos pressupostos (a inexistência de sinônimos na mentalidade dos usuários do idioma e a convicção de que a linguagem serve não só à expressão de idéias, mas também à expressão de emoções) o estudo da sinonímia proposto por Ullmann não equivale ao que é proposto no **ES**.

Essa disparidade decorre menos devido a cada um sustentar posicionamentos opostos com relação à linguagem popular e ao trabalho dos lexicógrafos do que pelo fato de Ullmann ter por fundamentação teórica o Estruturalismo Norte - Americano e a Estilística de Bally, escolas lingüísticas que se desenvolveram décadas após a publicação do **ES**. Tal fundamentação teórica é justamente o que caracteriza o trabalho de Ullmann como pertencente ao que ele descreve como sendo “a terceira fase da semântica”.

Outro tópico que, por estar presente nas obras de ambos os autores, evidencia as semelhanças e diferenças entre Ullmann e Bréal é o da multiplicação e não univocidade

do significado. No **ES**, esse assunto é estudado no capítulo referente à polissemia, tema que, no manual de semântica, aparece no capítulo que trata da ambigüidade das palavras.

No referido capítulo, Ullmann propõe que a ambigüidade se configura ou por polissemia ou por homonímia – lembramos que, em Bréal, estas noções são vistas indistintamente como polissemia. Na parte que Ullmann trata especificamente das fontes de polissemia, todas as fontes citadas, com exceção da reinterpretação de homônimos, estão descritas no ensaio, ainda que apenas uma, a linguagem abreviada dos especialistas, tenha sido explicitamente filiada a Bréal :

2) Especialización de un medio social – Michel Bréal llamó la atención sobre el hecho de que la polisemia surge a menudo en virtud de una especie de taquigrafía verbal. ‘En cada situación cada oficio o profesión – escribía-, hay una cierta idea que se tiene tan presente en la mente, tan claramente implícita, que parece innecesario declamarla cuando de habla’ (Essai de sémantique, página 154) [...]. (ULLMANN, 1964, p.182).

Ullmann ainda faz mais uma referência a essa fonte de polissemia, embora não seja uma referência explícita a Bréal. Uma vez que os conceitos são idênticos, acreditamos que o autor fez uso do postulado brealino:

La causa más frecuente de la restricción es la especialización del significado en un grupo social particular. La más de las veces esto dará meramente lugar a la polisemia (véase anteriormente, págs.161 y sgs), pero también puede reducir de modo permanente el alcance de la palabra en su conjunto [...].(ULLMANN, 1964, p.258).

Nota-se que, no capítulo sobre a ambigüidade das palavras, Bréal é novamente citado por Ullmann por ser considerado uma voz dissonante ao defender que a polissemia é vantajosa, sendo indício de superioridade de uma língua e por ter descrito a contento como a polissemia não estorva o funcionamento normal da linguagem:

Aristóteles [...] criticó severamente la polisemia.[...] Desde entonces. Los filósofos han competido unos con otros en denunciar la polisemia como un defecto del lenguaje y como un obstáculo capital para la comunicación e incluso para el pensamiento claro. Ocasionalmente hubo algunas voces disconformes. Según Bréal, Federico el Grande, que era un ardiente admirador del francés, veía en el significado múltiple una señal de la superioridad de este lenguaje. El propio Bréal se inclinaba a concordar con el rey. “Cuantos más significativos ha acumulado una palabra – escribía- tantos más aspectos diversos de la actividad intelectual y social es capaz de representar’(op. cit., pág.144) [...]. (ULLMANN, 1964, p.189).

¿Cómo funciona este delicado mecanismo en la práctica? La principal garantía de su funcionamiento normal es la influencia del contexto. Por muchos que sean los significados que tenga una palabra en el diccionario, no habrá confusión alguna si solo uno de ellos puede tener sentido en una situación dada. Citando de nuevo a Bréal, 'ni siquiera hemos de excluir los demás significados de la palabra: estos significados no surgen ante nosotros, no cruzan el umbral de nuestra conciencia. (ULLMANN, 1964,p. 145).

Comparamos a totalidade das afirmações feitas pelos dois autores a respeito da polissemia e percebemos algumas divergências. Para Bréal, o contexto e o funcionamento da linguagem, no qual ouvinte e falante são igualmente atuantes, impedem que haja ambigüidade. Ullmann, por sua vez, desconsidera um pouco este caráter interativo da linguagem e admite haver casos em que existem duas interpretações possíveis para uma frase dentro de um mesmo contexto. Por esse motivo, ao longo de sua exposição, há uma investigação detalhada dos meios lingüísticos utilizados pelos usuários, para diminuir a ambigüidade potencial de certos enunciados. Outro aspecto em que há divergência, entre Ullmann e Bréal, diz respeito à consideração, por parte de Ullmann, da multiplicação do significado via uso de expressões não totalmente idênticas em virtude do grau de expressividade peculiar a cada expressão.

Sintetizando os aspectos divergentes, podemos afirmar que Ullmann se diferencia de Bréal por incluir em seu manual de semântica, os resultados das investigações lingüísticas empreendidas na primeira metade do século XX – os conceitos oriundos da Estilística, os estudos quantitativos de G.K. Zipt publicados em 1945 e 1949 (ULLMANN, 1964, p.190) e o conceito de ambigüidade proposto por W.Empson em obra publicada em 1949 – e também por propor fontes lingüísticas para ambigüidade (ULLANN, p. 193 a 198).

Enquanto as divergências encontradas são, em boa parte, decorrentes da evolução dos estudos lingüísticos após a publicação do **ES**, os pontos de convergência revelam, como contribuições permanentes de Bréal aos estudos semânticos, ele ter sido o criador do termo *polissemia* (ULLMANN,1964, p.179); ter percebido, na linguagem abreviada dos especialistas, uma fonte de polissemia (p.182); ter sugerido que a polissemia é uma vantagem e não um defeito da linguagem como propusera Aristóteles e ter mostrado que o contexto impede que a multiplicação de sentido de uma palavra resulte em mal entendidos (p.189).

Outras referências a Bréal surgem no oitavo capítulo da obra, dedicado à mudança de significado. A primeira delas localiza-se após a introdução ao assunto. Nela Ullmann cita Sapir e destaca os fatores que mais facilitam a mudança semântica com base em Meillet e em pesquisas mais recentes, isto é, naquelas das décadas de 50 e 60 do século passado:

El cambio de significado monopolizó virtualmente la atención de todos los primeros semánticos. Se recordará que el fundador del semántica moderna, Bréal, y su precursor, Reisig, habían impuesto a la nueva ciencia la tarea de explorar las leyes que gobiernan el desarrollo de los significados [...]. (ULLMANN, 1964, p.221).

Outra menção surge um pouco mais adiante, quando Ullmann se dedica ao estudo das causas da mudança semântica e as classifica em quatro tipos: lingüística, histórica, social e psicológica.

Como primeira causa lingüística, Ullmann cita as associações que as palavras adquirem na fala e informa que esse processo já fora descrito no **ES** sob o nome de contágio. Conforme verificamos, a explicação do fenômeno faz juz à proposta brealina e os exemplos fornecidos pelo autor são os mesmos do ensaio - a evolução semântica das expressões francesas *ne....pas*; *ne...point*, *ne....personne*, *ne...rien* e *ne....jamais* - :

1) Causas lingüísticas. – Algunos câmbios semânticos son debidos a las asociaciones que las palabras contraen en el habla. La colocación habitual puede afectar permanentemente el significado de los términos en cuestión; en virtud de un proceso conocido desde Bréal como 'contágio', el sentido de una palabra puede ser transferido a otra sencillamente porque aparecen juntas en muchos contextos. Quizá el ejemplo más notable de esta tendencia sea la historia de la negación en el francés [...]. (ULLMANN, 1964, p.223).

Notamos que Ullmann faz uma citação indireta a Bréal quando, em seu manual, remete o leitor a uma referência anteriormente feita ao semanticista. Esta alusão ocorre após Ullmann ter descrito as tendências à especialização e à generalização de sentido que, conforme verificamos, são descritas tal qual faz Bréal no **ES**, embora o autor não as filie à obra brealina:

3) Causas sociales. – Cuando una palabra pasa del lenguaje ordinario a una nomenclatura especializada – la terminología de un oficio, un arte, una profesión o algún otro grupo limitado -, tiende a adquirir un sentido más restringido. Recíprocamente, las palabras adoptadas del lenguaje de un grupo por el uso común suelen ensanchar su significado. Hay así dos

tendencias socialmente condicionadas que operan en direcciones opuestas: la especialización y la generalización.

La especialización del significado en un grupo social restringido es un proceso extremadamente común; es, como ya hemos visto (págs.182 y sgs.), una de las fuentes principales de la polisemia. En algunos casos, el sentido especializado ha anulado por completo al más general, y el alcance de la palabra se ha estrechado considerablemente[...]. (ULLMANN, 1964, p. 225).

Descritas as causas da mudança semântica, Ullmann volta-se para a natureza da mudança. Propõe que toda mudança é causada por processos associativos entre sentidos ou entre nomes. Em ambos os casos, a associação pode ocorrer por semelhança, através de metáforas, ou por contigüidade, por meio de metonímias. Apesar de Bréal ter dedicado um capítulo à metáfora, constatamos que não há qualquer menção a ele no texto dedicado à semelhança de sentidos como causa de mudança. Em contrapartida, no texto dedicado à contigüidade de sentidos, Ullmann faz referências ao espessamento de sentido :

[...] Un rasgo interesante de la metonimia es que, a diferencia de la metáfora, tiende a dar a las palabras abstractas un significado concreto: el nombre de una acción representará su resultado; el nombre de una cualidad, la persona u objeto que la exhibe, etc. Bréal ha descrito gráficamente estos cambios como 'condensación del significado' (épaissement de sens). Hay incontables ejemplos de esta tendencia en diversas lenguas [...].(ULLMANN, 1962, p.248).

A comparação do que diferencia a metáfora da metonímia e dos exemplos fornecidos pelo lingüista, com a conceituação e exemplos presentes no **ES** mostra-nos que Ullmann utiliza a proposta brealina na íntegra e consegue encontrar, na língua inglesa moderna, exemplos equivalentes àqueles fornecidos por Bréal.

Lembramos que, com o objetivo de ilustrar como o nome de uma ação passa a representar o resultado dessa ação, Bréal citara vários exemplos latinos como a palavra *partio*: em princípio significava “apenas a ação de partir”, e depois passou a designar “aquilo que era partido”, isto é, “uma porção”. A nosso ver, Ullmann, tendo em vista o mesmo objetivo, encontra, em *binding*, um exemplo equivalente: a palavra inglesa significa tanto "o ato de encadernar" quanto "a encadernação". (ULLMANN, 1962, p.249).

Para mostrar que o nome de uma qualidade passa a designar "aquele que a possui", Ullmann fornece vários exemplos, entre eles, o uso do substantivo abstrato *orgulho* (idem) para referir-se a "um membro da família de quem os familiares se

orgulham". O uso de substantivos que denotam qualidades de modo concreto, i.e., fazendo referência a "um ser ou conjunto particular de seres", ressaltamos, fora apontado por Bréal quando explicou a evolução semântica da palavra latina *civitas* a qual passou a fazer referência ao "conjunto de pessoas consideradas cidadãos".

As últimas referências a Bréal, na obra de Ullmann, dizem respeito às mudanças na valorização das palavras para pior ou para melhor. Nessa referência, o lingüista inglês apropria-se das palavras do estudioso francês ao tratar das supostas tendências das palavras e da maneira pela qual os eufemismos deixam de ser considerados como tais:

Los desarrollos peyorativos son tan comunes en el lenguaje que algunos de los primeros semánticos los consideraban como una tendencia fundamental, un síntoma de una 'vena pesimista' en la mente humana. Bréal protestó vigorosamente contra esta asunción. 'La prétendue tendance péjorative – escribía – es l'effet d'une disposition très humaine qui nous porte à voiler, à déguiser les idées fâcheuses, blessantes ou repoussantes [...] Il n'y a pas là autre chose qu'un besoin de ménagement, une précaution, pour ne pas choquer – précaution sincère ou feinte, et qui ne sert pas longtemps, car l'auditeur va chercher la chose derrière le mot et ne tarde pas à les mettre de niveau'. [...] Como Bréal vio correctamente, el eufemismo, o el seudoeufemismo, es la fuerza motriz que hay detrás de muchos desarrollos peyorativos. Si un sustituto eufemístico cesa de perceberse como tal se queda directamente asociado con la idea que se proponía velar, esto dará por resultado una depreciación permanente de su significado [...]. (ULLMANN, 1962, p.261, grifos do autor).

Logo após essas referências, Ullmann trata de outros fatores que levam uma palavra a ter seu sentido piorado: a influência de certas associações e o preconceito humano, seja contra o estrangeiro, ou contra certa classe social ou mesmo profissional. Quanto à tendência meliorativa, Ullmann cita os fatores presentes no **ES** e inclui, nessa categoria, o que Bréal descrevera como enfraquecimento das palavras. Apesar dessa pequena discrepância, verificamos que tudo o que se refere às mudanças de caráter valorativo segue de perto as propostas brealinas.

6.3 Síntese

Em **Semantics an introduction to the science of meaning**, as primeiras referências a Bréal são de natureza histórica. Ullmann informa que o estudioso francês pensava ser o criador da Semântica por desconhecer o trabalho de seu precursor Reisig, erudito alemão que propôs o estudo semasiológico da linguagem. Apesar disso,

considerando o contexto francês, admite que Bréal foi pioneiro no estudo da semântica, haja vista seu artigo sobre as leis intelectuais da linguagem ter dado início à segunda fase da Semântica, dita histórica.

Ullmann afirma, com base no artigo de 1883, que o ponto de vista brealino era exclusivamente histórico. A nosso ver, a desconsideração da reformulação do objetivo da semântica, ocorrida quando da elaboração do **ES**, resultou numa distorção do ponto de vista defendido pelo semanticista em sua obra final, na qual afirma que a idéia do trabalho proposto no **ES** está centrada no que, em matéria de linguagem, seja a de hoje ou a de ontem, pode servir de alimento à reflexão no sentido de mostrar a atuação da vontade nas mudanças semânticas.

Ressaltamos que Bréal leva em consideração tanto o ponto de vista sincrônico quanto o diacrônico o que aponta para o viés pancrônico de suas propostas. Conforme pudemos verificar, a pancronicidade do **ES** evidencia-se, principalmente, no conceito de lei intelectual, pautada no processo da linguagem, sincrônico por natureza, e na premissa de que há mudança semântica em virtude da desproporção entre o nome e o que o usuário tenta transmitir por meio dele. Outras evidências da adoção de um ponto de vista pancrônico por parte de Bréal podem ser encontradas em certos aspectos funcionais da lei de repartição, das falsas percepções, do eufemismo e da abreviação como fonte de polissemia. Além disso, a explicação fornecida por Bréal, segundo a qual a polissemia não prejudica em nada a comunicação, não resultando em mal-entendidos, também é de natureza pancrônica.

Apesar dessa distorção do ponto de vista defendido por Bréal, constatamos que as demais referências de Ullmann ao **ES** são pertinentes. O lingüista menciona a diferenciação entre sinônimos, a polissemia, suas fontes e seu modo de funcionamento. Com relação à polissemia, cumpre advertir que Ullmann, à diferença de Bréal, defende haver casos nos quais, apesar da influência do contexto a ambigüidade persiste. Outros postulados brealinos referendados por Ullmann são o espessamento de sentido, as supostas tendências das Palavras e, de um modo menos explícito, as leis de especialização e de extensão do significado.

6.4 Ullmann e Carnoy

A análise das referências a Bréal na obra de Ullmann revelou-nos que o lingüista inglês tem conhecimento razoável do **ES**, principalmente no que se refere à segunda parte do tratado na qual se localiza a quase a totalidade de suas referências a Bréal e se observa uma atitude de respeito a seus postulados.

Comparando o posicionamento de Ullmann com o de Carnoy, chamou-nos a atenção a atitude continuísta do primeiro e o seu maior apreço pelo fundador da Semântica na França. Enquanto Carnoy fez referência a três postulados brealinos, quais sejam: a lei de especialidade, o espessamento de sentido e a lei de repartição, Ullmann (excluindo-se a lei de repartição vista por esse lingüista apenas como uma tendência de palavras sinônimas se diferenciarem entre si), faz menção também à polissemia e às suas fontes, ao contágio, às supostas tendências das palavras e às leis de extensão e de especialidade.

Notamos também que Carnoy e Ullmann enfatizaram a segunda parte do ensaio em detrimento das demais e partiram do pressuposto de que a Semântica trata do significado lexical das palavras nocionais, deixando de fora do escopo da disciplina o estudo das unidades maiores ou menores que a palavra bem como o estudo do significado gramatical das palavras, convergência que indica a consolidação da Semântica como disciplina Lexical.

Outro aspecto no qual Carnoy e Ullmann convergem diz respeito à fundamentação teórica utilizada por eles. Verificamos que ambos se baseiam nas dicotomias saussurianas língua-fala e sincronia-diacronia, concebem a língua como sistema e utilizam os preceitos da Estilística postulada por Bally.

Pelo que pudemos constatar, há vários pontos em comum entre Ullmann e Carnoy. Além disso, alguns trechos do **ES** foram comentados por ambos. Não obstante essas afinidades, Ullmann cita Carnoy apenas uma vez. Após afirmar que a segunda fase da semântica se caracterizou por ter, como tarefa fundamental, a descrição de leis que dessem conta da evolução dos significados, Ullmann critica-o ao afirmar que a escassez de dados empíricos e a falta de conhecimento sobre como se davam as transformações acabaram por esterilizar a investigação da época, embora tenha contribuído para um melhor entendimento do funcionamento semântico da linguagem:

[...] Hasta comienzos de los años treinta, la labor en este campo se centró casi exclusivamente sobre dos problemas: la clasificación de los cambios de

significado y el descubrimiento de las leyes semánticas. La búsqueda de “leyes” alcanzó un éxito muy limitado, y el celo clasificatorio dio por resultado un cierto número de ambiciosos esquemas contruidos sobre endebles datos empíricos; fue según observó acremente un lingüista, como si alguien intentase idear una clasificación comprensiva de las plantas, mientras que su propio conocimiento se redujera al álamo, la margarita y las setas. Hay que conceder, sin embargo, que esas clasificaciones primerizas con frecuencia mostraban una notable ingeniosidad, y que hicieron una contribución sustancial a nuestra mejor comprensión de los procesos semánticos. Los dos esquemas más sobresalientes fueron los propuestos por los profesores Carnoy y Stern, notable el primero por la extraordinaria riqueza de sus subdivisiones, y el segundo por su claridad, su sólida documentación y el sano empirismo que lo informaba [...]. (ULLMANN, 1962, p.221).

Chamou-nos a atenção Carnoy ser citado como um dos melhores representantes da chamada Semântica Histórica. Note-se que o fato de Bréal e Carnoy compartilharem o objetivo de expor regularidades nas mudanças semânticas levou Ullmann a afirmar que Carnoy fazia parte da corrente teórica que teve início em 1883, após a publicação do artigo de Bréal sobre as leis intelectuais da linguagem. Ressaltamos que a avaliação de Carnoy por parte de Ullmann corrobora a análise que fizemos das referências a Bréal ao longo do tratado de Carnoy, análise que mostrou, entre outras coisas, que ambos tentaram postular princípios gerais que dessem conta da mudança do significado e da nuances de sentido.

Importa-nos ressaltar que, apesar de Ullmann não se ter comparado com Carnoy, o cotejo dos conceitos teóricos por eles utilizados revela muitas afinidades: ambos se basearam no Estruturalismo e na Estilística de Bally e consideram o signo não como a união de um significante a um significado, mas sim como um símbolo. Tais convergências seriam suficientes para classificar a obra de Carnoy como pertencente à terceira fase da Semântica.

Se Carnoy pertence à segunda ou à terceira fase da Semântica, contudo, é algo que não nos cabe discutir neste trabalho, pois, como assinalamos, esse lingüista se caracteriza por ser uma figura de transição, estando, por isso entre uma e outra. Interessa-nos apenas comentar o modo como Ullmann interpretou a Semântica postulada por Carnoy. Ao colocar Carnoy e Bréal como pertencentes à mesma fase da lingüística, Ullmann supôs que esses autores definem de modo semelhante ou equivalente o objeto de estudo da disciplina. Entretanto, a definição elaborada por Bréal no **ES** é bastante distinta daquela fornecida por Carnoy que defende, como objetivo da disciplina, o estudo do significado da palavra.

CAPÍTULO 7 O ES DE ACORDO COM FERNANDO BELO

Em 1991, a Fundação Calouste Gulbenkian fez publicar o primeiro volume de **Espistemologia do Sentido** de Fernando Belo (BELO, 1991), um filósofo com formação lingüística que apresenta em sua obra uma avaliação epistemológica da constituição da semântica e de alguns de seus modelos.

Após fornecer a conhecida informação enciclopédica de que Bréal criou o termo *semântica*, Belo comenta que o criador do termo considerava ser seu ensaio tão somente uma introdução à disciplina, atitude que teria dado início à tradição de apenas apresentar a Semântica sem a preocupação de delimitar-lhe, de antemão, um objeto de estudo, uma metodologia e uma fundamentação teórica, razão pela qual conclui que , do ponto de vista epistemológico, “a ciência dos significados, a Semântica, não existe ainda” (BELO, 1991, p.4).

Ao tratar da Semântica enquanto projeto lingüístico, o filósofo avalia o **ES** e informa como a obra foi recebida, desde a publicação até nossos dias:

Em 1897, publica *Essai de Sémantique (science des significations)* [...] Profundamente intelectualista, por um lado, tomando os termos isoladamente na sua evolução, por outro, a Semântica proposta inscreve-se na corrente lingüística comparatista e evolutiva: são justamente as transformações das significações das palavras que são o seu objecto: semântica diacrônica, diria Saussure. (BELO, 1991, p.13).

Notamos que, nesta primeira alusão a Bréal, o filósofo faz referência apenas à segunda parte do ensaio, pois aponta tão somente o objetivo proposto para a Semântica Lexicalista. Afirma também que a Semântica brealina é atomística (por analisar as palavras isoladamente), comparatista e evolutiva.

Considerando a preocupação de Bréal com a evolução semântica das línguas, o filósofo parece-nos estar coberto de razão ao avaliar o **ES** como evolucionista. Entretanto, não podemos concordar com a avaliação do filósofo quando afirma que a semântica de Bréal é atomística e estritamente diacrônica.

O estudo dos grupos articulados, a relação de reciprocidade entre restrição e ampliação de sentido, a diferenciação de sinônimos, resultante do contacto entre povos, e a influência do meio social como fator de mudança semântica são tópicos do **ES** que evidenciam de que a Semântica Lexicalista não é atomística, pois considera, de um lado, a relação das palavras entre si e, de outro, seu uso concreto numa situação específica.

Questionamos também o fato de Belo atribuir ao **ES** a adoção de um ponto de vista estritamente diacrônico (nos termos de Saussure). Ainda que haja uma certa preferência pela adoção desse ponto de vista ao longo do ensaio, não é menos verdade que, em muitos momentos, Bréal trata de fenômenos que são de ordem sincrônica ou pancrônica. Não cabendo aqui retomar todos os aspectos pancrônicos do ensaio, recordamos apenas um: o estudo da restrição de sentido. Propusera o semanticista haver dois tipos de restrição: a que modifica o significado das palavras de modo definitivo e aquela que ocorre somente no momento de enunciação. Um exemplo do primeiro tipo de restrição é o da palavra latina *felis* ou *feles* – "fêmea" – que passou a significar especificamente "a fêmea do gato". Ainda que o efeito da restrição seja perceptível somente na diacronia, Bréal esclarece que esta modificação semântica é um fenômeno que ocorre sempre que uma palavra é utilizada em virtude de a intenção do falante delimitar automaticamente o que a palavra significa (sendo este um dos motivos pelos quais há um eterno desajuste entre os nomes e as coisas). Outro tipo de restrição ocorre com o sentido de palavras cujo significado é de caráter geral. Este é o caso da palavra *cidade* que designa "cidades distintas" conforme a localidade onde o falante se encontra. Este tipo de restrição é, eminentemente, sincrônica. Como há a restrição do tipo diacrônica e do tipo sincrônica, conclui-se que esta lei é pancrônica, pois sua atuação se dá tanto num eixo quanto no outro.

Após avaliar o **ES**, conforme demonstramos, de modo um tanto reducionista e superficial, Belo relata da seguinte maneira a fortuna crítica dos postulados brealinos:

O livro e o termo tiveram um sucesso notável. Ainda nos inícios da década de 60, se podem encontrar trabalhos que prolongam a inspiração de Bréal (como Muller, 1962, por exemplo). Mas o seu destino, com o da Lingüística comparativa, ficou hipotecado pela 'revolução copérnica' que provocou a publicação do *Cours de Linguistique générale*, de Saussure, em 1916, abrindo o espaço das linguísticas estruturais e sincrônicas que dominarão a linguística contemporânea.[...] o ano de 1957 [...] merece ser considerado aquele que deu verdadeiramente início à explosão de bibliografia semântica dos últimos trinta anos, dada a realização do VIII Congresso Internacional de Lingüistas, em Oslo e, nomeadamente, a comunicação feita por L.Hjelmslev. (BELO, 1991, p.13 e 14).

Concebendo, de modo estanque, a divisão da Lingüística em duas fases distintas (uma anterior e outra posterior a Saussure) não relacionáveis entre si, Belo observa que as idéias brealinas ficaram eclipsadas pelo advento do Estruturalismo. Do ponto de vista de Belo, não há qualquer continuidade entre essas fases dos estudos

lingüísticos e, apesar do sucesso do **ES**, a disciplina não se consolidou com base nas propostas de Bréal, mas sim nas de Saussure.

Dando continuidade a seu raciocínio, o filósofo explica que o conceito de significação proveniente de Bréal (*signification*) não pode ser comparado com o de significado, de Saussure (*signifié*), pois o conceito saussuriano, sendo inédito, reclama uma Semântica à parte:

O que é o significado de uma palavra? Os dicionários respondem a esta questão de uma forma empírica, no domínio do que se chama frequentemente a lexicologia. Não era essa no entanto a proposta de Bréal, [...]: antes, como mudam, na história das línguas, esses significados. (BELO, 1991, p.14).

O trecho transcrito revela-nos a perspectiva a partir da qual o filósofo avalia o **ES**: aquela da constituição da Semântica Lexical / Estrutural. Desse ponto de vista, a importância das propostas de Bréal limitar-se-ia a funcionar apenas como um marco inicial que não se constituiu como verdadeiro ponto de partida para a criação da semântica, haja vista ter sido superado pelo advento do Estruturalismo. De fato, para o autor de **A epistemologia do sentido**, a Semântica propriamente dita decorre do Estruturalismo e é incompatível com a Semântica Lexicalista:

O gesto de delimitação do corpus a analisar [...]. O que está primeiramente em jogo neste gesto é o carácter homogêneo do corpus a analisar, em termos de sincronia. Senão há semântica senão de paradigmas de monemas, estes não poderão ser constituídos senão numa dada sincronia, **o que exclui imediatamente o projecto pré - saussuriano de M.Bréal**, resolutamente diacrónico, visando significações, ignorando paradigmas. (BELO, 1991, p.250, grifos nossos).

Tendo pois, por objetivo, incompatibilizar Saussure e Bréal, o filósofo equipara o conceito de significação de Bréal com o utilizado pelos dicionaristas e, em seguida, afirma que o conceito saussuriano de significado opõe-se totalmente ao conceito de significação proposto por Bréal.

[...] o termo de Bréal era “signification”, e desta tratam os dicionários. Ora Saussure introduziu um neologismo: “le signifié” [...] Tal como sucede com o outro neologismo célebre de Saussure, o “signifiant”, não se trata apenas de um termo novo [...] mas de um conceito teórico decisivo. E dizer que o objecto da Semântica é o significado (“signifié”) implica que se trata de algo [...] totalmente inédito na tradição ocidental, filosófica ou lógica ou lingüística [...]. (BELO, 1991, p.14).

Para sabermos se esta interpretação do conceito brealino está de acordo com as propostas do semanticista, foi-nos necessário averiguar o que o filósofo entende pela

significação “de que tratam os dicionários” (objeto de estudo por ele colocado no campo da Lexicologia e não da Lexicografia, disciplina esta que trata de aplicar os conceitos lexicológicos para a confecção de dicionários).

De acordo com as asseverações tecidas por Belo, que cita estudos de Vilela, de Rey- Debove e de U.Weinreich para fundamentar suas afirmações, as significações de que tratam os dicionários estão expostas nos verbetes e caracterizam-se por serem empíricas, descreverem o referente a que os lexemas remetem e por terem, por objetivo, a explicitação da competência semântica do falante nativo.

Para o filósofo, o empirismo da significação dos dicionários provém não só do fato de, conforme a inclusão de novos textos no *corpus* de base, ser possível acrescentar novos dados a cada edição, mas principalmente, pelo fato de a polissemia ser tratada com base no recurso aos exemplos: “os contextos dos exemplos assinalam, sempre de forma empírica, as variações de significado da entrada. A menção Fig. (= figurado) permite discriminar usos metafóricos (ou de outros tropos retóricos) como casos fortes de polissemia” (BELO, 1991, p.258).

Não podemos negar que a solução encontrada pelos dicionaristas para lidar com a polissemia é condizente com as propostas de Bréal que defendera não haver, no uso concreto da linguagem, ambigüidade no uso de termos polissêmicos em virtude do contexto e do esforço interpretativo do ouvinte. De fato, tanto os lexicógrafos quanto Bréal partem do princípio de que o contexto delimita o sentido da palavra. Vista a questão por esse ângulo, parece ser verdadeira a afirmação de que ambos utilizam uma concepção empirista de significação.

Outra característica das significações dos dicionários diz respeito à utilização de uma concepção ingenuamente referencialista do signo, comprovada por meio de um estudo de Vilela. Nesse estudo, o lexicólogo português analisa a estrutura de alguns verbetes em vários dicionários. Referindo-se aos dados fornecidos, conclui Belo: “Apenas a definição de *líquido* por Vilela dá um paradigma (líquido/ sólido/ gasoso) e tende pois ao ‘significado’; todos os outros exemplos são de lexemas isolados e as definições descrevem o referente”. (1991, p.260).

Dada a natureza referencialista da significação dos dicionários, afirmar que ela é equivalente ao conceito de significação brealino é afirmar que Bréal tinha a respeito do signo uma concepção ingenuamente referencialista, o que não está de acordo com a noção de signo proposta no **ES**. Conforme vimos na primeira parte da tese, Bréal

considera a função referencial do signo e seu referente, o que não significa que acreditasse haver equivalência ou uma relação direta entre “palavras” e “coisas”. Na Semântica Lexicalista, ao tratar de “Como os nomes são dados às coisas”, Bréal esclarece que sempre haverá um desajuste entre o nome e aquilo que é designado por ele: de um lado no objeto extra - lingüístico há muitas características não expressas no nome, e, de outro, há aquilo a que o falante se refere ao utilizar o nome. A consideração da complexidade do referente e do sentido concebido pelo falante impede que se afirme que noção brealina de signo seja ingenuamente referencialista.

Ao tratar da função do dicionário, Belo afirma, com base em Vilela, que a obra lexicográfica tem por função explicitar, num termo, o conhecimento investido pela comunidade lingüística que o emprega:

[...] << [...] não se abre (= consulta) um dicionário para aprender os conhecimentos próprios duma técnica ou para abranger o mundo de ‘designação’ (=extensão lógica) implicado nas entradas. Trata-se antes de expor o ‘saber social e humano’ que cada comunidade atribui a cada um dos termos de que se compõe o vocabulário da sua língua. É esta verdade do dicionário>> (VILELA, 1983, 78) [...]. Dito de outra forma, a função do dicionário, a sua ‘verdade’ em termos de Vilela, é a **elucidação da competência semântica** quer onde ela falte (lexemas que se ignoram e que se explicam através dos que se conhecem), quer onde ela é incompleta (extensão dos vários sentidos dum lexema) [...] . (BELO, 1991, p.261, grifos do autor).

De modo análogo ao que faz Vilela, Bréal relaciona competência semântica e dicionário. Diferentemente do lexicólogo português, Bréal não trata da obra lexicográfica, mas sim da organização mental do léxico na qual a diferenciação de sinônimos ocorre de modo semelhante à elaborada pelos dicionaristas. Bréal propunha que, tal qual nos dicionários, as palavras estão ordenadas e os dados podem ser consultados sempre que houver necessidade. Percebe-se, então, que, apesar de Vilela e Bréal fazerem referência à competência semântica, as propostas são distintas o que nos impede de considerá-las equivalentes.

Comparadas as características por Belo imputadas “à significação de que tratam os dicionários” (1991,p.14) com as noções brealinas, percebemos que, ao contrário das afirmações de Belo, os conceitos não são equivalentes em virtude de a concepção referencialista do signo proposta por Bréal não ser ingênua como pressupôs Belo, mas sim complexa, por considerar de um lado, a relação entre língua e pensamento e de outro, a complexidade do referente.

Conforme demonstra o trecho a seguir, a característica referencialista, mas não ingênua da concepção brealina de signo, não foi entendida pelo filósofo, que parece não ter entendido os objetivos propostos por Bréal para a elaboração do **ES**: provar a existência e a importância da vontade humana da evolução das línguas, na Semântica Geral; mostrar a atuação da vontade humana na fixação e na mudança de significado, na Lexicalista e esclarecer a atuação da vontade humana nos componentes sintáticos e morfológicos, na Semântica Sintática:

Pela problemática dos significados das palavras entrou modesto M.Bréal. Modéstia dum erudito que apenas se propunha analisar as palavras que, no indo-europeu, mudaram de significação e supondo pois que as “outras”a conservaram. **Fossem dizer-lhe que era nomenclaturista, convencionalista ou aristotélico**, teria respondido com a ‘fierté’ intelectualista que percorre todo o seu ensaio. [...] (grifos da pesquisadora) (BELO, 1991, p.237, grifos nossos).

Outra evidência do propósito de Belo de mostrar incompatibilidades entre a proposta estruturalista e a brealina é a seguinte avaliação do **Curso de Linguística Geral (CLG)** na qual afirma que a obra póstuma de Saussure não contempla, de modo algum, as propostas brealinas:

[...] quando Saussure hesita em decidir se, a frase relevando da fala, o sintagma também revelará (pp.172-173) e, depois recusar a divisão entre morfologia e sintaxe (p.185 e ss.), fala da <<interpenetração da morfologia , da sintaxe e da lexicologia>> (p.187), sem no entanto conseguir justificar o carácter lingüístico desta última, ou, pelo menos, a sua não autonomia em relação às duas outras: os exemplos que aduz são sempre de ordem sintáctica ou gramatical. **Saussure não conseguiu tratar minimamente da Semântica, que o seu mestre Bréal sugerira** [...] O termo ‘semântico’ aparece pelo menos duas vezes no CLG, na p.151 como adjetivo e na p.260 como ‘região lingüística’. Os próprios editores do Curso assinalam que este é lacunar no que a ela se refere (prefácio, p.10, nota 1 à p.33), pretendendo que propôs no entanto o seu princípio na p. 109 (semântica no sentido diacrônico de M.Bréal). (BELO, 1991, p.130 e 530, grifos nossos).

De acordo com Belo, as propostas brealinas não se fazem presentes no **CLG** pelo fato de, nessa obra, haver somente exemplos gramaticais ou sintáticos, estando dela ausente exemplos de análise semântica diacrônica. Esta explicação, de um lado, pressupõe que a Semântica de Bréal se limita aos aspectos diacrônicos presentes na Semântica Lexicalista e, de outro, que basta adotar a perspectiva histórica para que haja adoção do ponto de vista brealino.

No prefácio ao **CLG**, os editores (Bally e Sechehaye) alertam os leitores para a incompletude dos estudos abordados por Saussure em seus cursos, característica que explica porque algumas disciplinas quase não são citadas, sendo que a Semântica surge como exemplo:

[...] Nossa idéia orientadora foi a de traçar um todo orgânico sem negligenciar nada que pudesse contribuir para a impressão de conjunto. Mas é precisamente por isso que incorremos talvez numa dupla crítica. Em primeiro lugar, podem dizer-nos que esse “conjunto” é incompleto: o ensino do mestre jamais teve a pretensão de abordar todas as partes da Lingüística [...] Assim se explica que certas disciplinas mal tenham sido afloradas, a semântica, por exemplo [...].(SAUSSURE,1975, [1915] p. 4).

Na parte em que Saussure propõe a criação da Semiologia como ciência geral dos signos a abranger a Lingüística, os editores, em nota de rodapé, alertam os leitores: a Semiologia não deve ser confundida com a semântica. Em seguida, os editores caracterizam a Semântica como a disciplina que estuda as alterações de significado e cujo fundamento, Bally e Sechehaye julgam estar formulado no **CLG**: “Deve-se cuidar de não confundir a Semiologia com a Semântica, que estuda as alterações de significado e da qual F.de S. (sic) não fez uma exposição metódica; achar-se-á, porém, o princípio fundamental formulado na p.89.” (SAUSSURE, 1975, [1915], idem p.24)

No que toca as alterações de significado, verificamos que Saussure a elas se refere quando faz considerações sobre a mutabilidade do signo causada pela passagem do tempo. Esclarece Saussure que, ao afirmar que o signo sofre alteração, ele parte do pressuposto de que mesmo que uma alteração atinja somente o significante ou o significado, ela causará um descolamento na relação entre as partes constituintes do signo. Como exemplo de mudança exclusiva do significado, o lingüista genebrino cita a evolução semântica do verbo latino *necare*:

Em primeiro lugar, não nos equivoquemos sobre o sentido dado aqui ao termo *alteração*. Poder-se-ia fazer acreditar que se tratasse especialmente de transformações fonéticas sofridas pelo significante ou então transformações do sentido que afetam o conceito significado. Semelhante perspectiva seria insuficiente. Sejam quais forem os fatores de alteração, quer funcionem isoladamente ou combinados, levam sempre a um descolamento da relação entre o significado e o significante. Eis alguns exemplos: o latim *necare*, “matar”, deu em francês *noyer*, “afogar”. Tanto a imagem acústica como o conceito mudaram; é inútil, porém, distinguir as duas partes do fenômeno; basta verificar *in globo* que o vínculo entre idéia e signo se afrouxou e que houve um deslocamento em sua relação. Se, em vez de comparar, *necare* do latim clássico com o francês *noyer*, contrapusermos o *necare* do latim vulgar do século IV ou do V, já com o significado de “afogar”, o caso é um pouco diferente; mas aqui também, embora não tenha ocorrido alteração apreciável do significante, houve um deslocamento da relação entre a idéia e o signo. (SAUSSURE,1975, [1915] p. 89 e 90, grifos do autor).

Uma vez que os editores entenderam que, no trecho transcrito, Saussure faz referência ao fundamento da Semântica, inferimos que, para eles, importa ao estudo semântico mostrar a evolução histórica das palavras, talvez a partir do significado etimológico das palavras.

Entretanto, cumpre advertir que a Semântica proposta por Bréal é mais abrangente, ainda que ela tenha em comum com a Semântica tal qual entendida pelos editores, a preocupação com a história do significado das palavras. Isto fica claro quando se considera que a Semântica proposta por Bréal tem por objetivo explicar as causas das mudanças evidenciando a influência da vontade humana enquanto geradora de leis intelectuais — que atuam ora na diacronia, ora na pancronia — e mostrando, quando fosse o caso, as conseqüências de uma mudança semântica no sistema lingüístico. Dada a maior abrangência da Semântica de Bréal, não podemos afirmar que os editores do **CLG** estivessem a ela se referindo quando afirmaram que Saussure tratara do fundamento da Semântica à página 89 de sua obra.

De fato, visto que a proposta brealina não se resume à adoção do ponto de vista diacrônico e não almeja a investigação da etimologia das palavras, não podemos concluir que os postulados de Bréal estejam ausentes do curso apenas com base no fato de que Saussure não contemplou a Semântica diacrônica. Em que pese essa falha na interpretação do **ES**, relendo os trechos do **CLG** aos quais Belo faz referência, constatamos que, de fato, quase não há referência à Semântica diacrônica, o que evidencia a ruptura que os estudos de Saussure representaram na Lingüística, ruptura que, para nós, não acarreta, necessariamente, uma oposição aos postulados brealinos.

Outro aspecto da referência feita por Belo a Bréal diz respeito à afirmação de que Bréal foi mestre de Saussure e que lhe teria sugerido o estudo da semântica. Em sua obra, o filósofo informa ainda que, em 1881, um ano após ter defendido sua tese de doutorado, Saussure fora aluno de Bréal, tendo, no ano seguinte, começado a lecionar na École des Hautes-Etudes (BELO, 1991, p.27).²⁵ Por não haver encontrado indícios de utilização de Semântica diacrônica evolucionista e atomística no **CLG** e julgando (erroneamente) ser esta a Semântica tal qual proposta por Bréal, Belo concluiu que o discípulo não seguira o mestre.

Os pontos de contato entre o Estruturalismo, a Semântica Lexical e os postulados brealinos, entretanto, mostram haver certa compatibilidade entre os

²⁵ Numa entrevista, Benveniste descreve a relação existente entre Saussure e Bréal nos seguintes termos: “ [o Saussure que ensinou durante dez anos da École des Hautes Études] Era estritamente o comparatista, extremamente jovem e precoce, que fora, com apenas 21 para 22 anos, descoberto, adotado por um homem que tinha o sentido dos homens: Michel Bréal. [...] Bréal adivinhou o que poderia ser um Saussure, o que ele já era. Ele se afirmara por um verdadeiro lance de gênio em gramática comparada e renovara a reconstrução das formas do Indo-europeu.” BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral II**. GUIMARÃES, et alii (trads). Campinas: Pontes, 1989,[1974],p.12.Convém advertir, contudo, que a publicação do **ES** (1897) é posterior à época em que Saussure trabalhou na École (1881-1891).

lingüistas. Se há tanto convergências quanto divergências entre Saussure e Bréal, a escolha deliberada por tratar das divergências evidencia o objetivo de Belo ao citar Bréal: mostrar seus postulados como incompatíveis com os da Semântica Lexical / Estrutural.

A última referência de Belo a Bréal mostra que o objetivo do autor não é o de comparar várias correntes do estudo do significado entre si, mas sim avaliar essas correntes de acordo com o paradigma surgido após a consolidação da Semântica Lexical/Estrutural. Em coerência com seu objetivo, o filósofo não se preocupou em analisar o **ES** em profundidade, nem em comparar os postulados brealinos com outras correntes da Semântica. Como se verá a seguir, as comparações propostas por Belo são entre a Semântica Lexical / Estrutural e as demais correntes.

Ao analisar a proposta fregeana de Semântica, Belo tenta compatibilizar os postulados desse lingüista aos de Saussure. Um dos argumentos elencados é o de inexistir, à época do surgimento da Semântica Formal, uma semântica lingüística, inexistência garantidora da autonomia da Lingüística:

[...] Acrescente-se algo que me parece fundamental e em que Frege parece testemunhar da clarividência dos fundadores. Se o que comanda a sua teorização é a problemática duma linguagem lógica perfeita, nem por isso a sua concepção da linguagem ordinária parece ser totalmente incompatível com a epistemologia lingüística que, pela mesma época, está já no centro das preocupações de Ferdinand de Saussure. A concepção de sentido de Frege [...] coincide com a de significação [lugar do signo segundo a primeira e a segunda articulação da linguagem propostas por Martinet] e implica a de competência semântica, como já dissemos. **O lugar de articulação com uma semântica lingüística (ao tempo, dela não existia senão o desiderato pré-saussuriano de Bréal) ficou, me parece, aberto: a autonomia da Linguística permanece possível**, ainda que a Lógica tenha que renunciar a dar conta da linguagem ordinária, já que a diferença saussuriana irá introduzir a polissemia como essencial ao ‘significado’ e afetar o sentido segundo Frege [...]. (BELO, 1991, p. 395, grifos nossos).

A perspectiva a partir da qual Belo avalia as correntes do estudo do significado fica extremamente clara nesse trecho. Acreditamos que, se quisesse, o filósofo poderia comparar os conceitos brealinos com os de Frege. Tal comparação, entretanto, admitimos, não seria pertinente ao objetivo do filósofo, a saber, situar a Semântica Lexical/ Estrutural frente às demais correntes e evidenciar a revolução que os postulados saussurianos representaram para a Lingüística Moderna (desconsiderando, obviamente, possíveis pontos de contato ou de continuidade entre o lingüista genebrino e seus antecessores e/ou contemporâneos). Tais preocupações, aliás, justificam o porquê

de o filósofo avaliar o **ES** como um projeto ultrapassado, como uma tentativa fracassada de criar uma semântica lingüística.

Esclarecido o viés por meio do qual Bréal foi analisado por Belo, e considerando todas as referências feitas ao longo de **Epistemologia do Sentido**, concluímos que, para esse estudioso, o **ES** é importante na medida em que serve como contraponto à Semântica Lexical/Estrutural. Partindo de uma retórica de ruptura (incapaz de perceber as contribuições dos estudos anteriores a Saussure para a constituição da Lingüística Moderna) e imputando a Bréal as características canônicas da Semântica pré-saussuriana (exclusivamente diacrônica, atomista e evolutiva) as propostas brealinas parecem desprovidas de interesse. Supondo que leituras reducionistas como a proposta pelo filósofo se tornaram um lugar comum, compreende-se a ausência de qualquer referência a Bréal em manuais atuais de Lingüística: seus postulados tendo sido superados, não haveria razão para estudá-los.

Comparando-se a avaliação e a interpretação de Belo com as de Carnoy e as de Ullmann, percebemos que a retórica de ruptura presente em Carnoy acentua-se na obra de Belo que, ao secundar a importância do **ES**, opõe-se a Ullmann pelo fato de este admitir que a constituição da Lingüística moderna não poderia ocorrer senão pela contribuição dos estudiosos que a precederam.

Se bem que sustentando uma retórica de ruptura, observa-se que Carnoy comparou suas propostas às de Bréal, o que não seria possível sem o conhecimento aprofundado dos postulados brealinos. Quanto a Ullmann, fez referência a tópicos importantes do **ES**, fazendo uma apresentação bastante justa da obra, demonstrando tê-la estudado a contento. Belo, entretanto, não se refere a nenhuma proposta de Bréal em particular. Na verdade, o filósofo limita-se à segunda parte do ensaio e não faz senão asseverações sobre o que julga serem os objetivos gerais da obra. Sua interpretação do **ES** fez-nos perceber que seu conhecimento sobre o ensaio de Bréal é proporcional à importância que o filósofo atribui ao criador do termo “semântica”.

CAPÍTULO 8 O POSICIONAMENTO DE GEERAERTS: BRÉAL E A SEMÂNTICA PRÉ-ESTRUTURALISTA COMO PRECURSORES DA SEMÂNTICA COGNITIVA

Na cidade do Porto em Portugal, houve o 1º. Encontro Internacional de Lingüística Cognitiva, realizado em 1998. Entre as comunicações apresentadas naquele evento, consta a de Geeraerts intitulada “Hundred Years of Lexical Semantics”, resumida da seguinte maneira por Mario Vilela, organizador das actas do congresso:

Dick Geeraerts [...] autor de bibliografia essencial para o tema da “mudança semântica” (a nível lexical), apresenta aqui a história da semântica lexical compendiada nos seguintes tópicos: “semântica diacrônica pré-estrutural”, “semântica estruturalista”, “semântica lexical generativista”, “semântica lógica” e “semântica cognitiva”. Depois de tipicizar as várias semânticas, distingue as semânticas de pendor semasiológico e onomasiológico, ao introduzir a perspectiva quantitativa na análise. Pondo ainda em paralelo a semântica lexical com as “*literary semantics*” termina por questionar o problema dos “*limits of interpretation*” (por ele designado como “Dilthey’s problem”). (VILELA, 1998, p.8).

Um dos objetivos de Geeraerts, ao traçar um panorama histórico da disciplina, foi estabelecer pontos de contacto entre a Semântica Cognitiva e a “Semântica diacrônica pré-estrutural”. As citações dele a Bréal encontram-se nos trechos em que o autor se dedica à descrição da primeira fase da semântica e ao estabelecimento de evidências de que os postulados da época pré-estruturalista se assemelham aos da Semântica Cognitiva.

A primeira referência ao semanticista surge quando Geeraerts o menciona como um dos pesquisadores representantes da primeira fase da Semântica. Também são citados como pesquisadores representativos dessa fase - que abrange o período de 1870 a 1930 - Paul, Darmesteter, Nyrop e, ao término do período, Carnoy e Stern (grafados no trecho como Camoy e Stem) :

[...]. *At the level of individual researchers, pre-structuralist diachronic semantics e represented by Bréal and many other, like Paul, Darmesteter, Nyrop, and (at the end of the relevant period) Camoy and Stem; a systematic treatment of the main figures and currents may be found in Nerlich (1992). (GEERAERTS, 1998, p.125).*

Logo após a citação a Bréal como representante da primeira fase da semântica, há uma descrição sucinta das características mais importantes das investigações levadas

a cabo no supracitado período. Nessa descrição, apresenta-se a interpretação canônica da semântica pré-estruturalista segundo a qual ela se caracteriza pela adoção de um ponto de vista exclusivamente diacrônico, pela orientação semasiológica e pela preocupação pelo estudo da mudança do significado das palavras (estudadas isoladamente). Ressaltamos que ao longo dessa descrição Geeraerts fornece uma informação não enfatizada nem por Ullmann, nem por Carnoy, a de que os semanticistas pré-saussureanos adotavam uma concepção psicológica do significado:

[...] the conception of meaning is predominantly psychological, in a double sense. Lexical meanings are considered to be psychological entities, that is to say, (a kind of) thoughts or ideas. Further, meaning changes (the main domain of research of pre-structuralist semantics) are explained as resulting from psychological processes. The general mechanisms that are supposed to underlie semantic changes and whose presence can be established through the classificatory study of the history of words, correspond with patterns of thought of the human mind [...]. (GEERAERTS, 1998, p.125).

Quanto às características psicologizantes do significado imputadas por Geeraerts a todos os pesquisadores pertencentes à primeira fase da semântica, ressaltamos que elas também estão presentes no **ES**. No capítulo “Como os nomes são dados às coisas”, há a proposta de o significado das palavras mudarem necessariamente em decorrência do desajuste entre o que o falante pensa a respeito de um objeto quando utiliza o signo e o que está expresso no nome que o designa, desajuste que força a palavra a adquirir novos sentidos via incorporação das idéias a ela associadas. Conforme evidencia essa explicação para a mudança semântica, Bréal também relaciona “pensamentos ou idéias” ao significado. Portanto, a idéia de que os mecanismos subjacentes às mudanças semânticas correspondem a padrões de pensamentos da mente humana, casa-se perfeitamente com as leis intelectuais da linguagem, vistas como reflexos de disposições mentais. A Lei de Especialidade, por exemplo, tem sua existência explicada pela tendência do espírito (i.e., da mente) pela busca de clareza.

Em seu artigo, Geeraerts compara, entre si, as fases da Semântica Lexical quanto à especificidade da tradição teórica utilizada em cada uma. No que diz respeito à primeira fase da disciplina, afirma que o enfoque predominante é o semasiológico do tipo qualitativo e explica que, por meio desse enfoque, processos como o da metáfora e o da metonímia estabelecem conexões sincrônicas para interpretações diversas de um mesmo item lexical :

The pre-structuralist tradition of diachronic semantics, to begin with, deals predominantly with the “qualitative” aspects of semasiology - with processes like metaphor and metonymy, that do not just function as mechanisms of semantic extension, but that constitute, at the same time, the synchronic links between the various readings of a lexical item. (GEERAERTS, 1998, p.138).

É digna de nota a percepção de aspectos sincrônicos na investigação semântica da primeira fase da disciplina, pois, conforme demonstramos nos capítulos precedentes, esses aspectos também estão presentes no **ES**. De todos os teóricos até agora analisados, Geeraerts foi o único que percebeu a aplicação sincrônica de alguns dos postulados surgidos sob o viés predominantemente diacrônico da semântica pré-estrutural.

A segunda e última referência de Geeraerts a Bréal recupera textualmente um trecho do **ES** no qual Bréal defende ser a lingüística uma ciência histórica: por tratar de uma obra humana, ela é considerada como parte das ciências históricas, e não como uma ciência natural. Esse trecho, interpreta Geeraerts, indica que a lingüística é uma ciência humana que adota uma concepção experimental do significado e que parte do pressuposto de que, para se entender a compreensão das expressões lingüísticas é preciso descobrir a intenção original que está por detrás das expressões. A concepção histórica da lingüística, esclarece Geeraerts, opõe-se à concepção de lingüística como ciência natural, segundo a qual é preciso utilizar metodologias objetivas e rigorosas e excluir o sujeito falante da análise, exclusão que resulta na desubjetivização do objeto de estudo da lingüística:

The perspective that I would like to introduce [...] may be identified against the background of the following quote from Bréal [...] The quotation invokes a Diltheyan distinction between linguistics as [...] a human science and linguistics as [...] as a natural science. As a human science, the object of linguistics is meaning as an expression of human experience. The method is that of interpretation, [...] where “understanding” [...] implies an attempt to recover the original expressive intention behind the expressions. Considering linguistics as a natural science, on the other hand, involves a definition of its object as an autonomous or de-subjectivized entity, to be studied with the same formal rigour and objectivity with which the exact sciences operate on their domains of research. (GEERAERTS, 1998, p.141).

A interpretação das palavras de Bréal, no que diz respeito àquilo que pode ser inferido quando se afirma ser a Lingüística uma ciência histórica é coerente com as idéias do autor do **ES**: a concepção segundo a qual entender é buscar a intenção do falante que se esconde nas palavras encontra-se explícita e evidente na análise brealina do eufemismo. Quanto ao caráter experimental do significado, ele se faz presente

sempre que haja referências à história, à cultura ou à experiência do falante. A análise do processo pelo qual há diferenciação de sinônimos, por exemplo, só pode ser feita a contento se forem feitas referências à história. Lembramos que, nesse processo, é o convívio de comunidades lingüísticas diferentes que leva ao surgimento de sinônimos diferenciados, fato que indica ser a questão lingüística, fundamentalmente, uma questão social ou nacional.

Feita a distinção entre conceber a Lingüística como ciência humana e concebê-la enquanto ciência natural, Geeraerts afirma que a Semântica Cognitiva se filia aos postulados pré-estruturalistas (nos quais estão incluídos os postulados brealinos) por estudar o lado humano da lingüística e esclarece o que se deve entender por caráter experimental do significado:

Against the background of this distinction, pre-structuralist diachronic semantics and Cognitive Semantics belong together on the human-scientific side of the dichotomy. Both conceive of language primarily as an expression of the human mind trying to get a cognitive grip on reality. The experiential background may be based on universal features of human existence (of, for instance, a physical or physiological kind), but often, it may be historically or culturally specific: humanity deals with the world in diverse ways, and this diachronic or cross-cultural variety has to be envisaged explicitly in linguistic description. (GEERAERTS, 1998, p. 142).

Conforme se depreende do trecho transcrito, a concepção experimental do significado é outro ponto de convergência entre a Semântica diacrônica pré-estruturalista e a Semântica Cognitiva. Para entendermos em que medida Bréal compartilha dessa concepção de significado é fundamental considerar que, para Geeraerts, o conceito de experimental abrange tudo aquilo que provém da vivência humana. Conforme verificamos, sua concepção de significado é bem mais ampla que a utilizada por Pires (2001, p.34) para quem é “experimental” apenas o que se refere às experiências necessárias ao desenvolvimento motriz da criança.

Partindo-se do princípio de que o significado se baseia na vivência, condicionada por variantes culturais e históricas, foi-nos fácil perceber que esta concepção está de acordo com as propostas brealinas que enfatizam a influência da vivência para a constituição do significado. É o caso, por exemplo, da proposta de Bréal segundo a qual a polissemia pode ser causada por aquilo que fica subentendido no uso de uma palavra. Se o falante é um professor de caligrafia, falará de *a inglesa* tendo em mente “a letra à inglesa”, isto é “a letra cursiva”. No século XVI, quando se afirmava que havia uma *mulher possessa*, não era preciso informar que estava sob poder do

demônio. Outro exemplo, bem cotidiano, está no fato de dizermos *folha* para fazer referência à “folha de papel”.

Concluindo, pode-se afirmar que as referências de Geeraerts a Bréal recuperam, do **ES**, o pressuposto de que há leis intelectuais da linguagem a comandarem qualquer mudança lingüística; o caráter pancrônico dessas e de outras leis propostas; a concepção psicologizante e experimental (i.e., vivencial, cultural e histórica) do significado e a defesa do caráter humanístico da lingüística. São temas, para nós, imprescindíveis para que se possa entender em profundidade as propostas brealinas. A menção a características fundamentais da obra indica-nos que o conhecimento de Geeraerts sobre o **ES** possibilitou-lhe perceber, em Bréal, um precursor da Semântica Cognitiva.

Coontrapondo as interpretações de Belo – na qual o **ES** é visto como pouco importante e destituído de interesse por representar apenas um ponto de partida superado pela Semântica Estruturalista – com a de Geeraerts, percebemos que houve, por parte deste último uma re-valorização da Semântica de Bréal, motivada pela busca de precursores para a Semântica Cognitiva. Registra-se, aí, uma mudança importante na maneira pela qual Bréal foi interpretado e valorizado, mudança ocorrida devido ao interesse por se estudar a lingüística pré-estruturalista.

Geeraerts, além de valorizar o **ES** e de citar pesquisadores importantes da fase designada como “Semântica Diacrônica Pré-Estruturalista”, remete o leitor interessado em buscar mais informações sobre as figuras mais importantes desse período à obra de Brigitte Nerlich, publicada em 1992, **Semantic Theories in Europe 1830-1930** (sic) , obra que será o objeto de estudo do capítulo a seguir.

CAPÍTULO 09 BRÉAL SEGUNDO NERLICH E CLARKE: UMA INTERPRETAÇÃO PRAGMÁTICA

Movidos pelo interesse de colher mais informações sobre o trabalho de Bréal e com base na indicação de Geeraerts, procedemos à leitura não somente da obra **Semantic Theories in Europe 1830-1930** (1992), mas também daquela intitulada **Language, action and context. The early history of pragmatics in Europe and America 1870-1930** (sic), da mesma autora, escrita em co-autoria com David D. Clarke e publicada em 1996.

Dando continuidade à nossa exposição, apresentaremos e analisaremos neste capítulo, as informações sobre o trabalho de Michel Bréal que constam dessas duas obras voltadas, à elaboração de panoramas históricos sobre a constituição e evolução da Semântica e da Pragmática. Em ambas as obras, para algumas citações de obras escritas em francês, os autores que as traduziram para a língua inglesa, acrescentam, em nota de rodapé, a transcrição do texto original. Nos casos em que a tradução desses textos não nos pareceu conveniente, reproduzimos o trecho original ao invés de sua tradução para a língua inglesa.

Na primeira obra – que data de 1992 – Nerlich se dedica a relatar como a Semântica surgiu e se consolidou na Alemanha, na França e na Inglaterra. Tal relato é feito com o intuito de recuperar pontos de vista caros a abordagens contextuais e funcionais da linguagem e do significado:

Apart from providing a new and comprehensive account of the history of 19th-century semantics in Germany, France and England, the purpose of this book is to rediscover certain aspects of semantics for a functional and contextual approach to language and meaning. From this point of view language is seen as operating within a particular context which critically influences linguistic structure, use and change [...] This perspective had been lost with the emergence of 'modern' semantics in the 20th century. (NERLICH, 1992, p.4).

Na segunda obra, publicada em 1996 em co-autoria com David D. Clarke, o objetivo principal da autora consiste em mostrar conceitos fundamentais da Pragmática que já tinham sido concebidos no século passado, portanto, muito antes da constituição da Pragmática como disciplina. Justificando o objetivo da obra, os autores dizem acreditar que, para a comunidade científica considerar a Pragmática uma disciplina madura, é preciso buscar, no passado, idéias precursoras do ponto de vista adotado na disciplina:

A discipline can only be regarded as mature, when those working in its framework make contributions on the object level, the meta-level, and the historiographical level, providing the discipline with the consolidation it needs so as to prevent it from “toppling over for lack of roots” (Biletzki, ms., 1994, p.1) [...] We want to show that there have been great figures from the past who have had not only a theory of speech acts, but also an intentional theory of meaning (in the Gricean sense), and, last but not least, a theory of meaning as the use of words in the context of social life and action, as it was later proposed by Wittgenstein. What was considered by some to be a “philosophical revolution” (Strawson 1954: 99; cf. also Austin 1962:3) was in fact less revolutionary than it seemed. (NERLICH; CLARKE, 1996, p.2).

Apresentada, em linhas gerais, a disposição das obras, expomos, à continuação, as informações que essas obras trazem sobre Bréal, a começar pela breve biografia elaborada pelos autores.

De acordo com Nerlich e Clarke (1996, p.243), Michel Bréal nasceu em 26 de março de 1832, na Alemanha, de pais judeus franceses. Após ser admitido na *École Normale* em Paris, tornou-se professor adjunto em 1857 e estudou filologia comparada em Berlim. Ao retornar, obteve um cargo no departamento de Manuscritos Orientais da Biblioteca Imperial de Paris. Em 1863 doutorou-se com duas teses sobre mitologia e lingüística. Três anos mais tarde, em 1866, tornou-se professor de Gramática Comparada no *Collège de France*. No mesmo ano, publicou o primeiro volume de sua tradução da Gramática Comparada de Bopp's. Em 1868 tornou-se secretário permanente da recentemente fundada Sociedade de Lingüística de Paris. Em 1879, nomeado *inspecteur general* do ensino secundário (responsável pelo acompanhamento e fiscalização do ensino, uma espécie de supervisor pedagógico), tentou aperfeiçoar o ensino de línguas na França. Em 1897, foi publicado seu ensaio de Semântica, fruto de longos anos de reflexão em assuntos lingüísticos. Dezoito anos após a publicação, em 1915, falece Bréal. Entre seus estudantes estavam Meillet e Saussure.

9.1 Publicações anteriores ao ES

As primeiras referências de Nerlich a Bréal, na obra dedicada à Semântica, informam sobre publicações anteriores ao **ES**. Num primeiro momento, constam: “*Hercules et Cacus*”, um ensaio longo publicado em 1863; a introdução à tradução da Gramática Comparativa de Bopp's, que Bréal começara em 1866 e terminara em 1874, e a versão escrita das palestras: “*La forme et fonction des mots*”, de 1866, e “*Les idées latentes du langage*” de 1868.

O ensaio "Hercules e Cacus", segundo Nerlich, foi publicado em 1863, quando o autor voltava da Alemanha e começava a divulgar a maneira alemã de se estudar Filologia. Pela descrição da lingüista, percebemos haver nessa publicação conceitos posteriormente retomados no **ES**.

Ainda de acordo com a lingüista, o objetivo do referido ensaio era procurar leis que comandassem a evolução da fábula. Para tanto, foi preciso que Bréal descobrisse por que razão foi atribuído a cada signo o significado que ele apresentava, i.e., investigar as palavras utilizadas e os nomes dados aos deuses para saber o que eles significavam e porque foram criados e utilizados.

Partindo do pressuposto de que esses nomes são, tal qual ocorre com a língua, uma criação popular e não um produto inspirado na mente dos poetas, Bréal estabeleceu as seguintes etapas para o desenvolvimento dos nomes dos deuses. Num primeiro momento, os nomes eram transparentes e não apresentavam qualquer significado oculto. Após algum tempo, a etimologia do nome foi sendo esquecida. O esquecimento do significado original de um nome o faz vulnerável à mudança. Esquecido também o significado dos sinônimos desse nome, há uma nova distribuição e uma nova mudança ocorre. Para explicar o que o nome significa um mito foi criado e, conforme “erros” de interpretação, surgiram versões diferentes. (NERLICH, 1992, p.131).

Como pudemos consignar, muitas das idéias propostas no estudo de Bréal sobre “Hercules et Cacus” foram retomadas no **ES**. É de notar que tanto no processo de surgimento do mito, quanto no **ES**, o lingüista apontara o esquecimento da etimologia do nome, como pré-requisito à mudança semântica. A proposta de que a evolução semântica da linguagem – e também dos nomes próprios analisados na obra publicada em 1863 – é feita por intermédio do povo está presente em “Hercules et Cacus” e é reafirmada em várias ocasiões no **ES**. Notamos ainda que a análise da evolução dos nomes coloca a redistribuição de sinônimos como uma etapa importante do processo de constituição do mito. Anos mais tarde, conforme averiguamos, esta mesma idéia foi retomada na Lei de Repartição.

Entre 1866 e 1874, informa Nerlich que Bréal se dedica à tradução da Gramática Comparada de Bopp’s. Na introdução à segunda edição dessa obra, Bréal elogia o trabalho de Bopp’s, em virtude de ele se basear na observação e análise cuidadosas dos dados. Nessa mesma introdução, Bréal se posiciona contra a concepção biologizante de

Schlegel e contra a busca do sentido original das palavras conforme especulações romântico-místicas.

Observamos que essas críticas também estão presentes no **ES**, obra em que Bréal também questiona o uso de metáforas de cunho biológico para a descrição das línguas e a concepção romântica segundo a qual uma língua se torna decadente ao modificar-se.

No mesmo ano em que começa a traduzir a gramática de Bopp's, Bréal profere uma palestra a cuja versão escrita Nerlich deve ter tido acesso. A julgar pelo relato de Nerlich sobre o teor dessa palestra e daquela, que data de 1868, em ambas Bréal expõe os fundamentos configuradores de sua semântica: o princípio de que a linguagem está relacionada à mente humana; o princípio segundo o qual a linguagem não é autônoma, não se modifica por si mesma e não é um organismo com vontade própria e a proposta de que é o ser humano que força a linguagem a mudar-se.

De acordo com Nerlich, na palestra intitulada *La forme et fonction des mots*, Bréal criticou o estudo puramente formal das palavras como o empreendido pela Lingüística Comparada fomentada por Bopp's e Schleiche e propôs a elaboração de uma gramática histórica cujo objetivo era encontrar as causas da mudança lingüística que se processam na mente. Para tanto, a crença de que toda mudança lingüística é sinal de decadência é combatida. Apresenta-se uma explicação segundo a qual a função das palavras permanece, apesar das mudanças formais decorrentes das mudanças fonéticas. Além disso, explica Bréal, a utilização da linguagem, de acordo com necessidades distintas, apresenta funções variadas, fazendo do uso uma importante causa para a mudança lingüística. Encerrando a palestra, há a defesa do caráter humanístico da linguagem e de sua ligação com a história social, intelectual e política da humanidade.

Comparando-se o teor dessa palestra com as propostas do **ES**, percebemos que, realmente, todas as idéias propagadas em 1866 foram retomadas. A defesa do uso como causa importante de mudanças lingüísticas percorre toda a obra, conforme vimos no decorrer da primeira parte deste trabalho. Lembramos que a primeira parte do **ES** é dedicada ao estabelecimento de leis intelectuais para a mudança lingüística, evidenciando que as causas dessa mudança se encontram na mente humana. Além disso, a permanência da função após mudanças formais é o princípio do capítulo do **ES** intitulado “Sobrevivência das Flexões”. Quanto ao caráter humanístico da linguagem, ele é defendido logo na introdução e também num artigo anexado à obra, a partir da terceira edição do **ES** sob o título “É a linguagem uma ciência natural?”.

Com relação à segunda palestra de Bréal, intitulada “*Les idées latentes du langage*”, Nerlich informa que o objetivo principal desse estudo era o de mostrar que as mudanças formais acompanham as mudanças funcionais da palavra. Recordamos que, na terminologia utilizada no **ES**, o termo *função* é um termo equivalente ao termo *significado* (gramatical) -.

A partir do pressuposto de que não há correspondência exata entre forma e função, demonstra-se que falhas formais não interferem no entendimento, pois a inteligência humana preenche as lacunas de informação.

Bréal também defende que a análise da forma não pode ser feita separadamente do estudo das relações que se estabelecem com as operações mentais. Por meio desta proposta, ressalta Nerlich, a Gramática Geral une-se à Gramática Comparada então vistas como opostas.

Usando como evidência exemplos sintáticos e morfológicos, Bréal demonstra que a linguagem não é uma réplica exata do pensamento, nem uma representação completa dele. Em seguida, enfatiza que esta falta de equivalência é o que permite à linguagem adaptar-se ao pensamento, maleabilidade que lhe permite a expressão de novas idéias.

Na obra elaborada em co-autoria com David Clarke, o seguinte trecho da palestra sobre idéias latentes é reproduzido e referido como um dos “*insights*” de Bréal sobre a natureza pragmática da linguagem :

Thought is a spontaneous act of intelligence which no outside effort can set in motion in any direct or immediate way. All you can do is to provoke me to think; and often the less explicit your provocation, the more effective it is. In the same way that an allusion often suffices to awaken in us a whole world of feelings and recollections, so language does not always need to spell out the relationship which it wants to convey. Only the direction of the conversation can take us where an interlocutor wants us to go. (BRÉAL 1868: 20; Engl.trans. 1991: 87, apud NERLICH ;CLARKE, 1996, p.245)²⁶.

Nesse trecho os autores ressaltam que a proposta de Bréal a respeito de como ocorre a comunicação faz lembrar a proposta de Stewart para quem se comunicar é levar duas mentes a seguirem, pelo pensamento, os mesmos percursos e confinarem as idéias tanto quanto for possível à mesma trilha: “*<<to bring two minds into the same train of*

²⁶ BRÉAL. **Les idées latentes du langage**. Leçon faite au Collège de France pour la réouverture du cours de grammaire comparée, le 7 dec. 1868. Paris: Hachette, 1868. (Repr. In Bréal 1877: 295-322)
 _____. **Mélanges de mythologie et de linguistique**. Paris: Hachette, 1877.

thinking; and to confine them as nearly as possible to the same track>>” (Stewart, 1810, apud NERLICH; CLARKE, p.245) ²⁷”.

Relacionando os trechos citados, percebemos que tanto Stewart quanto Bréal defendem que a comunicação não ocorre de palavra a palavra, mas sim de pensamento a pensamento. As palavras proferidas pelo falante provocam o pensamento do ouvinte de maneira implícita e indireta. A relação existente entre o que o falante quer dizer e as palavras por ele proferidas, isto é, entre o que é por ele concebido quando as utiliza) não precisa ser totalmente expressa ou explicitada, pois, para percebê-la, basta que o ouvinte siga a direção que o locutor quer imprimir à conversa.

Relacionamos a idéia de que os meios lingüísticos não expressam totalmente o pensamento a um princípio fundamental da Pragmática: aquilo que o falante quer dizer vai além do que ele efetivamente diz. A percepção desta dicotomia por parte de Bréal é, provavelmente, o *insight* pragmático a que Nerlich e Clarke aludem.

Comparando as informações relativas às palestras com as propostas do **ES**, percebemos que cada um dos tópicos citados por Nerlich foi retomado na obra: o pressuposto de as mudanças formais serem geradas por mudanças semânticas é evidenciado na primeira e na terceira parte do **ES**, que tratam de mudanças morfológicas e sintáticas particularmente no estudo dos nomes compostos. A idéia de que falhas formais não impedem o entendimento é aprofundada e desenvolvida no ensaio no capítulo que trata da sobrevivência das flexões; a concepção de linguagem proposta, por fim, fundamenta a segunda parte do ensaio e está explicitada no capítulo “Como os nomes são dados às coisas”.

Após apresentar o teor das palestras, Nerlich traz evidências textuais que apontam para a repercussão das idéias então propaladas: uma resenha de Gaston Paris, sobre a obra de difusão da “lingüística darwiniana” de Schleicher; uma resenha de Heymann Steinthal e as propostas de Auguste Brachet.

Em 1868, conta Nerlich, foram traduzidos para a língua francesa livros ou apostilas (*booklets*) nos quais Schleicher difundia a “Lingüística Darwiniana” (*Darwinian linguistics*). No mesmo ano, Gaston Paris elabora uma resenha sobre essas obras. Nessa resenha, o autor segue de perto as idéias de Bréal, ao criticar o lingüista alemão por utilizar metáforas biológicas quando afirma:

²⁷ STEWART, Dugald. **Philosophical Essays**. Edinburgh: Creech, 1810,p.156.

Le développement du langage n'a pas sa cause en lui même, mais bien dans l'homme, dans les lois physiologiques et psychologiques de la nature humaine; par là il diffère essentiellement du développement des espèces, qui est le résultat exclusif de la rencontre des conditions essentielles de l'espèce avec les conditions extérieures du milieu. (PARIS 1868: 242). [...] L'extension et la disparition des langues ne dependent aucunement de leur constitution organique, mais bien des qualities et des success des hommes qui les parlent, c'est-à-dire de circonstances purement historiques. (p.242) (italics added). (PARIS, 1868, p.242 apud NERLICH, 1992, p.282)²⁸.

Heymann Steinthal, um estudioso famoso, segundo Nerlich, por escrever resenhas destrutivas, dedica uma delas a Bréal (publicada na revista *Zeithschrift für Völkerspsychologie* em 1869) na qual informa que W. von Humboldt, Pott e Curtius já haviam tratado das idéias latentes, mas não se furta de elogiá-lo em virtude de o lingüista ter suplantado os citados pensadores. Steinthal explica que a superioridade de Bréal frente a seus antecessores provém do semanticista francês ter dado exemplos e ter fornecido uma explicação clara para o fenômeno que, até então, fora apenas vagamente apontado. Conforme demonstra o trecho a seguir, Steinthal concorda com as propostas de Bréal sobre o tema :

The meaning of a word cannot be conceived purely as the sum of what is expressed in the root and in the affixes; everywhere a determination is added, but only in thought, without finding expression in the sound. [...] How little tells us the sound and how much does it give us to understand. (STEINTHAL, 1869, p.282-284, apud NERLICH, 1992, p.138) ²⁹.

Outro indício da repercussão das palestras brealinas apontado por Nerlich é o fato de Auguste Brachet (1844-1898) - segundo a autora, um lingüista que parecia seguir um modelo biologizante da lingüística e que pretendia tornar a etimologia uma ciência tão exata quanto a Zoologia ou a Química - seguir o ponto de vista defendido por Bréal no tocante à mudança semântica, conforme indica a citação:

The study of meanings deals with all the languages at once, in all of them it studies the forward march of the human mind, and in doing so, philology leaves the domain of the natural sciences and enters that of psychology. (BRANCHET, 1867, p. XXV, apud idem)³⁰.

Apresentadas obras anteriores à publicação do **ES** e indícios de sua repercussão junto à comunidade acadêmica, Nerlich ressalta o fato de os lingüistas franceses terem proposto que o entendimento da linguagem não se dá tanto pelo significado das

²⁸ PARIS, Gaston. Review of Schleicher. *Revue critique* 3.241-244.1868.

²⁹ STEINTHAL, Heyman. Anzeige von Bréal. *ZfVPs* (sic) 5.364-366. 1869.

³⁰ BRACHET, Auguste. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. Avec une préface a Emile Egger. Paris: Circa, 1867.

palavras, mas sim por aquilo que não está expresso: o conhecimento situacional e conceitual de base (*conceptual and situational background knowledge*), em contraposição à análise positivista das formas e dos sons então em voga.

Concluindo seu estudo sobre as palestras, Nerlich afirma que a mudança de perspectiva no estudo lingüístico teve Bréal como precursor. Sob a influência desse semanticista, o estudo semântico se deslocou do estudo isolado das palavras para um estudo voltado à comunicação e à compreensão (estudo de como os usuários do idioma entendem o que lhes é dito): “(...) *Under Bréal, French semantics was slowly moving away from the study of isolated words towards a semantics of communication and understanding.*”(NERLICH, 1992, p. 138).

Após expor as propostas de Darmesteter para a constituição de um programa para a Semântica da Língua Francesa, Nerlich volta a fazer referências às obras de Bréal que antecederam o ES.

A autora começa pelas referências a uma carta enviada, em 1879, a Ângelo de Gubernatis. Nessa carta, Bréal menciona seu projeto de escrever um livro sobre as leis intelectuais da linguagem o qual poderia ser chamado de “semântica”. Oficialmente, informa Nerlich, o anúncio de suas intenções foi feito numa comunicação à Associação para a Promoção do Estudo da Língua Grega, na França em 1883. Lembramos que parte do trecho abaixo transcrito foi mencionado por Ullmann (1965,p.8) que utilizou o artigo de 1883 como fonte exclusiva para definir como Bréal concebia a Semântica.

L'étude où nos invitons le lecteur à nous suivre est d'espèce si nouvelle qu'elle n'a même pas encore reçu de nom. En effect, c'est sur le corps et sur la forme des mots que la plupart des linguistes ont exercé leur sagacité: les lois qui president à la transformation des sens, au choix d'expressions nouvelles, à la naissance et à la mort des locutions, ont été laissées dans l'ombre ou n'ont été indiquées qu'en passant. Comme cette étude, aussi bien que la phonetique et la mophologie, mérite d'avoir son nom, nous l'appelleron la sémantique (du verbe semaino)), c'est-à-dire la science des significations. (NERLICH, 1992, p.283).

Sobre o trecho transcrito, Nerlich faz dois comentários. O primeiro deles é sobre o fato de Bréal, apesar de ter nascido e ter sido criado na Alemanha, não fazer qualquer referência à Semasiologia alemã. Embora admita que a re-edição do trabalho de Reisig ainda não tinha sido publicada, Nerlich (1992, p.141) afirma que o fato de outras obras da área estarem disponíveis e não terem sido mencionadas por Bréal indica que o semanticista, aparentemente, quis ignorar não somente o termo semasiologia, mas tudo o que se publicava sob essa denominação na Alemanha. Informa ainda a linguista

(NERLICH, 1992, p.141-142) que, àquela época, estavam disponíveis a primeira edição de **Lingüística Latina** de Reisig (1839), o trabalho de Haase, (1874 e 1880) e o de Heerdegem (1874, 1878 e 1881). O segundo comentário da lingüista é sobre o uso de metáforas biologizantes. No texto de 1883, Bréal faz referências ao “nascimento e morte das locuções”, i.e., utiliza o mesmo tipo de metáfora que, mais tarde, ele mesmo criticaria em sua resenha sobre a obra de Darmesteter (NERLICH, 1992, p. 141 e 142).

Embora Bréal não tenha feito qualquer comentário a respeito da semasiologia, lembramos que o projeto por ele anunciado na associação francesa foi ampliado, quando da elaboração do **ES**. Na comunicação dada aos estudiosos da língua grega, o objetivo da semântica é histórico e lexical. Contudo, na introdução ao **ES**, constamos que houve uma expansão do projeto inicial que passou a ser o estudo das leis intelectuais da linguagem com vistas a dar conta da intervenção da vontade na evolução lingüística (BRÉAL, 1924, p. 2-7). O estudo proposto em princípio passou a fazer parte da “semântica propriamente dita” (p.99), de o que se infere que as outras partes do **ES** constituem uma espécie de “semântica geral”.

Depois de fazer referência ao anúncio oficial de um programa para a Semântica, Nerlich continua a tratar das obras de Bréal que antecederam a publicação do **ES**: um artigo publicado no mesmo ano do anúncio, 1879, e uma resenha abrangendo duas obras: **La vie des mots étudiés dans leurs significations**, de Darmesteter e **Prinzipien der Sprachgeschichte** de Paul, publicada em 1887.

No artigo destinado a apresentar a “ciência da Linguagem” ao público em geral, Bréal contempla a transformação do significado, mas sem utilizar o termo ‘semântica’. No trecho em que trata da origem da linguagem, enfatiza Nerlich, o semanticista afirma – tal qual fizera Littré – que é preciso supor que as mesmas leis hoje atuantes nas línguas modernas foram utilizadas na origem da linguagem. Além disso, duas leis são expostas: a da analogia e a da diferenciação semântica. A primeira é descrita como a utilização de um signo em circunstâncias semelhantes àquelas nas quais o signo foi criado, para expressar uma dada idéia. A segunda, por sua vez, é definida como sendo a atribuição de diferentes valores a signos inicialmente sinônimos. De acordo com Nerlich, as citadas leis constituiriam os fundamentos, a coluna vertebral do **ES**: “(...) *These two laws of the differentiation of synonyms and of analogy would be the backbone of the Essai published in 1897.*” (NERLICH, 1992, p.142).

A respeito da resenha de Bréal sobre as obras de Darmesteter e Paul, Nerlich informa que ela foi publicada na íntegra em 1887 e que, posteriormente, uma versão resumida foi anexada ao **ES**, a partir da terceira edição. Nessa obra, duas questões são levantadas, pois o semanticista questiona se é possível formular leis de acordo com as quais o significado das palavras se transforma e indaga quais são as causas da mudança.

No tocante à primeira questão, Bréal julgou impossível elaborar leis capazes de prever a transformação do significado das palavras. A complexidade do assunto e o fato de as causas da mudança semântica serem muito numerosas e heterogêneas impossibilitariam o empreendimento. No **ES**, contudo, aponta Nerlich, o próprio conceito de lei foi redefinido, possibilitando a descoberta das leis descritas ao longo do ensaio. Naquele momento, porém, apenas a classificação das mudanças de acordo com certas categorias parecia viável.

Com relação à segunda pergunta, sobre as causas das mudanças, Bréal arrola várias hipóteses. A principal diz respeito à atuação de forças provenientes das faculdades humanas: para Bréal, as palavras não apresentam vida própria, mas são modificadas de acordo com os atos da mente. Nesta proposta, avalia Nerlich, há uma crítica implícita aos colegas alemães que estudavam as mudanças semânticas de *per si*. Notamos que há, nessa proposta, para além do teor crítico apontado, os germes do conceito de leis intelectuais, visto que a idéia de que a mudança lingüística se relaciona a operações mentais foi retomada e aprofundada no **ES** na parte que trata das leis intelectuais da linguagem.

Outra causa diz respeito ao fato de as palavras influenciarem-se mutuamente, mesmo quando distantes umas das outras. Essa influência, esclarece Bréal, é especialmente perceptível no caso de palavras sinônimas em que a introdução de uma nova palavra pode perturbar todo o idioma. Como se percebe pela paráfrase fornecida por Nerlich, essa causa é mencionada numa oração concessiva, através da qual Bréal desfaz uma suposta oposição entre o processamento mental e a inter-relação entre as palavras com fatores de mudança, deixando claro que considera ambas as causas válidas:

It's true, he wrote, that words exert an influence on each other, even at a distance, and this especially in the case of synonymy, where the introduction of a new word causes a disturbance in the whole system of language (to use a Saussurian expression), or in the more frequent case, where a word already in use is applied to designate a new idea. But none of

this had anything to do with 'life' of words – for Bréal, we are dealing here with simple acts of the mind (see p. 191)." (NERLICH, 1992, p. 147, grifos nossos)

Chamou-nos a atenção o fato de Nerlich ter se utilizado do termo saururiano “sistema da língua” para parafrasear o pensamento de Bréal. Primeiro, por indicar que ambos, Bréal e Saussure, compartilham o pressuposto de as palavras se influenciarem mutuamente formando um sistema, fato que torna possível afirmar haver entre eles certa afinidade. Segundo, pelas conclusões que se podem tirar do fato de o semanticista levar em consideração a sistematicidade da língua.

Se Bréal analisa a evolução semântica das palavras sem perder de vista que elas formam um sistema, não se pode afirmar que siga a metodologia utilizada por seus pares que estudavam as palavras de modo isolado e atomístico, conforme já comentamos. Olhando por este ângulo, as propostas brealinas distanciam-se da Lingüística pré-Saussuriana, aproximando-se da Lingüística Estruturalista, se bem Bréal nunca tenha estudado a “língua” em detrimento da “fala”.

O contexto de uso é outro fator importante apontado por Bréal. Esse contexto, segundo Nerlich, foi posteriormente explorado por Meillet (indicando proximidade com o ponto de vista adotado pela Sociolingüística): dependendo do grupo de pessoas que usa as palavras, diferentes significados lhes serão atribuídos. Isto ocorre de modo mais evidente quando uma mesma palavra é utilizada por pessoas de diferentes profissões ou ofícios. A palavra *operation* – exemplifica Bréal tem significados distintos conforme, seja usada por um cirurgião, um general, um matemático, etc. Dado o exemplo, Bréal explica tratar-se de polissemia.

Após informar que o termo polissemia fora introduzido na Lingüística por Bréal, Nerlich, em nota de rodapé, tenta traçar um histórico para o conceito: em 1832, Schlegel utilizara o termo “polysemtantisch”; em 1861, Pott faz referência à “polysementie” e Max Muller, em 1864, ao termo “polyonymy”: “*Some possible precursors are Schlegel (1832:42): “polysementisch”; Pott (1861: 5): “Polysementie”; Max Müller (1864: 568): “polyonymy. (...)”* (NERLICH, 1992, p.284) ³¹.

Recuando ainda mais no tempo, a lingüista encontra em trecho de um texto escrito por Dante, em latim, a primeira ocorrência do termo. Nesse trecho, Dante se

³¹ SCHLEGEL, August Wilhelm von. **Réflexions sur l'étude des langues asiatiques adressées à Sir James Mackintosh, suivies d'une lettre à M. Horace Hayman Wilson.** Bonn: Weber; Paris: Mase, 1832. MÜLLER, Frierich Max. **Lectures on the Science of Language Delivered at the Royal Institution of Great Britain in March, April & May, 1863**, 1864

refere a um poema e afirma, segundo tradução aproximada por nós elaborada, que “Essa obra não tem propriamente um sentido simples, em suma, pode-se dizer que é polissêmica (ou há nela polissemia), por ser de sentido plural (ou por ter vários sentidos):

However, the first to use the word polysemous in its modern sense was Dante who referred to the ‘polysemous’ character of a poem. He writes: “Istius operis non est simplex sensus, immo dici postest polysemum, hoc est plurium sensuum.” [Dante Epist. [...] as quoted in 1884 in the Athenaeum (see Oxford English Dictionary, 1989, vol.XII: 75, coll)]. (NERLICH, 1992, p.284).

Dando continuidade à análise da polissemia, Bréal explica que ela pode ter como fonte, para além do *milieu* social, a necessidade de expressar idéias e sentimentos de modo pitoresco, efeito frequentemente alcançado por meio da metáfora. Mesmo admitindo que a metáfora provoca os processos de concatenação e radiação descritos por Darmesteter, Bréal contra-argumenta que tais processos só preocupam os lingüistas, pois em nada interessam ao usuário do idioma que produz e compreende o significado das palavras com base no momento e no lugar da enunciação, isto é, *hic et nunc*.

Essa afirmação, analisa Nerlich, radicalizou o preceito segundo o qual é necessário esquecer a etimologia e indicou a possibilidade de se fazer uma semântica sincrônica nos moldes saussurianos. Com Bréal, conclui Nerlich, a disciplina foi aos poucos deixando de ser uma semântica voltada para a transformação para ser uma semântica que estuda a compreensão: “(...) *Bréal thereby radicalized the theorem of the forgetting of etymology and indicated the possibility of a synchronic semantic à la Saussure. In Bréal’s hands, semantics was slowly being changed from a semantics of transformation to a semantics of comprehension.*” (NERLICH, 1992, p.148).

Ressaltamos que o trecho transcrito é o segundo em que a lingüista relaciona Bréal a Saussure, apontando, implicitamente, para a existência de afinidades entre ambos. Assim como Bréal se distinguiu de seus pares por não proceder a um estudo atomístico de palavras isoladas, o semanticista tampouco se voltou ao estudo exclusivamente histórico da linguagem. Lembramos que a defesa de se adotar também o ponto de vista “do presente” é outro ponto de convergência da Semântica brealina com a Lingüística Estruturalista.

Esclarecendo o ponto de vista defendido por Bréal, a lingüista explica que a preocupação do semanticista não estava em elaborar uma cronologia do significado de

uma palavra ou em determinar o significado anterior de uma dada palavra no tempo, mas sim em analisar o que está ao redor dela. Este tipo de análise, informa Nerlich, relacionando mais uma vez as propostas brealinas com as estruturalistas, consiste em levar em consideração os eixos paradigmáticos e sintagmáticos de análise: “*What interested Bréal was not what precede this or that meaning of a word in time, but what surrounded it on the syntagmatic and paradigmatic level, as one would say nowadays. (...)*”. (NERLICH, 1992, p.147).

Feita esta observação, Nerlich informa que a adoção deste ponto de vista por parte de Bréal motivou-o a criticar Darmesteter e Paul por estudarem apenas palavras isoladas e negligenciarem grupos de palavras, fórmulas e locuções (as quais, ressaltamos, foram analisadas por Bréal em capítulo dedicado aos “grupos articulados”, localizado na segunda parte do ensaio), casos nos quais a mudança semântica ocorre mais vagarosamente.

Bréal também acusa Darmesteter e Paul por terem subestimado dois fenômenos: a real natureza da organização do pensamento na mente e o papel do ouvinte na comunicação. Com relação ao primeiro tópico, Bréal defende que a organização do pensamento na mente não ocorre lexicalmente – isto é, considerando-se as palavras como unidades – mas sim ideologicamente, pois são as idéias que constituem e a contribuição do ouvinte. Com relação ao segundo, enfatiza que tal qual o falante, o ouvinte também colabora para a construção das idéias.

A consideração do ouvinte como co-responsável pela construção do sentido (tópico que, a nosso ver, é retomado no **ES**, na parte que trata do eufemismo) dá margem a que Bréal enfatize sua concepção de mudança lingüística como um trabalho de colaboração. Defende o semanticista que, ao entendimento, não é necessário que haja uma expressão lingüística que seja a imagem perfeita de uma idéia. A expressão da idéia pode, inclusive, tornar-se ser mais extensa, mais breve, elíptica, etc, sem que se comprometa a compreensão, pois, para tanto, não é preciso saber a etimologia das palavras, mas sim o uso (*usage*) que une dado signo a dado objeto: “*Une fois qu’un signe a été trouvé et adopté pour un objet, vous pouvez le tronquer, le réduire matériellement: il gardera toujours sa valeur. A une condition toutefois, savoir, que*

l'usage qui attaché le signe à l'objet signifié reste ininterrompu.” (BRÉAL, 1887a, p. 204, apud NERLICH, 1992, p.284)³².

No trecho citado, aponta Nerlich, está em jogo um tema que pode ser considerado como o reverso do tema da imperfeição da linguagem. Trata-se do tema da adequação da linguagem, tópico compartilhado com vários estudiosos (Darmesteter, Wegener, Stöcklein, Oertel, Wlander e Stern), cuja fonte, segundo a lingüista, está em Whitney, que estudara o assunto na obra **The Life and Growth of Language: an outline of linguistic science** publicada em 1875. Observamos que esse tópico está presente no **ES**, no capítulo que trata de “Como os nomes são dados às coisas”, localizado na segunda parte do ensaio.

A importância do uso como fator de adequação da linguagem e de promoção de sentido também é mencionada e analisada na obra de Nerlich dedicada à Pragmática. Nessa obra, ela e Clarke equiparam Reid e Wittgenstein a Bréal em virtude de, para todos eles, a única coisa realmente necessária à inter-compreensão é haver um consenso tácito sobre o uso de um signo. Se saber o significado de uma palavra é saber como utilizá-la, o uso que o determina não é o primeiro, etimológico, mas sim o último. Este ponto de vista — apontam Nerlich e Clarke — é compartilhado por Wittgenstein para quem o significado é a última interpretação: “(...) *In Wittgensteinian terms <<meaning [...] is the last interpretation>>*”. (WITTGENSTEIN, 1958, p. 54, apud NERLICH ; CLARKE, 1996, p.245)³³.

Outro tema discutido na resenha é se os fatos lingüísticos são acidentais ou intencionais. Responde Bréal que eles são inspirados e guiados por uma vontade inteligente (ressaltamos que a comprovação de sua hipótese constituiu-se, depois, no objetivo final de todo o **ES**): “*Il semble que la linguistique moderne confonde l'intelligence avec la réflexion. Pour n' être pas premedites, les faits de langage n' en sont pas moins inspirés et conduits par une volonté intelligente*”. (NERLICH; CLARKE, p.245).

A proposta transcrita, demonstra Nerlich, coincide com as de Whitney que, em obra publicada em 1867, apontou, de forma mais clara que Bréal, o papel da vontade na mudança lingüística. Entretanto, Darmesteter, Victor Henry, Antoine Meillet, entre outros, ressalta a lingüista, preferiram não seguir as propostas de Bréal. Darmesteter

³² BRÉAL, “Le histoire des mots”. **Revue des deux mondes**, 1887a.

³³ WITTGENSTEIN, Ludwig. **The Blue and Brown Books**, Oxford: Blackwell, 1958.

adotou uma posição intermediária, admitindo a importância do sujeito, mas enfatizando o papel da coletividade. Victor Henry considerou a linguagem como um produto de atividades inconscientes levadas a cabo por um sujeito consciente, sendo que a mudança lingüística (em todos os níveis), nas palavras de Nerlich, dependeria da “ativação” de processos inconscientes. Antoinet Meillet, por sua vez, afirmou que a proposta de Henry era uma solução definitiva para o dilema.

Por fim, Nerlich trata da avaliação ou julgamento que Bréal faz de **La vie des mots étudiés dans leurs significations**, de Darmesteter, e **Prinzipien der Sprachgeschichte**, de Paul. Nerlich afirma, com base num determinado trecho da versão resumida da resenha incluída no **ES** a partir da terceira edição, que, segundo Bréal, ambas as obras se complementam e estabelecem a Semântica como disciplina lingüística que estuda cientificamente a mudança semântica.

A consulta ao trecho mencionado, contudo, indica-nos que Bréal não atribui a essas obras a capacidade de terem estabelecido a Semântica como uma disciplina da lingüística. Bréal não afirmou que as obras de Darmesteter e de Paul tinham sido obras fundadoras, apenas admitiu que esses livros eram livros de Semântica.

[...] *The two books by Darmesteter and Paul, which appeared in 1887 and 1886 respectively, complement each other, and together establish semantics, the science of semantic change, as a linguistic discipline. (see Bréal 1924 [1897]: 280-281). [...]* (NERLICH, 1992, p.146).

[...] *Au fond, ces deux ouvrages se complètent l'un l'autre: ce sont des livres: de Semantique.* (BRÉAL, 1924, p.280-281, grifos do autor).

9.2 Apresentação e análise do ES

Nerlich começa a apresentação do **ES** explicitando a concepção de linguagem utilizada por Bréal e especulando sobre o que o teria motivado a elaborar o ensaio. Bréal concebia a linguagem não como um organismo regido por leis naturais, mas sim, como algo que é trabalhado por seres humanos, por intermédio da mente e da vontade.

Tal concepção, informa a lingüista, foi vista como uma heresia por seus contemporâneos, prova disso é a resenha do **ES** feita por Paul Reugnaud em 1898 (que 10 anos antes, publicara um livro sobre Lingüística Evolucionista). Nessa resenha, esse autor exterioriza sua indignação: a seu ver, para a Semântica ser considerada uma ciência, era necessário que estivesse baseada, tal qual ocorre com a Fonética, em leis estritas que apresentassem causas fatais e legais.

O apelo às ciências naturais e o modelo fornecido pelas leis fonéticas, estritas e absolutas, postuladas pelos neo-gramáticos, explica Nerlich, exerciam uma influência poderosa no estudo científico da linguagem, com inclusão da Semântica. Para a autora, através do **ES**, Bréal tinha por objetivo diminuir este poder de atração para, assim, desmistificar a lingüística.

Continuando a tratar da reação suscitada pelo **ES**, Nerlich dá notícias sobre a repercussão da obra na Alemanha, na Inglaterra e na França.

Na Alemanha, o **ES**, a longo prazo, influenciou a Semântica alemã, ainda que, num primeiro momento, a obra tenha sido avaliada como não apresentando qualquer contribuição para a Semasiologia e tenha sido criticada por tratar a Semântica a partir de uma perspectiva muito ampla. Na Inglaterra, o ensaio foi traduzido em 1900, por Lady Victory Welby, e, nas palavras de Nerlich, despertou a Semântica de seu sono lexicográfico e etimológico.

Com relação à recepção do ensaio na França, Nerlich explica que, à época da publicação, a filosofia da linguagem do século XVIII fora relegada à “lata de lixo” da Lingüística pelos filólogos “oficiais”, embora as idéias de Bréal tenham sobrevivido por mais tempo em cursos e palestras populares. Nesse contexto, continua Nerlich, Bréal conseguiu, por meio de seu ensaio, renovar a atenção dada à mente humana, à linguagem como instituição social e à análise das palavras enquanto signos.

De modo a detalhar melhor como Bréal retomara a filosofia do século precedente, a lingüista aprofunda-se no estudo das fontes utilizadas para a elaboração do ensaio, apesar de admitir ser difícil apontar com segurança quais foram essas fontes, uma vez que a maioria das idéias propostas foi fruto da reflexão individual do autor sobre matérias semânticas.

Não obstante esta dificuldade, Nerlich afirma que, em sua Semântica, Bréal aplicara conceitos elaborados por Etienne Bonnot de Condillac (1714-1780), Antoine Louis Claude Destutt de Tracy (1754-1836) e Joseph Marie Dégerando (1772-1842), membros do movimento ideológico (*‘ideologie’*), mas esclarece que a perspectiva puramente filosófica por eles adotada fora substituída por uma perspectiva histórica.

No tocante ao primeiro filósofo citado, a lingüista reproduz um trecho do **ES** no qual Condillac é citado textualmente por Bréal (1924, p.255) e comenta-o mostrando as semelhanças e divergências teóricas existentes entre ambos os autores. Desse filósofo, Bréal adotou integralmente a idéia de que as palavras são signos – segundo Nerlich,

com o intuito de mostrar que as palavras não são organismos – e a de que o progresso da mente e do conhecimento ocorre em paralelo com o progresso da linguagem. Esta idéia contraria a crença do século XIX de que a evolução lingüística era sinal de decadência, esclarece Nerlich.

Não obstante essa semelhança, Bréal opõe-se à importância atribuída à etimologia por Condillac, que acreditava que o estudo da etimologia revelava o significado real e original das palavras e dava pistas sobre como a mente era constituída. Ao contrário do filósofo, o semanticista não valoriza o estudo etimológico, pois relaciona o progresso da linguagem ao seu progressivo esquecimento e tampouco acredita que o significado etimológico seja o significado real das palavras: para Bréal, as palavras não apresentam um significado de *per si*, pois são simples cômputos para a aritmética mental, signos utilizados sem que se pense em seus ancestrais etimológicos.

Feita a distinção entre ambos os autores, Nerlich enfatiza que o objetivo de Bréal era o de descobrir leis intelectuais subjacentes à mudança semântica. Tais leis, avalia ela, equivalem a leis cognitivas, afirmação que, para nós, caracteriza a Semântica de Bréal como precursora da Semântica Cognitiva:

*What Bréal wanted to find were not the original meanings of words, but **the intellectual or, as one would say, cognitive laws** which underlie the semantic changes that one can observe in language, and which are the necessary result of our unreflected but intelligent and intentional language-use. (NERLICH, 1992, p.158, grifos nossos).*

Após informar que os semanticistas alemães também buscavam leis semânticas, mas que Bréal – exceção feita a Paul's (sic) – não os menciona, Nerlich enumera o que, para ela, são conceitos fundamentais do **ES**: a concepção de linguagem e o objetivo da Semântica. A natureza da linguagem está em sua utilização por seres humanos com vista à comunicação, isto é, como instrumento para a compreensão mútua. Dada a natureza da linguagem, o objetivo da Semântica é estudar como a linguagem possibilita ao homem comunicar-se e compreender-se e de que modo a linguagem evoluiu até transformar-se em instrumento de comunicação e inter compreensão mútua.

Dado esse objetivo, a Semântica abrange não apenas o estudo das palavras, mas também a morfologia e a sintaxe, pois são analisados todos os instrumentos utilizados na construção do sentido, no fazer-se entender pelo outro: *“Semantics has to study how it served these purposes and how it had evolved from these purposes. Semantics thus embraced the study of not only words, but of morphology and syntax as well: all*

instrumental in making ourselves understood – in making sense.” (NERLICH, 1992, p.159).

Julgamos ser digna de nota a maneira pela qual Nerlich define o objeto da Semântica de Bréal, pois sua definição indica que a lingüista levou em consideração o ensaio como um todo e não somente a segunda parte, caracterizada como sendo aquela que trata da “semântica propriamente dita”.

Também avaliadas como fundamentais no **ES** são as explicações formuladas para a mudança semântica. A teoria elaborada por Bréal, ressalta a autora, fundamenta-se em três conceitos-chave: história, inteligência e vontade.

O primeiro conceito, esclarece, não está relacionado ao estudo da sucessão cronológica de umas palavras por outras: quando Bréal afirma que o significado de uma palavra é determinado historicamente, deve-se entender que se deve estudar a situação histórica na qual uma palavra é ou foi utilizada, levando em consideração seu contexto lingüístico, isto é, o estado da língua naquele momento. Esta perspectiva, aponta Nerlich, – mais uma vez utilizando conceitos estruturalistas e evidenciando afinidades entre as abordagens – substituiu a história como diacrônica pela história dos estados sincrônicos:

This historical grounding also includes the state of the language at a given time, that is, the linguistic context. The actual meaning of a word [...] depends on the historical state of the world and the language. History as diachrony, so important for other 19th-century linguistics, is here replaced by the history of synchronic states. The meaning of a word is historically determined, but not by where it came from – historically- but where it ‘stands’- historically. (NERLICH, 1992, p.159).

O conceito de inteligência, por sua vez, não equivale ao de reflexão, pois, adverte Nerlich, Bréal utiliza-o para mostrar que as pessoas não falam num ato reflexo ou instintivo, mas porque pensam e querem comunicar-se.

O conceito de vontade, por fim, não deve ser entendido como “a vontade de mudar a língua”, mas como aquilo que nos move, nos motiva a falar. Os motivos que levam as pessoas a se comunicarem com outras, pontua Nerlich, é descrito por Bréal no capítulo dedicado à subjetividade da linguagem: não se trata apenas de mera transferência de pensamentos, mas também de exteriorizar a curiosidade por alguma coisa, a ânsia de saber algo, o desejo de que alguém faça algo, e assim por diante.

Feita esta apresentação geral do ensaio, a nosso ver bastante fidedigna, Nerlich dedica-se à explicação, à análise e ao comentário de tópicos considerados como os mais importantes da obra: as leis intelectuais da mudança semântica, a analogia, a polissemia e a elipse e, por fim, o elemento subjetivo da linguagem, cujo teor é relacionado à Pragmática.

Num primeiro momento, a autora explica haver dois tipos de leis intelectuais: as que atingem tanto o formal quanto o semântico e são descritas na primeira parte do **ES**, e as que operam exclusivamente no nível semântico, apresentadas na segunda parte dessa obra.

Nerlich esclarece – explicação que evidencia, mais uma vez, afinidades entre Bréal e a Semântica Cognitiva – que as todas as leis descritas por Bréal descrevem regularidades observadas nas mudanças, que são decorrentes de certas tendências mentais como a de substituir a síntese pela análise, a de partir do concreto para o abstrato e do individual para o geral. Tratam-se de tendências em direção ao progresso e ao aperfeiçoamento que integram ou são beneficiadas por progressos históricos:

They are intellectual laws: that is, regularities of change that stem from certain tendencies of the mind, from the mind's striving for more and more perfection and progress, often integrating or profiting from historical progress. The laws of form and meaning, for example, are based on the mind's tendencies to replace synthesis by analysis; the laws of meaning-change exemplify the mind's tendency to go from concrete to the abstract, from the individual to the general and from single occurrences to a certain multiplication and proliferation. (NERLICH, 1992, p.160).

À continuação, as leis e os tópicos que constituem a primeira parte do ensaio são enumerados, ressaltando-se, contudo, que a autora chama de Lei de Diferenciação de Sinônimos - *law of differentiation (of synonyms)* – a lei que Bréal designara como Lei de Repartição a qual não se limita à diferenciação de sinônimos.

Nerlich também elenca os tópicos abordados na segunda parte do **ES** e caracteriza o tema da polissemia como o assunto mais importante do ensaio, por ter sido analisado, pela primeira vez, em profundidade: - “(...) *it's central focus is the topic of polysemy, a theme that Bréal discussed for the first time at any length..*” (NERLICH, 1992, p.160) .

Finalizando sua síntese do ensaio, a autora descreve a terceira parte do **ES**. Observa que os três últimos capítulos da parte anterior (que estudam a semântica de grupos sintagmáticos) dão margem para o assunto da última parte do ensaio: a sintaxe.

Após mencionar os capítulos que compõem essa terceira parte da obra e descrever brevemente alguns dos assuntos tratados, a lingüista destaca aspectos do **ES** que julga como particularmente importantes, quais sejam: o elogio e a valorização da lógica popular (“*folk-logic*”) como aquela que comanda a linguagem em detrimento da lógica acadêmica e o elemento subjetivo da linguagem sobre assuntos que atualmente seriam caracterizados como sendo relativos à Pragmática: “(...) *But we also find in the Essai an eulogy of popular or folk-logic that governs language (and not ‘academic’ logic), and a chapter on the ‘subjective element’ in language which deals with pronouns and with what one would nowadays call aspects of ‘pragmatics.’*” (NERLICH, 1992, p.160).

Apresentado o **ES** em termos gerais, a estudiosa volta-se a temas que considera como alguns dos *insights* mais importantes de Bréal. Havendo outros tópicos importantes, infere-se que a escolha feita reflete uma leitura parcial que enfatiza certos assuntos do ensaio em detrimento de outros: “*In this chapter I shall only point out some of Bréal’s important insights. One such insight can be found in his chapter on analogy, another in this treatment of polysemy and yet another in this chapter on subjectivity in language.*” (NERLICH, 1992, p.161).

Depois de definir e fornecer um exemplo de analogia, a autora cita um trecho do **ES** no qual a criação de leis pelo povo é proposta como uma das causas da analogia:

*We are now speaking of a rule not yet formulated; a rule at which mankind strives to guess, and which we see children trying to discover. **By presupposing its existence, the people actually creates it.** The idea that Language is obedient to fixed laws is profoundly impressed on the popular mind; indeed nothing can be more reasonable, since, without laws, Language would cease to be intelligible, and would fail in its primary and only object. (p.72-73; Engl.transl.1964 [1900] : 72 (italics added). (NERLICH, 1992, p.161).*

Para a lingüista, o ponto de interesse do trecho citado (BRÉAL, 1924, p. 72-73) não está na asseveração de a linguagem ser governada por leis, mas sim no fato de essas leis serem vistas como pressupostas pelos falantes. O processo pelo qual as leis são pressupostas é comparado àquele que resulta na convencionalização das implicaturas conversacionais, interpretação que evidencia ser pragmática a leitura proposta por Nerlich:

What is important here is not that Bréal believed that language is rule-governed, but that the rules of a language are not God-given or eternal and universal blue-print in our minds; rather, that they are created because we

assume that they are there (similar to the conventionalization of conversational implicatures). And one of the major ways of creating (new) rules is by analogy. (NERLICH, 1992, p.161).

Abordado o tópico da analogia, Nerlich trata da polissemia que, segundo explica, decorre de os novos significados que as palavras adquirem pelo uso – via atuação das leis de extensão, restrição, metaforização, etc – não eliminarem, automaticamente, os significados velhos. Após citar um trecho que comprova suas afirmações (BRÉAL, 1992 [1904], p.103), a lingüística avalia, contextualiza e interpreta o conceito proposto por Bréal.

Devido à polissemia ser fruto da possibilidade de uma forma velha designar uma nova idéia, ela evidencia que é o significado e não a forma que promove a evolução lingüística. Dada a importância deste princípio, a lingüista conclui que todas as propostas do ES giram em torno da polissemia: *“The concept of polysemy seems to be the centre of gravity around which Bréal’s whole semantics rotates”*. (NERLICH, 1992, p.162).

A multiplicação do significado das palavras, Bréal faz questão de esclarecer, não confunde falantes e ouvintes quando da utilização de uma palavra polissêmica. As palavras, explica ele, sempre são usadas no contexto de um discurso e numa dada situação, circunstâncias que eliminam todos os significados excedentes a favor daquele que está sendo utilizado.

Esse ponto de vista, informa Nerlich, foi elaborado por Erdmann em 1900, que, não obstante ter percebido ser a polissemia uma das principais características da linguagem humana, a considerava uma desvantagem, ao contrário de Bréal que via, na polissemia, um sinal de progresso intelectual e social que servia como evidência para sua crença no progresso da linguagem, do pensamento e da sociedade.

Aprofundando-se na análise do processo por meio do qual uma palavra polissêmica apresenta, em discurso, apenas um significado, Nerlich relaciona a proposta de Bréal a certos conceitos propostos por Paul e por Wegener. O primeiro propusera a existência de dois tipos de significado, usual e ocasional, distinção equivalente àquela que Bréal propõe entre significado e valor – se bem que esses termos flutuem bastante ao longo do ensaio, adverte a lingüista – : a palavra polissêmica tem vários significados, porém, ao ser utilizada apresenta um valor apenas. A defesa da determinação do significado de acordo com a situação, por sua vez aproxima Bréal de Wegener para quem a determinação situacional do significado também era fundamental:

In discourse, words have a situated, contextualized value, determined by the situation and the topic: by what we are talking about. This situational determination of meaning was also central to Wegener's conception of language, and to Paul's conception of semantics. Paul therefore differentiated between 'usual' and 'occasional' meaning, a differentiation that was captured in Bréal's distinction between meaning and value (although these terms fluctuated somewhat in meaning in his theory). (NERLICH, 1992, p.162).

Na obra elaborada por Nerlich em co-autoria com Clarke, retoma-se o conceito de valor enquanto significado não convencional e determinado pelo contexto. Em uma das referências feitas a Bréal na referida obra, os autores informam como o semanticista concebia o processo de compreensão da língua, retomam a distinção entre significado e valor, comparam essas noções com as de Saussure, para então fazerem remissão à Pragmática :

[...] Language understanding is always based on two other environments: the system of latent mental ideas and the always historical context in which a language is spoken. The value of linguistic signs depends on the preceding situation, the present situation, the time, place, and actors involved in a linguistic encounter (cf. Chou 1982: 364). As Wolf has demonstrated in a recent article (Wolf, ms.1994) this is exactly the point where Bréal's and Saussure's views on signs and meaning diverge. They both use the term 'value', but in Saussure's conception the value of a sign is determined intrasystemically, in Bréal's conception the value of sign is also determined by reference to its contexts of use, that is pragmatically. (NERLICH; CLARKE, 1996, p.243-244).

Seguindo a ordem linear dos tópicos do ensaio de Bréal, na obra dedicada à Semântica, Nerlich, após analisar o conceito de polissemia, passa a tratar de uma causa particular de polissemia: a abreviação de expressões. No **ES**, o capítulo sobre a polissemia é complementado por outro que trata da redução de expressões como uma causa particular de polissemia: uma expressão pode ser mutilada, reduzida a um só termo e o significado expresso por ela permanecer inalterado. A palavra que resta adquire o significado de toda a expressão, tornando-se polissêmica.

Esse fenômeno (designado por Nerlich pelo termo *elipse*) e aquele por Bréal designado de *idéias latentes*, no artigo publicado em 1868, explica a lingüista, evidenciam que, nesses casos, o falante conta com o esforço criativo e interpretativo do ouvinte: na polissemia o ouvinte adapta a palavra ao contexto; na redução, há o preenchimento de lacunas por meio de inferências elaboradas a partir do contexto. Desse ponto de vista, as palavras contêm instruções a partir das quais o significado emerge por aproximação, de acordo com a função que a palavra apresenta:

In both cases, in the case of polysemy and of ellipsis, the speaker relies on the creative, interpretative effort of the hearer. In the case of polysemy, she (sic) adapts the word to the context, in the case of ellipsis she (sic) fills in the gaps by inferences drawn from the context [...] Words do not transport meanings between speaker and hearer: they are catalysts or instructions that make meaning emerge by tapping the already existing knowledge. Words do not 'map' things, and sentences do not picture states of affairs. Speakers and hearers map words with thoughts according to their function, in a creative and active way [...]. (NERLICH, 1992, p.162-163).

A preocupação por descrever como se dá o processo de compreensão da linguagem de acordo com Bréal, também está presente na obra dedicada à Pragmática. Após mencionar a polissemia e a “elipse” (redução, nas palavras de Bréal), os autores sintetizam o trecho supracitado – “ (...) *Communication and understanding are only possible as 'situated actions', situated in a especial situation of discourse and relying on a ever changing network of mental clues (...)*”. (NERLICH ;CLARKE, 1996, p.244). – e aprofundam a análise.

O processo de compreensão da linguagem, do ponto de vista de Bréal, é fundamentado por um trecho do ensaio no qual o semanticista explica haver uma desproporção permanente entre “o nome” e “a coisa” designada por esse nome. Nesse sentido, Bréal esclarece que essa desproporção não é percebida pelos usuários. Para o falante, a expressão é proporcional à “coisa” graça às circunstâncias, ao lugar, ao momento e à intenção do discurso. O ouvinte, por sua vez, vai direto ao pensamento do falante restringindo ou ampliando a palavra sem se preocupar com seu significado - o termo utilizado por Bréal é ‘valor’ - literal (BRÉAL, 1924, p.107).

Após citarem o trecho em inglês - no qual a flutuação teminológica é suprimida pela substituição do termo ‘valor literal’ com o sentido de ‘significado convencional’ por “*literal bearing*” – os autores concluem que a teoria semântica de Bréal é cognitiva, pragmática e dialógica: “*Bréal's theory of language and meaning is thus a cognitive, pragmatic and a dialogical one, taking into account the speaker, the hearer, the intention and the background, factors which all interact to make it possible for the hearear to understand an utterance.* (NERLICH ; CLARKE, 1996, p.244).

Observamos que essa caracterização da proposta brealina como cognitiva é feita no livro de Nerlich dedicado à Semântica com base na definição de lei intelectual que a autora caracteriza como sendo leis cognitivas. Entretanto, na obra da autora em co-autoria com Clarke, obra dedicada à Pragmática, essas mesmas leis são vistas como leis semânticas e pragmáticas da linguagem: “*What Bréal wished to find were the*

intellectual laws of language [...], that is semantic and pragmatic laws of language (...)”. (NERLICH; CLARKE, 1996, p.245).

Enfatizamos que esta mudança na análise da natureza das leis intelectuais da linguagem, evidencia que, em Bréal, cognição e uso estão tão imbricados que se torna difícil distinguir o que seria relativo à Lingüística Cognitiva daquilo que caberia à Pragmática.

Tanto na obra dedicada à Semântica, quanto naquela dedicada à Pragmática, as referências a Bréal são concluídas com informações a respeito de um capítulo da terceira parte do **ES** chamado “O elemento subjetivo”. Trata-se do capítulo em que Bréal estuda as marcas de subjetividade na linguagem, recursos lingüísticos que permitem a expressão da subjetividade do falante. São analisados os pronomes pessoais, advérbios como “talvez” e “felizmente”, os modos e tempos verbais e o dual.

Quanto a essas informações do **ES**, na obra dedicada à Semântica, Nerlich informa que, para Bréal, a classe dos pronomes é a mais antiga de todas e estaria na origem da linguagem em geral e no começo do processo de aquisição da linguagem. Adverte serem falsas ambas as hipóteses de Bréal, pois o uso do pronome ocorre numa das etapas finais de aquisição da linguagem. De acordo com Wegerner (1885), o único indicador de subjetividade na linguagem primitiva teve ter sido o tom de voz. A falsidade das hipóteses de Bréal, enfatiza Nerlich, não diminui em nada o mérito de sua análise : ter apontado a natureza peculiar dessa classe de palavras:

But the falsity of his basic assumption about pronouns in the lexicon does not diminish Bréal's merit in pointing out the peculiar status of pronouns in the lexicon, their 'existencial' value for the speaker and their paradigmatic value for a theory of language interested in the conversion of language into speech (see Benveniste 1966 [1958]). (NERLICH, 1992, p.163).

No trecho transcrito, Nerlich finaliza sua análise do elemento subjetivo da linguagem remetendo o leitor a Benveniste pois conclui que Bréal foi seu precursor. Essa avaliação também é feita na obra dedicada à Pragmática:

Over and above its [da linguagem] intellectual function of representing thoughts of the world, language has thus an expressive of affective function. These terms (intellectual/affective) were not used by Bréal himself, but they would be used by Charles Bally, another for runner of the modern French theory of enunciation of which Bréal was the father. On their legacy, Emile Benveniste (1092-1976) erected the theory of enunciation, where the speaking subject appropriates language, marks it by her subjectivity and uses it to act upon other subjects and the world. (idem, p.165).

[...]. From Bréal's analysis of the 'subjective elements' in language would emerge the counterpart to Anglo-American pragmatics, the French theory of enunciation. One can here trace a direct line from Bréal, through Bally, to Benveniste, a line that had started with the Idéologues. (NERLICH ; CLARKE, 1996, p.246).

De acordo com os trechos transcritos, a análise do elemento subjetivo da linguagem pode ser filiada à teoria da enunciação francesa. Um dos elos entre Benveniste e Bréal está na análise dos pronomes pessoais; outro, na crítica à análise estritamente lógica da linguagem que se torna artificial por não levar em consideração o elemento subjetivo da linguagem, mais tarde designado por Benveniste como sendo o “elemento afetivo” da expressão.

Em que pese a correção e justiça dessa avaliação, chamou-nos a atenção ela não ter sido explicitada ou demonstrada. A análise de Bréal para os pronomes pessoais praticamente não é descrita. Nerlich limita-se a informar que os pronomes são os exemplos extremos de uma teoria dinâmica do significado, pois é o melhor exemplo de que as palavras têm seu significado mudado, adquirindo um valor particular quando utilizadas num discurso (NERLICH, 1992, p.163). Com relação à ligação entre “elemento afetivo” e “elemento subjetivo”, ela é tão somente asseverada, após uma análise pragmática de alguns trechos do ensaio e da tese de doutorado de Bréal.

Na obra de Nerlich dedicada à Semântica, a primeira citação do capítulo que trata do elemento subjetivo da linguagem mostra como Bréal concebia o modo imperativo: união da idéia de ação à do desejo do falante. Na análise deste modo verbal, explica o semanticista, é inútil procurar em que sílaba estaria a expressão imperativa por que ela também é expressa pelo tom de voz, pelo semblante e pela atitude corporal. (BRÉAL, 1924, p.240).

Notamos que, no trecho a seguir transcrito, a análise do modo imperativo é interpretada como a descrição de um ato de fala (*speech act*), indicando que Bréal pode ser considerado um precursor da teoria dos atos de fala, tão cara à Pragmática:

To understand an order (given in the form of an imperative or otherwise, see Wegener 1921), or any other speech act the hearer has not only to fill the gaps and crevices of the sentence with meaning, he has to take into account the speaker himself, his voice, gestures, and whole attitude. (NERLICH, 1992, p.164, grifos nossos).

Provavelmente devido à Pragmática ter se desenvolvido como uma reação à análise lógica da linguagem empreendida por filósofos, Nerlich chama a atenção para o

fato de Bréal, ao final do capítulo sobre o elemento subjetivo da linguagem, ter criticado a concepção de língua como mera expressão do pensamento lógico. Cita, então, um trecho no qual Bréal afirma que a fala não foi feita para descrever, narrar ou fazer considerações desinteressadas, mas, principalmente, para a expressão do desejo, para dar uma ordem, para denotar a posse sobre objetos e pessoas, usos da linguagem caracterizados como os primeiros, isto é os mais importantes e/ou os mais antigos. (BRÉAL, 1924, p.243). Logo em seguida, Nerlich afirma que os usos da linguagem descritos por Bréal equivalem a “atos de fala com uma força ilocucionária peculiar” : “*These uses of language are what one would call (after Austin [1980] 1962³⁴) speech acts with particular illocutionary forces.*” (NERLICH, 1992, p.164).

De modo a comprovar seu ponto de vista, Nerlich cita um trecho da resenha de Bréal sobre Darmesteter, na qual o semanticista assevera que a linguagem não fala apenas à razão, quer mover, persuadir, agradar – “(...) << *language not only speaks to reason: it wants to move, to persuade, to please*” (1887a: 194). (apud NERLICH, 1992, p.164) ³⁵. A avaliação do trecho em questão por parte da lingüista também remete à Pragmática: trata-se da descrição dos efeitos dos atos de fala no ouvinte: “*These are, again from the Austinean point of view, perlocutionary acts, describing the effects speech acts have on hearers.* (NERLICH, 1992, p.164).

Finalizando a análise, Nerlich cita um trecho do ensaio ‘Hercules et Cacus’ no qual o semanticista defende que a gramática é mais abrangente que a lógica e alerta para o perigo de se analisar a linguagem apenas com base na lógica. Esse trecho é transcrito para mostrar que a concepção utilizada por Bréal abrange os aspectos pragmáticos do uso da linguagem:

And even ten years before that article, in 1876 (see 1877: 347-74), Bréal's conception of language had embraced these pragmatic aspects of language use: 'Logic and grammar must certainly always live in harmony; but these two sciences are not identical. Grammar contains a number of ideas that logic does not. In logic thought presents itself always in form of a judgement; Peter is a man, Peter is mortal. This is how logic speaks. But language, other than judgements, contains promises, doubts, orders, questions, exclamations. It would be a sterile enterprise to try to reduce all these sentences to the simple form or the judgement (1877: 351-62). (NERLICH, 1992, p. 165)

³⁴ AUSTIN, John Langshaw. **How to Do Things With Words: The William James lectures delivered at Harvard University in 1955.** Oxford – New York-Toronto- Melbourne: Oxford University Press, 1980 [1962].

³⁵ BRÉAL, Michel. La histoire des mots. **Revue des deux mondes** 82:4.187-212.

Ressaltamos que tanto os trechos quanto as avaliações propostas no livro de Nerlich dedicado à Semântica foram incluídos na obra da autora dedicada à Pragmática. Tal fato corrobora nossa avaliação de a análise proposta por Nerlich do capítulo dedicado ao elemento subjetivo da linguagem estar baseada na Pragmática. A única diferença digna de nota refere-se à citação acima transcrita, que é complementada por outro trecho do ensaio de Bréal no qual sua concepção de linguagem ‘interessada’ e não restrita à aplicação de regras gramaticais é bem evidente. Reproduzida a citação, os autores observam que a asseveração de que “ninguém fala somente para aplicar as regras de gramática” equivale àquela de Austin quando ele afirma que ninguém fala apenas para fazer declarações (*statements*):

The contents of these sentences [in school books, BNDC] matters. One often makes the mistake of choosing too objective ones, or, if you like, too descriptive ones, too far removed from the real life of the children. Language is not only made to say; “the sun shines on the countryside”, “the rivers flow into the sea”. Beyond that language serves mainly to give expression to desires, demands, to be the expression of the will. It is this subjective side of language that should be studied more if you want to tempt the pupil to use the instrument that you provide him with [...]. Nobody speaks solely to apply the rules of grammar. (BRÉAL 1877: 361-362). And Austin would add, nobody speaks just to make statements. (NERLICH ; CLARKE, 1996, p.246, grifos nossos.).

Considerando as informações fornecidas pelas obras estudadas sobre o capítulo dedicado ao elemento subjetivo da linguagem, percebemos que, embora os autores reconheçam Bréal como precursor dos estudos da enunciação promovidos por Benveniste, são enfatizados os pontos de convergência que seu estudo apresenta com a Pragmática.

Em comparação com as demais obras analisadas, a de Nerlich e aquela de Nerlich e Clarke são as que mais fornecem informação sobre as obras anteriores ao **ES**, sobre a biografia de Bréal e sobre a importância de suas idéias para o contexto de sua época. Na obra de Nerlich dedicada à Semântica, percebe-se que a autora se demora mais no teor e na repercussão dos artigos anteriores ao **ES** e compara as idéias de Bréal com as de outros lingüistas voltados aos estudos semânticos. Na obra de Nerlich em co-autoria com Clarke, as informações são sintetizadas e articuladas com estudiosos que foram importantes para a constituição da Pragmática. Decorrente dessa mudança de ponto de vista, no livro dedicado à Semântica, as leis intelectuais da linguagem são vistas como leis cognitivas, entretanto, no livro dedicado à Pragmática, essas mesmas leis passam a ser vistas como pragmáticas.

Concluímos, então, que a revalorização de Bréal como precursor da Semântica concorre com sua revalorização enquanto precursor da Pragmática. Lembramos ainda que, para Geeraerts, Bréal é precursor da Semântica Cognitiva. Independentemente de as obras de Bréal serem vistas do ponto de vista da Semântica ou da Pragmática, não é possível negar a existência de um movimento de revalorização do fundador da semântica, revalorização que contrasta com a visão reducionista proposta por Belo.

No Brasil, no mesmo período em que Geeraetz, Nerlich e Clarke escreveram sobre Bréal, valorizando suas idéias, Eduardo Guimarães organizou uma tradução do **ES** em que faz referências pontuais ao semanticista. O capítulo seguinte destina-se a mostrar e a avaliar a maneira pela qual esse lingüista apresenta e interpreta os postulados de Bréal.

CAPÍTULO 10 MICHEL BRÉAL SEGUNDO GUIMARÃES: UMA LEITURA ENUNCIATIVA

Em 1992 publica-se, no Brasil, **O Ensaio de Semântica**, de Michel Bréal, traduzido para a língua portuguesa. Coordenou esse trabalho o professor Eduardo Guimarães que também elaborou um prefácio para a referida obra. Três anos depois, em 1995, Guimarães publicou uma obra chamada **Os limites do sentido**. Nela, faz referências a Bréal tanto na introdução quanto no primeiro capítulo. Mais tarde, em 2002, Guimarães refere-se novamente ao semanticista no primeiro capítulo do livro **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação** de sua autoria. Dois anos depois, em 2004, lança a obra **História da Semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil**, na qual são feitas outras referências ao semanticista.

Na introdução à tradução do **ES** para a língua portuguesa, Guimarães propõe que a leitura dessa obra pode desautomatizar a leitura do **Curso de Lingüística Geral** de Saussure :

A história da lingüística tem centrado sua atenção, de um ou de outro modo, no corte, decisivo sob muitos aspectos, do Curso de Lingüística Geral, de Saussure. Estudar Bréal pode, então, ser uma forma de dar densidade às afirmações de que ele iniciou a semântica e, ao mesmo tempo, um dos modos possíveis de desautomatizar as leituras do Curso. E, assim, contribuir para uma desautomatização do discurso da lingüística e do discurso sobre Saussure. (GUIMARÃES, 1992, p.9).

Em sua análise do **ES**, Guimarães não deixa de perceber que Bréal se contrapunha “à sucessividade do comparatismo do século XIX” e, analisando como o semanticista estudara a polissemia, conclui pela pancronicidade do ponto de vista brealino:

A posição de Bréal, assim, questiona a sucessividade do comparatismo do século XIX [...] O questionamento da sucessividade tem tanto uma dimensão teórico-metodológica, de que não se deve tratar os fatos em si, mas no sistema de que fazem parte, quanto uma dimensão descritiva que surge com o conceito de polissemia [...] duas coisas são importantes aqui: instala-se a simultaneidade como uma relação lingüística; essas relações são produto da inteligência e da vontade humana e podem ser vistas num certo momento. Ou seja, observar um “presente” envolve encontrar nele tempos diferentes. (GUIMARÃES, 1992, p.12) .

Verifica-se que, na transcrição acima, a crítica ao comparativismo é relacionada à importância de se analisar um fato, considerando-se o sistema de que faz parte, isto é,

procedendo-se a um estudo não atomístico. Na obra **Os limites de sentido**, Guimarães ressalta esse aspecto da abordagem brealina e comprova-a com uma citação do artigo de Bréal, “*Le Lois Intellectuelles du Language. Fragment de Sémantique*”, datado de 1883:

Duas coisas devemos guardar deste texto (aspectos que se mantêm no decorrer da obra de Bréal) 1)As questões de significação não podem ser tratadas pela via etimológica, mas pela consideração de seu emprego; 2) é preciso considerar a palavra nas suas relações com outras palavras, no conjunto do léxico, nas frases em que aparecem. Sobre este segundo aspecto, gostaria de citar uma passagem de seu artigo: “Considera-se em demasia as palavras isoladamente. É muito fácil tomar uma palavra à parte e traçar sua história, como se ela não tivesse sido coagida, realçada, ligeiramente nuançada ou completamente transformada pelas outras palavras do vocabulário, no meio das quais ela se encontra colocada e das quais recebe a influência próxima ou longínqua. Tomar uma palavra à parte é um método quase tão artificial quanto dar, como se é obrigado a fazer em fonética, a história de uma vogal ou de uma consoante. As letras não têm existência senão nas palavras, as palavras não têm existência senão nas frases” (1883,133). (GUIMARÃES, 2002 [1995], p.13).

Chamou-nos a atenção Guimarães ter ressaltado o caráter pancrônico e não atomístico da análise lexical proposta por Bréal por se tratar de características também por nós evidenciadas, quando criticamos as interpretações de Ullmann e de Belo sobre o **ES**, características essas que também estão presentes na análise proposta por Nerlich. Ressaltamos que a pancronicidade do ensaio e a análise não atomística das palavras foram usadas como contra-argumentos, como índices de que havia pontos em comum entre o Estruturalismo e a proposta de Bréal. Estas características também foram apontadas por Nerlich que, ao tratar do não atomismo da abordagem brealina, usara o termo sistema, não escondendo estar utilizando um conceito saussuriano o que, como já foi comentado, indica que a autora reconhece a semelhança conceitual entre Saussure e Bréal.

Comparando-se a análise de Nerlich com a de Guimarães percebemos que a singularidade de sua leitura está em não relacionar os tópicos da pancronicidade e do estudo não atomístico das palavras ao Estruturalismo, o que certamente se deve aos objetivos com os quais os postulados de Bréal são estudados por esse autor: de um lado como contrapontos do Estruturalismo e, de outro, como fundamentação teórica para a constituição de o que denominou como “Semântica histórica da enunciação”, e em 2004, como “Semântica do Acontecimento”.

Pelo fato de o interesse de Guimarães centrar-se na inclusão do sujeito nos estudos semânticos lingüísticos, sua análise enfatiza os seguintes aspectos: o conceito de

vontade humana como propulsora da mudança lingüística; a concepção histórica, não biologizante e não atomística do estudo lingüístico e o estudo apresentado por Bréal sob o título de “O Elemento Subjetivo da Linguagem”. Além desses tópicos, referências pontuais são feitas à polissemia, à analogia e à lei de especialidade.

Comparada à análise proposta por Nerlich, que considerava a polissemia o ponto central do ensaio por perceber, em seu funcionamento, o processo propulsor da mudança lingüística, a referência à polissemia feita por Guimarães pareceu-nos breve e superficial. Guimarães menciona a polissemia apenas na introdução à tradução portuguesa do **ES** apontando-a como evidência de que a análise brealina é pancrônica (conceito nosso, não dele):

[...] o conceito de polissemia: uma forma pode ter, num momento t , um sentido, no momento $t+1$, um segundo sentido, sem que o primeiro desapareça, e assim por diante. Ou seja, num dado momento é possível encontrar a convivência, a simultaneidade de sentidos constituídos em épocas diferentes, por vontades diferentes. Trata-se aqui, diríamos, de um modo de considerar o papel do mesmo, da semelhança na mudança, ao passo que a considera (a analogia) como o princípio de funcionamento da linguagem interno à própria linguagem [...] observar um: “presente” envolve encontrar nele tempos diferentes. (GUIMARÃES, 1992, p.12).

Observamos no trecho transcrito que, além de remeter à polissemia, Guimarães faz referência ao conceito de analogia ao qual alude quando descreve a concepção de Bréal sobre a natureza da mudança lingüística, com base no artigo desse semanticista. “É a lingüística uma ciência natural?” (na versão resumida incluída na 3^a. ed. do **ES**) :

Uma outra questão importante é se a mudança é determinada de fora ou regulada internamente. Ela não tem leis internas necessárias mas há uma lei (aqui no sentido de habitual) da linguagem, segundo a qual as formas já criadas servem de modelo para formas novas. Ou seja, a ação da vontade humana pauta-se por aquilo que já há na língua (ver a esse respeito, o capítulo sobre analogia). Podemos, quem sabe, ver nisso a caracterização da autonomia da língua, independentemente de sua caracterização como organismo. (GUIMARÃES, 1992, p.13).

Enquanto a analogia é citada como argumento contra a concepção biologizante da linguagem, a análise da transformação do latim nas línguas românicas (apresentada primeiramente na palestra de Bréal, “*De la forme et de la fonction des mots*”, realizada em 1866 e retomada no **ES** no capítulo que trata da Lei de Especialidade, informa Guimarães) é apresentada como evidência de como Bréal concebia a Semântica :

No contexto da lingüística comparada do século XIX, Bréal considera que a transformação histórica não pode ser tratada como se dando automaticamente, seguindo leis necessárias. E isto porque, para ele, há sempre que se considerar o sentido da linguagem para se poder tratar suas transformações. Assim, opondo-se ao naturalismo do século XIX, Bréal constitui a semântica como disciplina das significações, que de um certo modo ele configura como uma lingüística geral. Ou seja, para ele não há como tratar a linguagem sem considerar a significação. A semântica é o estudo da linguagem, no que diz respeito ao que não é fonético. Interessante a esse respeito é seu “De la Forme et de la Fonction des Mots” [...]. Esta posição ele a assume na linha da de Paul Ackerman que dividia a gramática em *ideologia* e *fonética* (grifos do autor). Para Bréal a semântica se ocupa, inclusive, do que se inclui na sintaxe e na morfologia. Estes aspectos são tratados a partir de sua significação, que ele considera como o fundamento de sua constituição. Lembremos aqui a explicação que ele dá para a passagem do latim, língua sintética, para as línguas românicas, línguas analíticas[...]. (GUIMARÃES, 2002 [1995], p.14).

No trecho transcrito, Guimarães ressalta a primazia dada por Bréal ao estudo da significação no estudo da mudança lingüística e o caráter geral da proposta de uma semântica que também trata da morfologia e da sintaxe, seguindo a divisão da gramática em ideológica e fonética. Observamos que esses aspectos fundamentais do pensamento de Bréal também foram apontados por Nerlich que destacou que, para o semanticista, o que importava era a função e não a forma e relacionou seu ponto de vista ao defendido pelos ideologistas.

A concepção brealina de semântica também é explicitada no prefácio à tradução do ensaio, no qual o anexo cujo título é “A lingüística é uma ciência natural?” é analisado por mostrar que Bréal se opunha à concepção naturalista e biologizante da Lingüística em prol de uma concepção humanística:

A pergunta de Bréal instala, desde o título, seu texto no confronto de posições do século XIX. Seu texto é a indicação de como a sua escolha é a da sua posição argumentativa, a que diz que a lingüística não é uma ciência natural. Mas que diz, junto com os demais, que a lingüística é uma ciência. O que para ele é o fundamento de sua posição? A de que o objeto da lingüística, a linguagem, não existe na natureza, pois é um ato do homem, ou seja, não tem realidade fora da atividade humana. Quer dizer, para Bréal, a natureza de seu objeto define a natureza de uma ciência. (GUIMARÃES, 1992, p.12).

Outro tópico brealino abordado no prefácio à tradução do ensaio é o relativo ao elemento subjetivo da linguagem. Verificamos que, enquanto Nerlich e Clarke apontam aspectos relacionáveis à análise pragmática da linguagem, não se abstendo, contudo, de caracterizar seu estudo como precursor dos estudos da Enunciação, Guimarães

preocupa-se em evidenciar os pontos de contactos entre Bréal, Bally e Benveniste, sem fazer qualquer alusão à Pragmática.

O estudo de Guimarães sobre o elemento subjetivo da linguagem começa com a afirmação de que o paradigma fundamental adotado no século XX caracterizou-se “pelo corte saussuriano que deixou a subjetividade, ou sujeito, para a fala.”(GUIMARÃES, 1992, p.14), apesar de o estudo da subjetividade estar presente em Bally e em Bréal e ter sido estudado por Benveniste.

Após definir o que se entende por elemento subjetivo da linguagem, Guimarães relaciona-o ao conceito de “história”, afirmando que, para Bréal, “a história diz respeito a uma relação do sujeito (do homem) com a linguagem, e há a marca da subjetividade daquele que fala naquilo que fala. E mais que isso: as línguas têm os elementos que marcam essa presença”. Trata, então, da importância do tema para a Lingüística: permite traçar “a história dos estudos sobre a subjetividade” e, do ponto de vista teórico há a proposta de a linguagem produzir e marcar o “<< desdobramento da personalidade humana” (1992, p.14).

Feitas estas considerações iniciais, Guimarães informa que ele e outros lingüistas brasileiros têm estudado os elementos de subjetividade descritos por Bréal, motivo pelo qual se demorará na análise dos pronomes pessoais:

Não poderia finalizar deixando de falar das formas da língua que trazem a marca do aspecto subjetivo. Inclusive porque, sobre esses elementos, temos, muitos de nós, no Brasil, trabalhado bastante. Ele fala de advérbios, de modos e tempos verbais, das conjunções, do discurso indireto, e das pessoas. Vou me deter na consideração que faz das **pessoas**. (GUIMARÃES, 1992, p.14, grifo do autor.).

A avaliação da análise dos pronomes pessoais feita por Guimarães mostra que Benveniste se inspirou em Bréal, mas não o seguiu integralmente. Começa Guimarães reproduzindo um trecho do **ES** no qual o semanticista deixa claro que, das três pessoas verbais, apenas uma (a terceira) é objetiva, o que evidencia a proeminência do elemento subjetivo da linguagem: a primeira pessoa opõe aquele que fala ao resto do mundo e a segunda só existe em função de ser interpelada pela primeira.

Exceção feita à afirmação de que, por meio da primeira pessoa, o falante se opõe ao mundo, a análise brealina é em tudo idêntica à de Benveniste, avalia Guimarães:

Não há como não ver nessa passagem a inspiração de Benveniste para seu estudo sobre as pessoas verbais e os pronomes. Bastaria que omitíssemos as

duas frases iniciais do que citamos de Bréal no parágrafo anterior para termos uma afirmação claramente benvenistiana. (GUIMARÃES, 1992, p.14).

Analisando Benveniste a partir de Bréal, Guimarães percebe que o primeiro omitiu a relação da subjetividade com o mundo, omissão que, a seu ver, se deve à influência saussuriana. Conclui, então, o prefácio à tradução do ensaio ressaltando a importância de Bréal para os estudos da enunciação:

A subjetividade não é intersubjetiva, como em Benveniste, é relativa ao mundo do qual o homem se destaca, e nesse corte instala-se a primeira pessoa [...] Para Bréal a subjetividade é uma relação homem/mundo, que instala um tu, também uma subjetividade, destacada do mundo. A subjetividade não omite o mundo, é uma relação com ele. Voltar a Bréal aqui mostra o corte benvenistiano sobre seu trabalho (de Bréal), a partir do corte saussuriano que exclui o mundo da linguagem, dos sentidos. Em Bréal o sentido é uma relação com o mundo. Esse capítulo, como se vê é decisivo para se encontrar o fio da história dos estudos da enunciação no nosso século. (GUIMARÃES, 1992, p.14-15).

Conforme esclarecem os trechos reproduzidos e a proposta inicial de ler o ensaio para “desautomatizar” a leitura do **Curso de Lingüística Geral** a interpretação de Guimarães dos postulados de Bréal, apresentada no prefácio, é motivada pela preocupação de mostrar que as propostas de Bréal são distintas das propostas imputadas a Saussure.

Em **Os limites do sentido** (1995) e **Semântica do Acontecimento** (2004), as referências a Bréal apresentam uma segunda motivação: enfatizar as semelhanças entre a “semântica histórica da enunciação” depois renomeada de “Semântica do Acontecimento” e a semântica proposta por Bréal.

No que tange à primeira motivação, podemos comparar sua leitura com a proposta por Belo (1992) que também ressaltou diferenças entre os estudiosos. Quanto à segunda, por tratar da procura de precursores para uma disciplina moderna, podemos afirmar que ela se assemelha aos objetivos de Geeraertz (1994) – que viu em Bréal um precursor da Semântica Cognitiva – e aos de Nerlich e Clarke – que buscaram nele “germes” do ponto de vista pragmático.

Em **Os limites do sentido**, Guimarães critica Saussure por ter excluído do estudo da língua “o sujeito”, “o objeto” e “a história”. Vendo a constituição da semântica como um trabalho de inclusão destes conceitos, seu livro destina-se a mostrar tal percurso. Ao final do trecho em que evidencia seu ponto de vista, informa que as

questões constitutivas da disciplina também caracterizam o que ele designa como “semântica histórica da enunciação”:

[...] Este é, então, um livro que analisa a constituição da semântica como um trabalho de incluir o excluído por Saussure no objeto dos estudos sobre a linguagem. Por outro lado, o percurso feito mostra também os diálogos que a lingüística estabeleceu para constituir a semântica. Diálogos com a filosofia, a lógica, a filosofia da linguagem, a semiótica, a análise do discurso. Estes diálogos [...] são responsáveis pela construção de conceitos [...] que me levaram ao que tenho denominado semântica histórica da enunciação também um gesto de incluir o excluído saussureano (GUIMARÃES, 1995, p.8).

Ao definir a “Semântica do Acontecimento”, Guimarães a situa nas ciências humanas. Enfatiza que a linguagem não é vista “como uma estrutura biologicamente determinada”, diferenciando a disciplina proposta da lógica e da gramática e propondo, como objetivo da disciplina, o estudo do sujeito que enuncia” e da “constituição histórica do sentido”:

Tratar a enunciação, coloca de saída a questão do sujeito que enuncia e, assim a questão do sujeito na linguagem. E para os meus propósitos isto deve levar a uma recolocação do lugar dos estudos da enunciação num espaço distinto do que eles tiveram ou têm ainda em certas de suas formulações. Para mim o tratamento da enunciação deve se dar num espaço em que seja possível considerar a constituição histórica do sentido, de modo que a semântica se formule, claramente, como uma disciplina do campo das ciências humanas, fora de suas relações com a lógica ou a gramática pensadas ou como o matematizável ou como uma estrutura biologicamente determinada. (GUIMARÃES, 1995, p.8).

Logo após esta definição, Guimarães aponta, em nota de rodapé, os teóricos nos quais a “Semântica do Acontecimento” está fundamentada. Em primeiro lugar Bréal e, em seguida, Bally e Benveniste – lembramos que esses autores também foram citados por Nerlich e Clarke quando tratavam do Elemento Subjetivo da Linguagem – e, por fim, os principais teóricos da Pragmática: Austin, Grice e Searle:

Este trabalho mantém assim um diálogo com domínios com a filosofia da linguagem, notadamente a teoria dos atos de fala, a pragmática, a semântica argumentativa 2. Por outro lado mantém também um diálogo decisivo com a Análise do Discurso tal como praticada no Brasil [...] e que se organiza e desenvolve a partir dos trabalhos de Pêcheux.

2 – Nesta linha de filiação lembro Bréal (1897), Bally (1932), Benveniste (1966, 1974), Ducrot (1972, 1973, 1984); Austin (1962), Grice (1957, 1967), Searle (1969) entre outros (idem).

Comparamos a definição de “Semântica do Acontecimento” com as idéias defendidas no **ES**. Não foi difícil apontar as convergências. Bréal dedicara-se ao estudo do elemento subjetivo da linguagem, isto é, das marcas que o sujeito deixa naquilo que diz. Guimarães também estuda a enunciação do ponto de vista do sujeito que enuncia. Bréal defendera que a lingüística é uma ciência histórica, humana, distinta da lógica matemática e da sintaxe nela pautada (como, aliás, enfatizaram Nerlich e Clarke) e que não se deve conceber a linguagem como um organismo vivo. Guimarães propõe-se a estudar “a constituição histórica do sentido” de modo a fazer que seu estudo da enunciação se paute numa semântica tal qual a lingüística defendida por Bréal: humana, não biológica e distinta da lógica matemática e na sintaxe nela espelhada.

Salientamos, contudo que, apesar de todas estas convergências, a filiação de Guimarães a Bréal se dá apenas teoricamente, no plano das idéias. Na parte aplicada da obra, nomes próprios de pessoas e de lugares são analisados sem que nenhum postulado brealino seja utilizado, ao contrário de o que ocorre com os princípios teóricos de Ducrot e Benveniste que se fazem presentes ao longo de todas as análises.

Em 2004, dois anos após a publicação de **Semântica do Acontecimento**, sai à lume outra obra de Guimarães na qual também há referências a Bréal: trata-se de **História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil**, cujo objetivo é delineado a partir da leitura do **ES** cuja característica principal, para o lingüista brasileiro, está na inclusão do sujeito na linguagem.

Um dos objetivos da obra é “traçar a história, no Brasil, dos estudos da significação desenvolvidos a partir do final do século XIX”, período descrito a partir da leitura do **ES**, haja vista que esta fase dos estudos lingüísticos é caracterizada por Guimarães como o momento em que a Semântica passou a fazer parte dos estudos da linguagem:

Nesta *História da Semântica* tenho como objetivo fazer a história, no Brasil, dos estudos da significação desenvolvidos a partir do final do século XIX, como parte de um movimento que incluía a semântica no domínio dos estudos da linguagem. Inclusão que tem a ver, não há dúvida, com a crítica ao naturalismo da lingüística histórico-comparativa [...] procuro pensar a questão dos estudos da significação na história das idéias no Brasil tomando como lugar fundamental de observação a relação dos estudos semânticos com a gramática de um lado e o modo de consideração do sujeito de outro. (GUIMARÃES, 2004, p.7).

Advertimos, contudo, que, na referida obra, Bréal não é mais que um ponto de partida para Guimarães. Na verdade, a fundamentação teórica para a proposta de

Guimarães de averiguar se os lingüistas brasileiros consideram o sujeito no estudo da significação e, em caso afirmativo, como o sujeito da linguagem é caracterizado, conforme o próprio autor informa, baseia-se em princípios provenientes da Teoria da Enunciação e da Análise do Discurso:

A análise específica das obras se fará por um procedimento muito particular, como tomarei como lugar de observação a questão da significação, vou observar para análise o funcionamento enunciativo que dispõe nestas obras os conceitos, noções, categorias e descrições do sentido [...] Para melhor configurar este procedimento de análise interna de textos, vou tomar como fundamentais para a entrada no funcionamento enunciativo o que vou chamar de operações enunciativas [...] De modo geral vou considerar dois tipos de procedimentos: a reescrituração e a articulação [...]. (GUIMARÃES, 2004, p.17).

Outro aspecto importante da fundamentação teórica utilizada por Guimarães, refere-se a uma concepção particular de Semântica e de Pragmática, exposta em duas notas de rodapé reproduzidas a seguir. Nessas notas, Bréal é caracterizado por ter se dedicado ao “elemento subjetivo da linguagem” o que o faz precursor dos estudos da enunciação e não da Pragmática tal qual definida pelo lingüista:

15.[...] Para mim, então, entre os diversos modos de tratamento da exterioridade na linguagem distinguem-se, entre outras, duas posições. Caracterizo a primeira como o estudo da enunciação. Trata-se, neste caso, da inclusão do sujeito nos estudos da linguagem como uma questão lingüística, ou seja, o que interessa da questão do sujeito é o que ela tem de lingüístico. Aqui incluiria os trabalhos que se caracterizam pela linha aberta, segundo meu ponto de vista, pelo <<elemento subjetivo>> de Bréal. Para marcar bem esta posição lembraria aqui o conceito de enunciação de Benveniste. Para ele a enunciação é ato de o locutor se apropriar da língua fazendo-a funcionar (Benveniste, 1974). Uma segunda posição é que chamo de pragmática. Posição que é preciso distinguir dos estudos enunciativos. Na pragmática a questão do sujeito é posta como uma relação entre os interlocutores considerados como usuários, como quem usa a linguagem como instrumento para realizar algo, ou para manifestar intenções. O que aí se considera como enunciação é o ato de dizer algo para alguém. Ou seja, o que neste caso se define como enunciação não diz respeito à língua. (GUIMARÃES, 2004, p.71).

7. Repito o que já coloquei na nota 10 (sic) do capítulo 5 [...] (idem, p.124)

Ao longo da obra, outras referências são feitas a Bréal, seja no corpo do texto ou nas citações de obras voltadas aos estudos da significação.

A primeira delas surge quando Guimarães analisa as obras de Pacheco Silva Jr. e fornece as seguintes informações biográficas sobre esse estudioso: viveu entre 1842 e

1899, era filho do reitor do colégio Pedro II, o qual também fora preceptor dos netos do imperador; faz uma viagem de estudos na Europa –França, Bélgica e Inglaterra; dedica-se à docência em Língua Portuguesa no colégio de 1879 a 1886 e, depois, à política.

São três os livros analisados por Guimarães: **Grammatica Histórica da Língua Portuguesa** (1879), **Grammatica da Língua Portuguesa**, elaborada em co-autoria com Lima de Andrade (1887/ 1895) e **Noções de Semântica** (1903), em cujo prefácio o autor informa que, após ter elaborado a obra, conheceu o ES e modificou algumas partes de seu livro por conta disso: “Pacheco Silva nos diz no prefácio da obra ter conhecido o ES só depois de concluído seu trabalho. Diz, no entanto, que fez mudanças na sua obra a partir do conhecimento do *Éssai*.” (GUIMARÃES, 2004, p.57).

Observa Guimarães que Pacheco Silva Jr, na **Grammática Histórica da Língua Portuguesa** (1879), defendia o caráter natural da linguagem e que, na obra dedicada à Semântica, passou a defender que o estudo lingüístico pertence às ciências humanas, posicionamento que converge com os postulados de Bréal : “retomo a afirmação do autor segundo a qual está de acordo com a posição dos que consideram que a linguagem deve <<fazer parte das investigações históricas e não das sciencias naturales>>. Tem-se assim, de algum modo, uma referência a Bréal sem citá-lo” (GUIMARÃES, 2004,p.57). Embora defenda a natureza humanística e histórica da linguagem, enfatiza Guimarães, Pacheco Silva, ao contrário de Bréal, não condena o uso de metáforas biologizantes.

Outra convergência entre Pacheco Silva e Bréal observada por Guimarães está na importância dada à Semântica frente às demais disciplinas lingüísticas, conforme evidencia o seguinte trecho da obra **Noções de Semântica**, de 1903 :

[...] Nesta obra, no final da introdução nos diz: “ A Semântica é da maior importância para o estudo da evolução lingüística: a grammatica, codificação das leis promulgadas pelo povo, consiste em grande parte em phenomenos semânticos” (Silva Jr., 1903, p.17) [...] num certo sentido, ele assume o ponto de vista de Bréal para quem a semântica é uma nova disciplina científica para o estudo da linguagem. (GUIMARÃES, 2004, p.53-54 e 56).

Continuando o cotejo entre a obra de Silva e a obra de Bréal, Guimarães compara a organização interna de ambas as obras. **Noções de Semântica** é composta por uma introdução que apresenta uma fundamentação teórica baseada em Whitney, Darmesteter e Bréal, e quinze capítulos que tratam de mudanças no sentido das palavras, da morfologia e da sintaxe. O primeiro capítulo dessa obra, por tratar da

analogia, é equiparável ao capítulo da primeira parte do **ES** sobre o mesmo assunto. Os capítulos de 2 a 10 lembram a segunda parte do ensaio pois “tratam de como as mudanças produzem resultados nas palavras”. Os demais têm correspondência com a terceira parte do **ES**: são sobre “mudanças gramaticais, morfológicas ou sintáticas”.

Em seguida, Guimarães concentra-se no estudo de como a analogia e o povo, enquanto sujeito da língua, são conceituados por Pacheco e Silva.

Com relação ao conceito de analogia, Guimarães observa que o estudioso brasileiro lhe atribui uma importância comparável a que Darmesteter atribui ao fenômeno, divergindo assim de Bréal, para quem a analogia é uma lei entre outras sete. Em que pese a correção da avaliação proposta, não nos parece que Guimarães tenha percebido claramente o posicionamento de Bréal quanto ao papel exercido pela analogia ao afirmar: “Sabemos que o autor do *Éssai* considera a analogia o princípio fundamental do funcionamento da linguagem” (GUIMARÃES, 2004, p.59).

Ao que tudo indica, a afirmação de Guimarães está baseada na seguinte frase do último parágrafo do capítulo sobre a analogia: “É preciso olhar a analogia como uma condição primordial de toda a linguagem” (BRÉAL, 1992 [1907], p.62). Essa frase faz parte de um parágrafo no qual Bréal defende a importância da analogia contra àqueles que a consideravam uma tendência negativa que faria as línguas se corromperem, decaírem.

Entretanto, verificamos que, no começo do capítulo sobre analogia, Bréal também se posiciona contra os que atribuíam demasiada importância à analogia. Ao invés de analisarem a fundo os fenômenos de mudança lingüística, criticava o semanticista, estes estudiosos contentavam-se em afirmar que determinado fenômeno se devia à analogia.

Frente a isso, Bréal afirma que não se deve estudar a analogia em si, como um fim, mas sim como um meio, pois importa determinar o que motiva sua utilização: “Nos livros de lingüística [...] a analogia ocupa um lugar de destaque, não sem razão [...] Engana-se, porém, se se apresenta a analogia como uma causa. A analogia é apenas um meio. Às verdadeiras causas, trataremos de as mostrar.” Em nota de rodapé, o semanticista observa que a verdadeira causa - isto é “o princípio fundamental do funcionamento da linguagem - é a vontade humana : “Suponho que é inútil repetir o que disse no início sobre essa vontade meio consciente e que opera às cegas, presidindo a evolução da linguagem” (BRÉAL, 1992, [1904], p.53).

Considerando todos estes trechos, concluímos que é a vontade humana e não a analogia a condição primordial da linguagem.

Em **História da Semântica**, a próxima referência a Bréal surge quando o autor compara a maneira pela qual Pacheco Silva Jr. concebia o sujeito da linguagem. Mostra, por meio de citação, que o autor de **Noções Semânticas** considerava o povo como sujeito. Este ponto de vista contrasta com o de Darmesteter que defendia que o sujeito da linguagem era o indivíduo e estaria em consonância com Bréal que, de acordo com Delesalle, considerava que o sujeito da linguagem era o Homem enquanto povo:

[...] Se como diz S.Delesalle, a propósito de Bréal, a semântica “repousa sobre uma dinâmica que não é do Ser mas a do Homem” (Delesalle, 1987, 279)³⁶, podemos também considerar que para Bréal o sujeito da língua é o Homem determinado enquanto povo que é <<o depositário e o fabricante da linguagem>> (Bréal, 1897, 27). Para Darmesteter, por outro lado, o sujeito é o indivíduo [...]. (ibidem, p.59 –60).

Vemos, no raciocínio de Guimarães, uma simplificação de como a dicotomia povo-indivíduo era concebida por Bréal, para quem o sujeito da linguagem é o povo, considerado como soma de indivíduos. Conforme se percebe claramente no capítulo do **ES** dedicado à metáfora, a concepção de sujeito abrange o povo e o indivíduo :

Nenhum capítulo mostra tão bem o poder que, mesmo hoje, com nossas línguas fixadas há muito tempo, a ação individual continua a exercer. Tal imagem produzida em uma cabeça privilegiada torna-se, ao expandir-se, propriedade comum. Ela deixa, então, de ser uma imagem e torna-se qualificação corrente. (BRÉAL, 1992 [1904], p.94).

Ao estudar as obras de Pacheco Silva Jr., Guimarães notou a existência de uma menção direta a Bréal, o que o motivou a procurar referências indiretas, no que foi parcialmente bem sucedido. Notamos, contudo, que a preocupação por estudar a repercussão do **ES** nas obras selecionadas para evidenciar a história da “semântica” não mais se observa ao longo do estudo proposto por Guimarães. Tal preocupação não mais se verifica ao longo da obra de Guimarães, nem mesmo quando ele reproduz textos em que os autores fazem referências explícitas a Bréal.

Da introdução ao prólogo da segunda edição de **Gramática Descritiva** de Maximiliano Maciel, Guimarães transcreve um trecho no qual o gramático faz um

³⁶ DELESSALE, S. “Vie des mots et science des significations: Arsène Darmesteter et Michel Bréal”. **DRLAV** (sic), 36-37. Paris: Université de Paris VIII, 1987

retrospecto sobre o ensino da Língua Portuguesa. No panorama apresentado por Maciel, Bréal surge como um dos lingüistas adotados pelos renovadores dos estudos lingüísticos no Brasil os quais não mais queriam filiar-se aos estudiosos portugueses:

Tornara-se o Collegio de Pedro II o centro de que se ia irradiando a nova orientação cujos albores se vislumbravam nos concursos de linguas a que affluíam candidatos a quem eram familiares as doutrinas de Max Muller, **Miguel Bréal**, Gaston Paris, Whitney, Littré, Darmesteter, Ayer, Brunot, Brachet, Frédérich Diez, Bopp, Adolpho Coelho e outros, principalmente as dos autores alemães em que se estavam haurindo os elementos primordiais para esta verdadeira Renascença dos estudos philológicos no Brasil. (MACIEL apud GUIMARÃES, 2004, p.82, grifos nossos) ³⁷.

Da obra **Tratado de Semântica Brasileira**., de Silveira Bueno, Guimarães reproduz um trecho no qual o autor discute a motivação psicológica das mudanças semânticas, cita Bréal como defensor de que tais fenômenos são semi-conscientes e posiciona-se a favor da natureza consciente e refletida do uso das palavras segundo o seu significado:

Larga é a discussão neste campo quase impalpável da semântica. Se a maioria pende a admitir a inconsciência de tais fenômenos, muitos não aceitam tal solução **a começar pelo fundador da ciência da significação, Bréal, que admitia pelo menos uma obscura vontade a dirigir todo o mecanismo psíquico**. Outros afirmam claramente a consciência, a determinada reflexão do homem no emprego de tal e tal vocábulo com este ou aquele significado. Não há negar que tais fenômenos são conscientes. [...] Necessário se faz admitir a intervenção da vontade refletida que operou, rumo à perfeição da expressão vocabular. (BUENO, apud GUIMARÃES, p.90, grifos nossos) ³⁸.

Com base em todas as referências a Bréal nas obras de Guimarães, podemos traçar o seguinte panorama histórico: o fundador da semântica na França foi estudado no Brasil, pelo menos, desde fins do século XIX até meados do século XX; após quarenta anos, o princípio da existência de um elemento subjetivo da linguagem é recuperado por Guimarães que caracteriza o semanticista como precursor dos estudos da enunciação e passa a utilizá-lo como parte da fundamentação teórica usada na constituição da chamada “Semântica do Acontecimento”, disciplina filiada aos estudos enunciativos, vistos como incompatíveis com a Lingüística Estruturalista e como distintos da Pragmática.

Feita a análise das obras em que Guimarães cita Bréal, concluímos: quem se informa sobre Bréal exclusivamente através de Guimarães, o verá como um precursor

³⁷ MACIEL, M. “Breve retrospecto sobre o Ensino de Língua Portuguesa”. In: **Gramática Descritiva**, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926 [1910], p.249-250.

³⁸ BUENO, F. DAS. **Tratado de Semântica Brasileira**. São Paulo: Saraiva, p.55.

dos estudos enunciativos, cujo feito mais notável foi o de postular a existência de um elemento subjetivo na linguagem e de analisar as marcas lingüísticas do sujeito na linguagem, servindo de inspiração, primeiro, para Benveniste e depois, para a criação de uma semântica enunciativa por parte de Guimarães.

Essa visão correta, porém reducionista dos postulados de Bréal, contrasta com a leitura que propusemos inicialmente, ocasião em que mostramos que as propostas de Bréal podem trazer contribuições mais ou menos importantes para várias disciplinas, escolas e correntes da Lingüística Moderna como a Lingüística Histórica, o Estruturalismo, o Gerativismo, o Funcionalismo e as teorias de Aquisição da Linguagem. Especificamente no que tange a segunda parte do ensaio, vimos que a “Semântica Lexicalista” apresenta pontos de contacto com praticamente todas as disciplinas que se dedicam ao estudo do significado: a Semântica Formal, a Semântica Lexical / Estrutural, a Semântica da Enunciação e a Semântica Cognitiva.

Acreditamos que, para fazer justiça a Bréal, é preciso admitir não só que seu ensaio é eclético, mas também que este ecletismo é uma qualidade de suas propostas, pois é o que lhes dá vivacidade, permitindo que seu ensaio seja apreciado ainda hoje. Nosso ponto de vista, portanto, difere daquele de Guimarães e opõe-se ao proposto por Belo, para quem os postulados brealinos são incompatíveis com o estruturalismo. Nerlich, Clark e Geeraertz, ao contrário de Belo e Guimarães, apontam em seus trabalhos vários pontos de convergência: de um lado, entre a lingüística pré- saussuriana e a estruturalista e, de outro, entre a Pragmática e a Semântica Cognitiva.

Nossa interpretação do ensaio brealino está mais de acordo com os últimos, haja vista que pretendemos mostrá-lo em seu ecletismo. Por ser abrangente, seu ensaio permite unir teorias a respeito do significado hoje vistas como incompatíveis, distantes ou não relacionáveis entre si. Este é o caso da Semântica Lexical (Estruturalista) e da Pragmática utilizadas no ensaio de aplicação das idéias brealinas a ser apresentado a seguir.

TERCEIRA PARTE :ENSAIO DE APLICAÇÃO

CAPÍTULO 11 APLICAÇÃO DE ALGUNS POSTULADOS BREALINOS À LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA

Desde a publicação do **ES**, vários livros, especificamente sobre Bréal ou que a ele fazem referência, foram publicados. Entre as obras pesquisadas, em nenhuma houve alguma aplicação prática dos postulados brealinos, exceção feita a Carnoy, que se inspirou em algumas das leis propostas pelo semanticista em seu **Tratado de Semântica** para elaborar sua taxionomia.

A escassez de trabalhos de natureza aplicada, entretanto, não significa que a semântica de Bréal tenha um valor exclusivamente teórico. De modo a ilustrar sua aplicabilidade, textos jornalísticos opinativos foram analisados com base na Semântica Lexicalista, descrita na segunda parte do ensaio.

Para esse fim, de dois conjuntos de textos jornalísticos opinativos – um recolhido de jornais brasileiros e outro, de jornais portugueses –, coletados aleatoriamente, o primeiro durante o mês de janeiro de 2001 e o segundo durante o mês de fevereiro de 2004, foram selecionados dois artigos: “O Brasil entre dois mundos”, de Gaudêncio Torquato, retirado do primeiro grupo e “Pesada herança”, de Nuno Rogeiro, do segundo grupo. Analisado-os com base em Bréal, mostramos a atuação de algumas das leis descritas na Semântica Lexicalista a fim de evidenciar a aplicabilidade dos postulados na descrição de fenômenos semânticos e pragmáticos, presentes na língua portuguesa atual, em sua modalidade escrita, independentemente da variação diatópica.

A análise dos textos, a seguir, baseou-se em três teorias: a de Bréal, a Pragmática e a Semântica Lexical. As propostas brealinas apresentam noções pertinentes à Pragmática e à Semântica Lexical, o que aponta para a possibilidade de síntese dessas teorias no interior de uma Semântica de inspiração brealina. A compatibilidade entre as últimas, porém, não costuma ser ressaltada por pragmáticos. Sabemos, contudo, que – conforme apontou a pesquisa apresentada na primeira parte da tese – a Semântica brealina pode funcionar como denominador comum das ciências do significado.

Na linguagem em uso, o significado das palavras ajusta-se ao contexto discursivo adquirindo um dado sentido. Quanto à monosemia discursiva das palavras, observa-se que ela é vista pela Semântica Lexical como resultado de uma mobilização sêmica por meio da qual semas virtuais são subtraídos e semas contextuais são adicionados às palavras. De aí ser possível afirmar que o significado se transforma em sentido através do uso. Na semântica proposta por Bréal, o uso - pautado na intenção do falante e percebido pelo ouvinte - é o fator que promove a mudança semântica lexical cuja regularidade lhe possibilitou formular determinadas leis descritas na segunda parte de seu ensaio. Trata-se da parte que constitui o que chamamos de Semântica Lexicalista.

Dada a semelhança entre o modo de funcionamento dessas leis e o processo de mobilização sêmica, pautada no fato de ambos terem por base o uso lingüístico, a metodologia utilizada pela Semântica Lexical foi o instrumento de pesquisa escolhido para detectar, nos textos analisados, a atuação de algumas das leis descritas por Bréal.

No **ES**, o semanticista comparava o significado etimológico de uma palavra com os sentidos que ela foi adquirindo pelo uso. A observação das mudanças ocorridas possibilitou não apenas a formulação de leis, mas também a convicção de que a linguagem é capaz de expressar os pensamentos e os sentimentos do falante, em virtude da plasticidade conferida pelo esquecimento e pela não conservação do valor etimológico das palavras.

Neste ensaio de aplicação, o parâmetro utilizado para comparação é a análise sêmica das acepções descritas pelo dicionário Aurélio (1986). Contrastando-se o significado dicionarizado com o sentido discursivo da palavra, observa-se a mudança ocorrida e avalia-se a lei que melhor descreve o processo que deu origem à mudança. São analisados também os casos em que os verbetes consultados apresentam acepções cuja diferenciação pode ser esclarecida ou aprofundada por meio das leis postuladas no ensaio.

Importa ressaltar que a Semântica Lexicalista não concebe o uso lingüístico senão em função do falante e da situação comunicativa concreta em que se dá a interlocução. Tendo em vista alcançar um objetivo – passar informações, exteriorizar um desejo, fazer um pedido ou uma ordem, comover, etc. – o usuário do idioma dirige-se a um interlocutor que busca, nas palavras ouvidas ou lidas, “o que o outro quer dizer”. Esta preocupação transcende os objetivos propostos pela Semântica Lexicalista e remete aos estudos pragmáticos da linguagem. Para Bréal, muitas vezes, o uso

lingüístico muda o significado das palavras porque o ouvinte as associa não às idéias que as palavras passam de *per si*, mas às intenções do falante. Muitas vezes, o falante substitui certos termos por diplomacia, isto é, para não escandalizar ou magoar o interlocutor. Este hábito de substituição está na origem do eufemismo que pode ser destruído caso a intenção do falante seja percebida pelo interlocutor. A ironia é outro fenômeno em que o esforço interpretativo do interlocutor é essencial e, conforme será visto na análise do texto português, pauta-se pelo mesmo processo pelo qual o efeito eufemístico é neutralizado.

Em “O Brasil entre dois mundos”, texto jornalístico opinativo publicado em 29 de janeiro de 2001, em **O Estado de São Paulo**, Gaudêncio Torquato descreve o Brasil como um país dividido entre duas culturas: uma que preza a ética e a lealdade e outra, egocêntrica e personalista, que se sustenta ludibriando os outros. Para representar esta divisão, o consultor político compara o país a uma fruta que apresenta uma *banda podre* e uma *parte verde e nobre*. Ao final do texto, o autor utiliza uma metáfora para avaliar o pleito de 2002. Apesar das críticas feitas, o jornalista acredita que, “com o empurrão da parte digna da sociedade, a outra está sendo despachada para a lata de lixo”. Torquato finaliza seu artigo citando o caso de uma cadela vira-lata que arriscou sua vida por seu dono, um menino de seis anos.

Para convencer o leitor de seu ponto de vista, o jornalista e professor da USP, manipula a língua portuguesa de modo intencional, fazendo uso de recursos retóricos como a narração de histórias exemplares, o uso de metáforas e comparações que criam contrastes.

No primeiro parágrafo do texto, Torquato descreve uma cena em que um brasileiro faz, em Londres, uma pesquisa de preços e tenta, em vão, convencer o vendedor da última loja pesquisada a dar-lhe um desconto. O inglês aconselha-o a comprar na primeira loja. Esta história serve para o autor introduzir a noção dicotômica esboçada no título do artigo. Há culturas nas quais “a pechincha” é admitida e outras em que ela não é tolerada, por ser vista como “deslealdade, desconfiança, desonestidade”. Fechando o parágrafo, o jornalista cita Confúcio, “o precursor da cultura da lealdade”.

Nesse parágrafo, percebe-se a clara intenção do articulista de caracterizar negativamente o hábito brasileiro de pechinchar, associando-o “a parte podre da fruta”. No capítulo referente às tendências das palavras, Bréal explica que as palavras pejorativas não o são por alguma característica intrínseca a elas, mas sim em

decorrência da intenção com que elas são utilizadas. O ouvinte percebe a intenção do falante e, por associação de idéias, confere à palavra uma conotação pejorativa. No trecho abaixo, o sentido da palavra *pechincha* é pejorativo o que não ocorre com a expressão *perquirir preços* anteriormente utilizada:

“ (...) *Perquirir preços, pechinchar, coisa que faz parte de algumas culturas, significa para outras, como a inglesa, deslealdade, desconfiança, desonestidade* (...)”. (TORQUATO, 2001).

No nível sistêmico (descrito com base nas informações lexicográficas), *perquirir* significa, em sua primeira acepção, “investigar com escrúpulo” ao passo que *pechinchar*, como verbo intransitivo, apresenta duas acepções: a primeira, pejorativa – “receber vantagens inesperadas ou imerecidas” – e a segunda, neutra – “comprar muito barato” – Segundo a Semântica Lexical, no texto, pela mobilização sêmica, os semas referentes à segunda acepção são subtraídos em favor da primeira acepção atualizada discursivamente.

A análise segundo a Semântica Lexicalista chega ao mesmo resultado, mas explica-o de outra maneira. As informações lexicográficas são vistas como indícios de que o verbo *pechinchar*, originalmente pejorativo, foi atenuado: o que antes era visto como um vício passou a ser considerado uma virtude. Trata-se de um processo idêntico ao que alterou o sentido da palavra “*vezzoso*” em italiano e “*smart*” em inglês (BRÉAL, 1995 [1904], p. 78). A interpretação discursiva, por sua vez, é explicada com base na busca da intenção do escritor pelo leitor que percebe tanto a neutralidade do primeiro verbo, *perquirir*, quanto a conotação negativa do segundo, *pechinchar*.

No segundo parágrafo do artigo, Torquato descreve uma conversa (verdadeira ou fictícia, não importa) entre políticos mineiros, utilizando o discurso direto, e interpreta-a para mostrar como agem os representantes da cultura da deslealdade. Para tanto, Torquato usa este exemplo com vistas a evidenciar que, num ambiente em que todos são desleais, é impossível saber a verdade:

É conhecida a historinha em que o sagaz José Maria Alkmim, do velho PSD mineiro, encontra no aeroporto o não menos sagaz Benedito Valadares, para quem lança a artimanha: “Ah, você está me fazendo crer que vai à Barbacena; acontece que eu sei que você realmente vai à Barbacena”. A tática, conhecida como engano de segundo grau, expressa um jogo de soma zero entre a sagacidade de um e a malandragem de outro. Mais ou menos algo como: “Quando você pensa que está indo, eu já estou voltando”. Ou ainda: “Sou capaz de prendê-lo no mesmo laço que você quer me laçar.” (TORQUATO, 2001).

Seguindo os postulados da Pragmática, o enunciado de Alkmim pode ser analisado por meio das máximas conversacionais de Grice. Em condições normais, o ouvinte espera que a máxima da qualidade – diga sempre a verdade – seja respeitada, tem-se, então, a expectativa de que o outro será honesto. Na conversa, o enunciado anterior, proferido por Valadares, é interpretado partindo-se do pressuposto de desrespeito à máxima, assim, a verdade é o contrário daquilo que está sendo dito. Este é o engano simples ou de primeiro grau. Seguindo essa interpretação, “Vou à Barbacena” quer dizer “Não vou à Barbacena”. Alkmim avalia que Valadares sabe que o enunciado será assim interpretado por seu interlocutor e continua convicto de que Valadares o quer enganar. Dizer a verdade é uma maneira de anular a interpretação presumida. Este que é o engano de segundo grau. Como o resultado do jogo é zero, é impossível saber se a intenção de Valadares foi bem entendida por Alkmim e se ele foi bem sucedido em sua tentativa de saber a verdade. Em termos pragmáticos, é impossível saber se houve mal-entendido. Para Bréal, entretanto, o processo interpretativo é bem mais simples. A busca da intenção do falante pelo interlocutor é automática e a possibilidade de erro de cálculo por parte do ouvinte não é cogitada. Ainda assim, é inegável que a noção de sentido, como algo construído pela participação ativa do ouvinte, é um dos fundamentos da Semântica Lexicalista que a conversa citada acima evidencia.

Na transcrição que segue, Torquato cria a metáfora da fruta: *“Somos um país sem feição totalmente definida. Sua aparência é a de uma fruta que amadurece de maneira desigual, com partes quase apodrecidas e outras ainda verdes.”* Para Bréal, toda a metáfora é resultado de uma comparação elaborada por uma mente privilegiada. É uma criação individual que, ao ser difundida e incorporada por todos, pode multiplicar o significado das palavras, sendo, por isso, uma causa de polissemia. Quando totalmente banalizada, observa ainda o linguísta, a metáfora não é mais sentida e o sentido metafórico da palavra passa a ser seu significado de base. No texto em questão, a metáfora tem um peso argumentativo considerável: numa fruta com uma parte podre, se essa parte não for retirada, toda a fruta fica podre, corrompida, portanto, inutilizável. Para que o mesmo não aconteça com o país, é preciso descartar a parte ruim, o que, espera Torquato, pode ser feito através das eleições, então próximas. Esta função retórica do uso da metáfora não foi abordada por Bréal, o que não o impediu de analisar a contento a influência da metáfora na mudança semântica das palavras.

Por meio da metáfora da fruta, Torquato atribui ao adjetivo *podre* o sentido de “algo moralmente corrompido, velho e passado” e, ao adjetivo *verde*, o de “algo moralmente são, não corrompido, nobre e jovem”. No dicionário Aurélio, a acepção figurada do adjetivo *podre* faz parte da terceira acepção da palavra, sendo que a primeira se refere “ao estado natural de tudo que se encontra em estado de decomposição”. A criação da acepção figurada, a partir da acepção literal, é resultado da banalização da metáfora surgida da comparação entre a decomposição biológica e a corrupção moral. Com relação ao adjetivo *verde*, o dicionário aponta, como sentidos figurados, a designação “de algo tenro, fraco, delicado” ou de “algo jovem”, “relativo aos primeiros anos de existência”. O sentido moral desse adjetivo, por sua vez, foi construído no discurso, por meio da metáfora da fruta, trata-se do mesmo fenômeno ocorrido com a palavra *podre* – multiplicação de significado causado pela metáfora – mas em fase anterior à banalização uma vez que a acepção não se encontra dicionarizada.

No parágrafo seguinte àquele em que há a metáfora da fruta, o consultor político avalia a eleição para as presidências do Senado e da Câmara como uma batalha bárbara, consequência de um processo peculiar: *“Basta ver a barbárie a que estamos sendo submetidos pela crescente tendência de fulanização da política, que não é senão a expressão do poder dos homens tomando o lugar do poder das idéias.”*

Nesse trecho, chama a atenção o neologismo criado. Da palavra *fulano* derivou-se o verbo *fulanizar* que deu origem ao substantivo deverbal *fulanização*. No contexto, a conotação pejorativa da palavra criada é evidente e decorre da intenção do escritor ao criá-la e utilizá-la: criticar o modo personalista e egocêntrico de boa parte dos políticos brasileiros. O dicionário informa que a palavra *fulano* provém do árabe *fulan*. Segundo a primeira acepção registrada, *fulano* faz uma designação vaga a “uma pessoa incerta” ou “que não se quer nomear” e, de acordo com a segunda, “uma pessoa” ou “indivíduo”. A análise das acepções revela a mudança semântica sofrida. Originalmente, o uso da palavra *fulano* restringia-se aos casos em que o falante almejasse mencionar alguém sem nomeá-lo; hoje a palavra *fulano* se presta a fazer referência direta a alguém. Por ter havido expansão do âmbito de aplicação da palavra, houve ampliação de seu significado.

Dando seqüência a suas críticas, Torquato afirma: *“O Estado moderno é incompatível com o império da baderna.”* Observa-se que *baderna*, de acordo com o

dicionário, é uma palavra brasileira criada no Rio de Janeiro em 1851 cujo étimo é o antropônimo *Baderna*, nome de uma dançarina. A transformação de nomes próprios em nomes comuns, aponta Bréal, indica que seu significado também é suscetível à mudança, motivo pelo qual seu estudo não deve ser excluído da lingüística. Segundo a proposta brealina, interessa analisar a evolução semântica de *baderna*. Em sua primeira acepção, a palavra denota "um grupo de rapazes". Percebe-se que o significado original do antropônimo se esvaziou. O nome não remete mais à dançarina, mas sim às pessoas que costumavam assistir aos espetáculos da dançarina. A segunda acepção da palavra – “corja”, “súcia” – tem a mesma denotação da primeira, mas sua conotação é pejorativa. As demais acepções fazem referência à "consequência de se ter uma corja reunida": "pândega", "desordem", "confusão", "bagunça". Nota-se que é neste sentido mais distanciado do etimológico que a palavra é utilizada no texto.

A análise do texto de Torquato e dos verbetes relativos a alguns de seus vocábulos, segundo a Semântica Lexicalista, mostra a ocorrência, na língua portuguesa em sua modalidade escrita, de alguns fenômenos descritos por Bréal. O estudo da evolução semântica da palavra *baderna* é um exemplo de transformação de nomes próprios em comuns. O uso da palavra *pechincha*, no texto, testemunha a tendência humana de dar às palavras uma conotação pejorativa. A análise do verbete relativo a essa palavra mostra que, na passagem da primeira para a segunda acepção, a atuação da tendência contrária: o tom pejorativo da palavra foi atenuado. A metáfora da fruta fez ingressar, na palavra *verde*, o sentido de "nobreza e retidão moral", mostrando que a metáfora, tal qual propusera Bréal, é uma das causas de polissemia. A conversa entre políticos relatada e devidamente interpretada pelo jornalista indica que Bréal estava certo ao propor a participação ativa do ouvinte que não se atém ao significado das palavras em sua busca pela intenção pretendida pelo interlocutor.

De modo a ilustrar a aplicação dos postulados brealinos em escritos na variante portuguesa de nosso idioma, analisamos o texto “Pesada Herança”, publicado no dia 02 de fevereiro de 2004 em **Jornal de Notícias**, em Portugal e escrito pelo comentador político português Nuno Rogeiro. Nesse texto, Rogeiro questiona o processo pelo qual a suspeita de existência de armas de destruição de massas no Iraque transformou-se em ameaça, motivando o governo norte-americano a declarar guerra àquele país. Em *post scriptum*, há críticas à reação da torcida perante a morte, em campo, de um jogador de futebol. Por fim, a opinião popular a respeito do juiz incumbido de julgar um processo

judicial polêmico (designado Caso Casa Pia) e sua caracterização por parte da Imprensa e dos acusados são ironizadas. Tal qual no texto brasileiro, há dados relacionados à metáfora – que funciona não como causa de polissemia, mas sim como indicador de ironia – e à tendência a atribuir conotações pejorativas às palavras. À diferença do texto de Torquato, o estilo irônico do texto do autor português e suas perguntas retóricas requerem do leitor uma participação particularmente ativa para a construção do sentido.

No primeiro parágrafo, o escritor lembra que, no começo de 2003, já havia previsto que a questão da existência ou não de armas de destruição em massa ficaria na história. No parágrafo seguinte, o ponto de vista daqueles que se opunham à guerra por não acreditarem na existência das armas é recuperado e apoiado: “*Se elas fossem encontradas, calar-se-iam os que só viam uma cruzada ianque pelo petróleo e pelo império, e compreender-se-ia a obsessão dissuasora de Washington.*” (ROGEIRO, 2004).

Nesse trecho, é evidente a carga pejorativa da expressão “cruzada ianque” a revelar a opinião do escritor, contrária à guerra ao Iraque. No dicionário, a definição da primeira acepção da palavra *cruzada* remete ao fato histórico que lhe deu origem: “expedição militar de caráter religioso contra hereges ou infiéis que ocorreu na Idade Média”. A definição da segunda acepção indica que as circunstâncias particulares que deram origem a seu surgimento foram esquecidas, propiciando as condições necessárias à extensão de sentido. A expressão “cruzada contra o analfabetismo”, citada no verbete indica que qualquer “campanha de propaganda ou defesa de idéias de certos interesses, princípios e idéias” pode ser chamada de cruzada. Se, no texto, a palavra é utilizada para denotar a invasão dos EUA ao Iraque, tanto no nível sistêmico quanto no discursivo houve a atuação da Lei de Extensão de Sentido. Rogeiro usa o adjetivo *ianque* para caracterizar a cruzada, termo que também apresenta uma conotação pejorativa. O dicionário informa que essa palavra foi derivada do inglês *yankee* e designava, originalmente “as pessoas provenientes da região norte-americana de New England”. Por extensão, este item lexical passou a designar “qualquer norte-americano”.

É preciso admitir, contudo, que a leitura do artigo por leitores mais cultos pode suscitar uma interpretação diferente da expressão *cruzada ianque* em que se considerem as circunstâncias históricas nas quais cada termo foi criado. As palavras em questão foram criadas para designar “ações com o propósito de expansão imperialista” : “cruzada” é um termo cunhado por cristãos para descrever a luta pela expansão do

cristianismo e “ianque”, em princípio, foi um termo criado pelos indígenas americanos quando foram dominados pelo exército britânico; posteriormente, esse termo passou a ser utilizado por aqueles que lutavam pela independência norte-americana. Tendo em vista o conhecimento destes momentos históricos, é possível imaginar que o autor da coluna os comparou, igualando-os. Se isto for verdade, a intenção de Rogeiro pode ter sido a de caracterizar a iniciativa norte-americana como mais uma ação expansionista imperialista, em essência, nada diferente daquelas ocorridas na Idade Média e ao longo da histórica da colonização norte-americana.

Na sequência de sua exposição, Rogeiro reconhece o poder bélico dos Estados Unidos, mas adverte que, quando esse poder não é acompanhado de autoridade moral é “uma questão de tempo até ruir o resto”. Ao descrever as qualidades do exército norte-americano, o escritor chama-o de *águias americanas*. O sentido figurado de *águia* para designar “pessoa de grande talento e perspicácia” há tempo tornou-se convencional. Trata-se de uma metáfora antiga que multiplicou o significado da palavra e se banalizou por completo, sendo, portanto, um exemplo de processo de banalização da metáfora conforme descrito por Bréal.

Feita a advertência aos Estados Unidos, tem início uma série de perguntas :

A “intelligence” deu aos políticos provas falsas, ou foram aqueles que, friamente, as falsificaram? Os serviços secretos falharam porque quiseram agradar ao poder, ou porque se basearam em análises, fontes, métodos, processos e actos defeituosos? Os políticos não compreenderam os relatórios dos serviços, apesar de estes não estarem escritos em Chinês? Os serviços secretos estavam divididos quanto às conclusões, e a opinião final foi a de grupos dominantes? O poder político transformou em certezas as “nuances” e as probabilidades dos especialistas desses serviços, um pouco como quem adapta ao cinema, para as massas, uma obra literária difícil? (ROGEIRO, 2004).

Ao se deparar com essas perguntas, o leitor percebe que não se tratam de perguntas “reais”. Não é que o escritor não saiba a resposta (a qual, aliás, está incluída na própria pergunta). As alternativas consideradas verdadeiras estão colocadas após a conjunção *ou*. A interpretação das perguntas como perguntas retóricas e da função da conjunção alternativa (excluir a alternativa anterior a ela a favor da posterior) indicam que, em seu fazer interpretativo, o leitor não se limita ao significado das palavras, indo direto às idéias por elas expressas. Tal qual a conversa entre políticos relatada por Torquato, a interpretação das perguntas formuladas por Rogeiro, remete aos estudos pragmáticos e evidencia sobremaneira a hipótese brealina sobre o papel do ouvinte: “

(...) Ele está na mesma situação [daquele que fala]; seu pensamento segue, acompanha ou precede o pensamento de seu interlocutor. Ele fala interiormente ao mesmo tempo que nós (...)”. (BRÉAL, 1994 [1904], p.104).

Após terminar o texto com comentários finais sobre os fatos que culminaram na declaração de guerra ao Iraque, Rogeiro acrescenta dois pequenos textos em forma de P.S., nos quais predomina a sátira.

O primeiro texto começa com uma ironia: os atos de vandalismos ocorridos após a morte de Fehér (torcedores arremessaram cadeiras em direção ao campo) são designados pela expressão *Portugal no seu melhor*. Imediata ou concomitantemente à leitura do parágrafo, o leitor percebe a inversão característica da ironia: o fato narrado é extremamente negativo. Pela lógica, Rogeiro deveria caracterizar o que aconteceu como “o que de pior há em Portugal”. Nota-se, assim, que a palavra *melhor*, escolhida pelo escritor, expressa o oposto daquilo que ele efetivamente quis dizer por meio dela.

O mesmo não se pode dizer da palavra escolhida para designar os torcedores: *turba* cuja conotação pejorativa faz parte do próprio significado da palavra – “multidão em desordem” -.

A avaliação negativa dos vândalos fica ainda mais clara nos parágrafos seguintes. Para o autor, quem se presta a tais ações, não são fãs do futebol, mas pessoas que usam o esporte com uma desculpa para praticar crimes e saírem impunes. Quanto ao choro desses vândalos, Rogeiro revela que era um choro falso, fingido e que suas lágrimas “*eram portanto lágrimas de crocodilo por Féher, vindas de espíritos ateados por sobas e caciques, sem que ninguém vá preso.*” (ROGEIRO, 2004).

Ao imaginar que essas pessoas teriam sido inspiradas por *sobas* – palavra de origem africana que designa “o chefe político e religioso de uma comunidade” e é muito utilizada em Angola – e *caciques* – palavra tupi para designar “o líder político de uma aldeia” – o escritor insinua que os torcedores comportaram-se como os que são liderados por sobas e caciques, isto é, como africanos ou índios, como selvagens, não civilizados. Percebe-se que esse julgamento é feito com base numa ideologia que divide os povos em civilizados e selvagens, concepção que há muito tempo tem sido criticada e combatida pela Antropologia Moderna.

Neste caso, não há nada pejorativo na significação das palavras, é a intenção de quem as utiliza que lhes confere uma conotação negativa. Este fenômeno indica que, como diz Bréal, a linguagem “pode dar-nos [...] o eco de nosso próprio pensamento:

registra, fielmente, nossos prejulgamentos e nossos erros”. (BRÉAL, 1994 [1904], p.124).

Na última frase do segundo parágrafo do texto, a palavra *ralé* tão pejorativa quanto *turba*, designa "as pessoas criticadas por seus atos de violência". A evolução semântica dessa palavra concorre para evidenciar o processo descrito por Bréal pelo qual uma palavra adquire conotação pejorativa e para permitir a aplicação da Lei de Restrição de Sentido. Em sua acepção mais antiga, *ralé* era sinônimo de “espécie”, “casta” ou “raça”. Atualmente é que denota “a camada mais baixa da sociedade”, “o refugio social”. No texto, logo após essa palavra, há uma explicação entre parêntesis: “*A ralé (a endinheirada e a outra) soma e segue.*” (ROGEIRO, 2004) Essa explicação esclarece ao leitor que também fazem parte da *ralé* as pessoas que pertencem às classes mais privilegiadas da sociedade e que, por seu comportamento, agem como os refugos sociais.

Levando em consideração as informações lexicográficas e o sentido textual da palavra *ralé*, é possível esboçar sua evolução semântica. Do sentido geral de “casta”, passou a designar exclusivamente “a casta mais marginalizada da sociedade”. Ocorreu, então, uma especialização do significado da palavra. Quando a palavra passou a designar “o refugio social” houve a criação da conotação pejorativa, fruto do preconceito contra os mais pobres ou, para usar um eufemismo, os menos favorecidos do ponto de vista material. No texto, o sema relativo à restrição de classe social é subtraído discursivamente: o sentido da palavra se expande, mantendo, contudo, a conotação pejorativa.

No último texto do P.S, o escritor trata de o que ficou conhecido como “caso Casa Pia” (acusações de pedofilia num orfanato português, envolvendo políticos e um apresentador de televisão muito popular). O magistrado responsável pelo julgamento foi caracterizado pela Imprensa e pelos políticos como sendo autoritário e radical. Apesar disso, o juiz agradou ao povo. Ao que tudo indica, no parágrafo reproduzido abaixo, Rogeiro ironiza a maneira pela qual a Imprensa e os políticos qualificaram o magistrado:

Segundo dizem as sondagens, o público aprecia sobremaneira a conduta do juiz Rui Teixeira no lamentável “caso Casa Pia”. Tudo isto apesar de o magistrado ter sido pintado como uma mistura de Torquemada e Estaline, monstro intolerante que queimava no forno um Galileu ou um Giordano Bruno. (ROGEIRO, 2004).

O tom irônico do parágrafo evidencia-se pela avaliação da última comparação proposta: afirmar que os réus julgados pelo juiz são “um Galileu ou um Giordano Bruno” é dizer que os acusados estão em pé de igualdade com estes gênios da humanidade, o que não parece condizer com as reais qualidades dos políticos e do apresentador televisivo. A suspeita de que as palavras não correspondem ao que o autor quis dizer aciona o processo descrito por Bréal, quando tratava do eufemismo: “o ouvinte vai buscar a coisa por detrás da palavra” (BRÉAL, 1994 [1904], p.78).

Ainda sobre esse parágrafo, não se pode deixar de comentar, de um lado, as metáforas, e de outro, a transformação de nome próprio em nome comum. Para Bréal, a metáfora surge de uma comparação feita por uma mente privilegiada. Os literatos preocupam-se por renovar suas metáforas, pois o efeito estético pretendido só se alcança caso elas surpreendam os ouvintes. Este é o caso das metáforas criadas por Rogeiro cuja análise diverte por permitir entrever a ironia do autor. A primeira metáfora, que caracteriza o juiz, é feita pela atribuição das qualidades das personagens históricas designadas pelos nomes próprios que permanecem com toda sua carga semântica de “signos de segunda potência” (BRÉAL, 1994 [1904], p. 125). Nas metáforas que caracterizam ironicamente os acusados, os nomes próprios vêm precedidos por artigo, indicando que eles foram transformados em substantivos comuns, perdendo parte de sua carga semântica, fenômeno também descrito por Bréal ao apontar as mudanças ocorridas como o nome próprio Júlio César na língua alemã, idioma no qual há esse nome deu origem ao substantivo *Kaiser*.

Em comum com o texto brasileiro, observou-se a atuação da Lei de Ampliação de Sentido, a metáfora como fator que promove a mudança semântica, e o uso pejorativo das palavras. À diferença do texto de Torquato, no texto de Rogeiro há trechos irônicos. A análise desses trechos mostrou que o processo descrito por Bréal, para explicar como o eufemismo pode ser desconstruído, descreve também a ironia: em ambos os casos o fazer interpretativo do interlocutor é fundamental.

Entre as leis propostas por Bréal na Semântica Lexicalista – as supostas tendências das palavras, a restrição de sentido, a ampliação de sentido, a metáfora, a polissemia, os nomes compostos e os grupos articulados – a atuação de três delas foi verificada em ambos os textos jornalísticos analisados. O resultado obtido pela análise dos textos, além de ilustrar a aplicabilidade das propostas brealinas para a descrição do português atual em sua modalidade escrita, indica que a intenção do usuário do idioma,

a influência do contexto e o esforço interpretativo do interlocutor são, conforme defendia Breal, a chave para a mudança semântica das palavras.

Todas as propostas relacionadas ao esforço interpretativo do interlocutor e à intenção do falante foram analisadas por Nerlich (1992) e por Nerlich e Clarke (1996) como *insights* pragmáticos. Conforme verificamos, o cotejo da segunda parte do ensaio com a Pragmática, tal qual descrita nos dois livros brasileiros de divulgação científica por nós estudados, também evidenciou pontos de convergência entre o ponto de vista pragmático e o brealino.

Nos textos jornalísticos, a interpretação maliciosa daquilo que caracteriza a conversa, entre políticos, citada por Torquato; a ironia de Rogeiro e o uso pejorativo de certas palavras por parte de ambos os articulistas confirmam empiricamente a convergência teórica apontada.

A avaliação do sentido das palavras analisadas como sendo ampliado, pejorativo ou metafórico, pautou-se, como inicialmente previsto, não só nos postulados ditos “pragmáticos” mas também na consulta ao dicionário e na utilização da metodologia proveniente da Semântica Lexical (a saber, a análise sêmica e a mobilização sêmica). A união dessas disciplinas nesta análise foi possibilitada pelas convergências encontradas, quando da comparação do **ES** com as disciplinas presentes das obras de divulgação científica analisadas.

Os resultados obtidos por meio da utilização dessas disciplinas na análise dos textos, além de evidenciarem a possibilidade de aplicação das propostas teóricas apresentadas no ensaio, comprovam empiricamente as convergências encontradas entre a Pragmática, a Semântica Lexical e os postulados brealinos.

No que se refere à relação entre a Semântica Lexical e a Semântica de Bréal e dessas duas teorias com a Pragmática, lembramos que elas não foram apontadas por nenhum dos lingüistas por nós estudados. Carnoy e Ullmann fazem referência a muitos conceitos brealinos, mas quase não propõem diálogos entre suas propostas e as teorias modernas. Belo não percebe qualquer relação de complementaridade entre Saussure e Bréal. Geeraertz trata somente dos aspectos coincidentes com a Semântica Cognitiva. Nerlich reconhece pontos em comum entre Saussure e Bréal, mas não compara a Semântica Lexical com as propostas de Bréal. Guimarães enfatiza apenas os aspectos pertinentes aos estudos da enunciação.

CONCLUSÃO

A leitura da obra **O Ensaio de Semântica (ES)** de Michel Bréal, tendo em mente as propostas do filósofo Edgar Morin para as ciências na atualidade, suscitou questões que respondemos por meio de pesquisa teórica e aplicada. A primeira pergunta que nos tomou de assalto era sobre a importância de seus postulados na atualidade. Evidenciamos a importância de suas propostas para uma gama variada de disciplinas da Lingüística Moderna, mostrando que seu ensaio, por ser atual e relevante, merece ser re-estudado e re-interpretado. A segunda questão era sobre como o ensaio foi lido e interpretado ao longo do século passado e que aspectos dele foram privilegiados. Com o objetivo de recuperar, sistematizar e avaliar como seu ensaio tem sido analisado, estudamos o que dele afirmaram alguns teóricos do começo, meados e fim do século passado, estudo que mostrou a importância teórica de seus postulados para as ciências do significado. A última questão levantada era sobre a possibilidade de aplicar seus conceitos teóricos em texto escritos da Língua Portuguesa. O ensaio de aplicação apresentado ao final da tese responde afirmativamente a esta questão no que se refere à descrição da língua portuguesa em sua modalidade escrita.

Verificamos que os postulados brealinos vão ao encontro dos enfoques pragmáticos, cognitivos e funcionalistas, que a preocupação de Bréal pela mudança lingüística permite aproximar seu ponto de vista com os da Sociolingüística, do Gerativismo e da Lingüística Diacrônica e que seu interesse pelo aprendizado da língua materna pela criança contribui para relacionar suas idéias com aquelas defendidas pelas teorias voltadas à Aquisição da Linguagem. Particularmente, no que tange às ciências da significação, suas propostas apresentam pontos em comum com praticamente todas as disciplinas da Semântica, com inclusão da Pragmática. Além disso, exemplos de aplicação de suas idéias mostraram que também, na prática, seus postulados podem funcionar como um denominador comum capaz de unir enfoques díspares.

Os resultados do cotejo apresentado na primeira parte da tese evidenciaram que a obra brealina apresenta pontos de interesse para muitas das disciplinas citadas nas coletâneas estudadas principalmente para aquelas que se dedicam ao estudo da mudança lingüística (da lingüística histórica à sociolingüística e à lingüística funcional), da aquisição da linguagem (com inclusão do Gerativismo) e de, praticamente, todas as

correntes lingüísticas que estudam o significado (da Semântica Lexical à Semântica Cognitiva).

Conforme informamos na introdução a este trabalho, o ensaio de Bréal está dividido em três partes. Na parte dedicada à Semântica Geral observou-se que nela se destaca a atuação da vontade de ser compreendido na evolução lingüística. Este enfoque mais global da lingüística não impediu que Bréal tratasse, principalmente, de questões semânticas, uma vez que, em todas as mudanças estudadas, se enfatiza que elas tiveram como ponto de partida, uma mudança de ordem semântica. O privilégio dado ao semântico em suas relações com as demais disciplinas da lingüística possibilitou-nos relacionar a Semântica geral a um leque amplo de disciplinas e enfoques. Comparadas as idéias brealinas às da Lingüística Histórica, às do Estruturalismo, às do Gerativismo, às da Lingüística Funcionalista, às teorias de aquisição de língua materna e à Sociolingüística, notamos que, enquanto algumas das idéias defendidas por Bréal se tornaram consensuais, como, por exemplo, o combate ao preconceito lingüístico, outras são ignoradas, como é o caso da Lei de Sobrevivência das Flexões, relacionáveis ao conceito gerativista de "termo pro". Esses são os resultados apresentados nos quadros sinópticos que estão ao final do capítulo 1 desta tese.

A parte dedicada à Semântica Lexicalista tratou especificamente das mudanças semânticas ocorridas no nível lexical de análise. A distinção por nós proposta entre significado e sentido – o primeiro termo referente à estabilidade semântica da palavra independentemente de sua utilização; o segundo, ao conteúdo semântico particular determinado pelo uso concreto da linguagem – contribuiu para entendermos melhor as propostas brealinas. Percebemos que havia algumas mudanças que atingiam o sentido e depois alcançavam o significado modificando-o e que outras se limitaram ao sentido pelo fato de o significado não se transformar de modo permanente ou de ser ele mesmo geral e vago, como atestam as mudanças encontradas no estudo da restrição e da extensão de sentido. As propostas postuladas nesta parte foram relacionadas à Sociolingüística e à Lingüística Histórica; à Semântica Lexical (Estruturalista) e à Semântica Cognitiva e, também, à Semântica da Enunciação, à Semântica Formal e à Pragmática. Os resultados relativos a esta parte do ensaio foram visualizados nos quadros sinópticos ao final do capítulo 2 desta tese.

Ainda com relação à segunda parte do ensaio, é de se ressaltar que a teoria de Bréal foi relacionada a, praticamente, todas as teorias surgidas no âmbito das ciências

do significado. Observou-se, entretanto, que o semanticista trata das questões semânticas num nível de complexidade não alcançado por nenhuma disciplina isoladamente. Tal fato se deve à hipótese do desajuste entre “nome” e “coisa” : além da complexidade do próprio referente, que implica a possibilidade de um mesmo referente ser percebido e concebido de várias maneiras, há a intenção pretendida pelo falante e a percepção essa intenção por parte do ouvinte, o que contrasta com as escassas noções expressas pelo nome. A parte relativa ao referente em si pôde ser equiparada à noção formalista / referencialista do significado. Por sua vez, a idéia de que o referente evoca noções não presentes no nome remeteu às representações mentais individuais dos referentes as quais foram excluídas da Semântica Formal por Frege, mas que, de certo modo, foram levadas em consideração por Quine, autor muito estudado no âmbito da Pragmática. Por levar em consideração os participantes do diálogo, suas intenções e interesses, essa causa do desajuste pode remeter ao jogo discursivo postulado pela Semântica da Enunciação.

Conclui-se, assim, que a partir de uma noção complexa postulada por Bréal, várias teorias semânticas puderam ser relacionadas entre si. Ressaltamos que é esta capacidade de criar vínculos entre as teorias que faz de Bréal um denominador comum para as ciências do significado.

Na terceira e última parte do ensaio, dedicada à Semântica Sintática, Bréal retomou os conceitos esboçados na Semântica Geral, aprofundando-os. As propostas dessa parte do **ES** foram relacionadas à Lingüística Histórica, à Morfologia, à Sintaxe Gerativa e à Semântica Lexical. Chamaram-nos, particularmente, a atenção os elos de ligação entre os postulados brealinos, a Semântica Cognitiva e a Semântica da Enunciação.

Ao estudarmos a terceira parte do ensaio de Bréal notamos que ele explica os fenômenos lingüísticos com base em processos cognitivos. Verificamos que a proposta de que esquemas nocionais dão origem a categorias básicas que podem ser metaforizadas dando origem a categorias mais complexas convergem com a explicação fornecida por Bréal sobre a origem e o desenvolvimento das categorias gramaticais nas línguas indo-européias. Observamos, ainda, que o estudo da evolução semântica e sintática do acusativo apontaram para uma direcionalidade que vai do concreto para o abstrato, pautada num paralelismo entre a evolução lingüística e desenvolvimento da inteligência.

A interpretação cognitivista do **ES** proposta por Geeraertz tornou-se clara e plenamente justificável quando se leva em consideração a última parte do ensaio. Algo semelhante pode ser dito da leitura enunciativa feita por Guimarães, pois é nessa parte que há a análise dos pronomes pessoais e do elemento subjetivo da linguagem. Os resultados relativos à última parte dos ensaios estão resumidos nos quadros sinópticos ao final do capítulo 3 desta tese.

Como indicam as considerações feitas, o estabelecimento de pontos de contacto e de divergência entre as propostas de Bréal e aquelas oriundas da Lingüística Moderna possibilitou-nos conhecer em maior profundidade o **ES**, facilitando o trabalho investigativo apresentado na segunda parte da tese, na qual avaliamos como os postulados brealinos foram interpretados ao longo do século passado. Nessa parte da tese, recuperamos o que afirmavam Carnoy, Ullmann, Belo, Nerlich, Clarke, Geeraertz e Guimarães sobre Bréal.

Em se tratando de Carnoy, verificamos que ele se posiciona de forma ambígua em relação ao fundador da Semântica na França: ora como um continuador de suas idéias, ora como um opositor. Notamos que, de um lado, Carnoy compara a sua classificação das mudanças semânticas no nível lexical com a de Bréal, explicitando os elos que os unem, mas de outro, tece-lhe críticas negativas, o que remete à adoção de uma atitude de ruptura para com o semanticista.

Ullmann, por sua vez, ainda que não tenha percebido a pancronicidade das propostas brealinas, apresenta um excelente apanhado das idéias fundamentais do **ES**, ao contrário de Belo, que ao tratar de Bréal, considerou-o apenas como um marco da evolução da Semântica e erroneamente imputou-lhe características pre-estruturalistas.

De todos os teóricos estudados, Nerlich e Clarke, por relacionarem os postulados brealinos ora à semântica ora à pragmática, foram os que promoveram a análise mais completa dos postulados de Bréal.

A análise de Geeraertz destacou-se não só por relacionar o **ES** à Semântica Cognitiva, mas também por esse estudioso ter percebido claramente como Bréal se diferenciava de seus contemporâneos.

Guimarães, por fim, atendo-se praticamente ao capítulo relativo ao elemento subjetivo da linguagem apontou apenas os elos existentes entre Bréal e alguns princípios da Semântica Enunciativa.

Com exceção de Belo, todos interpretaram corretamente os postulados brealinos, apesar de alguns terem, do ensaio, uma visão reducionista. Como atitudes banalizadoras (simplificadoras) do **ES** destacamos a filiação dos postulados a apenas uma disciplina lingüística, a preferência a uma parte do ensaio em detrimento das outras e a não percepção da extensão de algumas das idéias propostas.

Averiguamos que, independente do ponto de vista adotado, em praticamente nenhuma das obras estudadas havia exemplos de aplicação dos postulados de Bréal a textos escritos em língua portuguesa, o que poderia levar a uma resposta negativa à questão sobre a aplicabilidade de seus postulados. Fazemos aqui uma ressalva à obra de Carnoy que, ao inspirar-se nas leis propostas por Bréal na construção de uma nova taxionomia, utiliza-as ainda que de forma parcial. Apesar da possibilidade apontada, dedicamos a terceira parte de nossa tese à aplicação de alguns dos conceitos propostos pelo semanticista à análise semântica dos textos jornalísticos de opinião: "O Brasil entre dois mundos" e "Pesada herança".

Essa análise ilustrou como as teorias propostas por Bréal podem ajudar na compreensão de alguns fenômenos semânticos relacionados ao uso da linguagem e contribuiu para comprovar não somente a vitalidade do ponto de vista teórico do autor, mas também a possibilidade de se utilizar o **ES** para se alcançar fins práticos como a descrição do eufemismo no interior de um discurso.

Se pudemos relacionar as idéias brealinas a diversas disciplinas e teorias lingüísticas bem como aplicá-las, concluímos que não se pode negar o interesse que o **ES** pode despertar na atualidade. A aplicação de alguns postulados brealinos à análise dos textos acima mencionados mostrou que a utilização desses conceitos unidos aos oriundos da Semântica Lexical e da Pragmática pode enriquecer a análise do eufemismo, da metáfora, da ironia, da restrição de sentido e da conotação – positiva ou negativa – que as palavras adquirem discursivamente.

Considerando todos os resultados obtidos, podemos afirmar que a pesquisa ora empreendida promoveu um resgate do **Ensaio de Semântica**, pautado nas diretrizes propostas por Morin para que as ciências dessem conta da complexidade de seus objetos de estudo. Uma vez que suas idéias a respeito do estado atual das ciências e da produção do conhecimento serviram-nos como ponto de partida para a investigação ora apresentada, cabe-nos retomá-las.

Hoje em dia, ensina o filósofo, todas as ciências têm sido desafiadas pela complexidade crescente de seus objetos de estudo. Para dar conta dessa complexidade, são fundamentais a religação e a recontextualização dos saberes, o que se consegue via superação da superespecialização das disciplinas e adoção de um ponto de vista mais holístico e eclético, isto é, via superação do paradigma da ciência clássica questionado por Morin nos seguintes termos:

[...] o âmago do paradigma de simplificação, que guiou a ciência clássica, é o primado da disjunção e da redução [...] as operações comandadas por este paradigma são principalmente disjuntivas, principalmente redutoras e fundamentalmente unidimensionais. Se se obedece apenas ao princípio de disjunção chega-se a um puro catálogo de elementos não ligados; se se obedece ao princípio de redução, chega-se a uma unificação abstracta que anula a diversidade. Por outras palavras, o paradigma da simplificação não permite pensar a unidade na diversidade ou a diversidade na unidade [...]. (MORIN, 1983, p.31).

Analisar o objeto de estudo das ciências em sua complexidade, levando em consideração não só que a parte está no todo, mas também que o todo está na parte, explica o filósofo, é uma exigência social e política premente na atualidade, pois é preciso fazer frente ao pensamento mutilante que tem caracterizado o paradigma clássico das ciências, ao pensamento “(...) que se engana, não porque não tem informação suficiente, mas porque não é capaz de ordenar as informações e os saberes, é um pensamento que conduz a ações mutilantes” (MORIN, 1983, p. 14).

Embora tenhamos consciência dos limites de nosso trabalho – do ponto de vista teórico, os elos estabelecidos entre as disciplinas da lingüística moderna e as idéias brealinas foram tão somente esboçados e, do ponto de vista prático, fizemos tão somente um ensaio de aplicação com o qual ilustramos a aplicabilidade de suas propostas –, acreditamos que o estudo do **ES** possibilitou-nos religar e recontextualizar os saberes produzidos pelas ciências do significado, sem perder de vista sua relação com as demais disciplinas da lingüística. Nesse sentido, cremos que a pesquisa ora apresentada possa ser vista como uma aplicação significativa da teoria defendida por Morin.

Referências Bibliográficas.

ALKMIM, Tânia. Sociolingüística. Parte 1. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A.N. (org.) **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**, 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001, v.1. p.21-48.

ALTMAM, Cristina. **A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1998.

BARBOSA, Maria Aparecida. O léxico e seu tratamento: diálogos transdisciplinares. 52^o. GEL [Comunicação em Simpósio]. Campinas, SP, 2004a.

_____. “A terminologia e o ensino da metalinguagem técnico-científica”. In: ISQUIERDO, A. N e KRIEGER, M.G.(orgs). **Ciências do Léxico. v. II**. Campo Grande: UFMS, 2004b. p.311-326.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I** 2.ed. Tradução M.G. Novak e M.L. Neri. Campinas: Pontes, 1988,[1966].

_____. **Problemas de Lingüística Geral II**. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989, [1974].

BRÉAL, Michel. **Essai de Sémantique: science des significations**. França: Hachette, 1924[1904].

_____. **Ensaio de Semântica**. Tradução F.Aída et al. (trads). São Paulo: Pontes/Educ, 1992[1904].

BELO, Fernando. **Epistemologia do sentido. v. 1. Entre filosofia e poesia, a questão semântica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

BERLINCK, R.A.; AUGUSTO, M.R.A; SCHER A.P. Sintaxe. In: **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2001. v.1, p. 207 – 244.

CÂMARA, Matoso Jr. **Princípios de Lingüística Geral**. 3.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

CARNOY, A . **La science du mot: traité de sémantique**. Louvain: Édition “Universitas”, 1927.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolingüística. Parte II. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A.N. (org.) **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001, v.1. p.49-76.

CHAGAS, Paulo. A mudança lingüística. In: **Introdução à Lingüística I: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002. p.141-164.

COSERIU, E. e GECKELER H. **Trends in Structural Semantics**. Alemanha: Gunter Narr Verlag Tübingen, 1981.

CRUSE, D. A. **Meaning in Language: An introduction to Semantics and Pragmatics**. Oxford, Oxford University Press, 2000.

FERREIRA, Lucia Maria Alves. Estabilidade e continuidade semântica e sintática. In **Lingüística Funcional: teoria e prática**. CUNHA, Maria Angélica Furtado da, et alii (orgs). Rio de Janeiro: FAPERJ / DP&A, 2003. p.73 – 88.

FIORIN, José Luiz. (org.) **Introdução à Lingüística I: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. A teoria dos signos. In: **Introdução à Lingüística I: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002. p.56 - 75.

_____. A linguagem em uso. In: **Introdução à Lingüística I: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002. p.165 – 186.

_____. (org.) **Introdução à Lingüística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Pragmática. In: **Introdução à Lingüística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2002. p.161-186.

FREITAS, Horácio Rolim de. Gladstone Chaves de Melo – o Lingüista e o Filólogo. **Cadernos do CNFL**. Homenagem a Gladstone Chaves de Melo. Rio de Janeiro: CIFEFIL, ano VI, n.5, 2003. p.73-84.

GABAS, Jr. Nilson. *Linguística Histórica*. In MUSSALIN, F. e BENTES, A.N. (org.). In: **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**, 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001, v.1 p.77 -104.

GEERAERTZ, D. Hundred Years of Lexical Semantics. In: VILELA, M. e SILVA, F. (org.) **Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva..** Portugal: Faculdade de Letras do Porto, 1998. p.123-154.

GRYNER ; OMENA.A interferência das variáveis semânticas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (org.) **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2003. p.89- 100.

GRICE, Paul.Lógica e Conversação. In: **Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da linguística, bibliografia.** DASCAL, Marcelo (org.) Campinas: IEL-Unicam, 1982. p.81-104.

GUIMARÃES, Eduardo.A linguística é uma ciência histórica?. In: BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica.** Tradução F. Aída et al.ii (trads.) São Paulo: Pontes/Educ, 1992 [cf. 3ª.ed.de1904], p.9 - 20.

_____.**Os limites do sentido.** Campinas: Pontes, 1995.

_____. **Semântica do Acontecimento.** Campinas: Pontes, 2002.

_____.**História da Semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil.** Campinas: Pontes, 2004.

CART et alii.**Gramática Latina.** Tradução e adap. Maria Evangelina Villa Nova Noeiro. São Paulo: T.A Queirós/ USP, 1986.

ILARI, R e GERALDI, W. **Semântica**, 7.ed. São Paulo: Ática, 1995 (Série Princípios).

KATO, Mary Aizawa. “Apresentação. <<Como, o que e por que escavar>>?”.In: **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** 2..ed.ROBERTS, KATO (orgs.).Campinas: Ed. da Unicamp, 1996. p.13-19.

LABOV, Willian. **Modelos sociolingüísticos**. Tradução José Miguel Marinas Herrera. Madrid: Ed. Cátedra, 1983.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. A mudança lingüística. In: **Lingüística Funcional: teoria e prática**. CUNHA, Maria Angélica Furtado da, et alii (orgs). Rio de Janeiro: FAPERJ / DP&A, 2003. p.57 - 72.

MELO, Gladstone de. **Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1981 [1.ed.1951].

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

_____. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. 5.ed. ALMEIDA e CARVALHO (orgs.) São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. “A determinação de sentidos lexicais no contexto”. **Cad. Est.Ling.41**. Campinas, p.111-125, jul-dez.2001.

MÜLLER, Ana Lucia de Paula; VIOTTI, Evani de Carvalho. “Semântica Formal”. In: **Introdução à Lingüística I. Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002. p.137-160.

MUSSALIN, F. e BENTES, A,N. (org.) **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001 a, v.1 .

_____. **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001 b, v.2.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati et al. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In: **Introdução à Lingüística I. Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002, p.81 – 110.

NERLICH, B. **Semantic theories in Europe 1830-1930: from etymology to contextuality**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1992. (Series III- Studies in the history of the language sciences, v.59).

_____.; CLARKE. **Language, action and context. The early history of pragmatics in Europe and America, 1780-1930.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1996.

OLIVEIRA, Roberta Pires. Semântica. In: **Introdução à Lingüística:** domínios e fronteiras, 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2001, v.2, p.17 – 46.

POSSENTI, Sírio. Apresentação. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A,N. (org.) **Introdução à Lingüística:** domínios e fronteiras. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001, v.1p.11-14

PIETROFORTE, Antonio Vicente Seraphim; LOPES, Carlos Ivã. Semântica Lexical. In: **Introdução à Lingüística I:** objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002, p.111-136.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. “Morfologia”. In: **Introdução à Lingüística II:** princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003, p.59-80.

PINTO, Joana Plaza. “Pragmática”. In: **Introdução à Lingüística:** domínios e fronteiras. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001, v.2, p.47 –68.

RAPOSO, Eduardo Paiva. **Teoria da Gramática:** a faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992. (Caminho coleção universitária, série Lingüística).

ROGÉRIO, Nuno. Pesada herança. In: **Jornal de Notícias.** Disp. em <<http://jn.sapo.pt/textos/out6091.asp>>.Acess. em 06/02/2004..

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à Morfologia.** São Paulo: Contexto,2000.

SANTOS, Raquel. A aquisição da Linguagem. In: **Introdução à Lingüística I:** objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002, p.211 - 226.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral.** Tradução Chelini; Pais e Blinkstein. São Paulo:Cultrix , 1975. [1916].

SCARPA, Ester Miriam. “Aquisição da Linguagem”. In: **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2001, v.2 p.203 – 232.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Gladstone Chaves de Melo: filólogo ou lingüista?. **Cadernos do CNFL**. Homenagem a Gladstone Chaves de Melo. Rio de Janeiro: CIFEFIL, ano VI, n.5. p.59-72,2003.

SILVA, Vera Lúcia Paredes da. Relevância das variáveis lingüísticas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (org.) **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003, p.67-72.

SOUZA, Solange Jobim. L.S. Vygotsky: linguagem e construção social da consciência. In: **Infância e Linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. 6. ed. Campinas: Papirus,2001, p.123-136.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário Latino – Português**, 3.ed. Porto: Maranus, 1945.

TORQUATO, Gaudêncio. O Brasil entre dois mundos. Espaço Aberto, **O Est. de São Paulo**, 29 jan. 2001.

ULLMANN, Stephen. **Semántica. Introduccióón a la ciencia del significado**. Tradução Werner-Ruiz.Madrid:Aguilar, 1965. [1962].

ANEXO A

*O Brasil entre dois mundos***GAUDENCIO TORQUATO**

Há uma pequena rua, em Londres, com lojinhas muito parecidas que vendem tecidos, nos mesmos padrões, cores e preço. Ao procurar adquirir um corte de tecido, depois de verificar que a matreirice não conseguira diminuir um penny no preço, um advogado paulista viu seu pedido recusado pelo proprietário que o flagrara saindo do estabelecimento ao lado. Justificou secamente: “O senhor deve comprar lá, onde entrou.” Perquirir preços, pechinchar, coisa que faz parte de algumas culturas, significa para outras, como a inglesa, deslealdade, desconfiança, desonestidade. Confúcio foi o precursor da cultura da lealdade. Dizia: “Coloca a lealdade e a confiança acima- de qualquer coisa; não te alies aos moralmente inferiores; não receies corrigir teus erros.”

É conhecida a historinha em que o sagaz José Maria Alkmim, do velho PSD mineiro, encontra no aeroporto o não menos sagaz Benedito Valadares, para quem lança a artimanha: “Ah, você está me fazendo crer que vai à Barbacena; acontece que eu sei que você realmente vai à Barbacena.” A tática, conhecida como engano de segundo grau, expressa um jogo de soma zero entre a sagacidade de um e a malandragem do outro. Mais ou menos algo como: “Quando você pensa que está indo, eu já estou voltando. Ou ainda: “Sou capaz e prendê-lo no mesmo laço que você quer me laçar.”

Duas situações, duas culturas, duas atitudes. No meio delas, está o Brasil que ingressa no primeiro ano do terceiro milênio. Somos um país sem feição totalmente definida. Sua aparência é a de uma fruta que amadurece de maneira desigual, com partes quase apodrecidas e outras ainda verdecidas. A parte podre provém das mazelas de nossa colonização, dentre elas o individualismo egocêntrico, o compadrismo, o mandonismo, o fisiologismo, a corrupção, a desconfiança um do outro, fatores esses que maltratam a alma nacional. A banda verde da fruta, por sua vez, é formada por contingentes éticos e recebe o oxigênio de uma fé inquebrantável, revigorada por ondas de religiosidade e crença, que funcionam como imensas fortalezas de proteção de

populações marginalizadas e sofridas. É uma espécie de antídoto espiritual para enfrenar as carências materiais. Essa corrente de natureza mística flui de maneira circular pelas classes sociais e categorias profissionais, administrada por uma monumental cadeia de entidades intermediárias que passam a tomar o lugar dos combalidos partidos políticos e a comprovar um estado bastante avançado de nossa organização social.

A vertente ética procura contrapor-se aos climas de desconfiança e ódio, às injustiças e à desordem social que se avoluma com o descumprimento das leis, enfim, ao quadro de tradições caóticas pintadas de maneira tão forte por Simon Bolívar, há cerca de 150 anos: “Não há boa-fé na América, nem entre os homens nem entre as nações; os tratados são papéis, as constituições não passam de livros, as eleições são batalhas, a liberdade é anarquia e a vida um tormento.” A agenda de nosso cotidiano ressuscita o grande timoneiro. Basta ver a batalha em que se transformou a eleição para as presidências do Senado e da Câmara. Basta ver a barbárie a que estamos sendo submetidos pela crescente tendência de fulanização da política, que não é senão a expressão do poder dos homens tomando o lugar do poder das idéias. É deplorável constataremos que o pleito de 2002 começa a transformar-se numa luta renhida entre personagens e não em um embate plural e denso em torno de programas. Não se defende nem se ataca “o quê”. As investidas são contra ou a favor de “quem”. A quebra do sigilo bancário, sem autorização judicial, estúpida desmoralização da Carta Magna, é o atestado de uma cultura política farisaica, espetacularizada, marketizada, demagógica, preocupada com efeitos pirotécnicos. Nem se trata, nesse caso, de polemizar a respeito do que é legal, ético e legítimo. Trata-se de cumprir a lei e respeitar o Estado de Direito. Se a lei é injusta, é justo combatê-la, mas não violá-la.

O Estado moderno é incompatível com o império da baderna. A não ser que decida ser um apêndice de retrocesso em um mundo que se torna cada vez mais interdependente e, portanto, atento ao fortalecimento da autonomia individual, das conquistas da civilização contemporânea, entre as quais se inserem os direitos individuais e sociais. A face verde e nobre do País há que maturar sob a proteção de organismos que não desnaturem o fluxo e o ritmo evolutivo das instituições e ainda sem a retórica personalista que, freqüentemente, nos lembra o passado das capitânias hereditárias. Nossas lideranças, com raras exceções, estão carcomidas. São retratos de 20, 30, 50 anos na parede esburacada. Como já disse o sábio Zaratustra, “Mil caminhos existem, que ainda não foram palmilhados, mil saúdes e ocultas ilhas da vida. Ainda não

esgotados nem descobertos continuam os homens e a terra dos homens”. Quem sabe nesse alvorecer de novo milênio não encontremos novas ilhas, novos líderes, outros caminhos para palmilhar?

Não há razão para desanimar. A banda podre do País, com o empurrão da parte digna da sociedade, está sendo despachada para a lata de lixo. O ritmo talvez não seja o mais desejado. E possível que, em 2001, nossa taxa de decência aumente alguns graus. Por enquanto, saudações comovidas à cadelinha July, mistura de vira-lata com poodle, que, numa ruazinha de Limeira, enfrentou uma violenta pit bull para impedir que seu pequeno dono, Caic Eduardo Moreira, 6 anos, fosse atacado. July, exemplo de lealdade londrina, não resistiu e morreu. Ganha as nossas palmas na virada do milênio.

- *Gaudêncio Torquato, jornalista, e professor-titular da USP e consultor político*
e-mail: gantorq@dialtlatacom.br

O Estado de São Paulo, 29/01/2001.

ANEXO B.

Pesada herança*NUNO ROGEIRO, COMENTADOR POLÍTICO*

Se fosse pai e estivesse para aí caído, não hesitava em lembrar: “Eu bem vos disse”. Na verdade, arrisquei modestamente opinar, no princípio de 2003, que a questão das armas de destruição maciça do Iraque iria ficar na história, para o bem ou para o mal, muito depois de acabar a guerra.

Se elas fossem encontradas, calar-se-iam os que só viam uma cruzada ianque pelo petróleo e pelo império, e compreender-se-ia a obsessão dissuasora de Washington.

Caso não existissem, extinguia-se o principal argumento que presidira, se não à campanha, pelo menos à declaração da sua “urgência”, e abriam-se alçapões vários.

Primeiro, ficaria posta em causa a seriedade de governos que se legitimam pela confiança pública, e não pela força.

Depois, surgiriam perguntas sobre a competência, independência, honestidade, função e até utilidade das agências de informações, pilares de segurança das democracias ocidentais, e das outras (onde há Governo, há serviços secretos).

Por fim, e dado que a maior parte dos dados vinha da CIA, iriam emergir crescentes desconfianças entre os EUA, os seus amigos e os seus aliados.

Ganhar-se-ia a batalha de Bagdade, mas perder-se-ia a mais importante guerra pela alma dos povos. As águias americanas são o exército mais forte do Mundo, não só porque dispõem de avanço tecnológico e financeiro, mas porque pareceram sempre obedecer a critérios de superioridade moral. Se esta falta, é só uma questão de tempo até ruir o resto.

O que se passou, afinal?

A “intelligence” deu aos políticos provas falsas, ou foram aqueles que, friamente, as falsificaram?

Os serviços secretos falharam porque quiseram agradar ao poder, ou porque se basearam em análises, fontes, métodos, processos e actos defeituosos?

Os políticos não compreenderam os relatórios dos serviços, apesar de estes não estarem escritos em Chinês?

Os serviços secretos estavam divididos quanto às conclusões, e a opinião final foi a de grupos dominantes?

O poder político transformou em certezas as “nuances” e as probabilidades dos especialistas desses serviços, um pouco como quem adapta ao cinema, para as massas, uma obra literária difícil?

É difícil acreditar que, em sociedades abertas, os serviços secretos façam “fretes” ao poder político, se isso contrariar a convicção de analistas e operacionais. Apesar de haver, na comunidade de informações moderna, muitos burocratas e conformistas, existem também, por compensação, muitos espíritos livres, talentos natos e pessoas de grande competência técnica nos seus campos.

Mas é ainda mais problemático pensar que, se houvesse uma mentira do poder político, na qual não acreditassem ao menos as direcções das “secretas”, estas se mantivessem tranquilas, sem demissões em massa ou revoluções internas.

Fica assim o campo aberto para todas as outras não serve para tranquilizar ninguém, e obriga a mas rápidas e rigorosas possibilidades. O que investigações serenas,mas rápidas e rigorosas.

P.S.: (Sempre o outro) Plano 1 (inclinado):

Portugal no seu melhor: depois de chorar a morte de um atleta, uma turba muita resolveu, alegando o “direito à indignação”, atirar cadeiras do seu estádio a jogadores e a árbitros, não se importando com a possibilidade de outros óbitos.

Eram portanto Lágrimas de crocodilo por Fehér, vindas de espíritos ateados por sobas e caciques, sem que ninguém vá preso. A ralé (a endinheirada e a outra) soma e segue.

Não me venham é dizer que isto é gente que gosta de desporto. O futebol é só um pretexto para o crime.

Plano 2 (allegro ma non tropo):

Segundo dizem as sondagens, o público aprecia sobremaneira a conduta do juiz Rui Teixeira no lamentável “caso Casa Pia”. Tudo isto apesar de o magistrado ter sido pintado como uma mistura de Torquemada e Estaline, monstro intolerante que queimava no forno um Galileu ou um Giordano Bruno.

Felizmente, claro, que o ridículo não mata.

Nuno Rogeiro escreve no JN, semanalmente, às sextas-feiras